

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2007/2008**



**TRABALHO INDIVIDUAL DE INVESTIGAÇÃO**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**“ÍNDIA, UMA POTÊNCIA EMERGENTE”**

*Lourenço Manuel Simões de Azevedo*  
**MAJ CAV**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**“ÍNDIA, UMA POTÊNCIA EMERGENTE”**

**Lourenço Manuel Simões de Azevedo**

**MAJ CAV**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEMC 2007/08

Lisboa – 2008



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **“ÍNDIA, UMA POTÊNCIA EMERGENTE”**

**Lourenço Manuel Simões de Azevedo**

**MAJ CAV**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEMC 2007/08

Orientador:

CTen Francisco José Aldeia Carapeto

Lisboa – 2008

## **Agradecimentos**

Agradeço, antes de mais, à minha família pelo apoio em todos os momentos mais difíceis.

À Margarida pela compreensão, apoio e ânimo que sempre me deu, permitiram-me a concentração e o esforço necessário para realizar este curso.

À minha amiga, Joana Coelho e família, pela sua meticulosa revisão do texto. É um privilégio merecer a sua amizade.

Ao CTEN Carapeto pela permanente disponibilidade na orientação do trabalho, garantindo o adequado rumo na sua execução, para que, assim atingisse os objectivos propostos.

Ao Curso de Estado-Maior Conjunto 2007/2008 pelo apoio e camaradagem testemunhada em todos os momentos deste curso.

Ao Coronel de Cavalaria Xavier de Sousa, Director de Curso, pelo apoio e compreensão patenteada.

A todos aqueles que contribuíram com as suas ideias, os meus agradecimentos. Em especial, ao Coronel de Cavalaria Tiago Vasconcelos pela disponibilidade em me receber, pelas ideias valiosas que me transmitiu e pelas indicações sobre a bibliografia de referência, que se revelou de leitura essencial para a desenvolvimento do tema.

Às funcionárias da Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares pela disponibilidade, simpatia e atenção demonstradas.

**Índice**

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Palavras –chave.....	vii
Lista de abreviaturas.....	viii
1. Introdução.....	1
2. A Índia no quadro político internacional.....	4
a. Enquadramento Geo-histórico, a partir de 1947.....	4
(1) A História indiana.....	4
(2) A Conflitualidade indiana.....	10
(a) Índia – Paquistão.....	10
(b) Índia – China.....	11
(c) Índia - Bangladesh.....	11
(d) Índia - Nepal.....	11
(e) Índia – Sri Lanka.....	12
b. A actual distribuição do poder.....	12
c. Enquadramento da Índia à luz das teorias geopolíticas.....	13
3. Análise geoestratégica.....	16
a. Factor físico.....	17
b. Factor humano.....	18
c. Factor recursos.....	18
d. Factor circulação.....	19
e. Factor tecnológico.....	19
f. Factor estruturas.....	19
4. Ambiente externo da Índia.....	20
a. Giro de horizonte a partir de Nova Deli.....	21
(1) Índia - China.....	21
(2) Índia - Paquistão.....	23
(3) Índia – Bangladesh.....	25
(4) Índia - Myanmar.....	26
(5) Índia - Nepal.....	26
(6) Índia – Butão.....	27
(7) Índia – Sri Lanka.....	27
(8) A Índia e o Espaço Estratégico do Oceano Índico.....	28
(9) Índia – Afeganistão.....	29
(10) Índia – Rússia.....	29
(11) Índia – Irão.....	30
(12) Índia - Japão.....	31
(13) Índia – EUA.....	32
(14) Índia - União Europeia.....	34
(15) Índia – África - América Latina.....	36
5. Cenários.....	37
a. Cenário 1 – Declínio da Índia.....	37
b. Cenário 2 – Emergência progressiva através de estabelecimento de relações de cooperação.....	38
c. Cenário 3 – A Índia como superpotência da Ásia.....	40

6. Conclusões .....	41
Bibliografia.....	44

Índice de Anexos:

- 1 – Corpo de conceitos
- 2 – Mapas da Índia (1947 até ao séc. XX)
- 3 – Cronologia histórica
- 4 – Mapas geopolíticos

Índice de Apêndices:

- 1 – Conflitualidade indiana
- 2 – Factor físico
- 3 – Factor humano
- 4 – Factor recursos
- 5 – Factor circulação
- 6 – Factor tecnológico
- 7 – Factor estruturas

## **Resumo**

“*Índia uma Potência Emergente*” é um trabalho de interpretação da realidade indiana actual, em todas as suas perspectivas, com especial ênfase na análise das relações político-diplomáticas e económicas com os diferentes Estados, de forma a identificar as tendências de evolução.

Inicia-se com um «diagnóstico» ao papel da Índia no quadro político internacional, procurando identificar o seu valor geopolítico para a região asiática. Da análise efectuada verifica-se que a Índia, pela sua posição geoestratégica, situada entre a China e o flanco Sudeste da Rússia e com franco domínio sobre as rotas energéticas entre os Orientes Próximo e Afastado, pela sua dimensão territorial, características demográficas e recursos, é um elemento charneira em toda a Ásia, afirmando-se como uma potência marítima regional.

Seguidamente, analisam-se os factores do Potencial Estratégico procurando identificar as “potencialidades” e “vulnerabilidades” que permitam entender as relações de poder, cooperação e de conflitualidade. De seguida, concluir-se-á sobre a possibilidade de a Índia utilizar, como instrumentos de coação, a sua política externa, a sua capacidade militar e económica.

A “*maior democracia do mundo*”, com 5000 anos de civilização assenta a sua unidade nos princípios da democracia: laicismo e o Estado de Direito. É o 2º país mais populoso do mundo; é a 12ª economia mundial e a 2ª com crescimento mais rápido (cerca de 8% de crescimento anual do PIB). O seu PIB, sendo o 4º maior do mundo, apresenta um conjunto de oportunidades únicas ao mercado global, embora, internamente o país apresente grandes assimetrias regionais e preocupantes disparidades sociais. As suas Forças Armadas são as 3ª maiores a nível mundial. A Índia possui a capacidade nuclear, desde de 1974.

A política externa indiana tem como principal prioridade, a manutenção das relações com o Paquistão, a China, os Estados Unidos e a Rússia, seguida pelo relacionamento com os seus países vizinhos no Sul da Ásia. A terceira prioridade é o seu relacionamento com a União Europeia, sendo o Sudeste Asiático a quarta. Finalmente, em quinto lugar encontram-se os arranjos multilaterais, direccionados para a defesa dos interesses dos países não desenvolvidos, em especial nos processos de negociação internacionais, e o relacionamento com a América Latina.

O cenário mais provável, e concomitantemente, menos perigoso e o mais desejável, para a estabilidade do sistema é a emergência progressiva da Índia, através de estabelecimento de relações de cooperação, no pressuposto de que, um mundo multipolar, favorecerá a acomodação geral.

## **Abstract**

India, an emerging power is an interpretation of today's Indian reality work, in all its perspectives, with a special focus on the analysis of the political-diplomatic and economical relations with the different States in a way as to identify the tendencies of evolution.

It begins with a "diagnosis" of India's role in the international political design, trying to identify its geopolitical value for the Asian region. From the analysis done, one verifies that India, by its geo-strategic position, situated between China and the South-eastern Russian flank and having a unreserved domain over the energetic routes between the near and far East, by its territorial dimension, demographic characteristics and resources is a hinge element in all Asia, which turns it into a regional maritime power.

Then, we will analyse the Strategic Potential factors trying to identify the "potentialities" and "vulnerabilities" which will enable us to understand the power, cooperation and vulnerability relations and to draw conclusions on the capacity of using the external politics, the military and economic capacity on SPI as coercion instruments.

The "biggest democracy in the world", a 5000 year-old civilization, sets its unity on the principles of democracy: secularism and the lawful State. It is the second most populous country in the world with an elevated literacy rate; the twelfth world economy and the second with the fastest growth (about 8 % of the GDP's annual growth). Its GDP is the fourth major in the world, presenting a unique amount of opportunities to the global market, although internally it has big regional asymmetries and concerning social disparities. Its Armed Forces are the third biggest in the world. India has nuclear capability, since 1974.

The Indian foreign policy has as its main priority, the maintenance of relations with Pakistan, China, the United States of America and Russia, followed by its relation with its neighbours in the South of Asia. The third priority is the relation with the European Union, being Asia's Southeast the fourth. Finally, on fifth place come the multilateral arrangements directed to the defence of the underdeveloped country's interests in the international negotiation processes and the relation with Latin America.

The most likely scenery, and concomitantly, less dangerous and more desirable, to the stability of the system is the progressive surfacing of India, through the establishment of cooperation relations, on the assumption that a multipolar world, promote the general accommodation.

**Palavras –chave**

Caxemira

Cenários

Conflitualidade

Gandhi

Geoestratégia

Geopolítica

Índia

Paquistão

Potencialidades

Vulnerabilidades

## Lista de abreviaturas

### A

*ASEAN* Associação das Nações do Sudeste Asiático

### B

*BRIC* Brasil, Rússia, Índia e China

### C

*CARICOM* Comunidade do Caribe

*CEE* Comunidade Económica Europeia

*CI* Configuração Internacional

*CS/NU* Conselho de Segurança das Nações Unidas

### E

*EUA* Estados Unidos da América

### I

*I&D* Investigação e Desenvolvimento

*IBAS* Índia-Brasil-África do Sul

*IESM* Instituto de Estudos Superiores Militares

### L

*LoC* Linha de Controlo

*UNCTAD* Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento

### M

*Mercosul* Mercado Comum do Sul

*MTCR* Missile Technology Control Regime

### N

*NSSP* Next Steps in Strategic Partnership

*NSG* Nuclear Supplier Group

### O

*OEA* Organização dos Estados Americanos

*ONU* Organização das Nações Unidas

### P

*PAC* Plano de Acção Conjunto

*PIB* Produto Interno Bruto

*PSI* Proliferation Security Initiative

*PPC* Paridade do Poder de Compra

**R**

*RI* Relações Internacionais

*RPC* República Popular da China

**S**

*SAARC* South Asian Association for Regional Cooperation

*SAFTA* South Asian Free Trade Agreement

*SICA* Sistema de Integração Centro-Americano

*SACO* União Aduaneira da África do Sul

*SOM* Sénior Officials Meeting

*SPI* Sistema Político Internacional

**T**

*TI* Tecnologias de Informação

**U**

*UE* União Europeia

*URSS* União das Republicas Socialistas Soviéticas

*USD* Dólar americano

## 1. Introdução

A Índia, ao longo da sua história foi invadida por diferentes povos, desde os Ários, em 1500 a.C., até à chegada dos Europeus, no séc. XVI. A chegada dos portugueses à Índia proporcionou ao mundo, uma nova rota marítima, a rota do Atlântico, retirando importância ao Mar Mediterrâneo. Após o 11 de Setembro de 2001, o ambiente estratégico global alterou-se, assistindo-se a uma transferência do centro de gravidade político do Atlântico para a Ásia, nomeadamente, pelo combate ao terrorismo iniciado pelos Estados Unidos da América.

A resistência pacifista liderada por Mohandas GANDHI e seguida por Jawaharlal NEHRU, levou à independência da Índia face ao Reino Unido, em 15 de Agosto de 1947. Considerada a “*maior democracia do mundo*”<sup>1</sup>, com 5000 anos de civilização, assenta a sua unidade nos princípios da democracia: laicismo e o Estado de Direito. O seu pluralismo, caracterizado pela diversidade étnica, religiosa, linguística e cultural da sociedade indiana, é o principal factor de uma conflitualidade interna. No plano externo, sente-se, também, uma conflitualidade latente, reflectida principalmente, nas relações com Paquistão e no controlo das fronteiras com a China, Bangladesh, Nepal e Sri Lanka.

A conduta e as intenções da Índia, não podem deixar de ter em consideração a sua posição geoestratégica, de charneira na Ásia, e o seu domínio sobre as rotas marítimas do Índico. Além disso, a proximidade da Índia a países, que tem um papel relevante na política global, como a Rússia, a China, o Afeganistão e o Paquistão, atribuem-lhe um valor relevante em relação a toda a Ásia.

Membro fundador do Movimento dos Países Não-Alinhados, modelou a sua política externa de acordo com o seu próprio ritmo e os seus interesses. A Índia é um elemento incontornável na geopolítica mundial do século XXI, a que as novas ameaças pós 11 de Setembro de 2001, apenas vieram dar maior ênfase à sua característica de potência nuclear.

Pela evolução dos seus factores geopolíticos e geoestratégicos, a Índia está no caminho de se transformar numa grande potência regional. Assim, a sua emergência coloca novos problemas, quer no que respeita à manutenção da ordem interna, como em relação ao futuro geopolítico/geoestratégico da região.

O objectivo deste trabalho é a interpretação da realidade indiana actual, em todas as suas perspectivas, dando especial relevo à análise das relações político-diplomáticas e económicas, em relação aos diferentes Estados, de forma a identificar as tendências de evolução e, assim, concluir-se acerca dos seguintes aspectos: estrutura política da região, identificando os actores e as áreas chave; potencialidades e vulnerabilidades próprias e os seus

---

<sup>1</sup> Ver (Rodrigues, 2005: 1).

instrumentos de coacção.

No âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto e particularmente, do estudo de temas considerados actuais e inseridos no círculo das disciplinas da Geopolítica e da Estratégia, entre outras, julga-se importante perceber qual o papel que a Índia desempenha actualmente e que poderá vir a desempenhar no Sistema Político Internacional (SPI), quer no contexto regional, quer no mundial, de forma a constituir-se num futuro próximo, um pólo de poder a relevar no quadro das Relações Internacionais (RI).

No sentido de tornar este assunto mais objectivo foi necessário delimitar o tema e a sua análise ao período pós independência indiana.

A metodologia a ser seguida neste trabalho é a sugerida pelo Manual Escolar (ME 71-00-08 - Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica), distribuído pelo Instituto de Estudos Superiores Militares. As fontes mais significativas de consulta, para a elaboração deste trabalho, foram aquelas disponibilizadas através da “internet” e na pesquisa documental, seleccionada entre as obras de referência publicadas.

Para desenvolver este estudo foi elaborada a seguinte questão central:

*“Em que medida a Índia reúne as características que lhe permitam figurar como actor relevante no Sistema Político Internacional (SPI)?”*

Para proporcionar uma resposta cabal, a esta questão foram formuladas as seguintes questões derivadas:

Questão Derivada 1: *Qual é o valor geopolítico da Índia na região asiática?*

Questão Derivada 2: *De que forma os factores geopolíticos/geoestratégicos contribuem para a afirmação e emergência da Índia?*

Questão Derivada 3: *Quais os instrumentos de coacção que podem ser utilizados pela Índia?*

Questão Derivada 4: *Quais são as áreas e os actores do Sistema Político Internacional mais importantes para a Índia?*

A cada questão derivada associou-se uma hipótese de investigação, as quais, que ao longo do estudo, irão ser alvo de aferição quanto às suas validações. São elas:

Hipótese 1: *O valor geopolítico da Índia resulta da dimensão do seu território, da elevada demografia, e da sua localização geográfica, que a transforma numa potência marítima regional.*

Hipótese 2: *A percepção da evolução dos seus factores geopolíticos/geoestratégicos permite-nos perspectivar que a Índia será uma grande potência, dentro de 30 anos.*

Hipótese 3: *A Índia poderá usar a sua política externa (Diplomacia), as Forças Armadas e a capacidade nuclear (Militar) e a sua economia (Económica) como instrumentos de coação no quadro político internacional.*

Hipótese 4: *Os EUA, UE, Rússia, China e Japão são os actores de maior importância para a Índia.*

O trabalho foi estruturado em quatro partes, seguido das respectivas conclusões. Assim, num primeiro momento, abordar-se-á a Índia no quadro político internacional, apresentando-se um enquadramento geo-histórico, centrado na segunda parte do século XX. Procurar-se-á analisar a actual distribuição do poder, no contexto mundial, assim como, a conflitualidade entre a Índia e os países vizinhos, de forma a obter-se uma melhor compreensão da realidade indiana actual.

Num segundo momento, realizar-se-á o estudo geopolítico/geoestratégico da Índia procurando-se identificar as potencialidades e as vulnerabilidades que permitam entender as relações de poder, nomeadamente as de cooperação e de conflitualidade. Para isso, analisar-se-á os factores geopolíticos/geoestratégicos, assentes no método de estudo do Potencial Estratégico.

Num terceiro momento, analisar-se-á o ambiente externo onde a Índia está inserida, para determinar quais as dinâmicas geopolíticas/geoestratégicas, identificando-se e caracterizando-se, deste modo, quais as áreas e os actores preponderantes, no SPI, para a Índia. As relações entre a Índia e os EUA, UE, Rússia, China, Japão, Afeganistão, Irão, países fronteiriços, Oceano Índico, África e América Latina serão abordadas neste trabalho, segundo esta ordem.

Num quarto momento, elaborar-se-ão três possíveis cenários geopolíticos da Índia, para perceber qual o papel que esta desempenha actualmente e que poderá vir a desempenhar no SPI, quer no contexto regional quer no mundial, de forma a constituir-se, num futuro próximo, um pólo de poder a considerar no quadro das RI.

Encerrar-se-á este trabalho com umas conclusões finais, acerca dos resultados obtidos, apresentando-se as principais linhas de ruptura e de continuidade indianas.

## 2. A Índia no quadro político internacional

*“O quadro geopolítico em que se move presentemente a Ásia estará substancialmente alterado dentro de alguns anos; há dois países primariamente responsáveis por esse desenvolvimento: a China e a Índia. Para além do peso demográfico que sempre tiveram, agora têm também peso económico; o político e o militar vêm a caminho, com novas dimensões”*

Alexandre Reis Rodrigues<sup>2</sup>

Neste capítulo, através da análise histórica, pretende-se identificar os principais antecedentes Geo-históricos da Índia, desde 1947, com vista a uma melhor compreensão da sua actual situação. Para esse efeito será utilizado o “factor histórico”, abordando os factos mais importantes, e estudar-se-ão os actores, que possuem um registo histórico interligado, nomeadamente marcado por períodos de conflitualidade entre eles. Ainda inserido neste capítulo, analisar-se-á a distribuição do poder na actualidade e a compreensão da realidade geopolítica da Índia no Mundo.

### a. Enquadramento Geo-histórico, a partir de 1947.

#### (1) A História indiana

A história indiana está repleta de episódios de violência e de conflitos. Após um período sob o jugo do Império Britânico que, no entanto, marca muito aquela que é a sua personalidade actual enquanto nação, a União Indiana chega à independência, em 15 de Agosto de 1947, liderada pelo movimento de resistência pacífica - Satyagraha<sup>3</sup> - implementada por Mohandas GANDHI e consolidada por Jawaharlal NEHRU.

A Câmara dos Comuns britânica promulgou o *India Independence Act*<sup>4</sup> (Britannica, 2007: 3), em 18 de Julho de 1947, através do qual cessou com a soberania britânica nessa região, produzindo uma nova fragmentação política no subcontinente indiano<sup>5</sup>. Este acto deu origem a três consequências relevantes na história da Índia. A primeira, quando o subcontinente foi dividido, segundo o “O Plano Mountbatten<sup>6</sup>” (Britannica, 2007: 3), entre a União Indiana e o Paquistão, de acordo com as fronteiras religiosas. À Índia foram atribuídas

<sup>2</sup> Ver (Rodrigues, 2007:1).

<sup>3</sup> Satyagraha, forma de protesto não-violento inventado por Gandhi na África do Sul e aperfeiçoada durante a sua luta anti-Britânica na Índia. Composta por duas palavras (satya – verdade; e agraha – insistir em algo sem se tornar demasiado obstinado), (ver em: <http://www.britannica.com>).

<sup>4</sup> Sob as cláusulas do “*Indian Independent Act*”, a Índia e o Paquistão foram admitidos como Estados independentes dentro de Commonwealth, com o direito de se retirarem ou continuar na Organização.

<sup>5</sup> O subcontinente indiano era formado pelo Paquistão (Occidental e Oriental) e pela Índia.

<sup>6</sup> O Almirante Louis Francis Albert Victor Nicholas George Mountbatten, foi o último Vice-Governador-Geral da Índia, entre 24 de Março a 15 de Agosto de 1947.

as áreas predominantes em população hindu e ao Paquistão as áreas, com uma população predominantemente muçulmana (ver Anexo 2) (Humanidade, 2007: 4).

Esta divisão do subcontinente deu origem a graves conflitos entre as comunidades religiosas e à primeira guerra entre a Índia e o Paquistão. Ao nível interno, ressurgiram antagonismos entre Hindus<sup>7</sup> e Muçulmanos e também entre Sikhs<sup>8</sup> e Muçulmanos, sendo particularmente graves, em Caxemira, Punjab e no Nordeste indiano (Olic, 2005:1).

No Punjab, principalmente onde a linha de demarcação dividiu a comunidade Sikh, quase dois milhões de pessoas sob a jurisdição do Paquistão, verificou-se então, um êxodo<sup>9</sup> maciço de muçulmanos do território da União para o Paquistão, assim como, de Sikhs e Hindus do Paquistão para o território da União. No plano externo, as relações entre a Índia e o Paquistão, têm como pano de fundo a região de Caxemira (Humanidade, 2007: 4).

No que diz respeito a Caxemira, um Estado predominantemente habitado por muçulmanos mas governado por um Hindu<sup>10</sup>, o mesmo tornou-se na maior fonte de fricção entre a Índia e o Paquistão. Esta animosidade teve origem na decisão do marajá hindu, em querer manter o Principado de Jammu e Caxemira independente e soberano. No entanto, esta decisão não foi aceite pelo Paquistão. Consequentemente, as forças militares do país invadiram a região de Caxemira, com o intuito de afastarem o marajá hindu do poder (Safaneta, 2003: 1). Esta invasão marcou, assim, o início de uma série de violentos conflitos entre as forças armadas paquistanesas e indianas. Face às atrocidades cometidas pelos muçulmanos e à sua incapacidade de conter esta invasão, o Monarca decide ceder o Principado à Índia, em troca de ajuda militar. Aprovando a decisão do Marajá e prometendo um plebiscito após o restabelecimento da paz, o governo indiano enviou imediatamente tropas para Srinagar, que é a capital de Caxemira para concretizar outros objectivos, e conquistar outros que estavam em posse dos rebeldes muçulmanos (História, 2007: 1).

No ano de 1948, o governo Indiano apresentou uma queixa no Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>11</sup>, acusando o Paquistão de apoiar, na região, os rebeldes muçulmanos (Humanidade, 2007: 4).

Em Julho de 1949, a Índia e o Paquistão acordaram<sup>12</sup> estabelecer uma linha de

---

<sup>7</sup> Hindu designa qualquer pessoa nascida na Índia e que acredita em um espírito supremo cósmico, que é adorado de muitas formas, representado por Vishnu, Shiva e Shakti.

<sup>8</sup> Os sikhs acreditam no karma, segundo o qual as acções positivas geram frutos positivos e permitem alcançar uma vida melhor e o progresso espiritual.

<sup>9</sup> Envolveu mais de 4 milhões de pessoas apenas em Setembro de 1947 e cerca de 500000 vítimas entre os hindus que fugiram do Paquistão e muçulmanos que abandonaram a Índia.

<sup>10</sup> Hari Singh.

<sup>11</sup> A Índia entrou para a ONU no ano de 1945.

<sup>12</sup> O Acordo de Karachi teve origem no Armistício patrocinado pela ONU (1º de Janeiro de 1949). Preconizava a partilha da Caxemira (2/3 para a Índia e 1/3 para o Paquistão) (Educaterra, 2007: 2).

demarcação das respectivas zonas de ocupação, em Caxemira (ver Anexo 2).

A segunda consequência resultante do “*Indian Independence Act*” foi a delegação da autoridade governamental da União na Assembleia Constituinte, originalmente, um órgão criado com o propósito de esboçar um projecto de Constituição para toda a Nação. Após a transferência de poder do governo Britânico, a Assembleia Constituinte atribuiu a responsabilidade executiva a um gabinete ministerial (Menon, 1957: 520). Em Janeiro de 1948, Mohandas GANDHI foi assassinado a tiro, por um fanático hindu, sucedendo-lhe como primeiro-ministro do país, Jawaharlal NEHRU (Índia, 2007: 2).

A última consequência do “*Indian Independence Act*” ocorreu em 28 de Abril de 1949, quando a Índia passou a ser uma república independente dentro da Commonwealth promulgando a sua constituição, em 26 de Janeiro de 1950, assente nos princípios da democracia: Laicismo e o Estado de Direito (Britannica, 2007: 3).

O discípulo de Gandhi e líder do Congresso, Rajendra Prasad, foi eleito primeiro Presidente da República em Janeiro de 1950. Conforme a Constituição, a república foi formalmente proclamada em 26 de Janeiro, efectuando-se a reconstituição da Assembleia Constituinte, como um parlamento provisório, e sendo eleito como Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru (Humanidade, 2007: 5).

A Assembleia Constituinte de Caxemira, em Fevereiro de 1954, aprovou por unanimidade a adesão à Índia<sup>13</sup>. Esta adesão foi concretizada, em 26 de Janeiro de 1957.

Em 1955, na Conferência de Bandung na Indonésia, a Índia aderiu, como membro fundador, ao Movimento dos Países Não-Alinhados. O governo de Nehru consciente da importância geopolítica da Índia, na região asiática, devido à sua posição geográfica e ao facto de ser uma potência demográfica, em ascensão económica, garantiu a sua independência e neutralidade durante o período da Guerra-fria. Contudo, não deixou de estabelecer alianças estratégicas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estas alianças não tinham qualquer motivação ideológica, mas apenas económica e militar, nomeadamente, na aquisição de armamento em quantidade e com o nível tecnológico requerido, a preços mais baixos, prevendo e promovendo uma coesão contra os seus principais rivais, a China e o Paquistão (HOJEMACAU, 2003: 4/5).

Verificou-se assim, a partir da eclosão da Guerra da Coreia, em 1950, a determinação, por parte da Índia, em evitar qualquer ligação com qualquer dos Blocos. O governo indiano, durante este período, encetou várias acções diplomáticas para tentar resolver os conflitos do Médio Oriente e da Coreia do Norte; sugeriu e apoiou a admissão da República Popular da

---

<sup>13</sup> Após o falhanço das conversações entre a Índia e o Paquistão sobre o plebiscito de Caxemira (Humanidade, 2007: 5).

China (RPC) às Nações Unidas, como sendo um pré-requisito para obter uma solução pacífica na crise do Extremo Oriente.

A reorganização dos Estados, em 1956, levada a cabo pelo governo indiano extinguiu a organização criada em 1947, estabelecendo uma nova estrutura federativa, com base nas características étnicas e linguísticas da população. A última unificação política foi estabelecida, em 1958, pelo *Government of India Act*<sup>14</sup> (ver Anexo 2), (Humanidade, 2007: 4).

Em 26 de Janeiro de 1957, a Índia declarou o Estado de Caxemira como parte integrante da República da Índia, tendo em consideração as decisões tomadas pela Assembleia Constituinte de Caxemira (Humanidade, 2007: 5).

Após as acusações, em 18 de Dezembro de 1961, contra os Portugueses, por agressão à população indiana, as forças militares da Índia ocuparam os estados de Goa, Damão e Diu que integravam o Estado Português da Índia (Ferreira, 2001: 930).

As disputas de fronteiras entre a Índia e a China, no ano de 1962, levaram a uma guerra entre estes Estados. Os principais factores que levaram à eclosão deste conflito foram: a disputa pela zona fronteira dos Himalaias, situada em Arunachal Pradesh (Sul do Tibete); a luta pela região de Aksai Chin<sup>15</sup> e a construção de uma auto-estrada em plena Aksai Chin, construída pela República Popular da China (RPC) (ver Anexo 2), (Chatham House, 2007: 4).

No início desse ano, ambos os países aumentaram os postos avançados militares ao longo da fronteira territorial em disputa nos Himalaias. Em Outubro, os chineses atacaram e invadiram os postos avançados indianos quer na parte oriental como na parte ocidental da fronteira. Os indianos, mal preparados e precariamente equipados para a luta em alta montanha, foram incapazes de impedir o avanço chinês, que apenas terminou quando Pequim anunciou um cessar-fogo unilateral em Novembro. Como a RPC obteve a vitória neste conflito, Aksai Chin passou para a sua administração (Goês, 2005: 1/4).

Em Maio de 1964, o Primeiro-ministro Nehru morre, assumindo a chefia do governo da Índia, o Ministro dos Assuntos Internos, Lal Bahadur Shastri.

Em 1965, Caxemira é a causa de mais uma guerra entre a Índia e o Paquistão. Incidentes entre as guerrilhas paquistanesas<sup>16</sup> e tropas indianas desencadearam uma guerra entre os dois Estados. Como resposta à tentativa paquistanesa de infiltração massiva de guerrilheiros, as forças indianas atravessaram a linha de cessar-fogo estabelecida em 1949,

---

<sup>14</sup> A lei aprovada, autorizava o estabelecimento de organismos legislativos autónomos nas províncias da Índia Britânica, para a criação de um governo central representativo das províncias e principados, e para a protecção das minorias muçulmanas.

<sup>15</sup> Situada na confluência de três países – China, Índia e Paquistão.

<sup>16</sup> A infiltração de guerrilheiros muçulmanos leva a Índia a uma nova intervenção, atacando o Paquistão. O movimento "Caxemira Livre" ataca os hindus da Caxemira, procando cerca de 3 mil indianos e 3,8 mil paquistaneses mortos.

bem como a Fronteira Internacional, lançando uma série de ataques em direcção a Azad Caxemira e aos Territórios do Norte. Como resultado final, a Índia anexou alguns territórios da Caxemira paquistanesa. As hostilidades continuaram tensas, até ao início de negociações, mediadas pelos Soviéticos, entre Shastri e o Presidente Paquistanês, Muhammad Ayub Khan, que resultaram, em 10 de Janeiro de 1966, num acordo<sup>17</sup> para a retirada das tropas (Educaterra, 2007: 2).

Posteriormente, em 1971, ocorre o terceiro conflito indo-paquistanês, na sequência da Guerra de Libertação do Paquistão Oriental - actual Bangladesh. A Índia envolve-se neste conflito porque, a sua Primeira-ministra, Indira Ghandi, decidiu apoiar a causa dos bangladeshis, acolhendo refugiados e proporcionando treino militar às guerrilhas do Mukti Bahini<sup>18</sup> (Humanidade, 2007: 5).

Este facto leva o Paquistão a empreender alguns ataques contra a Índia. Em retaliação aos ataques paquistaneses, a Índia tomou duas acções: a primeira foi deslocar tropas para junto da fronteira em Caxemira e a segunda, foi juntar-se às guerrilhas Mukti Bahini, para lutar contra as forças do Paquistão presentes no Bangladesh. Os ataques do Paquistão não conseguiram travar o avanço das tropas indianas em Caxemira e a Índia anexou uma boa parte dos territórios nesta região, que pertenciam ao Paquistão. No dia 16 de Dezembro, as forças paquistanesas renderam-se e o Bangladesh viu finalmente reconhecida a sua independência. O conflito terminou, oficialmente, com a assinatura do Acordo de Simla, em 3 de Julho de 1972, por ambas as partes (Educaterra, 2007: 2).

Várias foram as razões que sustentaram a vontade da Índia em tornar-se uma potência nuclear, entre as quais: a sua independência, a sua neutralidade e as permanentes tensões com o Paquistão e a China.

Em Outubro de 1984, a Primeira-Ministra indiana, Indira Ghandi, foi assassinada pelos seus guarda-costas Sikhs e é nomeado para o cargo o seu filho Rajiv, que foi assassinado por um militante do movimento separatista cingalês dos Tigres Tamil (Humanidade, 2007: 5).

Entre 11 e 13 de Maio de 1998, a Índia realizou cinco testes nucleares, e consequentemente, os EUA adoptaram sanções económicas contra aquele País (Torres, 2007: 15). Com o aumento das tensões entre a Índia e o Paquistão, devido à corrida ao armamento Nuclear, foi assinado um acordo<sup>19</sup> entre o Primeiro-ministro indiano Atal B. Vajpayee e o

---

<sup>17</sup> A Conferência de Tashkent, em 10 de Janeiro de 1966, preconizava a retirada das tropas da fronteira. Porém, não determinou o fim da corrida armamentista entre Índia e Paquistão.

<sup>18</sup> Composto sobretudo por civis e alguns militares apoiado pelos membros, detidos e exilados, cujo principal objectivo era afastar, juntamente com as forças armadas bangladeshis, a minoria paquistanesa do poder.

<sup>19</sup> Declaração de Lahore. Esse nome resulta do facto de ter sido na cidade paquistanesa de Lahore, que ocorreu a assinatura do acordo entre as partes.

Primeiro-ministro paquistanês Nawaz Sharif, sob o auspício da Organização das Nações Unidas (ONU), em Fevereiro de 1999, com a finalidade de fortalecer o diálogo bilateral, evitando assim, o risco de uma guerra nuclear (Safaneta, 2003: 3).

Este acordo teve uma duração curta, porque em Maio desse ano, a Índia lançou uma operação<sup>20</sup> contra os guerrilheiros islamitas e os grupos separatistas de Caxemira, que tinham ultrapassado a Linha de Controlo e invadido o distrito de Kargil na Caxemira indiana. Este facto deu origem à quarta guerra indo-paquistanesa.

A guerra de Kargil teve três fases: a primeira, a “captura” paquistanesa de territórios estrategicamente vitais pertencentes à Caxemira indiana; a segunda, a protecção de estradas de grande importância estratégica, por parte das forças indianas; e a terceira, o recuo das tropas paquistanesas e das respectivas guerrilhas da região. Esta guerra terminou em Julho de 1999, quando o Nawaz Sharif mandou retirar as tropas paquistanesas de Kargil, porque teve consciência que as suas forças, nada podiam fazer contra os fortes ataques das Forças Armadas indianas<sup>21</sup>. Como consequência desta guerra, a Índia assumiu o controlo de Kargil e arredores que, anteriormente, eram ocupados por paquistaneses (Qadir, 2002: 1/5).

Em Junho 2001, o primeiro-ministro indiano reuniu pela primeira vez, em dez anos, com o presidente paquistanês, não obtendo qualquer acordo sobre Caxemira. Em Dezembro do mesmo ano, o Parlamento indiano foi alvo de um ataque, atribuído a grupos radicais islâmicos apoiados pelo Paquistão.

No início de 2002, muçulmanos atearam fogo a um comboio cheio de hinduístas, que regressavam de uma peregrinação, matando 57 pessoas. Surgiram conflitos religiosos por todo o país, culminando na morte de 800 pessoas. No mês de Maio desse ano, as tensões entre a Índia e o Paquistão agravaram-se, depois dos muçulmanos separatistas atacarem um autocarro de passageiros e um acampamento militar indiano em Caxemira, matando mais de 30 pessoas. Seguiram-se novos atentados terroristas, além de confrontos entre militares dos dois países, que somaram dezenas de mortos (Índia, 2007:3).

Em Agosto de 2002, dois atentados, quase simultâneos, mataram 46 pessoas em Bombaim e deixaram 130 feridos. Em Novembro desse ano, indianos e paquistaneses adoptaram um cessar-fogo total, depois de mais de uma década de combates na região da Caxemira. Em Fevereiro de 2004, os governos da Índia e do Paquistão deram início às conversações de paz (ver Anexo 3), (Índia, 2007:3).

---

<sup>20</sup> A operação Badr.

<sup>21</sup> O efectivo das Forças Armadas indianas, Exército e Força Aérea, nesta operação, era cerca de 200.000 homens.

## (2) A Conflitualidade indiana<sup>22</sup>

Quando se fala em tensões geopolíticas e conflitos que afectam a Índia, o primeiro nome que aparece é o de Caxemira. A diversidade étnica, religiosa, linguística e cultural da sociedade indiana é o factor primordial de uma conflitualidade interna, cujas demonstrações exteriores apresentam-se, quase sempre, sob a forma de atentados, ou ataques. Na década de 1980, também se destacou a revolta dos Sikhs na região do Punjab, havendo contudo, poucas referências aos conflitos e tensões que afectam o nordeste da Índia (Olic, 2005:1).

Actualmente, no âmbito da conflitualidade interna<sup>23</sup>, existem três zonas relevantes de conflito: a região da Caxemira Indiana – “Jammu e Kashmir” – onde grupos separatistas utilizam os actos terroristas contra a autoridade indiana; o Nordeste Indiano – região de Assam – onde coabitam um elevado número de grupos armados, com exigências que variam desde a secessão, à autonomia e à independência; e a insurreição dos maoístas indianos – “naxalistas” – oriundos da fronteira com o Nepal e o Bangladesh, que se encontram activos em cerca de 13 estados do Leste e Centro do país, reclamando a defesa dos agricultores pobres e sem terras, com o intuito de criar um estado comunista (Mitra, 2007: X).

Do ponto de vista da conflitualidade externa, verificam-se tensões: com a China e o Paquistão, pela convergência de interesses em relação à posse da região de Caxemira; resultantes do controlo das fronteiras, com os vizinhos Nepal, Bangladesh e Sri Lanka.

### (a) Índia – Paquistão

A região de Caxemira continua a ser um ponto decisivo nas relações entre os dois países, pelos seguintes factores: religioso, porque é a maior comunidade muçulmana da Índia; de soberania, pois a Índia considera que “Jammu e Kashmir” fazem parte do seu território; territorial, porque a região de caxemira permanece dividida (na Azad Caxemira administrada pelo Paquistão, e a “Jammu e Kashmir” administrada pela Índia); e finalmente, económico, pela passagem do rio Jelum no vale de Caxemira, na província hindu, onde existe a maior zona turística indiana. Após o 11 de Setembro de 2001, apesar dos conflitos ao longo da linha de controlo e do atentado contra o parlamento indiano<sup>24</sup>, as relações entre aqueles actores iniciaram um novo ciclo de aproximação, fruto da necessidade de colaboração na luta contra o terrorismo (Safaneta, 2003: 4).

A Índia tem, também, em consideração, que o Paquistão é um Estado nuclear, de equilíbrio precário face às suas dissensões internas e à postura governamental de apoio à luta

<sup>22</sup> Ver Apêndice I.

<sup>23</sup> Conflitualidade que põem em causa a unidade da Índia, podendo caracterizar-se por uma luta entre o centro e algumas das suas periferias.

<sup>24</sup> Ataque de 13 de Dezembro de 2001 ao Parlamento Indiano em Delhi (Safaneta, 2003: 3).

contra o terrorismo. Contudo, é sabido que a substituição do governo moderado de Musharraf pode possibilitar a organizações extremistas e o acesso a armas de destruição massiva. Não obstante isso, o Presidente Musharraf tem vindo a dar sinais de aproximação ao processo paritário de estabilidade, através da recente proposta que veiculava uma possível resolução do conflito de Caxemira, incluindo várias alternativas, tais como: a criação de um governo autónomo para a região, o livre-trânsito ao longo da linha de controlo, a retirada faseada das forças militares e a criação de um mecanismo de supervisão conjunto tri-lateral (Paquistão, Índia e Caxemira). Para isso, a Índia exige como condição, o abandono da intenção paquistanesa, relativo ao referendo sobre o estatuto de Caxemira, a ser conduzido sob a égide das Nações Unidas.

#### **(b) Índia – China**

A Índia vê a China como um rival geoestratégico na região. Também, as relações entre elas são afectadas pela questão de Caxemira, tendo já motivado um conflito militar em 1962<sup>25</sup>. É de realçar que a disputa territorial é motivada por dois factores: o geoestratégico, nomeadamente as passagens que ligam o mar Arábico ao mar da China<sup>26</sup> e pelo controlo do Norte de Caxemira, onde existem os glaciares, que são a fonte do rio Indus e o económico, devido à bacia internacional do Ganges-bramaputra, onde existem infraestruturas fabris. Outros pontos em desacordo são as críticas chinesas ao programa nuclear indiano, o apoio indiano ao governo exilado do Dalai Lama e o apoio chinês aos movimentos separatistas do Nordeste indiano. Contudo, apesar de todas estes antagonismos, as relações tendem para um entendimento pacífico (Roy, 2007: 4).

#### **(c) Índia - Bangladesh**

Existem relatos de violações de fronteira entre a Índia e o Bangladesh e incidentes étnicos nas regiões fronteiriças, face ao posicionamento de enclaves em ambos os lados. O maior problema para as relações entre eles tem origem na imigração ilegal, oriunda do Bangladesh (Faleiro, 2007: 4).

#### **(d) Índia - Nepal**

O Nepal é uma das principais fontes da insurgência maoísta e, como tal, o controlo da fronteira constitui uma preocupação fundamental para a Índia. O recente acordo de paz assinado entre os maoístas e o governo interino nepalês, aparentemente, diminui o grau da ameaça para a Índia (Faleiro, 2007: 4).

---

<sup>25</sup> A China administra ainda a região de Arunachal Pradesh, reclamada pela Índia.

<sup>26</sup> Só existem duas passagens que ligam o mar Arábico ao mar da China: a de Khunjerab, na região de Caxemira paquistanesa, e a de Karakorum na parte de Caxemira controlada pela China desde 1962.

**(e) Índia – Sri Lanka**

O conflito que no Sri Lanka opõe o governo e os “Tigres Tamil” estabelece outra preocupação para a Índia, sobretudo, fruto da etnicidade comum entre os Tamil que vivem no Sul da Índia e os que vivem no Norte e Este do Sri Lanka. Os “Tigres Tamil” têm os seus santuários no Estado indiano TAMILNADU e actuam, a partir daí, no Sri Lanka (Hariharan, 2007).

**b. A actual distribuição do poder**

O fim da Guerra-fria conduziu a alterações profundas ao SPI. O término deste regime bipolar e da disputa estratégica, ideológica e política entre as duas grandes potências foi o cessar de um período de concertação entre os EUA e a URSS. O mapa político da Guerra-fria colapsou-se e procurou-se, então acautelar situações críticas de ruptura, inserindo-se as mudanças que, então surgiram, no quadro das Instituições existentes. Nesta nova arquitectura do poder mundial e sem um rival estratégico, os EUA afirmaram-se como a superpotência.

Contudo, algumas características do sistema internacional têm-se mantido ao longo dos tempos: a interdependência dos actores, a elevada evolução das tecnologias da informação e das comunicações e a globalização das economias de mercado, apoiadas em Instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras. A abertura dos mercados à globalização, facilitando a circulação de pessoas, bens e outros, tem levado ao aparecimento de novos actores colectivos e singulares<sup>27</sup> na cena internacional. Segundo Luís Moita<sup>28</sup> esta nova realidade chama-se a Configuração Internacional (CI).

Segundo Luís Tomé (2005: 2), *“O novo recorte geopolítico mundial decorre dos efeitos provocados por dois acontecimentos “detonadores” – o final da Guerra-fria e o 11 de Setembro – e por um outro “revelador”- a crise iraquiana. Os “detonadores” provocam alterações substanciais na estrutura de poder mundial, na medida em que os Estados Unidos encaram o fim do confronto bipolar e, posteriormente, a “ a guerra contra o terror”, como oportunidades para expandirem o seu alcance estratégico. A crise em torno da intervenção militar no Iraque, por seu lado, serviu, sobretudo, como “revelador” da realidade das relações de poder e de força, bem como das divergências transatlânticas e intereuropeias”*.

Os EUA, no imediato à Guerra-fria foram considerados como a única superpotência do sistema internacional, possuidora de uma indiscutível superioridade em relação às outras potências. Eles possuíam todos os domínios do poder em vários aspectos: económico, tecnológico, militar e cultural.

---

<sup>27</sup> É exemplo destes novos actores: o Papa D. João Paulo II pela sua influência na alteração da situação política na URSS e pela luta do fim do Apartheid na África do Sul.

<sup>28</sup> Conceito explanado na aula de Modelos de Análise em Relações Internacionais, ao CEMC 07/08, em 22Nov07.

A seguir aos EUA surgem, no SPI, outras grandes potências: o Japão e a Alemanha, que são as segunda e terceira maiores economias mundiais; a Rússia, pela grande extensão territorial e por continuar a ser uma potência nuclear; a China e a Índia que são grandes potências demográficas, possuidoras de economias emergentes e que ocupam grandes espaços continentais; o Reino Unido e a França, que são economias muito importantes, potências nucleares e, conjuntamente, com os Estados Unidos, a Rússia e a China, são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Vasconcelos, 2006: 7).

Assim, podemos classificar o sistema internacional como unipolítico, ou seja, unipolar do ponto de vista militar, mas tripolar nos domínios económico, cultural, tecnológico e estratégico, porque inclui o EUA, UE e Japão (Rodrigues Viana: 2002, 39); outros, ainda, consideram a existência de um sistema uni-multipolar, com uma superpotência e diversas grandes potências (Tomé, 2005: 2).

Para Josef Nye (2002: 276), a distribuição do poder do sistema internacional actual é semelhante a um jogo de xadrez tridimensional, que representa uma combinação de interdependências de três níveis. O poder militar situa-se no tabuleiro superior, sendo o sistema unipolar (EUA); o poder económico no tabuleiro intermédio, sendo o sistema tripolar (EUA, União Europeia e Japão); o domínio da interdependência transnacional<sup>29</sup> no tabuleiro inferior, em que o poder se apresenta disperso.

### **c. Enquadramento da Índia à luz das teorias geopolíticas**

A Índia está localizada no subcontinente indiano, também referido como Ásia do Sul, o qual constitui uma singular entidade geopolítica. É limitada a Norte pela cadeia montanhosa dos Himalaias e a Sul pelo Oceano Índico e duas das suas ramificações: o Mar Árábico e a Baía de Bengala. A Índia é singularmente central na geopolítica da região, pois todos os outros países possuem fronteiras com ela, mas não uns com os outros.

Ao longo dos tempos, têm sido elaboradas várias teses para caracterizar geopoliticamente os espaços em função dos diferentes factores de poder. Até ao final da Guerra Fria, as teses desenvolvidas tiveram diferentes objectos de estudo, desde do relacionamento do homem com o espaço, na antiguidade clássica, passando pelo estudo da ligação do sistema político do Estado com o território até a dicotomia entre o poder continental e o marítimo. Hoje, os «cientistas» da geopolítica desenvolvem as suas teses apoiadas em factores de natureza, civilizacionais, económicas, religiosas e na afirmação dos espaços regionais.

---

<sup>29</sup> Que contempla as relações transnacionais que atravessam fronteiras fora do controlo dos governos.

Foi com o determinista alemão Friedrich Ratzel que, na segunda parte do séc. XIX, surgiu o pensamento geopolítico assente na geografia, para entender o Estado como entidade política, desenvolvendo o conceito de “espaço é poder” (Chaliand, 1994: 782/784). A sua tese preconiza o poder do estado assente nas coordenadas de Espaço (Raum) e de Posição (Lage) – o espaço vital. Ao analisar a Índia vemos que tem os requisitos necessários para competir através do seu espaço vital: o “espaço” (Raum) que se caracteriza pela sua área total e características físicas; e a “posição” (Lage) pelo seu papel de charneira na Ásia.

Para o Sir Halford John Mackinder<sup>30</sup> a Índia encontra-se no “crescente interior”<sup>31</sup> devido à sua localização e características geográficas que protegem o “Heartland”, contribuindo para a sua defensibilidade e impenetrabilidade a partir do litoral.

Para os teorizadores do poder marítimo, a Índia possui as características essenciais para ser uma grande potência marítima, nomeadamente, para o Almirante Alfred Mahan, em que o poder do Estado está baseado na extensão das costas e na natureza dos portos.

Já para Spykman<sup>32</sup>, o mais importante é a geopolítica dos poderes conjugados (mar, terra e ar) e com uma directriz geográfica definida: o “*Rimland*”<sup>33</sup> que, de acordo com este teorizador, necessitava de intervenção permanente. Podemos, no entanto, dizer que o “*Rimland*” de Spykman corresponde ao “Crescente Interior” de Mackinder. Esta tese de Spykman justifica alguns alinhamentos históricos, como o da Índia<sup>34</sup> com a Rússia (Chaliand, 1994: 966/73).

Para Saul Cohen<sup>35</sup>, (2003: 303-325) o mundo encontra-se dividido em regiões geoestratégicas<sup>36</sup> e regiões geopolíticas<sup>37</sup>. Esse teorizador identificou, como regiões geoestratégicas, o Mundo Marítimo (em que o núcleo era EUA) e o Mundo Continental Euro-Asiático (que tinha por núcleo, o centro industrializado russo). O Mundo Marítimo dividia-se em quatro regiões geopolíticas: a América anglófona e as Caraíbas, a Europa marítima e o Magrebe, a Ásia marítima e a Oceânia e por último a América do Sul. Por sua vez, o Mundo

<sup>30</sup> Ver Anexo 4.

<sup>31</sup> Anel constituído por regiões desérticas, geladas, pantanosas e montanhosas formando uma barreira de obstáculos naturais.

<sup>32</sup> Ver Anexo 4.

<sup>33</sup> O *Rimland* de Spykman inclui três áreas: o Continente europeu, as terras desérticas da Arábia e Médio Oriente e a Ásia das monções (Chaliand, 1994: 969).

<sup>34</sup> Este alinhamento durante o período da Guerra-fria, teve dois significados: para a URSS serve para equilibrar a influência dos EUA no países do “*Rimland*” e para a Índia aumentar a sua segurança em relação ao mundo muçulmano, especialmente ao seu vizinho Paquistão.

<sup>35</sup> Ver Anexo 4.

<sup>36</sup> “Tem significado global (...) suficientemente ampla para possuir características e funções que tenham influência mundial (...) expressão das inter-relações existentes numa vasta parte do mundo (...)” (Pezarat Correia, Vol I: 201).

<sup>37</sup> “Tem extensão regional. É uma subdivisão da região geoestratégica. Expressa a unidade de características geográficas. A continuidade de posição e a complementaridade dos seus recursos são sinais especialmente diferenciadores da região geopolítica” (Pezarat Correia, Vol I: 201/202).

Continental dividia-se nas duas regiões: *heartland* russo e Europa Oriental, por um lado, e Leste asiático continental, por outro. Para além dos dois mundos, o mesmo autor, identificava duas regiões geopolíticas especiais e independentes: a cintura fragmentada do Médio Oriente e a cintura fragmentada do Sudeste Asiático. Contudo, Cohen, na sua divisão, não contempla o sub-continente indiano, pois considera-o uma região independente e como unidade política, que poderá vir a ser considerada uma quarta região geoestratégica num futuro próximo.

Para Ray Cline a Índia pode ter um papel mais activo nas Relações Internacionais, se associar a sua massa crítica ao factor nuclear e desenvolver e modernizar as suas Forças Armadas.

Henry Kissinger<sup>38</sup>, conselheiro político de vários presidentes americanos, constatou que a rápida mudança no SPI, se verificava devido à fragmentação étnica dos impérios (URSS e Jugoslávia), às nações pós-coloniais<sup>39</sup> (africanas) e aos Estados tipo continental (Índia e China), observando que o mundo de hoje se dividia em quatro subsistemas: o “mundo das democracias”<sup>40</sup>, que abarca as Américas, a Austrália e a Europa Ocidental; o Médio Oriente onde os fundamentos ideológicos e religiosos dos conflitos tornam estes menos “racionalizáveis”; a África<sup>41</sup> com um potencial explosivo de conflito étnico, num âmbito de um grave subdesenvolvimento económico e social; e finalmente a Ásia em que as grandes potências se tratam umas às outras como rivais estratégicos, e em que, não existindo guerras iminentes, elas não são propriamente impensáveis (Kissinger, 2002: 21-23).

Zbigniew Brezinski<sup>42</sup> (1997: 37/56), conselheiro Nacional de Segurança do presidente Jimmy Cárter, admite que a hegemonia americana<sup>43</sup> é a única que pode ser classificada de global e que tem a supremacia do poder<sup>44</sup>. Ele analisa o poder mundial comparando-o a um “tabuleiro de xadrez” com jogadores geoestratégicos e pivots geopolíticos. Para ele, o controlo da Euro-Ásia é importante, na medida em que, estes dois continentes concentram: mais de três quartos da população e dos recursos energéticos mundiais; cerca de 60% do PNB do mundo; e é neles que se encontram os maiores gastos na área da defesa.

Este espaço é onde se jogam os interesses mundiais, dividindo-o em quatro grandes áreas: nas extremidades situam-se duas áreas densamente povoadas; no centro, está uma grande zona politicamente fragmentada; e a Sul, situa-se um espaço rico em recursos

<sup>38</sup> Ver Anexo 4.

<sup>39</sup> Em que é possível um longo período de paz relativa, cuja preservação, porém, deverá exigir uma cuidadosa gestão da balança dos poderes.

<sup>40</sup> Um espaço de paz baseada na democracia e no progresso económico em que as guerras são inconcebíveis, excepto na periferia.

<sup>41</sup> Mas onde existem recursos que são importantes e, nalguns casos, vitais para o mundo desenvolvido.

<sup>42</sup> Ver Anexo 4.

<sup>43</sup> Esta hegemonia envolve uma influência decisiva, mas não um controlo directo.

<sup>44</sup> Militar, económico, tecnológico e cultural.

energéticos mas politicamente anárquico. Para Brezinski, os jogadores geoestratégicos são a China e a Índia – pelas suas, cada vez maiores, afirmações regionais. A par destes jogadores existem os pivots geopolíticos<sup>45</sup>: a Ucrânia, o Azerbaijão, a Turquia, o Irão e a Coreia do Sul.

Para Samuel Huntington<sup>46</sup> (1996), a população e o território são elementos essenciais dos Estados. Com o final da Guerra-fria houve uma acentuada clivagem ao nível cultural e civilizacional, como tinha sido antecipado por ele, em 1996. Esta clivagem aumentou a hostilidade entre os povos e apresenta-se como um factor potencial de degradação no futuro, principalmente entre o Ocidente e o Islão. De acordo com Almeida (2004: 2), “*O que para os países ocidentais são valores universais, para as sociedades islâmicas significa imperialismo ideológico*”.

Segundo o autor o mundo está dividido em termos de cultura e civilização, sendo as civilizações dinâmicas e definidas por elementos objectivos comuns, dos quais se destaca: a língua, a história, a religião, os costumes e a auto-identificação como povo. Considera que, existem oito grandes civilizações: a ocidental, a confuciana, a japonesa, a islâmica, a hindu, a eslavo-ortodoxa, a latino-americana e a africana.

Samuel Huntington defende ainda, que o choque entre civilizações é inevitável devido às diferenças religiosas, às migrações, mudanças sociais e às assimetrias de desenvolvimento, que irão provocar conflitos no futuro, nomeadamente, nas linhas de fractura civilizacionais. Entre as cinco linhas de fractura refere a do Paquistão/Índia (entre os Muçulmanos e Hindus).

### **3. Análise geoestratégica**

A Índia é um dos gigantes demográficos e territoriais, com uma civilização milenar e de imensos contrastes. Analisar-se-á este colosso da Ásia do Sul, orientado pelos factores geopolíticos/geoestratégicos, de natureza geográfica: o Factor Físico, o Factor Humano, o Factor Recursos Naturais, o Factor Circulação, o Factor Tecnológico e o Factor Estruturas<sup>47</sup>.

Com o Factor Físico será analisado o Território, que define a entidade política, jurídica e administrativa do país.

O Factor Humano é um factor multiplicador do poder do Estado. A população tem influência nesse poder, através da disponibilidade de mão-de-obra para a indústria e de meios humanos, para as estruturas das Forças Armadas. Poderá ser também uma fonte de conflitos sociais, que afectarão a coesão nacional. Este factor não poderá ser estudado à margem dos outros, pois eles são influenciados pela capacidade, vontade e espírito de defesa do povo indiano.

---

<sup>45</sup> As fragilidades e localização geográfica destes pivots são aproveitadas pelos jogadores geoestratégicos.

<sup>46</sup> Ver Anexo 4.

<sup>47</sup> Estes factores contribuirão para a definição do poder dos Estados.

O Factor Recursos Naturais pretende avaliar o valor dos recursos do país. Como a sua existência não significa disponibilidade, porque é necessário dispor das capacidades de extracção e/ou transformação logo, o seu valor só depende da escassez, necessidade e distribuição. A análise deste factor foi realizada, com base na classificação em: energéticos, minerais e alimentares.

O Factor Circulação, como factor de integração e meio de acção política, representa em termos de desenvolvimento, a acessibilidade do território e da população a pessoas, bens e ideias.

O Factor Tecnológico permite avaliar a capacidade e o estado de desenvolvimento de um país. O seu desenvolvimento depende da disponibilidade de recursos humanos, financeiros e da capacidade de investimento contínuo nessa área.

O Factor Estruturas caracteriza as formas de organização da sociedade e relaciona o meio humano com o meio físico. Contribui para o poder do Estado desde que, aquelas relações sejam harmoniosas.

#### **a. Factor físico**

Ver Apêndice 2.

##### **(1) Potencialidades**

As potencialidades deste factor são as seguintes: capacidade de alojar um elevado número de população; posse de vastos recursos naturais (Oceano Índico e Continente); a sua localização permite-lhe, influenciar directamente, diversos teatros de operações do continente euro-asiático (Ásia do Norte e do Nordeste, Ásia Central e Ásia do Sul e do Sudeste); possibilidades de defesa contra ataques convencionais, conferidas por grandes barreiras geográficas a Norte e Sul; a profundidade, a extensão e a compartimentação do território possibilitam o estabelecimento de zonas de refúgio numa estratégia de resistência, contra um invasor externo; as Ilhas de Andaman e Nicobar permitem-lhe controlar o tráfego marítimo do estreito de Malaca; e a extensa linha de costa possibilitam-lhe, um franco domínio, sobre as principais rotas comerciais e energéticas do Índico.

##### **(2) Vulnerabilidades**

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: a descontinuidade territorial, devido à localização do Bangladesh, cria dificuldades naturais de comunicação com o extremo-oriental (Nordeste indiano); a inexistência de barreiras geográficas importantes, na extensa fronteira a Oeste e a Este, permite o fácil acesso à região da planície do Rio Ganges; e a variedade de fronteiras físicas e políticas obriga a dispersar recursos políticos, diplomáticos, económicos e militares.

## **b. Factor humano**

Ver Apêndice 3.

### **(1) Potencialidades**

As potencialidades deste factor são as seguintes: o grande efectivo populacional constitui-se como uma fonte inesgotável, em recursos humanos; o elevado número de população jovem (25%), que permite nas próximas décadas, uma elevada e qualificada mão-de-obra; fonte de elevado número de talentos e a baixo custos; e a diáspora ultramarina, que contribuem para o desenvolvimento económico e social do país e, funcionam como grupos de pressão político-económica, com grande valor eleitoral em certas circunscrições, e que podem ser orientadas, de acordo com os interesses da Índia, nomeadamente, aquela que se encontra localizada nos EUA.

### **(2) Vulnerabilidades**

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: cerca de 62% vivem na pobreza, dos quais, 43% vivem em extrema pobreza<sup>48</sup>; grandes desigualdades sociais; elevada taxa de analfabetismo; as diversidades linguísticas e religiosas são um factor de tensão interna e de falta de coesão nacional; e as inúmeras disparidades urbanas e rurais, com as províncias mais urbanizadas, mais ricas e industrializadas, concentradas nas zonas costeiras, exacerbando o fenómeno das migrações internas e dos consequentes graves problemas sociais que tal fenómeno acarreta.

## **c. Factor recursos**

Ver Apêndice 4.

### **(1) Potencialidades**

As potencialidades deste factor são as seguintes: a extensão territorial da Índia garante, à partida, uma elevada auto-suficiência na maior parte dos recursos estratégicos, com a principal excepção do petróleo; a auto-suficiência alimentar (ou, se não se quiser ser tão optimista, pelo menos um grau de auto-suficiência que permite afastar cenários “catastróficos”) e a grande capacidade de aumentar a sua produção energética à custa de energias limpas (nuclear e energias renováveis).

### **(2) Vulnerabilidades**

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: a crescente dependência das importações de petróleo para o desenvolvimento da sua economia; dificuldade em sustentar o equilíbrio ambiental face ao ritmo do crescimento económico e à relativa ineficiência do

---

<sup>48</sup> São 300 milhões dos 700 milhões que vivem na pobreza (Costa, 2007: 117).

modelo de desenvolvimento; e o impacto negativo no ambiente e no sistema de transportes da excessiva utilização do carvão para a produção de energia.

**d. Factor circulação**

Ver apêndice 5.

**(1) Potencialidades**

As potencialidades deste factor são as seguintes: grande mercado para as Tecnologias de Informação devido à baixa taxa de internautas; boas vias de comunicação fluviais que facilitam o escoamento dos produtos agrícolas; um elevado número de ligações aéreas entre as maiores cidades indianas e, entre estas, e as principais capitais mundiais; e as boas infraestruturas marítimas para apoio do comércio internacional.

**(2) Vulnerabilidades**

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: deficiente rede rodoviária, com cerca de 50% em pavimento de terra ou cascalho, dificultando o desenvolvimento industrial; deficiente rede ferroviária, devido ao diferente tipo de medidas entre carris, que implica uma incompatibilidade na utilização dos equipamentos, acarretando elevados gastos financeiros no transporte de mercadorias; medíocres redes de telefones e a pouca acessibilidade aos novos meios de comunicação (Internet).

**e. Factor tecnológico**

Ver Apêndice 6.

**(1) Potencialidades**

As potencialidades deste factor são as seguintes: elevado potencial de desenvolvimento da economia apoiada nas Tecnologias de Informação (TI); transformar-se no “backoffice” internacional das TI; criação de elevado número de postos de trabalho; aumentar o investimento estrangeiro; grande capacidade de desenvolvimento das áreas militares e espacial, tornando-se no Estado director da região asiática; e a capacidade de influenciar os outros países através das trocas comerciais (Soluções de baixo custo).

**(2) Vulnerabilidades**

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: assimetria no desenvolvimento do país e o desenvolvimento dos pólos tecnológicos poder levar ao êxodo rural.

**f. Factor estruturas**

Ver Apêndice 7.

### **(1) Potencialidades**

As potencialidades deste factor são as seguintes: sistema político democrático permite à Índia se constitua num pilar de democracia e estabilidade na região; a não intervenção de poderes que não sejam puramente políticos no governo do país, resultando daí a garantia da estabilidade; a independência da sua política externa permite-lhe fazer as mais convenientes alianças estratégicas face aos seus objectivos; o grande potencial de desenvolvimento do seu mercado interno, possibilitando elevados ganhos de produtividade e consequente crescimento da economia e dos padrões de vida; a integração nas grandes organizações que regulam o sistema económico internacional; a capacidade de, através da interdependência com a economia mundial, aumentar a influência política da Índia nos países fornecedores de matérias-primas e, simultaneamente, cativar o investimento externo e o interesse, no crescimento económico indiano, dos actores das principais economias mundiais, designadamente nos Estados Unidos; capacidade de mobilizar cada vez mais recursos financeiros para a modernização das forças armadas, em virtude, do crescimento sustentado da economia; posse de um dissuasor nuclear que permite à Índia a potencial capacidade de projecção do poder militar fora das suas fronteiras; e o estabelecimento de uma base militar, no Tajiquistão, permite-lhe a projecção de poder para a Ásia Central, região rica em reservas de gás.

### **(2) Vulnerabilidades**

As vulnerabilidades deste factor são as seguintes: dependência da “liquidez” do saldo da balança comercial para a execução de muitas políticas públicas a nível interno e externo; a burocracia, a pouca transparência na aplicação das leis e o elevado número de dias para estabelecer um negócio são constrangimentos à eficiência económica; assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior, as assimetrias de rendimento entre ricos e pobres e o elevado número de efectivos prejudicam a necessidade de investimento na modernização.

## **4. Ambiente externo da Índia**

Os objectivos teológicos de qualquer Estado são a Segurança, o Progresso e o Bem-estar da sua população. Para os atingir é desenvolvido um conjunto de políticas no âmbito da manutenção da integridade territorial e da capacidade de defesa contra qualquer invasor, da segurança das populações, da liberdade de acção, do desenvolvimento económico e social, entre outros. São evidentes, por exemplo, a necessidade de manter boas relações com os países produtores de recursos que a Índia importa, com os países emissores de investimento directo e com os mercados onde a Índia coloca as suas exportações.

Segundo Luís Câmara (2007: 1), “*a política externa indiana divide o mundo em três círculos concêntricos: o primeiro, de maior relevância, compreende as regiões vizinhas; o segundo abrange o litoral do Oceano Índico e os demais países asiáticos; o terceiro compreende o cenário global*”.

Alicerçada numa grande economia com elevado ritmo de crescimento, no peso demográfico do país, na qualidade de potência nuclear e de maior democracia do mundo, a Índia é exemplo para os países da região onde está integrada e assume-se, cada vez mais, como um “*global player*”, como é referido no HOJEMACAU (2003: 1), “*A Índia, neste contexto, manifesta-se como um provável centro de poder, podendo contribuir, para a formação de um sistema multipolar. A partir do significativo potencial indiano, bem como do dinamismo asiático de uma forma geral, esboça-se uma importante alternativa para a construção de um relativo equilíbrio de forças na região, ou, até mesmo, a consolidação e ampliação da sua influência na cena internacional*”.

Devido à sua incontornável importância estratégica, o país procura fazer crescer igualmente a sua voz nos vários *fora* em que participa, políticos ou económicos, quer a nível regional, quer internacional. Desta forma, ela abraçou a globalização e a abertura ao mundo, atitude que teve um efeito decisivo no papel deste país na região. Enquanto as outras nações, no seu entorno, continuam a dar seguimento às suas tradicionais agendas socialistas, a Índia posicionou-se de forma a promover a integração económica. Embora este processo tenha sido relativamente lento, começa a assumir novo impulso com o plano de implementação do *South Asian Free Trade Agreement (SAFTA)*<sup>49</sup>, no quadro da *South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)*<sup>50</sup>. A sua efectiva implementação marcará, no fundo, a reintegração dos mercados desta parte do sub-continente asiático, que, noutra contexto histórico, até 1947, já constituíram um espaço económico único (Oliveira, 2007: 5/6).

#### **a. Giro de horizonte a partir de Nova Deli**

##### **(1) Índia - China**

Actualmente, os problemas que preocupam a China e a Índia são de ordem regional. Internamente, tem alguns desafios do mesmo tipo, nomeadamente, a existência de movimentos separatistas, crises de identidade nacional, diversidade religiosa, étnica e linguística e os problemas de autonomia regional, sobretudo em relação aos territórios de Caxemira e de Taiwan (Franco, 2008:2).

---

<sup>49</sup> South Asian Free Trade Association - Associação de Comércio Livre da Ásia do Sul.

<sup>50</sup> Organização que congrega todos os países do sub-continente asiático - Afeganistão, Bangladesh, Butão, Maldivas, Nepal, Paquistão, Índia e Sri Lanka.

Na *Look East Policy*<sup>51</sup> Indiana estão enquadradas as relações com a China, o Japão e o Sudeste Asiático, sendo as principais prioridades da política externa indiana.

A Índia sempre fez parte integrante da “*periferia estratégica*” que a China constantemente procurou controlar, enfraquecer, ou manipular diplomaticamente. Parte dessa estratégia passa pelo controlo e influência da relação, que a China mantém com o Paquistão, no sentido de diminuir a influência indiana na região. Para Nova Deli é importante compreender as relações entre a China e o Paquistão, e mais recentemente com Myanmar<sup>52</sup> para perceber o quanto hostil é Pequim (Yuan, 2007: 138/139).

As disputas na linha de fronteira são uma questão sensível, nas relações sino-indianas, tendo dado origem ao conflito de 1962. A Índia reivindica a parte do norte de Caxemira - território cedido à China pelo Paquistão - e a região de Aksai Chin. Por seu lado, a China reivindica significativas áreas do Estado de Arunachal Pradesh, localizado no nordeste indiano. Já em Março de 2000, na cidade de Pequim, no âmbito dos “*joint working groups*” sino-indianos estabeleceu-se um conjunto de medidas relacionadas com as fronteiras e o seu patrulhamento, chamadas de “*confidence-building*”.

Em 2003, outros significativos progressos aconteceram no âmbito das questões fronteiriças. A Índia pela primeira vez refere-se ao Tibete<sup>53</sup>, como sendo a “*Região Autónoma do Tibete*”. Por seu lado, a China reconheceu as reivindicações indianas do Estado de Sikkim, ao permitir o acordo relacionado com um regime de comércio, na fronteira himalaica com as áreas chinesas (Franco, 2008: 4/5).

As relações sino-indianas têm sido dominadas, ao longo dos tempos, por uma rivalidade geoestratégica<sup>54</sup>. Contudo, após os testes nucleares de 1998<sup>55</sup> têm conhecido alguma estabilidade.

Tanto a Índia como a China tem fomentado as parcerias com os EUA, nomeadamente, ao nível estratégico e económico, embora, ambos os países suspeitem das intenções dos EUA

---

<sup>51</sup> Política concebida no pós Guerra-fria, esta política representa um esforço por parte da Índia no sentido de uma integração nos processos de regionalização da Ásia Oriental (Franco, 2008:2).

<sup>52</sup> O Myanmar é a antiga Birmânia.

<sup>53</sup> A Índia em 1959, concedeu asilo político a Dalai Lama, o que foi considerado por Pequim como um caso de interferência directa nos assuntos internos da China.

<sup>54</sup> Entre o dia 11 e 13 de Maio de 1998, o New York Times publica uma carta do primeiro-ministro Vajpayee ao Presidente Clinton, onde implicitamente fazia referência à “ameaça chinesa”: “*I have been deeply concerned at the deteriorating security environment, especially the nuclear environment, faced by India for some years past. We have an overt nuclear weapon state on our borders, a state which committed armed aggression against India in 1962. Although our relations with that country have improved in the last decade or so, an atmosphere of distrust persists mainly due to the unresolved border problem. To add to the distrust that country has materially helped another neighbour of ours to become a covert nuclear weapons state. At the hands of this bitter neighbour we have suffered three aggressions in the last 50 years.*” (Franco, 2008: 6).

<sup>55</sup> A China e os restantes membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os países do G8 condenaram a realização dos testes.

devido à grande presença que mantém na Ásia-Pacífico. Para muitos, os EUA desempenham um papel fundamental na dinâmica das relações sino-indianas.

Aos objectivos comuns<sup>56</sup> do «*triângulo estratégico*» Índia-China-Rússia, acresce actualmente, o interesse da cooperação no sector da energia. As relações entre os três países desenvolvem-se nas áreas da segurança e militar, particularmente no fornecimento de armamento<sup>57</sup> e sistemas de segurança (Franco, 2008: 7/8).

Actualmente, a Índia olha para a China como um parceiro, desenvolvendo uma política mais pró-activa nas suas relações diplomáticas. A China, por seu lado, começa a ver a Índia com mais respeito e importância estratégica, porque esta pode ser o contrapeso à sua influência na região. Ambos vêem-se como potências emergentes e com um papel central na cena internacional, apostando em áreas de cooperação<sup>58</sup>, que lhes permitam alcançar a liderança estratégica e contrariar a actual preponderância dos EUA. Esta cooperação económica pretende criar o maior mercado mundial de tecnologias da informação, através, da especialização chinesa, em termos de *hardware* e indiana, no sector do *software*, com a finalidade de alterar o equilíbrio dos grandes mercados mundiais.

As relações sino-indianas tendem a ser vistas como um processo de aproximação e afastamento resultando num equilíbrio de *soft power*, progredindo num caminho de uma cooperação, mas sem um expressivo alinhamento ao nível da política externa e de segurança, contribuindo para a estabilidade regional (Yuan, 2007: 140/141).

## (2) Índia - Paquistão

As relações entre a Índia e o Paquistão têm sido historicamente difíceis e o tom de disputa é o que melhor define a interacção entre os dois vizinhos, profundamente marcada pelo conflito sobre o estatuto de Caxemira. A intensidade do contencioso tem, na verdade, oscilado entre períodos de conflito bélico, propriamente dito, e momentos de relativa acalmia, que não deixam de ser pontuados por inúmeros ataques terroristas e outras demonstrações de violência, que as autoridades de ambos os Estados não se apressam a condenar (ICG, 2003: 1/7).

Durante a Guerra-fria, o Paquistão teve grande importância estratégica no equilíbrio da influência da União Soviética na região. Mas, as estratégias de oposição à Índia e de contenção comunista limitaram a sua afirmação, como elo preponderante na ligação entre a Índia e os países da Ásia Central. O Paquistão, com a estratégia de apoio ao Afeganistão contra a URSS, durante a guerra, e após o desmembramento desta, procurou ganhar o acesso privilegiado aos

<sup>56</sup> Os Objectivos: Luta contra o terrorismo e respeito pelos princípios da soberania estatal e da não intervenção aplicados sobretudo aos territórios de Caxemira, Taiwan e Chechénia.

<sup>57</sup> A venda de armas à China e à Índia é entre os 75 a 80% do total das exportações de armamento russas.

<sup>58</sup> Nos seus sectores mais competitivos: tecnologias da informação e *software* para Índia e a industria de manufactureira para a China.

novos países da Ásia Central e, desta forma, garantir maior profundidade estratégica num confronto contra a Índia (Alves, 2006: 395).

Em 1950, o Paquistão e a Índia iniciaram negociações com o objectivo de amenizar as confrontações étnicas. O acordo entre os dois Primeiros-ministros ficou conhecido pelo “*Pacto Liaquat-Nehru*”, que pretendia garantir os direitos às minorias religiosas e criar as bases, para um relacionamento propício à resolução dos diferendos comuns. Contudo, a intransigência de ambas as partes em chegar a um acordo em relação à questão de Caxemira e o alinhamento do Paquistão com os EUA levaram Nehru a não respeitar o acordo obtido.

Em 1972, após a terceira guerra indo-paquistanesa, foi assinado o acordo de Simla, com a finalidade de pôr fim ao clima de conflito e confrontação, promover as relações harmoniosas e cordiais entre os dois países e estabelecer uma paz duradoura no subcontinente (Alves, 2006: 395/402).

Em 1999, depois de ambos os países já terem demonstrado a sua capacidade nuclear, assinaram a Declaração de LAHORE. A guerra de Kargil, aos olhos da Índia, é uma acção deliberada do Paquistão com a finalidade de não implementar o acordo. A Índia procurou que a ONU recriminasse a acção do Paquistão e validasse as suas reivindicações territoriais sobre Caxemira.

Ao contrário das intenções indianas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/NU) viria a definir que a integração de Caxemira na Índia, ou no Paquistão teria que fazer-se, necessariamente, na sequência de um plebiscito, organizado sob a égide e fiscalização da ONU, em que a população seria chamada a decidir sobre a integração, ou não, do território num dos dois Estados contendores. Porém, tal auscultação nunca chegou a ter lugar e a região de Caxemira acabou por ser dividida, ao longo de uma linha de cessar-fogo, depois chamada de Linha de Controlo (*LoC- Line of Control*), fortemente militarizada e que subsiste até aos dias de hoje (ICG, 2003: 22/23).

Na sequência de um encontro histórico em Islamabad, em Janeiro de 2004, entre o Presidente paquistanês Musharraf e o anterior Primeiro-Ministro indiano Vajpayee, tiveram início conversações entre os dois Estados sobre Caxemira, com a finalidade de definir e vigiar a implementação de medidas criadoras de confiança.

A este novo diálogo entre ambos, não terá sido alheio o novo enquadramento geoestratégico, resultante para a região da reacção internacional aos atentados terroristas do 11 de Setembro. A cooperação do Paquistão com os EUA, durante a intervenção no Afeganistão, e o seu apoio à comunidade internacional no combate ao terrorismo suavizou a sua imagem de regime fundamentalista, nos *fora* internacionais. Por isso, Nova Deli, entendeu ter chegado o

momento certo para considerar o seu Vizinho como um actor renovado na sua postura regional e internacional, com uma capacidade e disponibilidade para o diálogo, potenciadoras de progressos ao nível do relacionamento bilateral.

Actualmente, existe um relacionamento estável entre os dois países, porquanto em Fevereiro de 2007, foi assinado o tratado de redução de riscos nucleares, acordando um conjunto de medidas, para facilitar a travessia das suas fronteiras (Alves, 2006: 403/406).

No contexto multilateral é também determinante o comportamento dos dois Estados, nomeadamente no âmbito do Tratado que implementou a SAFTA, assinada em Janeiro de 2004, com o objectivo de vir a transformar o espaço correspondente a esta organização numa União Económica. Só entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2006, precisamente pelas dificuldades em fazer transitar as trocas comerciais através da fronteira altamente militarizada entre a Índia e o Paquistão.

Ainda hoje, a Índia espera que o Paquistão abra, enfim, a sua fronteira terrestre, de molde a que aquela possa penetrar no Afeganistão e que lhe estenda as concessões e isenções aduaneiras previstas no acordo SAFTA, alargando a lista de produtos que podem ser importados da Índia (Câmara, 2007: 5/6).

### **(3) Índia – Bangladesh**

A Índia e o Bangladesh têm uma história comum, pois foi ela que apoiou a sua independência do Paquistão em 1972. Contudo, as relações da Índia com Bangladesh são agravadas por alguns problemas, tais como: a imigração ilegal para a Índia; as disputas das águas dos rios e as disputas territoriais<sup>59</sup> (Kumar, 2006: 1/5).

Para o Bangladesh, as suas preocupações são o défice comercial, a partilha das águas dos rios comuns e os projectos associados, os problemas relacionados com o controlo das fronteiras e com as questões como o contrabando de drogas e de armas e com os criminosos que têm abrigo na Índia.

Para a Índia, uma das grandes preocupações é a segurança ao longo da sua fronteira com o Bangladesh, onde são comuns as travessias ilegais e os grupos insurgentes com sede nesse país. A Índia, para resolver esses problemas propôs dar autorizações de trabalho a esses emigrantes, incrementar a fiscalização da fronteira e a formação de uma delegação conjunta, para verificar da existência, ou não, de campos de movimentos insurgentes no Bangladesh (Faleiro, 2007: 4).

Os dois líderes têm reunido, para discutir um conjunto de assuntos bilaterais, incluindo segurança, comércio, trânsito, água e defesa. A Índia pretende impulsionar os acordos sobre a

---

<sup>59</sup> As ilhas New Moore e Tapalitty no delta do Rio Ganges.

extradição, travar a imigração ilegal e a autorização do Bangladesh, para utilizar o porto de Chittagong (Kapila, 2004: 1).

#### **(4) Índia - Myanmar**

O aprofundamento das relações da Índia com Myanmar iniciou-se com o acordo sobre as fronteiras terrestres em 1967. Mais tarde, em 1986, foi assinado o acordo de delimitação da fronteira marítima, entre os dois países.

Myanmar situa-se na área de influência chinesa e é, actualmente, um potencial palco de rivalidade sino-indiana, com a aproximação da Índia a este país vizinho. A Índia deixou de lado os seus esforços, no sentido da restauração da democracia em Myanmar e empenhou-se, antes, numa concertação de âmbito político-militar baseada nos seus interesses estratégicos (Franco, 2008: 3).

Os factores da importância estratégica de Myanmar para a Índia são: situar-se no cruzamento da Ásia Oriental com a Ásia do Sul e com o Sudeste Asiático; ser o segundo maior país vizinho e o maior do flanco ESTE e ainda, pelo facto da ausência de controlo, por parte da Índia, sobre os meios navais existentes nas águas territoriais de Myanmar, poder constituir-se como uma vulnerabilidade (Kuppuswamy, 2008: 2).

Por sua vez, as principais preocupações de segurança em relação a Myanmar são: a localização em Myanmar, de bases de grupos separatistas que actuam na Índia; o contrabando de armas, a partir daquele país, o narcotráfico e a imigração ilegal (Kuppuswamy, 2008: 2).

A Índia tem desenvolvido a sua política em relação a Myanmar, num sentido pragmático e não-intervencionista, de forma, a contrabalançar o peso da influência chinesa, acedendo aos recursos energéticos da região e aos grandes mercados do Sudeste Asiático. Segundo Ana Franco (2008: 3), Myanmar é considerada “*a porta de entrada para a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), na medida em que se trata do único país ASEAN a partilhar fronteiras terrestres e marítimas com a Índia*”.

#### **(5) Índia - Nepal**

A Índia e o Nepal iniciaram o seu relacionamento em 1950, com o Tratado de Paz e Amizade, e com um acordo bilateral sobre o comércio. Este Tratado englobava o Nepal numa zona de segurança indiana e impedia a compra de armas, por parte deste país, sem a autorização da Índia. Estes acordos estabeleceram uma “*relação especial*” entre ambos, que concedeu um tratamento preferencial económico, proporcionando aos nepaleses residentes na Índia, as mesmas oportunidades económicas e educacionais dos cidadãos indianos.

Na década de 80, as relações diplomáticas entre os dois países foram cortadas, quando Kathmandu comprou armas à China, violando o Tratado de 1950 e mostrando a intenção de

estabelecer um relacionamento com Pequim. Face a estes acontecimentos, a Índia retirou todos os seus apoios, ao Nepal.

Em 1990 foram restabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países, após uma reunião do primeiro-ministro do Nepal, K. Bhattarai, e o primeiro-ministro indiano M. Singh. Em Dezembro de 1991, durante uma visita à Índia do primeiro-ministro nepalês, os dois países assinaram um conjunto de acordos económicos, a fim de garantir benefícios adicionais ao Nepal (Heitzman e Worden, 1995:1).

#### **(6) Índia – Butão**

A Índia e o Butão mantêm relações diplomáticas desde 1949. Neste ano assinaram o Tratado de Amizade, que dá à Índia o papel consultivo em matérias de assuntos externos. Ela garante, ao Butão, segurança militar, a assistência e a cooperação no desenvolvimento das infra-estruturas, tais como: telecomunicações, indústria, energia, medicina e pecuária. Aos butaneses residentes na Índia, concedeu os mesmos privilégios e oportunidades económicas e educacionais dos cidadãos indianos. Os Indianos têm direito a desenvolver a actividade comercial no Butão, mas com algumas restrições, que protegem as indústrias locais.

Desde da sua adesão à ONU, em 1971, o Butão tem fomentado o seu estatuto internacional, para evitar ser absorvido pela Índia (Heitzman e Worden, 1995:1).

#### **(7) Índia – Sri Lanka**

Os dois principais factores, que influenciam as relações da Índia com o Sri Lanka são a segurança e a partilha da comunidade de etnia Tamil, que vive no Sul da Índia e no Norte e Leste do Sri Lanka. Desde dos anos 50 e após a retirada militar do Reino Unido do Oceano Índico, a Índia e o Sri Lanka partilham interesses de segurança regional. O Sri Lanka aderiu ao movimento dos Não-Alinhados e colaborou com os indianos, para minimizar a presença ocidental nesta região.

A partir dos anos 90, as relações políticas são muito próximas, pois o comércio e os investimentos aumentaram drasticamente, a colaboração na vertente “defesa” cresceu e existe um consenso geral, em relação à melhoria de todos os sectores da cooperação bilateral (Heitzman e Worden, 1995:1).

De acordo com esta evolução, os desideratos estratégicos indianos no Sri Lanka foram direccionados para a protecção dos interesses económicos e para a cooperação nos domínios políticos e culturais.

O governo de Nova Déli tem implementado medidas de segurança interna, para evitar que o movimento terrorista Tamil utilize o seu território como um santuário. As Marinhas e as

Guardas Costeiras dos dois países têm colaborado para impedir e controlar o contrabando e os movimentos dos terroristas (Hariharan, 2008: 3/4).

### **(8) A Índia e o Espaço Estratégico do Oceano Índico**

A Índia, em função dos seus interesses na região do Sul Asiático, deixou de encarar como fundamental, a defesa da sua costa marítima e passou afirmar como prioridade estratégica, “*área de interesse legítima*”, toda a região do Oceano Índico, do Golfo Pérsico, ao Estreito de Malaca (Franco, 2008: 2).

Alguns estadistas defendem que o espaço estratégico indiano, em termos da bacia do Oceano Índico, é delimitado: a OESTE pelo Estreito de Ormuz, Golfo Pérsico e costa Oriental de África; a ESTE pelo Estreito de Malaca e o Mar do Sul da China; a NORTE abrange a Ásia Central e a SUL estende-se até à Antárctica (Fair, 2007: 264).

A Índia acredita que tem um papel singular neste contexto, nomeadamente, na promoção da segurança e estabilidade em toda a bacia do Oceano Índico.

Em conformidade com os seus interesses nesta bacia, a Índia tem desenvolvido uma política activa, a “*Look East policy*”<sup>60</sup>, que engloba países como Israel, o Irão, o Afeganistão, os Estados Árabes e vários Estados da Ásia Central, principalmente, com o Tajiquistão, onde tem duas bases aéreas, que lhe permite obter um “*longo alcance estratégico*”. A Índia pretende manter a sua “*autonomia estratégica*”, mediante a prossecução de tratados bilaterais, independentemente das desavenças, que estes Estados possam ter uns com os outros (Fair, 2007: 265/266).

Para os analistas chineses, a Índia está a tentar consolidar a sua posição dominante no Sul da Ásia e o controlo do Oceano Índico e a desenvolver uma dissuasão credível contra a China (Yuan, 2007: 135).

Em suma, a Índia pretende ser uma potência supra-regional e quer ser reconhecida pelas outras capitais, através da projecção de poder na Ásia Central, onde se inclui o Afeganistão e o Irão.

A Índia, actualmente, é o sexto maior consumidor de energia mundial e prevê-se que, em 2020 seja o quarto, atrás dos EUA, China e Japão. Ela vê na Ásia Central<sup>61</sup> um elevado potencial energético, onde pode diversificar as suas fontes energéticas, e um potencial mercado, com um elevado número de interessados nos seus produtos e recursos humanos. Estratégica e militarmente, esta região é importante para negar ao Paquistão a sua

---

<sup>60</sup> É o projecto indiano que definia a aproximação com o Leste Asiático como uma área prioritária da sua política externa, compreendendo igualmente a perspectiva de participar dos mecanismos regionais de integração. Foi determinante para a reorientação da política externa indiana (Shani, 2007: 21).

<sup>61</sup> Os Estados da Ásia Central têm 2,7% das reservas mundiais de petróleo e 7% das reservas de gás.

"Profundidade estratégica" (Fair, 2007: 266/267).

### **(9) Índia – Afeganistão**

A Índia tem uma longa história de bom relacionamento com o Afeganistão. Essa relação foi, de alguma forma, comprometida pelo apoio da Índia à invasão soviética de 1979. Mais tarde, Nova Deli reconstruiu a sua relação com o Afeganistão, tornando-se num dos maiores apoiantes da aliança anti-Taliban (Câmara, 2007: 3).

Actualmente, a Índia advoga a ideia do Afeganistão, como uma ponte para a Ásia Central. Está igualmente determinada em vincar o seu empenho na pacificação do Afeganistão, apesar de não contribuir com forças militares, tendo efectuado grandes investimentos (especialmente em infra-estruturas) e prestado grande ajuda financeira ao país, acções que vê como contribuições para construir um quadro económico favorável, que permita a independência do Afeganistão face a influências externas (Faleiro, 2007: 2).

Não obstante, a UE insistiu com as autoridades indianas para que assumissem agendas diferentes para o Afeganistão e para o Paquistão, já que os paquistaneses terão já demonstrado sua preocupação com a sensação de estarem cada vez mais “cercados” pela esfera de influência da Índia nos países vizinhos. Nesse sentido, a UE sugeriu, no último EU-India Security Dialogue<sup>62</sup>, que a Índia tentasse oferecer ao Paquistão mais transparência sobre as suas actividades no Afeganistão (Câmara, 2007: 3).

### **(10) Índia – Rússia**

Desde 2004, com o actual governo, a política externa indiana privilegiou a parceria estratégica com os EUA, em detrimento da histórica parceria com a Rússia. Esta alteração ficou bem esclarecida quando, o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo declarou que, “*a Índia é uma prioridade de topo para a política externa russa*” e o Primeiro Ministro indiano considera que, “*Rússia é indispensável para os interesses estratégicos indianos*” (Rodrigues, 2007: 2). Contudo, a Rússia continuará a ser um aliado privilegiado, embora sem o estatuto de exclusividade de que beneficiou durante a Guerra-fria.

Embora a Rússia tenha demonstrado, o seu descontentamento com o envolvimento da Índia nas iniciativas estratégicas americanas, o Presidente Putin está empenhado em revitalizar a parceria estratégica com a Índia. Na declaração conjunta, emitida após a cimeira dos dois líderes, em Nova Déli<sup>63</sup>, a Rússia reconhece a Índia como um “parceiro estratégico privilegiado” e pretende desenvolver em conjunto projectos de investigação e desenvolvimento (I&D) e produção de sistemas de armas.

---

<sup>62</sup> Berlim, 2 de Maio.

<sup>63</sup> Em Janeiro de 2007.

Para a Índia, estes projectos são importantes pelo acesso aos mais modernos sistemas de armas russas; diminuição, no âmbito da defesa, dos encargos na I&D; e pela possibilidade de comercialização conjunta, ao nível internacional. Ambos aceitaram em cooperar estrategicamente<sup>64</sup> na exploração de gás natural e no petróleo.

A Rússia é o único membro permanente do CS/NU, que tem apoiado a pretensão da Índia em ser um membro permanente do Conselho (Faleiro, 2007: 2).

Segundo Subhash Kapila (2007: 3/4) a Rússia, ao longo dos tempos, tem respeitado e apoiado os interesses estratégicos indianos na Ásia do Sul, ao contrário dos EUA e da China. Por isso, a Índia deve garantir, em relação à Rússia, a convergência estratégica sobre o Afeganistão, Irão e países da Ásia Central; o equilíbrio entre as iniciativas estratégicas, com o EUA e a Rússia.

### **(11) Índia – Irão**

Em 15 de Março de 1950, a Índia e o Irão assinaram um “tratado de amizade” de nome “*perpetual peace and friendship*” (Fair, 2007: 262).

Na prática, este tratado não desenvolveu os laços entre os dois países devido ao posicionamento deles durante o período da Guerra-fria. Neste período, o Irão mantinha relações estreitas com os EUA e Paquistão, no seio do tratado de Bagdad<sup>65</sup>. Durante as guerras de 1965 e 1971, entre a Índia e o Paquistão, o Irão prestou apoio militar ao Paquistão<sup>66</sup>. No decorrer da Guerra Irão-Iraque, a Índia permaneceu neutral a fim de proteger os seus interesses petrolíferos em ambos os Estados.

Desde do final da Guerra-fria, a Índia e o Irão têm procurado manter um relacionamento mais sólido, através de acordos de cooperação nas áreas da energia, comunicações, desenvolvimento de infra-estruturas e nas tecnologias militares. Já em 2001, o Primeiro-ministro indiano, Vajpayee, e o Presidente do Irão, Mohammad Khatami, assinaram a Declaração de Teerão, sendo o fundamento para uma cooperação estratégica em várias áreas, nomeadamente ao nível da defesa (Fair, 2007: 259/264).

Em 2003, os líderes dos dois países assinaram um novo acordo<sup>67</sup>, em Nova Deli, para aumentar a cooperação estratégica em várias áreas, nomeadamente no plano militar, porque tinham a percepção do excessivo protagonismo dos EUA, que lhes diminuía o espaço de afirmação política. A crescente importância geopolítica da Ásia Central leva-os a estreitarem os seus laços económicos e comerciais, já existentes (Saraiva, 2006: 1).

---

<sup>64</sup> Índia possui uma quota de 20% nos direitos de exploração de quatro campos de petróleo e oleodutos.

<sup>65</sup> Mais tarde chamado de Tratado da Organização Central – CENTO (Fair, 2007: 262).

<sup>66</sup> O Irão fazia parte da profundidade estratégica do Paquistão.

<sup>67</sup> Acordo de Nova Deli.

Nos últimos anos, os dois países têm realizado exercícios navais em conjunto, a fim de desenvolver a interoperabilidade dos seus meios e os procedimentos de comando. Actualmente, existem notícias de um acordo que permite à Índia usar as bases militares iranianas, no caso de uma deterioração da relação com o Paquistão.

A Índia vê no Irão um aliado para implementação da sua estratégia de contenção de influência do Paquistão na região, um fornecedor de hidrocarbonetos, para suprimir algumas das suas necessidades energéticas (petróleo e gás) sendo ainda, o eixo mais rápido, para a Ásia Central e mar Cáspio, “*onde se jogam as disputas geoestratégicas e geoeconómicas do mar Cáspio*” (Saraiva, 2006: 2). A Ásia Central e o Irão são um grande mercado para os produtos indianos e é importante a Índia manter a sua influência nesta área para retirar ao Paquistão a sua profundidade estratégica em relação a si (Fair, 2007: 266).

### **(12) Índia - Japão**

Tanto a Índia como o Japão têm redefinido a sua política externa, no sentido de manter um diálogo de cooperação estratégica contribuindo, não só, para a estabilidade regional (Ásia-Pacífico) e global.

Este diálogo abrange a cooperação política, económica, comercial e de defesa. O objectivo estratégico é explorar as convergências mútuas, criar um quadro para uma relação estratégica cooperativa e numa perspectiva de longo prazo, uma parceria estratégica (Kapila, 2005: 1).

Contudo, o estabelecimento desta cooperação estratégica será gradual e progressivo, pelos seguintes factos: o pacifismo<sup>68</sup> da constituição indiana e japonesa, pela aliança militar<sup>69</sup> entre o Japão e os EUA, e pela oposição interna de uma postura militar, mais efectiva na região.

No futuro, prevê-se que a cooperação de segurança entre os dois países será limitada à segurança energética e marítima, assim como ao reforço dos contactos das Forças Armadas de ambos os países (Kapila, 2007: 5).

O Japão emergiu como importante parceiro para a Índia. Os receios japoneses de uma crescente influência da China, bem como a aproximação da Índia e dos EUA, fizeram com que Tóquio elevasse a Índia ao patamar de “*key player*” nos seus planos de longo prazo, para a segurança asiática.

O Japão é visto pela Índia, como um factor adicional à cooperação com a China, ou como elemento de apoio, caso as negociações com este país sofram um qualquer revés. No

---

<sup>68</sup> A constituição indiana foi redigida sob a influência do movimento pacifista de Mohandas Gandhi (26 de Janeiro de 1950). A japonesa foi escrita sob supervisão dos EUA, após a II Guerra Mundial (03 de Maio de 1947).

<sup>69</sup> US-Japan Mutual Security Treaty, assinado em 08 de Setembro de 1951.

campo da defesa existem também ligações, em especial ao nível das marinhas, com um possível projecto de patrulhamento combinado do estreito de Malaca (Câmara, 2007: 2/3).

### (13) Índia – EUA

As relações Indo-Americanas, desde 1947, têm tido diferentes ciclos. Os EUA nem sempre encararam a Índia como o seu principal parceiro da Ásia.

Durante a Guerra-fria, para conter a influência da URSS, os EUA desenvolveram uma estratégia pró-muçulmana, mantendo um bom relacionamento com países de fronteiras comuns à URSS: a Turquia, o Irão, a Síria e o Iraque.

A Índia encontrava-se noutra contexto, segundo Henrique Raposo (2007: 109) “*A Índia nehruvina apresentava uma política externa marcada por uma dogmática autonomia estratégica (não-alinhamento), uma retórica idealista anti-poder e tendia a encarar o mundo como palco de ameaças e não como um cenário de oportunidades*”. Mas como se sentia ameaçada pelos muçulmanos, especialmente pelo vizinho Paquistão, desenvolveu relações privilegiadas com a URSS, garantindo o apoio em tecnologia e equipamento militar.

Actualmente, a situação na região é diferente. A principal preocupação dos EUA já não é a Rússia, mas a China<sup>70</sup> e o seu enorme crescimento. A Índia, também em grande crescimento e a fazer elevados investimentos na modernização e reequipamento das suas Forças Armadas, tem uma atitude mais transparente e afigura-se aos EUA, como a possibilidade de conter a crescente influência chinesa. Por isso, os EUA querem ajudar a Índia a tornar-se uma grande potência (Rodrigues, 2005: 1).

Os EUA ambicionavam dinamizar as relações com a Índia, para fazer face às alterações da balança de poder que aí se verificam. Segundo Alexandre Rodrigues (2007: 1) os EUA pretendem que “... *a Índia se constitua num pilar da democracia e estabilidade na região, contando com alguns trunfos importantes que tem pelo seu lado: uma democracia assumida, estabilidade, influência no mundo muçulmano (a 2ª maior comunidade do mundo, logo a seguir à Indonésia), tolerância e uma situação de segurança interna que parece estar sob controlo (não obstante algumas movimentações de grupos radicais que têm tentado atingir os principais centros económicos). Ajudando-a a fazer crescer a sua importância, esperam, pelo menos, garantir que não será apenas a China a emergir como a nova grande potência regional. Contam, também, que, em retribuição dos privilégios dados na área nuclear, a Índia deixe de ser obstáculo ao esforço americano de isolamento do Irão, como estratégia para*

<sup>70</sup> Os EUA têm dúvidas sobre o caminho que a China quer seguir, sobre o que pretende fazer com os seus crescentes poderes (económico, político e militar). O Pentágono não esconde a sua preocupação perante o crescimento militar chinês, esteja ele ligado apenas à situação de Taipé ou a objectivos mais gerais de disputa de presença em áreas de importância estratégica, até agora quase exclusivamente sob controlo americano (Rodrigues, 2005: 1).

levar Teerão a desistir das actividades de enriquecimento de urânio”.

A segurança do acesso ao Oceano Índico é essencial para os EUA realizar operações, no sul e sudeste da Ásia e África Oriental. O Índico é fundamental, para a passagem do petróleo da região do Golfo e do Médio Oriente. O Estreito de Malaca é importante para as actividades comerciais e militares e o principal caminho marítimo entre o Oceano Índico e o Mar do Sul da China e o Oceano Pacífico. A Maior estabilidade regional faz com que seja mais fácil transitar nesta área (Petersen, 2007: 62/63).

A Índia via no relacionamento com os EUA, a melhor forma de garantir e consolidar os seus interesses regionais: primeiramente, com o terminar dos longos anos de marginalização e irrelevância internacional; de seguida, com o conter da excessiva influência chinesa na região; e finalmente, através do crescimento do seu poder económico traduzindo-se, também, em crescimento do poder político e militar (Rodrigues, 2007: 2).

Com o 11 de Setembro, os EUA alteraram a sua postura na região asiática. Voltaram-se para o Paquistão, para garantir o apoio contra a al Qaeda e o terrorismo internacional. Porém, a Índia vê esse relacionamento como conjuntural, de natureza tática e de um horizonte provável de curto prazo. O seu relacionamento com os EUA é encarado a longo prazo e tem natureza estratégica. Para o Ministro da Defesa indiano, os acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA e os de 13 Dezembro de 2001 na Índia<sup>71</sup>, reforçaram os laços de cooperação entre eles, nomeadamente no combate ao terrorismo (Petersen, 2007: 11).

No final de 2001, os EUA e a Índia iniciaram conversações sobre o comércio de novas tecnologias, investigação aeroespacial, energia nuclear e cooperação militar, com a finalidade de melhorar as relações entre os dois países. Destas conversações surgiu um documento com dez princípios de cooperação, nas áreas das novas tecnologias e energia nuclear. A cooperação militar<sup>72</sup> foi alargada aos mísseis de defesa e ao processo “*Next Steps in Strategic Partnership*” (NSSP). Este documento foi assinado pelos dois países em 2004 (Rodrigues, 2006: 2).

Em 2003, como reconhecimento do apoio prestado pela Índia ao esforço de guerra americano no Afeganistão, nomeadamente em garantir as escoltas a todos os navios americanos através do Estreito de Malaca, o Secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, assinou um acordo de cooperação militar, por dez anos, com o seu homólogo indiano Pranab Mukherje, durante a sua visita a Washington. Este acordo abrange as seguintes áreas: exercícios conjuntos, cooperação da não-proliferação de tecnologia nuclear, troca dos resultados de investigação e desenvolvimento, a produção conjunta de armas, a defesa

---

<sup>71</sup> Ataque terrorista contra o parlamento indiano.

<sup>72</sup> A cooperação militar entre os dois países teve início nos anos 90, embora em pequena escala, resumindo-se à realização de exercícios conjuntos na luta contra o terrorismo, controlo marítimo, logística e operações de salvamento (Kiesow e Norling, 2007: 113).

antimíssil e a troca de informações (Kiesow e Norling, 2007: 111/113).

Em Julho de 2005, em Washington, o Primeiro-Ministro Manmohan Singh e o Presidente George W. Bush fizeram uma declaração conjunta sobre o acordo de cooperação nuclear civil. O Presidente dos EUA manifestou o seu apreço pelo esforço da não-proliferação e garantiu o apoio à Índia, no acesso à tecnologia nuclear civil. Por seu lado, Manmohan Singh prometeu cooperar com os EUA, na elaboração de um acordo acerca da limitação do desenvolvimento de material físsil e abster-se da transferência de tecnologia de enriquecimento não-nuclear, para outros estados. Prometeu, ainda, implementar as directivas do “*Missile Technology Control Regime*” (MTCR) e do “*Nuclear Suppliers Group*” (NSG), e a disponibilidade indiana em integrar a “*Proliferation Security Initiative*” (PSI).

Em 2006, durante a visita à Índia, o Presidente Bush declarou que se congratulava com a conclusão das conversações sobre a cooperação nuclear civil e aguardava com expectativa, a implementação dos compromissos assumidos, em Julho de 2005. O seu Secretário de Estado, Richard Boucher, anunciou durante essa visita, que os acordos poderiam ser implementados no início de 2007, e que o Congresso, provavelmente, não iria constituir qualquer impedimento ao acordo (Kiesow e Norling, 2007: 114/115).

Actualmente, a Índia vê a cooperação estratégica com os EUA como: um reforço da sua importância ao nível regional, sendo reconhecida como a potência dominante na região do Oceano Índico e, também, o apoio para conter a crescente influência chinesa na região; um reforço da sua importância ao nível global, nomeadamente, no apoio à candidatura a membro permanente do CSNU, no reconhecimento como um estado nuclear e a sua relevância na economia mundial; uma forma de acesso às mais modernas armas militares e meios de comando e controlo; um aumento na segurança energética, com o acesso à tecnologia para a produção de energia nuclear, importante para o seu desenvolvimento económico; a possibilidade de se tornar uma grande potência de perfil “*soft power*” e a possibilidade dos EUA servirem de mediadores, na resolução do problema de Caxemira, reforçando os seus esforços para melhorar, a longo prazo, as relações com o Paquistão (Kiesow e Norling, 2007: 122/123).

#### **(14) Índia - União Europeia**

As relações diplomáticas entre a Índia e os países da União Europeia tiveram início em 1962, quando a Índia estabeleceu relações com a Comunidade Económica Europeia (CEE)<sup>73</sup>. Ao longo dos tempos, desenvolveram uma estreita relação que abrange todas as áreas de

---

<sup>73</sup> Comunidade Económica Europeia (CEE) foi criada pelo Tratados de Roma de 1957 (em vigor desde 1958), com a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu. Os Estados signatários foram França, Itália, República Federal Alemã e os três países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo).

interesse mútuo, incluindo a política, relações de comércio e investimento, desenvolvimento e cooperação económica e civil. Desde a quinta cimeira UE-Índia, em Haia, em 2004, a relação foi designada como uma "*parceria estratégica*" (UE, 2007: 11).

O ano de 2007 revelou-se bastante frutífero na intensificação do diálogo UE-Índia, já que nele se verificou a realização de um vasto leque de reuniões de alto nível. No primeiro semestre, a 2 de Maio, teve lugar em Berlim um "*Senior Officials Meeting*" (SOM), com a finalidade de estabelecer um diálogo sobre a segurança entre a UE e a Índia (Barroso, 2007: 1). No segundo semestre, entre outras reuniões, realizou-se a 8ª Cimeira UE-Índia em Nova Déli, a 30 Novembro de 2007, constituindo a mesma um novo passo no estreitar das relações entre as partes. Os principais temas da Cimeira foram a energia, desenvolvimento e alterações climáticas. E o resultado mais significativo desta Cimeira foi a obtenção de um acordo para a instauração de um Relatório de Implementação do Plano de Acção Conjunto (PAC) UE-Índia, uma iniciativa que visa imprimir maior dinâmica à efectiva concretização dos objectivos<sup>74</sup>, que ambas as partes se propõem atingir conjuntamente.

A UE vê a sua relação com a Índia, como saudável, dinâmica e em constante evolução. É o principal parceiro comercial da Índia, mas pretende intensificar a sua relação em diversos patamares, dada a crescente importância da nação indiana como "*global player*". A UE procura um empenho, cada vez maior, da Índia nos desafios globais comuns, desde a não-proliferação, à reforma da ONU, à promoção dos direitos humanos e da democracia, à luta contra o terrorismo, à paz e à integração regional da Ásia do Sul (Câmara, 2007: 3).

Apesar da desarmonia inerente à sociedade indiana (nomeadamente o contraste prosperidade/pobreza) o futuro "*Country Strategy Paper 2007-2013*" prevê que, a continuar este elevado ritmo de crescimento económico, a Índia irá em breve deixar gradualmente de necessitar de ajuda ao desenvolvimento, passando a assistência da UE a este país, a centrar-se sobretudo no apoio a políticas de reformas estruturais e noutras áreas de interesse mútuo, incluindo cooperação económica (UE, 2007: 41/42).

Actualmente, a Índia já não quer ser percebida como um país em desenvolvimento, pelo que tem deixado de agir como mero receptor da assistência da UE. Pretende desempenhar um papel de parceiro situado no mesmo patamar de peso político, a quem e com quem a UE deveria consultar e concertar previamente as suas posições, em relação aos desafios globais. Todavia, e porque o seu principal objectivo global será o de potenciar o já elevado crescimento económico, a Índia tem vindo a privilegiar o seu relacionamento económico, com a UE em detrimento do estreitamento do relacionamento

---

<sup>74</sup> Nas áreas da paz, da segurança, da governação e das alterações climáticas (Barroso, 2007: 1).

político (Câmara, 2007: 4).

### **(15) Índia – África - América Latina**

Apesar do estabelecimento de relações e representações diplomáticas, o relacionamento entre a Índia e a América Latina, até 1960, foi praticamente inexistente. São os temas comuns de desenvolvimento de relações Norte-Sul, que irão propiciar uma maior aproximação, em especial após o estabelecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Em 1968, a Índia estabelece diversos acordos bilaterais com países da América Latina, em especial o México, com a finalidade de intensificar o relacionamento económico e comercial, baseado no interesse indiano pelo petróleo mexicano.

A partir da década de 90, com a implementação das medidas de reforma económica, a Índia deu ênfase ao seu relacionamento com a América Latina através do lançamento do programa “*Focus Latin América*”, com o objectivo de abrir novos mercados e aumentar as suas exportações (Oliveira, 2008: 11-12).

Além de observador, na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Comunidade Andina, mantém contactos com a Comunidade do Caribe (CARICOM) e tem um acordo de cooperação assinado com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

No plano comercial destacam-se os acordos de preferência comercial, assinados com o Chile, em 2005, e com o Mercosul, em 2003. A estratégia indiana passava pelo acordo entre a Índia e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), para consolidar as parcerias dentro do princípio de Cooperação Sul-Sul, aproveitando as negociações do acordo de reduções tarifárias, com a União Aduaneira da África Austral (Southern African Customs Union – SACU) (Oliveira, 2008: 13).

Esta estratégia levou em 2003, à adopção da “*Declaração de Brasília*” e ao estabelecimento do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Os principais objectivos desta iniciativa são os seguintes: promover o diálogo Sul-Sul; fomentar a cooperação e as posições comuns em assuntos de importância internacional; promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões; promover a redução internacional da pobreza e o desenvolvimento social; garantir a troca de informação trilateral e melhorar as práticas internacionais, tecnologias e capacidades. Pretende, ainda, cumprir os respectivos esforços de sinergia colectiva e promover a cooperação em diversas áreas, tais como: a agricultura, o clima, a cultura, a defesa, a educação, a energia, a saúde, a sociedade de informação, a ciência e tecnologia, o desenvolvimento social, o comércio e investimento, o turismo e o transporte (Shelton, 2004: 1/4).

Na dimensão internacional, o IBAS aparenta ter como objectivo, a representação dos

países do Sul no debate global, de forma a pressionar o processo de reforma das instituições multilaterais.

A Índia vê na América Latina, um parceiro importante para manter a sua autonomia estratégica. Dessa forma, o Continente Sul-americano pode exercer um «duplo papel» na sua actual estratégia de inserção internacional. Em primeiro lugar, os dois Continentes em questão ressentem-se da ausência de regras internacionais, que possam assegurar estabilidade e maiores oportunidades de desenvolvimento. A actuação conjunta, no âmbito multilateral, é ainda uma estratégia indiana, podendo ser classificada de Cooperação Sul-Sul, onde se enquadram os acordos comerciais com a Mercosul, a CARICOM, a SICA, os esforços de aproximação à Comunidade Andina<sup>75</sup> e a iniciativa do IBAS. Em segundo lugar, a cooperação em causa numa perspectiva bilateral, pode ser vista como uma importante fonte de fornecimento de recursos naturais e minerais e, também, como um espaço económico de múltiplas oportunidades para o escoamento dos produtos indianos (Oliveira, 2008: 21).

## **5. Cenários**

### **a. Cenário 1 – Declínio da Índia**

Este cenário é sustentado por uma fragmentação do Estado indiano, como consequência do declínio da sua unidade e dos conflitos, colocando em causa a estrutura política e social do país.

A fragmentação do Estado indiano pode resultar da incapacidade deste, para prevalecer sobre as forças centrífugas, umas tradicionais, outras prevalecentes numa área geográfica em que vivem, aproximadamente, 1130 milhões de pessoas. Estas forças são exacerbadas pelo próprio modelo de desenvolvimento económico e decorrem das expectativas crescentes das populações que observam o crescimento económico, mas não sendo necessariamente benéficas dele.

No caso da Índia, este cenário poderia resultar: da incapacidade do actual sistema político em dar resposta aos problemas económico-sociais existentes; da insegurança provocada pela «migração» do campo para a cidade; dos tumultos relacionados com as assimetrias de rendimento entre pobres e ricos; das desproporções regionais entre o litoral e o interior, ou ainda entre o norte e o sul, que levassem a Índia a graves dificuldades.

Em conjugação com as assimetrias de desenvolvimento regional entre o litoral e o interior, a irregular distribuição da população, as regiões habitadas por minorias étnicas, a regionalização dos movimentos separatistas e as lutas religiosas entre muçulmanos e hindus, o declínio do Estado poderá, então, resultar na fragmentação territorial em 3 unidades políticas: o

---

<sup>75</sup> Bloco económico Sul-americano formado pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Nordeste indiano (Assam), o Leste e Centro (Naxalistas), e Jammu-Caxemira.

Este cenário, pode ser ainda, potenciado através de vários aspectos, tais como: a conflitualidade externa, a convergência de interesses fronteiriços e territoriais dos seus países vizinhos e outras acções que possam asfixiar o crescimento económico e que conduzam a insuficiências do sistema político (défice de participação política).

Trata-se de um cenário pouco provável, porque o Estado indiano tem mostrado elevada capacidade de gestão a nível interno e não há indícios de haver algum actor, ou conjunto de actores, com interesse em promover o caos político no espaço indiano. Em todo o caso, a tornar-se realidade, um tal cenário seria um factor de perturbação do sistema, a exigir, provavelmente, um plano de contingência, para conter os seus piores efeitos.

#### **b. Cenário 2 – Emergência progressiva através de estabelecimento de relações de cooperação**

Este cenário corresponde ao desenvolvimento, assente nas relações de cooperação. Esta situação é apoiada pelas outras nações, nomeadamente pelos EUA, porque tem efeitos pacificadores entre os Estados. As vantagens que resultam deste cenário são as seguintes: primeiro, a interdependência económica e as práticas dos acordos cooperativos, bilaterais ou multilaterais; segundo, a abertura e modernização da economia traduz-se numa liberalização política; terceiro, o efeito *Potência nuclear*, ou seja, o aumento das capacidades nucleares é inevitavelmente acompanhado pelo declínio da vontade de as usar; quarto, *a maior democracia do mundo*, permite manter a sua legitimidade e uma relativa paz social, gerindo as diversas dependências do exterior e, em simultâneo, o facto dos seus ganhos não produzirem um aceleração radial do poder, no sistema internacional.

Neste cenário, o contexto de integração pacífica da Índia numa ordem mundial em transição e a emergência/ascensão indiana podem desenvolver-se de três formas: primeiro, através de uma expansão demográfica, em que a sua diáspora vai integrando organizações globais, influenciando a sua cultura organizacional e aumentando as suas comunidades ultramarinas; segundo, pelo crescimento económico, em que a Índia se vai tornando economicamente mais forte, influenciando os regimes de regulação económico-financeiros globais, competindo e conquistando os mercados de acordo com as regras internacionais; terceiro, pela crescente influência nos seus vizinhos, através das cooperações económicas e de defesa, alargando as suas áreas de segurança, onde o estado indiano não admitirá grandes influências de outras potências ou onde quererá ver os seus interesses de segurança acomodados, ou ainda, na perspectiva de deter a influência de outras potências em áreas do seu interesse.

A influência indiana à escala global tornar-se-á progressivamente maior, fruto da integração da sua economia na economia mundial, e desta forma a sua influência irradiará com naturalidade em todas as direcções. A zona de segurança indiana tenderá, também, a alargar-se em todas as direcções. O espaço estratégico do Oceano Índico será uma das zonas de segurança indianas mais reservadas, um “direito”, que as outras grandes potências e superpotências reconhecerão mais ou menos tacitamente, num cenário de cooperação pacífica da ascensão indiana. Noutros espaços a influência indiana poderá encontrar resistências, quer pelos poderes locais, quer por outros grandes poderes, que confluem na região, como por exemplo, na disputa entre a China e a Índia relativamente a Myanmar.

Neste cenário, a Índia será um dos principais estabilizadores do sistema internacional, ou seja, pode tornar-se num dos principais interessados, na preservação da ordem existente no sistema, que resultasse de uma redistribuição pacífica do poder entre os principais actores. A redistribuição do poder no sistema internacional pode ser visto, no sentido de um sistema multipolar, com a Índia, China, EUA, Rússia, Japão, União Europeia. Poderá ser observado também, no sentido de um sistema bipolar Índia/Estados Unidos (pouco provável). E ainda, talvez mais improvavelmente, no sentido de um sistema unipolar, que pressuporia, a par da estagnação da Rússia e da China, o declínio dos EUA, que ocorreria de forma gradual e pacífica.

Contudo, as potências em ascensão (BRIC) serão induzidas a não terem comportamentos que concorram para a implosão do seu próprio processo de ascensão, apesar das rivalidades/competição entre elas. No entanto, também vemos que existe um interesse comum entre elas e as potências estabelecidas, conducente à prevenção do colapso do sistema vigente, o que serve as suas necessidades de crescimento. Pretenderão manter uma relativa independência das suas políticas externas, evitando ser levadas para o conflito e que perturbem os seus respectivos processos de ascensão; e evitarão situações que catalisem a formação de coligações opositoras.

Em síntese, o cenário de cooperação de uma Índia em ascensão, num sistema internacional, que tende para a multipolaridade, afigura-se como o mais provável, porque as condições gerais, que favorecem a emergência económica da Índia são as mesmas condições, que estão a favorecer a Rússia e a China, sentindo-se o vagaroso avanço do processo de integração na União Europeia, a manutenção da potência económica do Japão e a subsistência da condição de superpotência dos Estados Unidos.

Assim sendo, a evolução do sistema no sentido da multipolaridade, fortemente correlacionada com o cenário da cooperação da ascensão indiana, também configura uma

situação menos perigosa, para a estabilidade do sistema internacional, em relação à bipolaridade. Como num sistema multipolar é maior o número de interações, com interesses convergentes e divergentes, a dificuldade de quaisquer tentativas hegemónicas e a busca do compromisso sobressai, em lugar da radicalização.

### **c. Cenário 3 – A Índia como superpotência da Ásia**

Como vimos anteriormente, existe uma forte relação entre a ascensão pacífica da Índia e a emergência de um mundo multipolar, mas é improvável que, através das relações de cooperação, a Índia ascenda à condição de superpotência.

Só é razoável pensar num desafio indiano à ordem internacional, quando o consideramos no contexto da evolução para um sistema bipolar, pressupondo uma estagnação da Rússia e da China. Um desafio individual indiano a uma ordem multipolar, estabelecida ou em formação, seria um desastre, na medida em que, certamente suscitaria alguma reacção, catalisando uma grande coligação, para derrotar a Índia.

Este cenário pode surgir após o cenário da emergência pacífica indiana, resultando de uma inversão estratégica da Índia, ao nível das suas intenções e comportamentos, daqui a 25 ou a 35 anos, quando a configuração do sistema internacional for claramente muito favorável à Índia. Pode ainda, surgir como um objectivo de oportunidade da estratégia indiana, no caso de uma crise grave, ou face ao declínio acentuado dos Estados Unidos.

Assim sendo, é natural que a Índia pretenda diversificar as suas fontes de abastecimento energético e ter alguma capacidade autónoma de proteger o fluxo de recursos, designadamente os oleodutos e gasodutos, provenientes da Ásia Central, que transportem petróleo e gás para o mercado indiano.

Portanto, é natural a pretensão indiana de, não só aumentar a capacidade autónoma de garantir segurança nas suas águas territoriais, mais concretamente na sua zona económica exclusiva e nas águas internacionais, por onde passam cargueiros e petroleiros, indianos ou estrangeiros, de e para a Índia, ou ainda, em regiões críticas como são os pontos de passagem obrigatória (*choke points*).

Com o alargar da expansão económica às regiões de África e América Latina pode-se alegar a intenção de que o alargamento dos interesses económicos produz alterações político-diplomáticas. Independentemente de ser essa a intenção indiana original, poderemos realmente vir a identificar no futuro, uma intenção indiana de influenciar, directa ou indirectamente, o domínio americano em regiões em que este é preponderante. A Índia pretende, também, ter algumas facilidades comerciais em alguns países africanos e da América Latina, do mesmo modo que as tem já, com alguns dos seus países vizinhos, tais como: a Rússia, o Japão e alguns

Estados da Ásia Central.

A expansão dos interesses indianos é um factor influenciador da modernização das suas forças armadas. Com recursos militares mais sofisticados, com maior capacidade de projectar poder à distância, há interesse, por parte da Índia, em possuir algumas bases militares em diferentes países, tal como está em vias de ter no Tajiquistão. Este facto poderá intencionar a Índia a experimentar uma expansão económico-militar, na tentativa de controlar territórios ricos em recursos.

Finalmente, o desafio indiano à ordem internacional, como consequência da ascensão, é menos provável que a cooperação pacífica proveniente do progresso da Índia. No entanto, o cenário do desafio de uma Índia, como superpotência, à ordem mundial é o mais perigoso, quer para a estabilidade e sobrevivência do sistema vigente, quer, para a sobrevivência da própria civilização ocidental.

## 6. Conclusões

A Índia tornou-se independente, em 15 de Agosto de 1947, através do “*Índia Independence Act*”, que marca o fim da soberania britânica no subcontinente indiano, mas dá ao mundo, segundo o Plano Mountbatten, dois novos Estados, a Índia e o Paquistão.

A conflitualidade indiana reflecte-se a dois níveis distintos, mas que interagem entre si: interno e externo. No plano interno pode ser dividida em dois tipos de conflitualidade: aquele que põe em causa a unidade da Índia, caracterizando-se por uma luta entre o centro e algumas das suas periferias (Caxemira, Punjab e o Nordeste da Índia); e os conflitos que, colocam em causa a estrutura política e social da Índia (extremistas hindus e os “naxalitas”). No plano externo, essa conflitualidade materializou-se: com as guerras indo-paquistanesas (1947-49, 1965, 1971 e 1999) e a sino-indiana (1962); pelos interesses convergentes na região de Caxemira e com os países vizinhos (Bangladesh, Nepal e Sri Lanka); e pelo controlo das suas fronteiras.

Pela sua posição geoestratégica, situada entre a China, o Sul da ex-URSS e o Oceano Indico, pode-se considerar um país charneira da Ásia. Como afirma Brzezinsky (IESM, 2007), a Índia, por se encontrar em processo de afirmação regional e por ser uma potência nuclear, é um actor geoestratégico, que se compara a Estados que possuem a capacidade e a vontade nacional de exercer poder ou influência, para lá das suas fronteiras, e alterar o ambiente geopolítico existente.

Para além do “poder” que lhe é atribuído em função da sua “massa crítica” (a população e território – na fórmula de Ray Cline), beneficiará com o facto de ter uma extensa costa marítima, que cria mais “poder”. O acesso aos oceanos é um imperativo económico e

geoestratégico. Não admira que os portos, as zonas costeiras e também as “estradas marítimas” tenham sido questões fundamentais da luta entre potências. O acesso ao mar permite tanto à Índia, como ao Paquistão controlarem a rota do petróleo, que circula pelo Mar Árábico.

Deste modo, poder-se-á considerar que o valor geopolítico da Índia advém, não apenas da dimensão do seu território e do elevado número da sua população, mas também da sua localização geográfica, que a transforma numa potência marítima regional.

Considera-se, assim, validada a Hipótese 1.

A Índia, apesar de ser um país, de realidades tão vastas, diferenciadas e antagónicas, tem condições para ser um actor de peso considerável ao nível mundial. A sua performance económica, sustentada numa população activa jovem, projecta uma forte dinâmica de crescimento e uma cada vez maior afirmação da Índia no mundo. A par do grande crescimento económico já registado neste século, da modernização das suas Forças Armadas, do seu reconhecimento como potência nuclear, aeroespacial e ser considerada a “backoffice” das tecnologias de Informação, terá que continuar a superar as suas múltiplas fraquezas.

Tais factos indicam que o potencial estratégico indiano decorre de quatro factores:

1. Factor físico. A posição geográfica, o tamanho e a localização, concedem-lhe importância estratégica. A Índia é quase três vezes maior do que a área total dos outros cinco países da região (Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão e Myanmar). Enquanto que, a Índia tem fronteiras com todos os Estados vizinhos, estes vizinhos não partilham fronteiras entre si, dificultando-lhes a sua comunicação. Por outro lado, permite-lhe controlar as rotas marítimas do Oceano Índico.

2. A população. A Índia possui a segunda maior população mundial: cerca de 1130 milhões de habitantes no ano 2007, com um ritmo de crescimento de mais 18 milhões de habitantes por ano. As previsões apresentam a Índia como o país mais populoso do mundo, com 1450 milhões de habitantes, em 2040, e a China o segundo com 1400 milhões. A Índia encontra-se na vanguarda em termos de recursos humanos activos, grande quantidade de cientistas e profissionais qualificados em diversas áreas.

3. A economia. O PIB indiano é superior ao dos outros países vizinhos, excepto ao da China, é a 12ª economia em termos absolutos e a terceira em Paridade do Poder de Compra (PPC). As previsões para 2050 apresentam, a Índia, como a terceira economia mundial e a primeira em Paridade do Poder de Compra (ver tabela 2 e 4 do Apêndice 7).

4. As Forças Armadas. Após a derrota, em 1962, na guerra sino-indiana, a Índia reestruturou as suas Forças Armadas. O orçamento para a defesa quase duplicou na última década, de 8 792 milhões de USD, em 1994, para 15.059 milhões em 2004 (Xavier, 2006: 10),

sendo actualmente de 2.5% do PIB, cerca de 22.656 milhões USD, para um efectivo de 1.263.000 militares. São assim, as terceiras Forças Armadas maiores a nível mundial e desde 1974, que possui a capacidade nuclear. Desenvolveu a sua indústria militar nas várias vertentes, sendo produtor e exportador de um elevado número de tecnologias e equipamentos para fins militares e aeroespaciais. Actualmente, tem em produção um novo Carro de Combate, aviões, helicópteros, mísseis e está a construir mais um porta-aviões de 32.000 toneladas. No início da próxima década prevê-se que a Índia possua três porta-aviões, mais do que a França ou a Inglaterra.

Deste modo, poder-se-á considerar validada a Hipótese 2 e a Hipótese 3.

Após um longo período de isolamento, provocado pela sua postura de não-alinhamento, a Índia, em especial nestes últimos anos vem obtendo avanços significativos no estreitamento das relações, com as grandes potências e, em especial, com as nações que compõem o seu primeiro círculo de interesse.

O país esforçou-se por redesenhar o estado das relações com os seus vizinhos mais próximos, encontrando o caminho de entendimento com China e Paquistão. Por sua vez, a Índia é um competente negociador regional, estando em processo formal de paz com o Paquistão. Além disso, vem incentivando a integração económica de toda a região através de tratados e projectos conjuntos de infra-estruturas, de entre os quais, a polémica construção do gasoduto, que une o Irão à Índia, através do território paquistanês.

A política externa indiana tem como principal prioridade, a relação com Paquistão, China, Estados Unidos e Rússia, seguida do relacionamento com o seu entorno imediato no Sul da Ásia. A terceira prioridade é o relacionamento com a União Europeia, sendo o Sudeste Asiático a quarta. Finalmente, em quinto lugar encontram-se os arranjos multilaterais direccionados à defesa dos interesses dos países não desenvolvidos, nos processos negociadores internacionais<sup>76</sup> e o relacionamento com a América Latina (Oliveira, 2007: 11).

Considera-se, assim, validada a Hipótese 4.

Face ao desenvolvimento da economia, das Forças Armadas e dos seus interesses noutros continentes, não parece possível moldar a ascensão da Índia, sem um acordo entre as principais áreas de poder mundiais, acordo este, que provavelmente exige a conciliação de interesses divergentes, em relação à Índia e a outros assuntos regionais e globais, sob a coordenação dos Estados Unidos, dada a sua condição de superpotência. Pelos indicadores disponíveis, acredita-se que a Índia reúne as características necessárias, que lhe permitam futuramente, figurar como actor preponderante no Sistema Político Internacional.

---

<sup>76</sup> O G20 ou o G3 (IBSA).

## Bibliografia

### Livros

ALVES, José Lopes (2007). *Estado Português da Índia, eventos da década de cinquenta anterior à invasão do estado pelas Forças Armadas da União Indiana em 18 de Dezembro de 1961 – Rememoração Pessoal*. Lisboa. ISBN N° 978-072-9023-23-1

ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado-Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BAPTISTA, Pereira et al. (2003-2005). *Análise geopolítica/geoestratégica da Índia*. Lisboa: IESM.

BONIFÁCIO, Pascal. (1996). *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

BONIFÁCIO, Pascal. (2000). *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: BasicBooks (A Division of HarperCollins Publishers), 1997.

CHALIAND, Gérard. (1994). *The art of War in World History*. London: University of California Press, Ltd.

COHEN, Saul Bernard. (2003). *Geopolitics of the World System*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

CORREIA, Pedro de Pezarat. (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Voumel I – Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: Editora Quarteto.

COUTO, Abel Cabral. (1988). *Elementos de Estratégia, apontamentos para um curso*. Volume I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

FAIR, C. Christine. (2007). *ÍNDIA-IRAN SECURITY TIES: THICHER THAN OIL*. Gauging: U.S.-Indian Strategic Cooperation. U.S. Government: Strategic Studies Institute. Capítulo 9, p. 259 – 326.

HEITZMAN, James, WORDEN, Robert L., (1995). *Índia: A Country Study*. Washington: Biblioteca do Congresso.

HUNTINGTON, Samuel P. (1996). *O Choque das civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. 1ª edição. Lisboa: Gradiva.

IESM. (2007). *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica (As principais teses)*. Lisboa: IESM.

KISSINGER, Henry. (2002). *Precisará a América de uma política externa?*. Lisboa: Gradiva.

NYE, Joseph S. (2002). *Compreender os conflitos internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 1ª edição. Lisboa: Gradiva.

PETERSEN, Richard G. JR. (2007). *INDIA AND THE UNITED STATES: SHOULD THE UNITED STATES PROVIDE SECURITY ASSISTANCE TO ITS NEW "STRATEGIC PARTNER"?*. Kansas: Fort Leavenworth.

PORTO EDITORA. (2008). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

SHESHABALAYA, Ashutosh. (2006). *Made in ÍNDIA*. Coleção Desafios. Lisboa. 1ª Edição. ISBN: 989-615-031-1.

SOUSA, Fernando Alberto. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Afrontamento.

VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e. (2006) *A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

VIANA, Vítor Rodrigues. (2002). *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.

### Artigos

CÂMARA, Luís. (2007). *Política Externa Indiana*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa.

Diário de Notícias. *Índia ensaia novo míssil nuclear*. Internacional, 11 Julho 2006, p.12.

FERREIRA, João José Brandão (2001). *O Fim da Presença Português na Índia*. Revista Militar Nº 2398 – Novembro de 2001, ISSN: 0873-7630. pp. 929-956.

ICEP, Portugal. (2006). *Índia. Dossier de mercado*. Embaixada de Portugal em Nova Delhi.

NORONHA, Maria Lígis (2007). *A Índia e o Contexto energético internacional*. Relações Internacionais, 15, p. 47-57.

RAPOSO, Henrique. (2007). *Parceria Estratégica EUA-Índia e Identidade no Sistema Inter-Estatal Pós-Atlântico*. Nação e Defesa nº 117, 3º Série. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

SAHNI, Varun. (2007). *A Índia emergente: rejeitar a região, alcançar o Mundo?*. Relações Internacionais, 15, p.21 - 34.

XAVIER, Constantino (2007). *O conceito de grande potência na política externa indiana*. Relações Internacionais, 15, p. 07-19.

### Sítios na internet

ALMEIDA, João Marques de. *O Choque das Civilizações e o 11 de Setembro* [Em linha]. IPRI - Instituto Português de Relações Internacionais, 2004 - [consultado em 27Nov07]. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=31>>.

ALVES, José Luís. *O PAQUISTÃO: FRACTURAS INTERNAS E POSSIBILIDADES DE UM NOVO RELACIONAMENTO COM A ÍNDIA*. [em linha]. O PAQUISTÃO: FRACTURAS

INTERNAS E POSSIBILIDADES DE UM - Pesquisa do Google, 2008 - [consultado em 29Jan08]. Disponível em: < [http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_VI2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_VI2.pdf)>.

AMBY, Kristian. “*Hindutva: o fundamentalismo hindu*. [em linha]. Janus 2003 | “Hindutva” : o fundamentalismo hindu- [consultado em 03Dez07]. Disponível em: < [http://www.janusonline.pt/2003/2003\\_2\\_2\\_14.html](http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_2_14.html)>.

ARRUDA, Carlos; FERREIRA, Vanja; ARAÚJO, Marina. *O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade*. [em linha]. Índia: O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade, 2007. [consultado em 20Nov07]. Disponível em: < [http://216.239.59.104/search?q=cache:ol\\_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/](http://216.239.59.104/search?q=cache:ol_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/)>.

BARROSO, José Manuel Durão. *Cimeira UE-Índia: laços cada vez mais estreitos*. [em linha]. Comissão Europeia - Presidente Durão Barroso - In Focus - Cimeira UE-Índia: laços cada vez mais estreitos, 2007 - [consultado em 1Mar08]. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/commission\\_barroso/president/focus/eu\\_india\\_20071130/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/commission_barroso/president/focus/eu_india_20071130/index_pt.htm)>.

BRITANNICA ENCYCLOPAEDIA. *India the transfer of power and the birth of two nation*. [em linha]. India: The transfer of power and the birth of two nations - Britannica Online Encyclopedia, 2007 - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: < <http://www.britannica.com/eb/article-47060/India>>.

CHAMBERS, Michael R. *South Asia in 2020: future strategic, balances and alliances*. [em linha]. PUB108.pdf, 2002 - [consultado em 17Dez07]. Disponível em: < <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/PUB108.pdf>>.

CHATHAM HOUSE. *China and India: Cooperation and Competition*. [em linha]. www.chathamhouse.org.uk, Maio de 2007 - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org.uk/news/view/-/id/371/>>.

CIA. *Central Intelligence Agency: The World Factbook*. [em linha]. CIA - The World Factbook - India, 2007 - [consultado em 17Dez07]. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>>.

CONSTITUTION OF ÍNDIA. *Constitution of Índia*. [em linha]. Constitution of India -- with all the Amendments, 2007 - [consultado em 11Jan08]. Disponível em: < <http://indiacode.nic.in/coiweb/welcome.html>>.

COSTA, Florência; SAXENA, Shobhan. *A Índia que os indianos vêem*. [em linha]. A Índia que os indianos vêem, 2007 - [consultado em 30Nov07]. Disponível em: < [www.insightnet.com.br/inteligencia/num37/pdf/mat\\_07.pdf](http://www.insightnet.com.br/inteligencia/num37/pdf/mat_07.pdf)>.

CRISIS GROUP. *Sri Lanka: The failure of the Peace Process*. [em linha]. Crisis Group Asia Report, 2006 - 124\_sri\_lanka\_\_the\_failure\_of\_the\_peace\_process.pdf, - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: < [http://www.crisisgroup.org/library/documents/asia/south\\_asia/sri\\_lanka/124\\_sri\\_lanka\\_the\\_failure\\_of\\_](http://www.crisisgroup.org/library/documents/asia/south_asia/sri_lanka/124_sri_lanka_the_failure_of_)>.

CRISIS GROUP. *Idian-Administered Kashmir – Trends in Conflict and Cooperation*. [em linha]. Crisis Group Asia Report, 2007 - Kashmir\_Update\_4\_2007.pdf, 2006 - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: <

[http://www.swisspeace.ch/typo3/fileadmin/user\\_upload/pdf/FAST/Updates/2007/Kashmir\\_Update\\_4\\_2007](http://www.swisspeace.ch/typo3/fileadmin/user_upload/pdf/FAST/Updates/2007/Kashmir_Update_4_2007)>.

DIÁSPORA. *Governo de Nova Délhi promete dar apoio à imensa diáspora indiana*. [em linha]. UOL Últimas Notícias. 2006 - [consultado em 31Dez07]. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/01/07/ult1766u13959.jhtm>>.

DIÁSPORA. *O índio diáspora*. [em linha]. Versão traduzida de <http://www.sscnet.ucla.edu/southasia/Diaspora/diaspora.html>. 2007 - [consultado em 31Dez07]. Disponível em: <<http://translate.google.com/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://www.sscnet.ucla.edu/southasia/Diaspora/diaspora.html&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3Ddi%25C3%25A1spora%2B%252B%2BIndia%26hl%3Dpt-PT%26lr%3D%26sa%3DG>>.

ECONOMIST, The. *Economic structure*. [em linha]. Economist.com | Country Briefings: India, 2007 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <<http://www.economist.com/countries/India/profile.cfm?folder=Profile%2DEconomic%20Structurehttp://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

EDUCATERRA. *Paquistão e Índia: a mosca e o elefante*. [em linha]. Paquistão e Índia: a mosca e o elefante - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/2002/06/14/001.htm>>.

EDUCATION, *Índia*. [em linha]. India Education, 2007 - [consultado em 31Dez07]. Disponível em: <<http://www.mapsofindia.com/india-education.html>>.

ENERGY. *An Energy Overview of India*. [em linha]. Energy Overview of India, 2002 - [consultado em 07Jan08]. Disponível em: <[http://www.geni.org/globalenergy/library/national\\_energy\\_grid/india/energy\\_overview\\_of\\_india.shtml](http://www.geni.org/globalenergy/library/national_energy_grid/india/energy_overview_of_india.shtml)>.

FALEIRO, Eduardo. *South Asia And The Asian Resurgence*. [em linha]. South Asia And The Asian Resurgence, 2007 - [consultado em 05Dez07]. Disponível em: <<http://www.saag.org/papers23/paper2240.html>>.

FERNANDES, Cátia. *A Índia – As novas Tecnologias numa Economia Emergente*. [em linha]. Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2006 - [consultado em 10Jan08]. Disponível em: <[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2000\\_I\\_III.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2000_I_III.pdf)>

FRANCO, Ana Catarina. *AS RELAÇÕES SINO-INDIANAS: ASPECTOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS*. [em linha]. [www.ciari.org/investigacao.htm](http://www.ciari.org/investigacao.htm) - Pesquisa do Google, 2008 - [consultado em 23Fev08]. Disponível em: <[http://www.ciari.org/investigacao/relacoes\\_sino-indianas.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/relacoes_sino-indianas.pdf)>.

GOÊS. *Indian pride*. [em linha]. IPRI - SuperGoa: Imagens, Factos, Notícias, Informações e História sobre Goa Índia, 2005 - [consultado em 29Jan08]. Disponível em: <[http://www.supergoa.com/pt/forum/read.asp?c\\_post=4478http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=36](http://www.supergoa.com/pt/forum/read.asp?c_post=4478http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=36)>.

GLOBALSECURITY. *India Military Guide*. [em linha]. India Military Guide, 2004 - [consultado em 14Jan08]. Disponível em: <http://www.globalsec>>.

GOLDMANSACHS. *Global Economics, Paper No:99 Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. [em linha]. Goldman Sachs: Índia. - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/india/index.html>>

GOVERNO INDIANO. Department of Mines. [em linha]. ibm.nic.in, 2004 - [consultado em 11Jan08]. Disponível em: <<http://mines.nic.in/imsene.html#INDIA'S%20CONTRIBUTION%20TO%20THE%20WORLD'S%20MINERAL%20PRODUCTION>>

HARIHARAN, Col. R.. *India, Sri Lanka And The LTTE*: [em linha]. India, Sri Lanka and the LTTE, 2007 - [consultado em 05Dez07]. Disponível em: <<http://www.saag.org/notes4/note395.html>>.

HARIHARAN, Col. R.. *India's Emerging Strategic Security Paradigm and Sri Lanka Policy*. [em linha]. India's Emerging Strategic Security Paradigm and Sri Lanka Policy, 2008 - [consultado em 04Mar08]. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/papers26/paper2546.html>>.

HISTÓRIA. *Antecedentes Históricos*. [em linha]. ibnkhalidoun\_2000 - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: <[http://br.geocities.com/caxemira\\_livre/antecedentes.htm](http://br.geocities.com/caxemira_livre/antecedentes.htm)>.

HOJEMACAU. *Índia Regionalização e Multipolarização*. [em linha]. ÍNDIA REGIONALIZAÇÃO E MULTIPOLARIZAÇÃO| - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: <<http://politicaedireito.tripod.com/id131.html>>.

HUMANIDADE. *Civilização Indiana - História da Civilização Indiana*. [em linha]. Civilização Indiana - História da Civilização Indiana, 2007 - [consultado em 03Dez07]. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/indiana/civilizacao-indiana/>>.

ICG, Asia Report N°69. *KASHMIR: THE VIEW FROM NEW DELHI*. [em linha]. International Crisis Group (Crisis Group) - Conflict prevention and resolution, 2003 - [consultado em 29Jan08]. Disponível em: <<http://www.google syndicated search.com/u/crisisgroup?hl=pt-PT&ie=ISO-8859-1&q=Kashmir%>>.

ÍNDIA. *COUNTRY PROFILE: ÍNDIA*. [em linha]. India.pdf, 2004 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

ÍNDIA. *História*. [em linha]. Índia, 2007 - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <<http://www.pedalnaestrada.com.br/pages.php?recid=287>>.

JORNAIS. *Jornais da Índia*. Jornais de Índia [em linha]. India Newspapers - Periodicos.com.ar - [consultado em 06Jan08]. Disponível em: <<http://www.periodicos.com.ar/portugues/india/http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

KAPILA, Subhash Dr. *BANGLADESH MISPERCEIVES NEW INDIAN GOVERNMENT'S FOREIGN POLICY THRUST: An Analysis*. [em linha]. Bangladesh Misperceives New Indian Government's Foreign Policy Thrust: An, 2004 - [consultado em 26Fev08]. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/papers11/paper1017.html>>.

KAPILA, Subhash Dr. *JAPAN-INDIA STRATEGIC DIALOGUE REQUIRES MORE POLITICAL SYNERGY*. [em linha]. Japan-India Strategic Dialogue Requires More Political Synergy, 2005 - [consultado em 29Fev08]. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/papers13/paper1264.html>>.

KAPILA, Subhash Dr. *RUSSIA-INDIA STRATEGIC PARTNERSHIP ENTERS A CHILLY PHASE*. [em linha]. Russia-India Strategic Partnership Enters a Chilly Phase, 2007 - [consultado em 28Fev08]. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/papers25/paper2471.html> >.

KAPILA, Subhash Dr. *Japan-India "Strategic Dialogue" (March 2007) a Misnomer*. [em linha]. Japan-India "Strategic Dialogue" (March 2007) a Misnomer, 2007 - [consultado em 29Fev08]. Disponível em: < <http://www.southasiaanalysis.org/papers22/paper2187.html>>.

KIESOW, Ingolf, NORLING, Nicklas. *The Rise of India: Problems and Opportunities*. [em linha]. Central Ásia-Caucasus Institute: Silk Road Studies Program - Pesquisa do Google, 2007 - [consultado em 23Fev08]. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/Silkroadpapers/2007/0701India.pdf> >.

KUMAR, Ananad Dr. *Indo-Bangladesh Border Dispute Demands Urgent Attention*. [em linha]. Indo-Bangladesh Border Dispute Demands Urgent Attention, 2006 - [consultado em 26Fev08]. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/papers20/paper1931.html>>.

KUMAR, Neha. *India Ballistic Missile Defense Capabilities and Future Threats*. [em linha]. IPCS - Nuclear, Chemical & Biological, 2007 - [consultado em 08Jan08]. Disponível em: < [http://www.ipcs.org/Nuclear\\_articles2.jsp?action=showView&kValue=2460&issue=1015&status=article&mod=a](http://www.ipcs.org/Nuclear_articles2.jsp?action=showView&kValue=2460&issue=1015&status=article&mod=a)>.

KUPPUSWAMY, C. S. *MYANMAR: Sandwiched between China & India and gaining from both*. [em linha]. MYANMAR: Sandwiched between China & India and gaining from both, 2008 - [consultado em 04Mar08]. Disponível em: <<http://www.southasiaanalysis.org/papers26/paper2574.html> >.

LOK SABHA. *Parliament of India: Lok Sabha*. [em linha]. Lok Sabha, Parliament of Índia, 2008 - [consultado em 11Jan08]. Disponível em: < <http://loksabha.nic.in/>>.

MEISEN, Peter. *Overview of Renewable Energy Potential of India*. [em linha]. Global Energy Network Institute, 2006 - [consultado em 07Jan08]. Disponível em: < <http://www.geni.org/globalenergy/library/energytrends/currentusage/renewable/Renewable-Energy-Potential-for-India.pdf>>.

MENON, V. P. *Transfer of Power in India*. [em linha]. Transfer of Power in India - Pesquisa de livros do Google, 1957. [consultado em 03Dez07]. Disponível em: < [http://books.google.com/books?id=hxdwplfEeoC&pg=RA1-PA516&lpg=RA1-PA516&dq=indian+independence+act&source=web&ots=BksPK0\\_3DD&sig=SBJGMpLYTIQNcvqv4lohRIOt6zg#PPP1,M1](http://books.google.com/books?id=hxdwplfEeoC&pg=RA1-PA516&lpg=RA1-PA516&dq=indian+independence+act&source=web&ots=BksPK0_3DD&sig=SBJGMpLYTIQNcvqv4lohRIOt6zg#PPP1,M1)>.

MITRA, Durga Madhab (John). *Understanding Indian Insurgencies: Implications for Counterinsurgency. Operations in the Third World*. [em linha]. Strategic Studies Institute of the US Army War College - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: < <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/>>.

NUNES, Carlos. *Índia, passado recente e perspectivas de evolução*. [em linha]. Infor\_inter\_2006\_I2.pdf, 2006 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_I2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_I2.pdf)<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

OLIC, Nelson Bacic. *Índia: conflitos internos e projecções geopolíticas*. [em linha]. CMI Brasil - Índia: conflitos internos e projecções geopolíticas, 2005 - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/05/317519.shtml>>.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Índia: Política Externa e Relações com a América Latina*. [em linha]. Foro\_REDEALAP\_2007\_05\_01\_Altemani.pdf, 2007 - [consultado em 11Jan08]. Disponível em: <[http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro\\_REDEALAP\\_2007\\_05\\_01\\_Altemani.pdf](http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2007_05_01_Altemani.pdf)>.

PROFILE. *Background note: India*. [em linha]. India (10/07), 2007 - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3454.htm>>.

QADIR, Shaukat. *An Analysis of the Kargil Conflict 1999*. [em linha]. Research Institute, RUSI JOURNAL, 2002 - [consultado em 02Dez07]. Disponível em: <<http://www.ccc.nps.navy.mil/research/kargil/JA00199.pdf>>.

RAJYA SABHA. *Parliament of Índia: Rajya Sabha*. [em linha]. Rajya Sabha, Parliament of Índia, 2008 - [consultado em 11Jan08]. Disponível em: <<http://rajyasabha.nic.in/>>.

RODRIGUES, Alexandre Reis. *A maior Democracia do Mundo*. [em linha]. Jornal Defesa e Relações Internacionais, 2005 - [consultado em 12Out07]. Disponível em: <[http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=252](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=252)>.

RODRIGUES, Alexandre Reis. *Índia. Os custos e vantagens da parceria com os EUA*. [em linha]. Jornal Defesa e Relações Internacionais, 2006 - [consultado em 12Out07]. Disponível em: <[http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=317](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=317)>.

RODRIGUES, Alexandre Reis. *O GIGANTE INDIANO*. [em linha]. Jornal Defesa e Relações Internacionais, 2007 - [consultado em 15Dez07]. Disponível em: <<http://www.jornaldefesa.com.pt/print.asp?id=402><http://politicaedireito.tripod.com/id131.html>>.

ROY, Bhaskar. *The 11th sino-indian border talks : The Engagement Must Continue*. [em linha]. The 11th Sino-Indian Border Talks The Engagement Must Continue, 2007 - [consultado em 05Dez07]. Disponível em: <<http://www.saag.org/papers24/paper2359.html>>.

SAFANETA, Marisa Abreu. *Caxemira*. [em linha]. Janus 2003 | Caxemira - [consultado em 03Dez07]. Disponível em: <[http://www.janusonline.pt/2003/2003\\_2\\_3\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_3_10.html)>.

SARAIVA, Francisca. *O eixo Índia-Irão*. [em linha]. Newsletter\_10\_Mar.pdf, 2006 - [consultado em 25Jan08]. Disponível em: <[http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/docs/Newsletter\\_10\\_Mar.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/docs/Newsletter_10_Mar.pdf)>.

SHELTON, Garth. *South Africa.s engagement with the global security agenda: areas for co-operation within the IBSA framework*. [em linha]. Líderes Regionais e Segurança

Internacional, Documento de Trabalho nº 3, 2006 - [consultado em 21Fev08]. Disponível em: <<http://www.unb.br/irel/ibsa/documentos.htm>>.

SOUSA, Silvio Araujo de. *Índia esbarra em contrastes para alcançar China*. [em linha]. Índia, 2008 - [consultado em 01Jan08]. Disponível em: <<http://br.geocities.com/sousaraujo/textos/india1.htm>>.

TECNOLOGIA. *Ciência e Tecnologia*. [em linha]. Conheça a Índia - Saiba mais, 2008 - [consultado em 08Jan08]. Disponível em: <<http://www.indiaconsulate.org.br/turismo/038.html>>.

THE BOSTON CONSULTING GROUP. *Auto Retail – framework for growth*. [em linha]. BCG Search: auto retail framework for growth, 2006 - [consultado em 19Dez07]. Disponível em: <<http://search.bcg.com/search?entqr=0&access=p&sort=date%3AD%3AL%3A1%3A1%3A1>>  
<<http://br.geocities.com/sousaraujo/textos/india1.htm>>.

THE BOSTON CONSULTING GROUP. *Uma introdução à Índia*. [em linha]. Background\_On\_India\_RP\_PT.pps, 2007 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <[http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background\\_On\\_India\\_RP\\_PT.pps](http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background_On_India_RP_PT.pps)>.

TOMÉ, Luís. *Uma nova configuração geopolítica*. [em linha]. Janus 2005 | Uma nova configuração, 2007 - [consultado em 14Nov07]. Disponível em: <[http://www.janusonline.pt/2005/2005\\_1\\_1\\_1.html](http://www.janusonline.pt/2005/2005_1_1_1.html)>.

TORRES, Henry Caballero. *Impacto de las Explosiones Nucleares 98*. [em linha]. Historia de la India y documental de la misma - Monografias.com, 2007 - [consultado em 06Dez07]. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos5/laindia/laindia2.shtml#impac>>.

UE. *The European Union and India: a strategic partnership for the 21st century*. [em linha]. - Pesquisa do Google, 2007 - [consultado em 1Mar08]. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/external\\_relations/library/publications/25\\_india\\_brochure.pdf](http://ec.europa.eu/external_relations/library/publications/25_india_brochure.pdf)>.

UOL. *Principais acontecimentos na história da Índia independente*. [em linha]. Principais acontecimentos na história da Índia independente - 14/08/2007 - UOL Últimas Notícias - [consultado em 06Dez07]. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/08/14/ult34u187840.jhtm>>.

XAVIER, Constantino Hermanns. *As Forças Armadas da Índia: Transformação e Emergência*. [em linha]. Revista Militar:: - Revistas - As Forças Armadas da Índia: Transformação e Emergência, 2006- [consultado em 14Jan08]. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=82>>.

YUAN, Jing-dong. *The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century*. [em linha]. - Pesquisa do Google, 2007 - [consultado em 21Fev08]. Disponível em: <[http://www.twq.com/07summer/docs/07summer\\_yuan.pdf](http://www.twq.com/07summer/docs/07summer_yuan.pdf)>.

## Outros sítios

<http://india.gov.in/maps/indiaindex.php> (consultado em 10Nov2007).

<http://planetageo.sites.uol.com.br/fmapas.htm> (consultado em 10Nov2007).

<http://www.mapsofindia.com/general/> (consultado em 11Nov2007).

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html> (consultado em 15Dez2007).

<http://www.seaaroundus.org/eez/eez.aspx> (consultado em 15Dez2007).

[http://dipp.nic.in/p\\_gallery.htm](http://dipp.nic.in/p_gallery.htm) (consultado em 18Dez07).

<http://www.icep.pt> (Consultado em 27Dez2007).

<http://india.gov.in/maps/growthrate.php> (consultado em 30Dez2007).

[http://www.india\\_profile\\_Gas.pdf](http://www.india_profile_Gas.pdf) (consultado em 05Jan08).

<http://www.eia.doe.gov/emeu/international/reserves.html> (consultado em 05Jan08).

<http://siteresources.worldbank.org/INTENERGY/Resources/EnergyLectureSeriesAnilKrSardana.pdf> (consultado em 05Jan08).

<http://pmindia.nic.in/former.htm> Gabinete Primeiro-ministro da Índia (consultado em 11Jan08).

<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=IN>

(Consultado em 19Jan08)

## **Anexo 1**

### **Corpo de conceitos**

## Anexo 1 – Corpo de Conceitos

### Poder

Segundo Pascal Boniface (1996: 277), “*O poder de um Estado resulta da combinação e do domínio dos elementos de poder, e da vontade do Estado em os utilizar na cena internacional*”.

Para o TGen Cabral Couto (1988: 40), Poder está associado “*à capacidade de impor uma vontade*” e adoptou, no seu livro Elementos de Estratégia, Vol. I, a definição de R. Aron, em que “*o poder é a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não aceitação dessa vontade*”.

A definição adoptada neste trabalho é a de Pascal Boniface (1996: 276) em que, o Poder é “*a capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua política ou até mesmo de lhes impor a sua vontade*”.

### Instrumentos de coacção

Por ser considerado um dos objectivos deste trabalho, procurou-se encontrar objectivamente o significado de *Instrumentos de coacção*. Para isso, consultou-se o livro do TGen Cabral Couto<sup>1</sup>, *Elementos de Estratégia*, Vol. I (1988, 86/87) conjugado com o Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, 2008: 956). Assim, como conceito adaptado considera-se que, **Instrumentos de coacção** são os meios<sup>2</sup> utilizados por um Estado (recursos e capacidades) para exercer a coacção.

Segundo Pascal Boniface:

**Potência:** “*São os Estados que exercem um papel preponderante na cena internacional*” (1996: 276).

**Superpotência:** “*São os Estados que têm a capacidade e o interesse em agir de um modo universal. Nenhuma questão importante de ordem internacional poderá ser resolvida sem o seu acordo*” (1996: 279).

Para Varun Sahni (2007: 33):

**Grande potência:** “*É o Estados que detém tanto capacidades, como ambições de moldar o sistema*”.

---

<sup>1</sup> Formas de coacção, “Relacionam-se com os recursos e capacidades operacionalmente disponíveis. Assim, a coacção pode ser exercida através das seguintes formas principais, que diz respeito aos meios empregues e não aos efeitos obtidos: acção psicológica; acção diplomática; acção política clandestina no interior do adversário; acção económica e acção militar” (Couto, 1988: 86).

<sup>2</sup> Militar, Económico e o Diplomático.

**Média potência:** “É o Estado sem capacidade de moldar o sistema, mas cujo tamanho, recursos e papel os inclui em qualquer cálculo de poder global ou regional”.

**Potência emergente:** “É uma potência média em ascensão, tratando-se de um Estado que tem a capacidade e a intenção de manobrar em direcção ao estatuto de grande potência”.

### **Actor preponderante**

Por ser considerado um conceito recorrente do tema, procurou-se encontrar o seu significado. Para isso, mais uma vez, consultou-se o Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, 2008: 956), conjugado com o Dicionário de Relações Internacionais (Sousa, 2005: 5). Assim, como conceito adaptado considera-se que, **Actor preponderante** é todo o agente que tem mais peso, possui a capacidade para intervir e decidir nas relações que se estabelecem no Sistema Político Internacional, usufruindo de uma certa autonomia e a sua influência ultrapassa a escala regional.

**Anexo 2**

**Mapas da Índia (1947 até ao séc. XX)**

Anexo 2 – Mapas da Índia (1947 até ao séc. XX)



Fig. 1 – A Índia em 1947

Fonte: <http://www.india-history.com/british-india/sikh-territories.html>

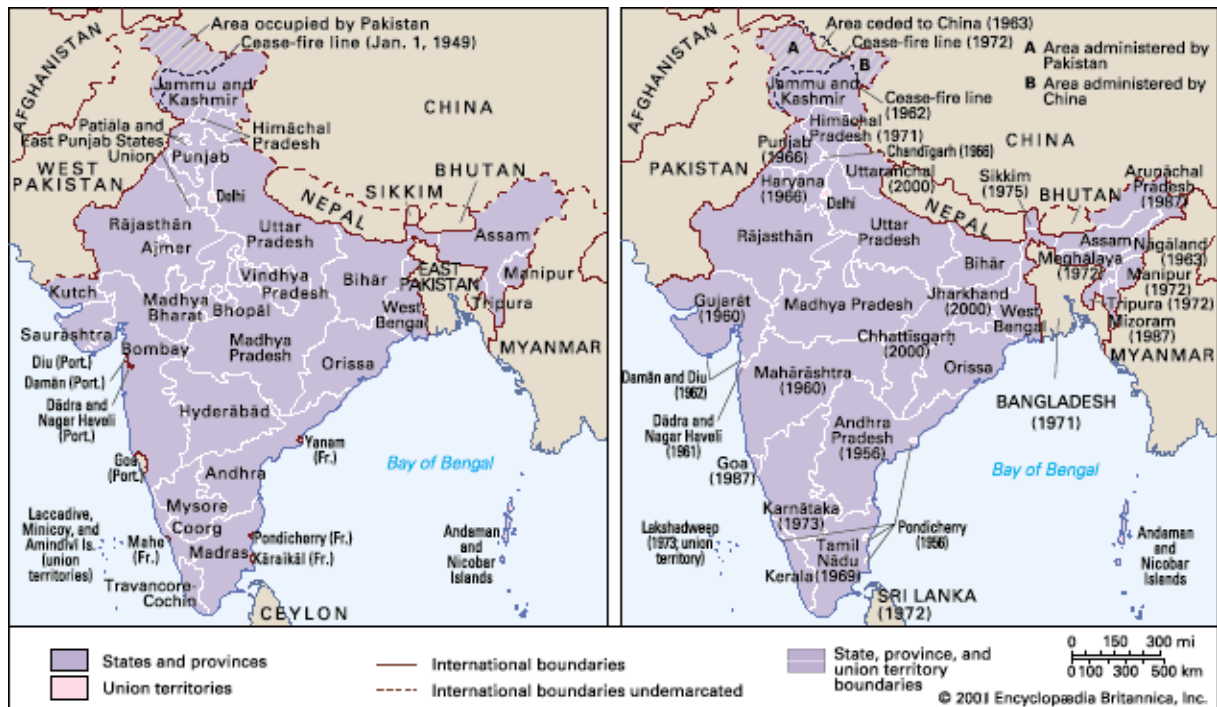


Fig. 2 – Reorganização dos Estados indianos em 1956

Fonte: <http://www.britannica.com/eb/art-1964/Reorganization-of-states-and-union-territories-since-independence>

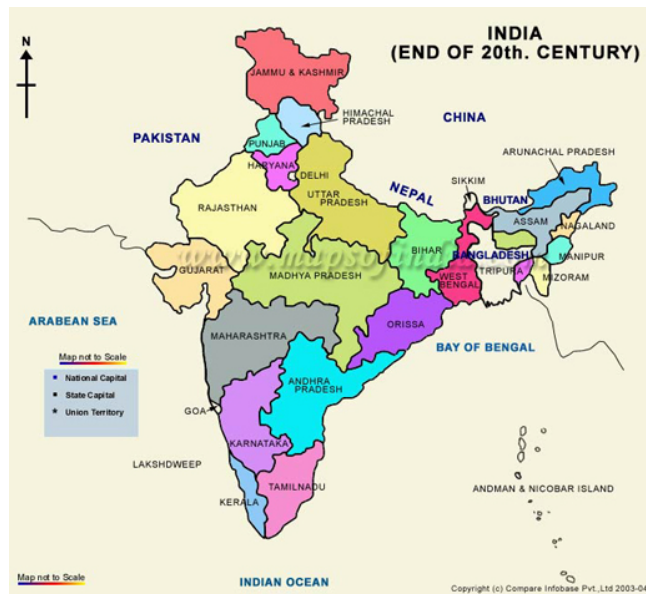


Fig. 3 – A Índia no final do séc. XX

Fonte: <http://www.india-history.com/british-india/sikh-territories.html>

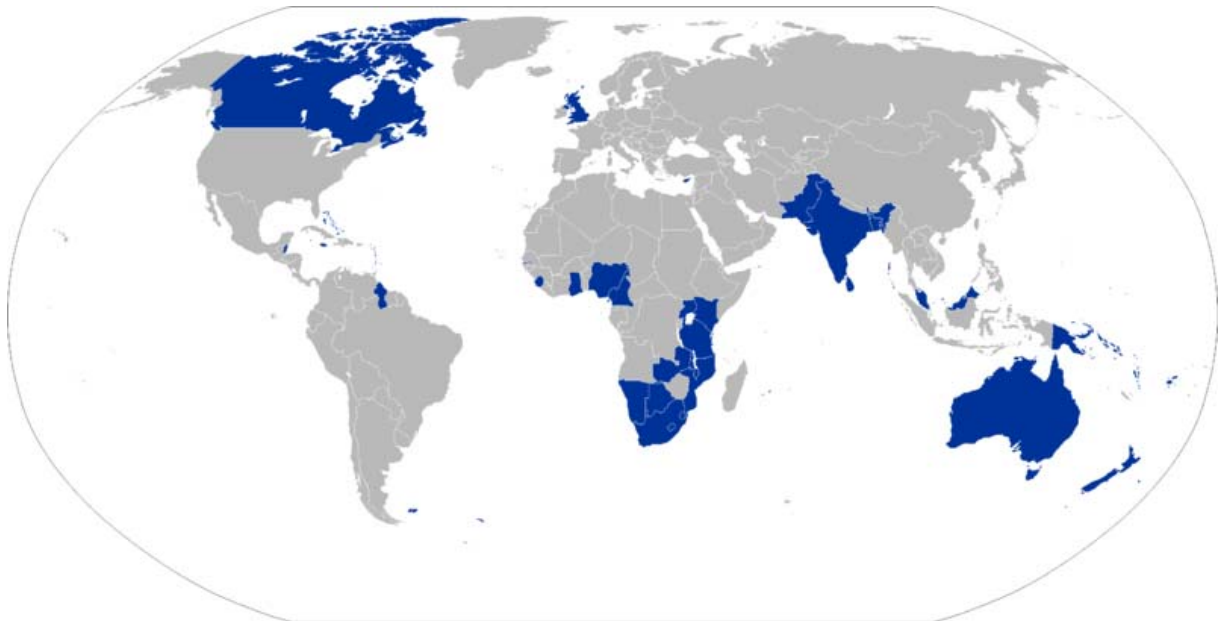


Fig. 4 – Os países da Commonwealth no séc. XX

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Commonwealth\\_of\\_Nations](http://en.wikipedia.org/wiki/Commonwealth_of_Nations)

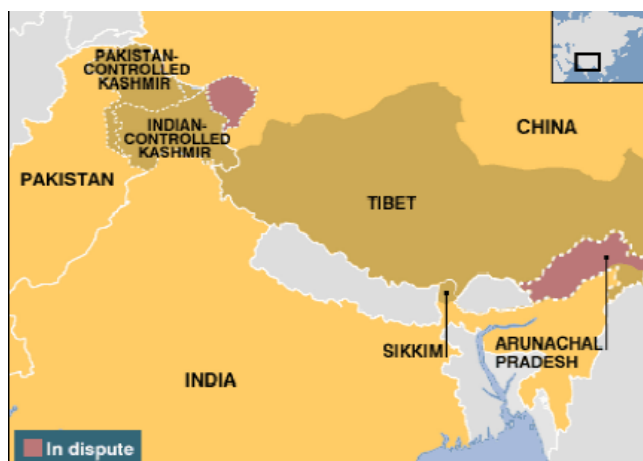


Fig. 5 – Zonas disputadas entre a China e a Índia

Fonte: [http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south\\_asia/4431299.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/4431299.stm)



Fig. 6 – Linha de Controlo que divide a Caxemira entre a Índia e o Paquistão

Fonte: [http://br.geocities.com/caxemira\\_livre/antecedentes.htm](http://br.geocities.com/caxemira_livre/antecedentes.htm)

## **Anexo 3**

### **Cronologia histórica**

**Anexo 3 – Cronologia histórica**

<b>DATA</b>	<b>ACONTECIMENTO</b>
15 Agosto 1947	Independência da Índia e Paquistão, fruto da cisão do Império Britânico das Índias.
1947-1949	Primeira guerra entre Índia e Paquistão pela soberania da região da Caxemira.
30 Janeiro 1948	Gandhi é assassinado por um hindu fanático.
26 Janeiro 1950	Proclamação da República. A uma Constituição da República.
20Out a 22Nov1962	Guerra entre China e Índia
27 Maio 1964	Morte de Nehru.
05Ago a 22Set1965	Segunda guerra entre Índia e Paquistão por Caxemira.
24 Janeiro 1966	Indira Gandhi, filha de Nehru, torna-se primeira-ministra.
03-16Dez1971	Terceira guerra hindu-paquistanesa por causa do Paquistão Oriental. A independência do Bangladesh.
18 Maio 1974	Primeiro "teste nuclear".
31 Outubro 1984	Indira Gandhi é assassinada pelos seus guarda-costas sikhs. Seu filho Rajiv é nomeado primeiro-ministro.
02-03Dez1984	Catástrofe industrial em Bhopal. Um vazamento de gás tóxico da fábrica, da empresa americana, Union Carbide causa 3.598 mortos e deixa 50.000 com problemas físicos.
Julho 1990	Política de abertura económica, após 40 anos de protecção.
21 Maio 1991	Rajiv Gandhi é assassinado por uma militante do movimento separatista cingalês dos Tigres para a Libertação de Eelam Tâmil.
Abril 1996	Vitória dos nacionalistas hindus nas eleições legislativas sobre o Partido do Congresso, que dirigiu a Índia desde a independência.
17 Julho 1997	Kocheril Raman Narayanan é o primeiro "intocável" que atinge o cargo de presidente.
Março 1998	Vitória dos nacionalistas hindus nas legislativas. Atal Behari Vajpayee, dirigente do Partido do Povo Índio, se torna primeiro-ministro.
Maio 1998	Testes nucleares indianos, e a resposta Paquistanesa com outras testes atómicos. Os Estados Unidos adoptam sanções económicas contra os dois países.

Maio 1999	Quarta guerra hindu-paquistanesa. Guerra de Kargil
11 Maio 2000	Índia atinge oficialmente 1 bilhão de habitantes.
22 Setembro 2001	Depois dos atentados, de 11 de Setembro, nos Estados Unidos, o Paquistão une-se à coalizão terrorista. Os Estados Unidos elevam as sanções vigentes até então contra a Índia e o Paquistão.
02 Maio 2003	Restabelecimento das relações diplomáticas indo-paquistanesas.
25 Novembro 2003	Interrupção do fogo bilateral na fronteira da Caxemira.
16-18Fev2004	Negociações de paz, hindu-paquistanesas, marcam um futuro "acordo global".
13 Maio 2004	Vitória nas legislativas do Partido do Congresso, conduzido por Sonia Ghandi, viúva de Rajiv Ghandi.
18 Maio 2004	Manmohan Singh, é nomeado primeiro-ministro.
26 Dez 2004	Tsunami na Ásia: 10.273 mortos e 5.823 desaparecidos na Índia.
11 Julho 2006	Sete atentados, em Mumbai, deixam 186 mortos e cerca de 800 feridos. O Paquistão nega qualquer envolvimento.
21 Fevereiro 2007	Acordo indo-paquistanês sobre a redução de riscos de acidentes nucleares.
21 Julho 2007	Pratibha Patil torna-se a primeira mulher presidente da Índia.

Fonte: UOL. *Principais acontecimentos na história da Índia independente*. [em linha]. Principais acontecimentos na história da Índia independente - 14/08/2007 - UOL Últimas Notícias - [consultado em 06Dez07]. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/08/14/ult34u187840.jhtm>>

**Anexo 4**

**Mapas geopolíticos**

Anexo 4 – Mapas geopolíticos

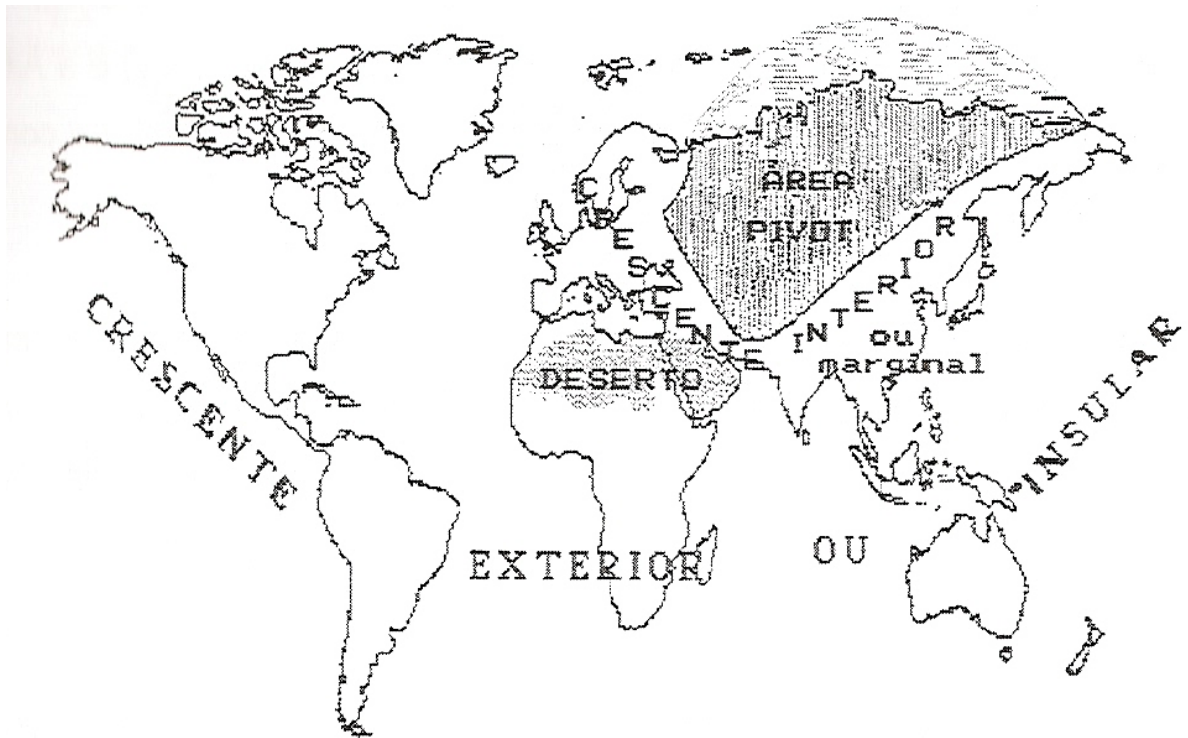


Fig. 1 – O Mundo segundo John MACKINDER

Fonte: IESM. *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica (As principais teses)*. Lisboa: IESM. 2007, p. 37.

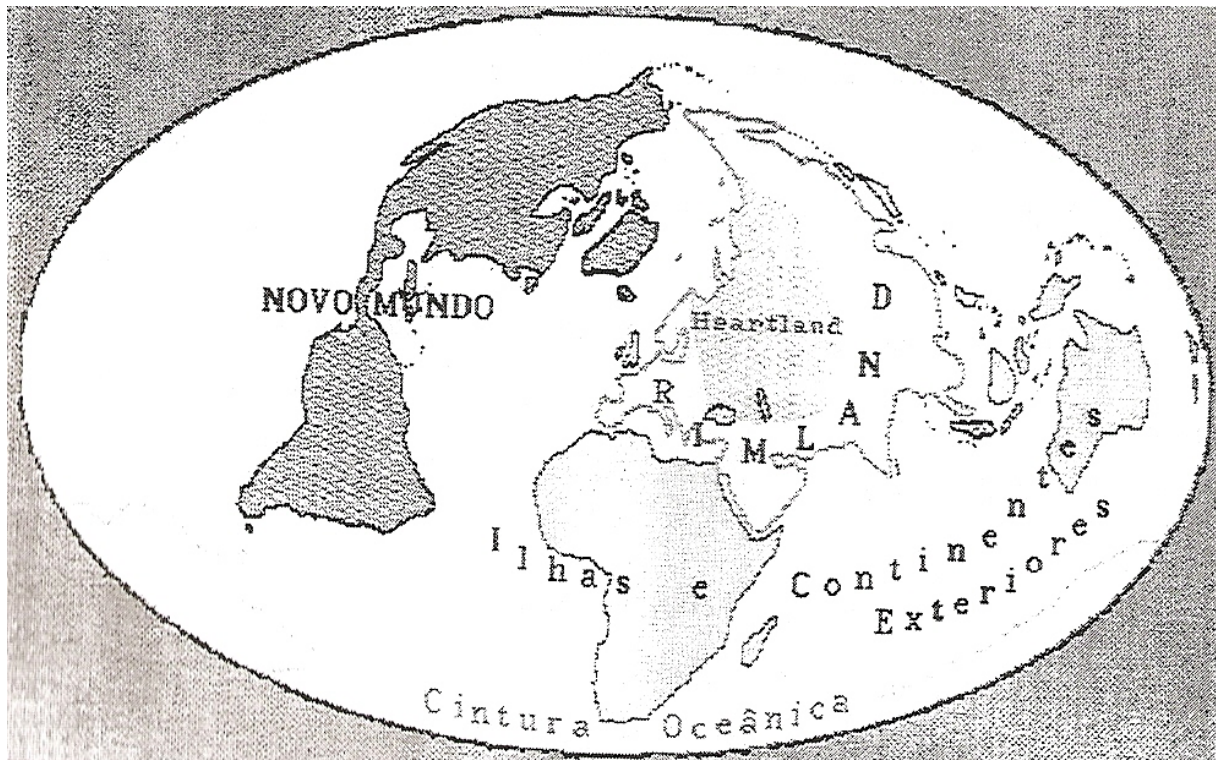
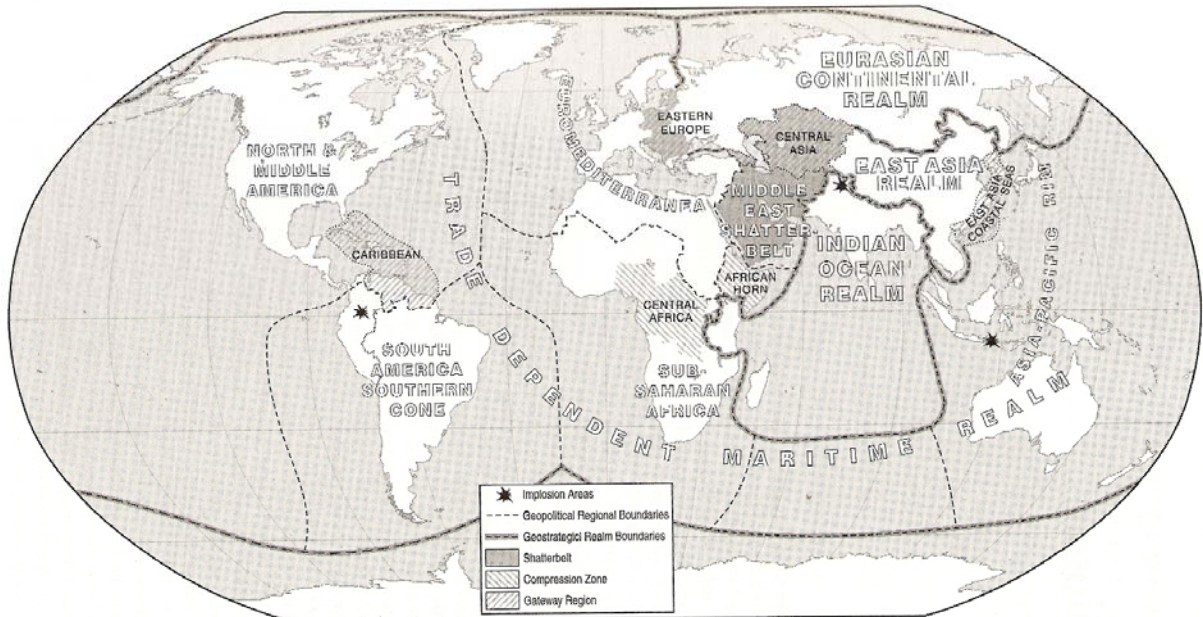


Fig. 2 – O Mundo segundo Nicholas SPYKMAN

Fonte: IESM. *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica (As principais teses)*. Lisboa: IESM. 2007, p. 63.

Fig. 3 – O Mundo segundo Saul B. COHEN



Fonte: COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics of the World System*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2003, p. 388.

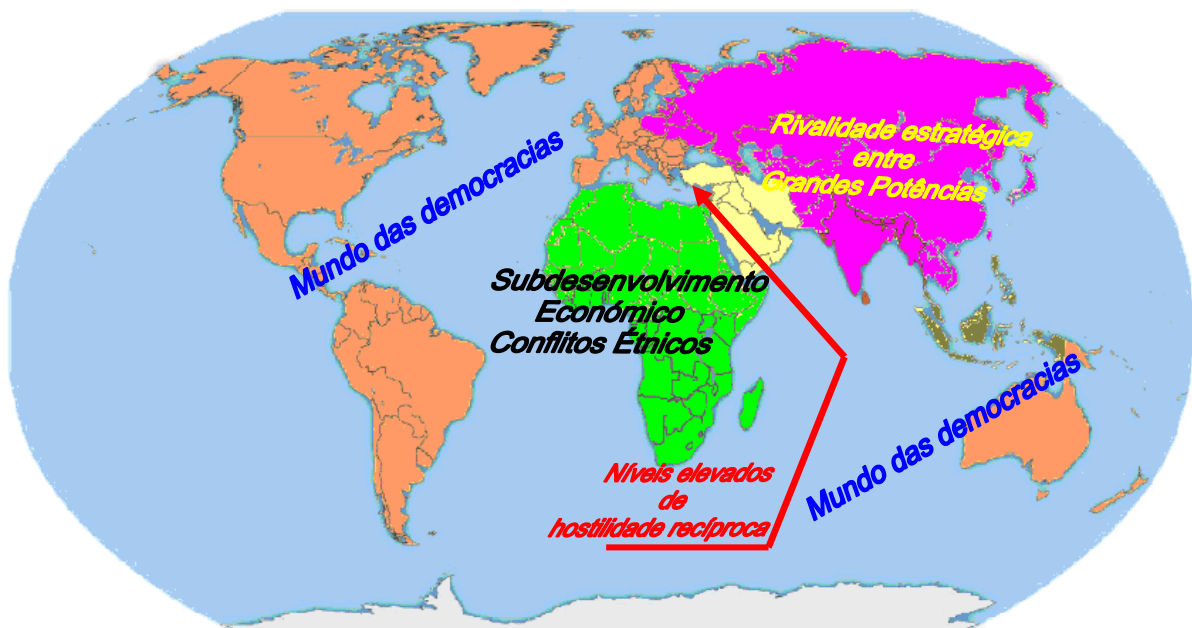


Fig. 5 – O Mundo segundo KISSINGER

Fonte: VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e. *A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2006, p. 8.

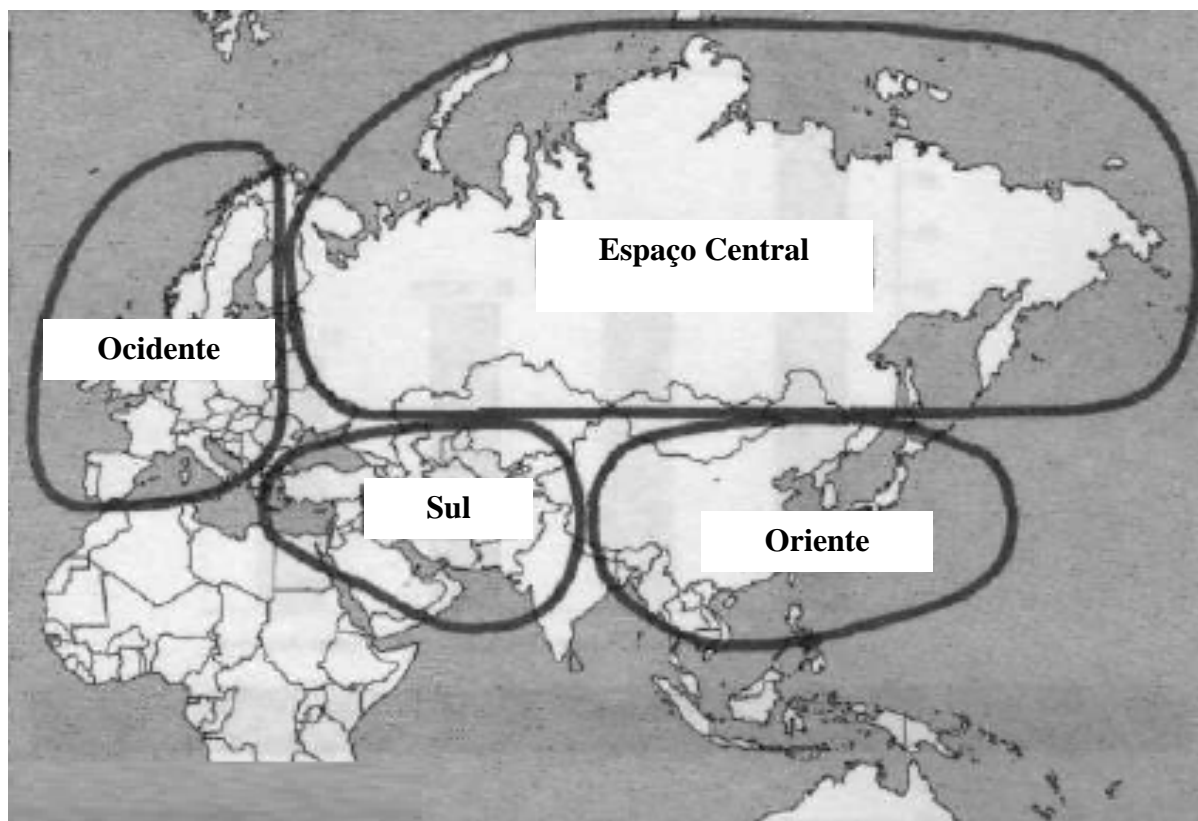


Fig. 6 – O Mundo segundo BRZEZINSKI

Fonte: BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: BasicBooks (A Division of HarperCollins Publishers), 1997, p. 8.

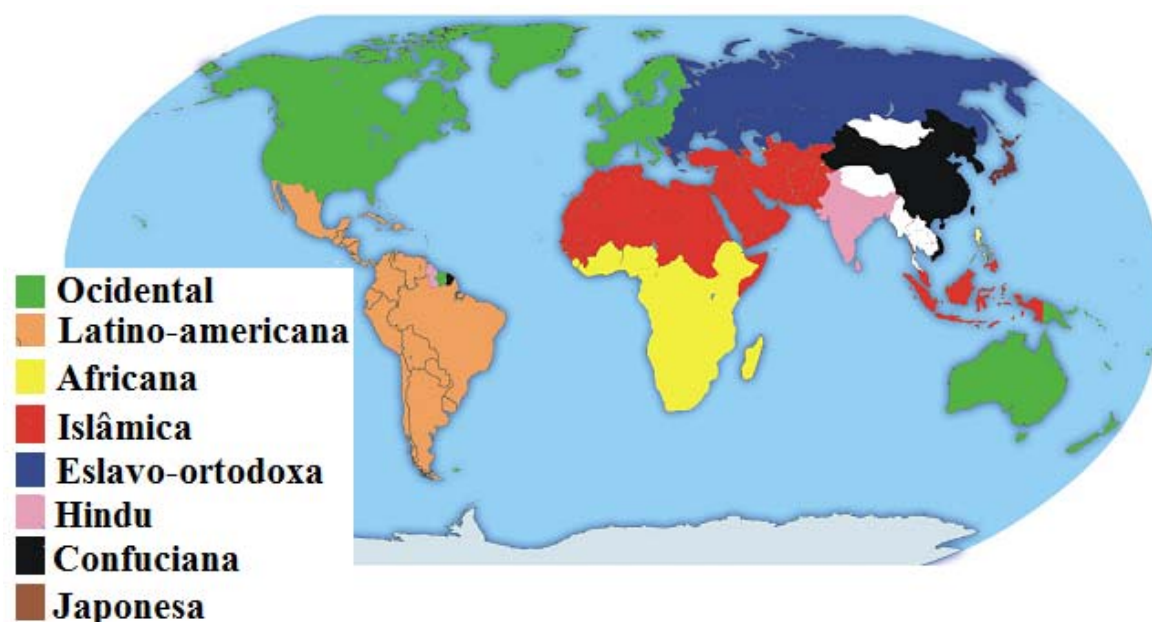


Fig. 7 – O Mundo segundo HUNTINGTON

Fonte: VASCONSELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e. *A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2006, p. 10.

## **Apêndice 1**

### **Conflitualidade indiana**

## Apêndice 1 – Conflitualidade indiana

A história indiana, desde 1947 apresenta-nos um país de violência. Esta violência marcou, desde logo, a independência da Índia pelos combates sangrentos entre hindus e muçulmanos, com cerca de 500.000 vítimas. A Índia é confrontada com um conjunto diferenciado de ameaças: as secessionistas (em Caxemira, no Punjab, no Nordeste indiano, entre outros); o comunalismo<sup>1</sup> (problemas existentes entre hindus e muçulmanos); o fundamentalismo religioso; o extremismo político (Naxalistas). Perante a impotência das autoridades locais em diminuir estas tensões, Nova Deli tem sido frequentemente chamada a colocar alguma ordem nesta complicada situação, dispendo para o efeito de um arsenal jurídico, político e militar bastante variado. Apesar das forças de polícia serem numerosas e diversas, é o exército que se empenha mais frequentemente nas operações de manutenção da ordem.

A Índia tem um elevado número de grupos e movimentos de diferentes ideologias, que pretendem por em causa a unidade e a estrutura política e social do país.

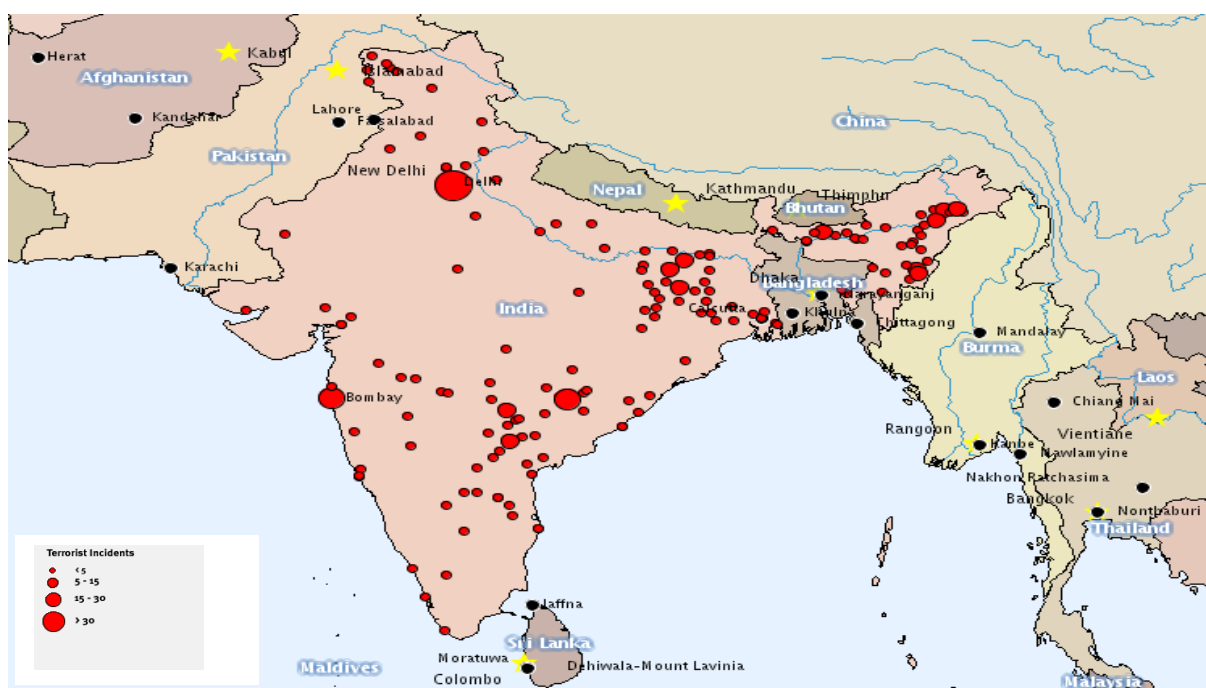


Fig. 1 – Mapa da conflitualidade indiana

Fonte: <http://www.tkb.org/MapModule.jsp>

<sup>1</sup> Sistema ou doutrina social que preconiza a autonomias dos municípios.

## 1. Nordeste da Índia

O Nordeste da Índia constitui um grande foco insurreccional Indiano. O Nordeste é constituído por um conjunto de sete Estados (Arunachal Pradesh, Assam, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland e Tripura), à excepção de Assam que se tratam de micro-estados. Pela sua superfície (25 5000 quilómetros quadrados, ou seja 0,8% da superfície da Índia), pela sua população (um pouco mais de 25 milhões de habitantes, ou seja, 3,6% da população indiana) e pela sua localização periférica, estes Estados do Nordeste constituem um conjunto marginal no seio da Índia. Desta forma, não é estranho a presença de um elevado número de grupos separatistas (Olic, 2005).



**Fig. 2 – Nordeste indiano**

Fonte: <http://www.india-history.com/british-india/sikh-territories.html>

O Nordeste apresenta uma série de contradições e de clivagens que explicam, em parte, o factor insurreccional. Constituindo uma zona de transição entre o subcontinente indiano e o Sudeste da Ásia estão ligados ao resto da Índia por um pequeno corredor<sup>2</sup>, situado entre as planícies do Bangladesh e os primeiros contrafortes himalaicos do Butão. É um espaço politicamente “quase insular”, cercado geograficamente pelo Bangladesh, pelo Myanmar, pela China e pelo Butão. Possui algumas planícies fluviais (como o vale de Brahmaputra) e de numerosos maciços montanhosos e que constituem santuários para os movimentos armados, que combatem um poder central muito distante.

Constituindo um ponto de encontro entre diferentes culturas, donde a coabitação parece por vezes, ser bastante delicada: culturas Himalaias (tibetana e nepalesa), indiana (hindu e bengali), sem esquecer as numerosas populações tribais, com diversas origens étnicas, diversas identidades linguísticas e confissões religiosas variáveis. No plano religioso coabitam hindus, budistas, muçulmanos, animistas e cristãos. Esta grande diversidade é o fruto de uma

<sup>2</sup> Com cerca de 32 quilómetros na sua parte mais estreita (Olic, 2005: 1).

miscigenação multissecular, resultado de invasões, de migrações, de assimilações entre civilizações (Amby, 2003).

O Estado Arunachal Pradesh com menos de 900 000 habitantes para 83 743 quilómetros quadrados, é o mais himalaico dos Estados do Nordeste. Situa-se na confluência dos mundos hinduístas, budistas e do sudeste sofrendo embora em pequena escala, de pressões demográficas diversas e sendo percorrido por correntes xenófobas.

O Estado de Assam com cerca de 23 milhões dos 30 milhões de habitantes do Nordeste da Índia, é considerado o “gigante demográfico”, em comparação com os outros Estados indianos da zona. O povo foi essencialmente de matriz étnica hindu ao longo da história, quer no âmbito religioso linguístico, quer culturalmente. Com a chegada de elevado número de imigrantes da região de Bengala e o sonho da emancipação dos povos Bodos, em relação à tutela autoritária de Assam, desequilibrou-se a tradicional identidade da região, surgindo uma forte corrente nacionalista.

O Estado de Manipur com 22 327 quilómetros quadrados e perto de 2 milhões de habitantes é povoado em maioria pelos Meteis. Esta região tem vários problemas étnicos, em virtude da existência de diversas tribos, com reivindicações identitárias fortes. As principais clivagens opõem tribos nagas e kukis entre si e com os Meteis, pelo controlo das terras.

O Estado de Meghalaya com 22 429 quilómetros quadrados e perto de 1,8 milhões de habitantes, foi criado em 1972, na sequência da sua separação de Assam. É povoado por três tribos: os Garo, os Khasi e os Jaintia. De todos os Estados do Nordeste, é incontestavelmente o menos instável. Contudo, a contestação dos Khasi e dos Jaintia à hegemonia dos Garo tem causado alguma instabilidade conflitual.

O Estado de Mizoram com 21 081 quilómetros quadrados tem cerca de 700 000 habitantes, sendo antigo distrito de Assam, elevado a Estado em 1972, possui cerca de 90% de Mizos. Ainda que este Estado beneficie de uma relativa estabilidade, está nas duas últimas décadas a constituir um foco de tensões, como resultado da vontade dos Mizos em se emanciparem da tutela de Assam. O sucesso das suas reivindicações abriu a porta a outras reivindicações tribais (Bodos e Kukis).

O Estado de Nagaland é constituído por várias tribos. Os Nagas são uma das diversas populações tribais implantadas na cadeia montanhosa indo-myanmar e têm uma tradição de independência turbulenta e comportamento agressivo, características que foram utilizadas pelos Britânicos em seu proveito, em 1944, para lutar contra o avanço japonês em direcção às Índias. Depois do fim da colonização britânica, os Nagas considerando não terem nada em comum – étnica, religiosa e culturalmente – com o mundo indiano, opõem-se à sua integração na União Indiana lutando, desde então, pela sua independência.

O Estado de Tripura, com 10 486 quilómetros quadrados e pouco mais de 2 500 000 habitantes, tem como principais tribos os Tripuris, de língua sino-tibetana. A situação é semelhante à de Assam, pois ao longo de 40 anos sofreu uma profunda “bengalizaço”, de tal modo, que os Bengalis dominam totalmente a vida económica e política do Estado e controlam o governo local. Actualmente, os emigrantes que se instalam em Tripura são hindus. Tal situação conduziu a que as populações tribais tenham sido progressivamente afastadas das suas zonas de residência e relegadas para regiões montanhosas e inóspitas. Como reacção, numerosos movimentos de luta armada de cariz tribal<sup>3</sup> tentam lutar contra esta invasão (Baptista, et al, 2003-2005: AJ28- 41).

## **2. Os Naxalistas**

O movimento “Naxalista<sup>4</sup>” tem a sua origem no Partido Comunista da Índia Marxista, pró-chinês, e teve o seu período de glória nos anos 70 durante o decurso da Revolução cultural chinesa e da mobilização contra a guerra no Vietname. O seu principal objectivo é a redistribuição das terras e a defesa dos direitos das populações tribais, que vivem em condições extremas de pobreza. Inspira-se no pensamento maoísta<sup>5</sup> para instrumentalizar o descontentamento das populações da região de Naxalbari. A partir de 1967, uma insurreição de inspiração maoísta propagou-se a várias regiões indianas, havendo a destacar as seguintes: em Kerala; em Uttar Pradesh; em Andhra Pradesh; em Bihar; em Orissa; em Maharashtra; em Tamil Nadu e também no Punjab, em Caxemira e em Assam. A carência de apoios económicos e militares por parte da China, o fraco apoio das populações, as rivalidades internas e as divergências ideológicas, em relação à estratégia a seguir, leva à fragmentação do movimento, nomeadamente, após se terem dedicado à guerrilha urbana em Calcutá com a finalidade de destruir o sistema educativo<sup>6</sup>.

Apesar disto, alguns grupos conseguiram perpetuar as suas acções até aos nossos dias. Hoje existem algumas bolsas naxalistas, das quais se destacam: o Comité de Coordenação Marxista, o Centro Comunista Maoísta (activo em Bihar) o Forum da Juventude Revolucionária (implantada em Tamil Nadu), o Parakala Dalam (activo em Andhra Pradesh) e o Grupo Armado do Povo, em que a suas acções estendem-se desde Maharashtra em Bengala Ocidental, situados na parte sudeste do Madhya Pradesh, no sul de Andhra Pradesh, em Orissa e em Bihar. Os seus novos objectivos revolucionários são as lutas contra o sistema de castas e a reforma agrária, beneficiando de grande apoio entre os camponeses sem terra e as populações

---

<sup>3</sup> Mais de vinte grupos de militantes, a maior parte dos quais emergindo após o acordo de 1989.

<sup>4</sup> Referência à aldeia de Naxalbari, no norte de Bengala, local em que ocorreram as primeiras operações da “guerra popular”.

<sup>5</sup> Este pensamento privilegia a luta armada acima de quaisquer outra forma de luta.

<sup>6</sup> Incêndios em escolas e assassínio de professores e funcionários.

tribais, que são exploradas pelo sistema feudalista, que ainda reina em algumas zonas da Índia (Baptista, et al, 2003-2005: AJ47- 49).

### 3. Os Problemas Comunalistas<sup>7</sup>

*“As lutas religiosas entre muçulmanos e hindus foram uma constante desde a independência da Índia, em 1947. Esta luta tem vindo a adquirir contornos mais radicais, protagonizados por um movimento baseado na ideologia Hindutva, que controla actualmente o poder executivo indiano. Os partidários desta ideologia defendem o regresso ao passado glorioso da Índia, baseando-se nas epopeias religiosas Ramayana e Mahabharata, com aspirações à constituição de um Estado próprio, que exclua as restantes comunidades religiosas e onde o sistema de castas deve ser rigorosamente respeitado”*

*Kristian Amby<sup>8</sup>*

A Índia também é fragilizada pelas tensões entre as duas maiores comunidades: a hindu e a muçulmana. Estas tensões têm acontecido ao longo da história indiana, mesmo durante o período que esteve sobre a alçada do império britânico, causando cerca de 500.000 vítimas.

As incompatibilidades entre as duas religiões e as práticas sociais que elas adoptam constituem assim, um dado estruturante do universo social do subcontinente. O aumento da tensão entre estas comunidades assenta na crescente ideologia Hindutva<sup>9</sup> face à afirmação da comunidade muçulmana<sup>10</sup>. Os hindutvawadi<sup>11</sup> defendem um “Estado hindu (Ariano) lendário, de virtuosos guerreiros e de grande magnificência e poder, com uma organização social baseada no sistema de castas” por isso, devem regressar à grandiosidade do passado através do processo de “hinduização’ da política e militarização dos hindus” (Amby, 2003: 1). Criar o Estado Hindustão baseado na exclusividade cultural e religiosa hindu, sem lugar para as outras comunidades<sup>12</sup>.

O outro motivo desta tensão entre eles, tem sido as crescentes agitações separatistas no Punjab, em Caxemira e em Assam e as ligações estabelecidas entre os muçulmanos indianos e a sua diáspora nos países da região do Golfo Pérsico. Estas ligações permitiram por um lado, o

<sup>7</sup> O termo “comunalismo” designa na Ásia do Sul os sentimentos de animosidade entre comunidades (hindus, muçulmanos, cingaleses, tameses, entre outros).

<sup>8</sup> Ver (Amby, 2003: 1).

<sup>9</sup> Ideologia que procura nas raízes do hinduísmo védico (1600 – 1000 A.C) as despostas para a modernidade.

<sup>10</sup> A Índia conta actualmente entre 120 a 140 milhões de muçulmanos, ou seja, mais de 12% da sua população (com 90% de sunitas e 10% de xiitas). Tal facto coloca a Índia como o quarto estado no ranking dos países muçulmanos. Os principais Estados de implantação muçulmana são Assam, Bengala ocidental, Gujarat, Uttar Pradesh e Bihar. Não existe um grande partido político muçulmano, apenas alguns partidos locais. Eleitoralmente, os muçulmanos apoiaram o Partido do Congresso (I), mas, em consequência da crise de Ayodhya, deixaram de o apoiar, o que explica, em parte, os desejos eleitorais deste partido em 1996 e 1998

<sup>11</sup> São os partidários da ideologia hindutva.

<sup>12</sup> As comunidades não-hindus representam cerca de 1/5 da população indiana.

aparecimento na Índia de uma classe comerciante muçulmana concorrente das elites comerciantes tradicionais hindus, e por outro lado, com o fluxo do dinheiro da diáspora viabilizaram a campanha de islamização de alguns estratos sociais, como os intocáveis, e a construção de diversas mesquitas e escolas. Este apoio financeiro dos países do Golfo Pérsico, o activismo social, o dinamismo económico e o novo fôlego e vigor cultural da comunidade, sem esquecer a persistência de taxas de natalidade elevada foram utilizados pelos nacionalistas hindus, no combate a uma hipotética alteração dos equilíbrios demográficos, quer pela natalidade, quer pela conversão (Baptista, et al, 2003-2005: AJ42-41).

#### **4. Os Movimentos Tribais**

A Índia tem cerca de 400 tribos diferentes com cerca de 60 milhões de pessoas que representam cerca de 8% da população indiana. Estas tribos estão localizadas nos Estados de Bengala ocidental, Orissa, Bihar e Madhya Pradesh e reivindicam o direito às suas terras dando lugar, por vezes, a confrontos armados.

#### **5. Punjab**

O Estado de Punjab com 50.000 quilómetros quadrados e com cerca de 24400 habitantes, historicamente é parte da Região do Punjab, que inclui além dele, a província de Punjab no Paquistão, os estados indianos de Haryana, Himachal Pradesh, Delhi, e o Território da União Chandigarh. Em 1947, com a divisão do subcontinente indiano, o actual estado separou-se da província homónima do Paquistão, tornando-se um estado da federação em 26 de Janeiro de 1950. Habitado maioritariamente por hindus, os sikhs representam apenas cerca de 35% da população. O Punjab indiano “pós-colonial” foi de novo dividido em 1966, compreendendo apenas zonas maioritariamente sikh, e zonas hindus, dando origem aos Estados de Haryana e de Himachal Pradesh. Os sikhs constituem as populações rurais, enquanto que a forte minoria hindu está concentrada nas cidades. Pela sua localização, este território encravado entre os primeiros contrafortes do Himalaico e do deserto de Thar, tem servido de fronteira entre o mundo muçulmano e o mundo hinduísta. Com a impossibilidade de obterem um Estado sikh, associado ao exílio de 2,5 milhões de sikhs e respectivo abandono das suas comunidades e bens individuais provocaram um violento traumatismo (Baptista, et al, 2003-2005: AJ17-19).

Este sentimento foi agravado por diversas medidas, entendidas como discriminatórias, nomeadamente, diminuição da presença sikh no seio das forças armadas, em resultado da aplicação de quotas<sup>13</sup>. Todos estes factores contribuíram para um aumento da insatisfação da

---

<sup>13</sup> Os Sikhs representaram cerca de 25% dos efectivos do Exército Britânico das Índias. Actualmente, as autoridades indianas aplicaram um sistema de quotas, reduzindo a proporção de Sikhs no seio das suas forças

população Sikh, procurando o estabelecimento de um Estado Sikh independente, através de violência armada. A agitação armada de grupos sikhs no Punjab tem constituído a principal ameaça contra a integridade da Índia, ao longo dos últimos anos, contabilizando cerca de 20.000 vítimas (Amby, 2003: 5).

Esta luta armada pela obtenção de um “Khalistan” independente foi levada a cabo por uma série de pequenos movimentos. A falta de unidade instaurada diminuiu a sua eficácia e facilitou a tarefa das forças da ordem. Estes movimentos armados actuam em pequenos grupos, de algumas dezenas de membros agindo de forma descoordenada, principalmente nos distritos de Amritsar e de Gurdaspur, bem como, ao longo das zonas fronteiriças com o Paquistão. A sua falta de recursos, de armamento e de técnicas subversivas levou-os, em vez de uma guerra de guerrilha, a atacar civis desarmados (sikhs moderados, imigrantes hindus, jornalistas, militantes políticos) e forças da ordem. O radicalismo do movimento separatista Sikh levou à intervenção das forças militares, para instaurar a ordem pública<sup>14</sup>. Mas, a intervenção militar desencadeou o agravamento dos confrontos, devido à profanação dos lugares santos do sikhismo. A ruptura, entre os Sikhs e o resto da Índia é agravada pelo assassinato de Indira Gandhi, por dois dos seus guardas do corpo sikh, a 31 de Outubro de 1984, originado retaliações por parte da população hindu, que provocaram mais de 3.000 mortos (Amby, 2003: 5).

O mais grave incidente preconizado por estes movimentos foi a destruição, pelo movimento Babbar Khalsa International de um Boeing 747 da Air Índia, em pleno voo sobre o Atlântico, em Junho de 1985 e que causou a morte a 329 passageiros. Em 1992, com a eliminação do terrorista sikh mais procurado, Gurbachan Singh Manochahal restabeleceu-se a confiança nas forças de segurança. Durante o ano de 1993, há uma redução considerável na actividade dos grupos armados e as eleições gerais de 1996 e as regionais de 1997 simbolizaram o regresso à normalização política no Punjab (Baptista, et al, 2003-2005: AJ20-22).

## 6. Caxemira

*“Mais de meio século após a independência da Índia e do Paquistão, a questão de Caxemira permanece sem solução. O destino do território torna-se problemático a partir de 1947, com o fim do domínio britânico, deparando-se o Marajá que governava na época em Caxemira, com três alternativas: a independência, a integração na Índia ou a integração no Paquistão. Face às várias soluções possíveis, o Marajá acabou por optar pela integração na*

---

armadas a um nível de 2% da população global.

<sup>14</sup> Esta operação, realizada em 30 de Maio, tomou o nome de *Blue Star*. Apenas terminou em 6 de Junho com mais de 400 mortos, fundamentalmente Sikhs.

Índia, ao ser confrontado com a invasão do território por militares paquistaneses. No entanto as pretensões sobre Caxemira alargam-se a outros países da região”.

Marisa Abreu Safaneta<sup>15</sup>



Fig. 3 – O Estado de Caxemira

Fonte: SAFANETA, Marisa Abreu. *Caxemira*. [em linha]. Janus 2003 | Caxemira - [consultado em 03Dez07]. Disponível em: < [http://www.janusonline.pt/2003/2003\\_2\\_3\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_3_10.html) >.

Caxemira, noutros tempos foi um Estado Principesco, ou Monárquico da Índia Britânica, governado de forma consideravelmente autónoma, mas autocrática pelo seu Marajá, hindu Hari Singh. De acordo com os Censos de 1941, Jammu e Caxemira tinha uma população de cerca os quatro milhões de habitantes, 77% dos quais eram muçulmanos, 20% hindus e os restantes 3% budistas e cristãos. As divergências político-religiosas entre Mahatma Ghandi<sup>16</sup> e o Mohammed Ali Jinnah<sup>17</sup> no congresso levaram a que, tanto os hindus como os muçulmanos entendessem, que o subcontinente indiano deveria ser dividido em dois estados: o Estado Hindu e o Estado Islâmico.

Em 1947 chega ao fim a era britânica e a região de Caxemira torna-se no principal foco de conflitualidade entre hindus e muçulmanos, sendo a causa da primeira guerra indo-paquistanesa de 1947/49. Na origem desta guerra esteve a decisão tomada pelo Marajá Heri

<sup>15</sup> Ver (Safaneta, 2003: 1).

<sup>16</sup> Mahatma Gandhi defendia um Estado indiano moderno e não a divisão do subcontinente.

<sup>17</sup> Mohammed Ali Jinnah, líder do movimento muçulmano – a Liga Muçulmana - era um acérrimo defensor da criação de um Estado Islâmico.

Singh, em aceitar um estatuto parcial de autonomia na nova Índia, em troca de apoio contra a invasão paquistanesa. Como consequência desta guerra, o Estado de Caxemira é dividido em duas zonas: um terço da área disputada foi absorvido pelo Paquistão e repartida em duas entidades territoriais, Azad Caxemira (Caxemira Livre) e Territórios do Norte; os outros dois terços territoriais ficam sob controlo indiano tomando a designação de Estado de Jammu-Caxemira, o único Estado indiano de maioria de população muçulmana, que corresponde ao vale de Caxemira e parte das montanhas do Ladakh (Safaneta, 2003: 1).

A região de Caxemira constitui um conjunto heterogéneo, composto duma meia dúzia de entidades bastante distintas, no seio das quais as realidades políticas, étnicas, religiosas, e linguísticas variam muito<sup>18</sup>. O Estado de Jammu-Caxemira com cerca de 101.387 quilómetros quadrados e mais de 6 milhões de habitantes, é o único Estado indiano com uma população maioritariamente muçulmana, perto de 85%, dos quais 5% são shiitas.

A parte paquistanesa ocupa mais de 78.000 quilómetros quadrados da Caxemira e é habitada por mais de 3,3 milhões de pessoas; compõe-se de duas zonas distintas: os Territórios do Norte, com uma população cerca de 600.000 habitantes, professando principalmente a confissão shiita ou ismaelita. Estes territórios ocupam uma posição geoestratégica importante, estando situados próximos da China<sup>19</sup> e da saída do glaciar de Siachen. Este glaciar constitui a linha de cessar-fogo, que delimita os territórios indianos e paquistaneses através de Caxemira. A região de Caxemira Azad, com perto de 2,6 milhões de habitantes, de maioria shiita é um território com um estatuto particular<sup>20</sup>.

A parte chinesa, muitas vezes, esquecida do dossier Caxemira ocupa cerca de 40.000 quilómetros quadrados da Caxemira dividida em duas zonas: uma, a região de Aksai Chin com cerca de 37.500 quilómetros quadrados e alguns milhares de habitantes, fazendo parte integrante da região autónoma do Tibete, mas que Nova Deli considera como a parte oriental de Ladakh; outra, uma pequena região com pouco mais de 5000 quilómetros quadrados, situada a norte de Baltistan (dentro do POK), concedida por Islamabad a Pequim numa permuta de territórios previstos pelo tratado sino-paquistanês de 1963 (Baptista, et al, 2003-2005: AJ5-8).

---

<sup>18</sup> Como exemplo, se o cachemir é a língua falada pela maior parte dos originários de Caxemira que professam a religião muçulmana, muitos falam urdu (língua oficial do Paquistão). Os hindus de Jammu falam o dogri, enquanto que os budistas de Ladakh se exprimem em ladakhi. Esta mesma diversidade linguística aplica-se aos planos humano e religioso.

<sup>19</sup> A estratégica estrada de Karakoram que liga o Paquistão à China atravessa estes “Territórios do Norte”.

<sup>20</sup> Dirigida por um primeiro-ministro instalado em Muzzafarabad, possui a sua própria Constituição (datada de 1974), do seu próprio Parlamento e beneficia de uma relativa autonomia nos domínios legislativo, executivo e judiciário. Mas em questões de defesa, dos negócios estrangeiros e das finanças, a responsabilidade permanece em Islamabad.

A partir de 1947, esta região passa a ser o principal factor de instabilidade e de conflitualidade da Ásia do Sul, com duas dimensões conflituais: inter-estatal, entre o Paquistão e a Índia, e a intra-estatal, entre a população muçulmana de Jammu-Caxemira e o Estado indiano.

Ao nível da conflitualidade inter-estatal, esta região foi palco de cinco guerras, quatro das quais com o Paquistão em 1965, 1971 e 1999, e uma com a China em 1962, por motivos de disputa territorial. O principal motivo das guerras indo-paquistanesas está na diferente concepção do termo Caxemira.

Para os indianos prevalece a visão histórica do termo. Segundo Safaneta (2003: 4), “Para as autoridades indianas a questão é até simples: toda a Caxemira histórica pertence à Índia. Como Caxemira histórica entendam-se todas as possessões governadas por Hari Singh – todo o Estado de Jammu-Caxemira e ainda as zonas ocupadas pelo Paquistão, convenientemente denominadas POK – Pakistan Occupied Kashmir, e pela China – Aksai Chin e norte de Karakorum. Esta é sem dúvida a visão mais ambiciosa”.



**Fig. 4 – Caxemira, perspectiva indiana**

Fonte: SAFANETA, Marisa Abreu. *Caxemira*. [em linha]. Janus 2003 | Caxemira - [consultado em 03Dez07]. Disponível em: <[http://www.janusonline.pt/2003/2003\\_2\\_3\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_3_10.html)>.

O Paquistão tem uma abordagem sociocultural, pretendem fundir a identidade de Caxemira e a identidade muçulmana. Segundo Safaneta (2003: 4), “Para Islamabad a reivindicação abrange obviamente o Estado de Jammu-Caxemira designado IOK – Indian Occupied Kashmir mas exclui a planície de Aksai Chin sob controlo chinês bem como as zonas a norte da região montanhosa de Karakorum cedidas à China em 1963. Do ponto de vista deste país os territórios do Norte não fazem parte da unidade caxemire uma vez que compreendem a região do Baltistan que é, desde 1947, parte integrante do Paquistão. De acordo com esta visão, Azad Caxemira é um Estado protegido com o seu próprio governo beneficiando como tal de um estatuto completamente diferente dos territórios do Norte”.



**Fig. 5 – Caxemira, perspectiva paquistanesa**

Fonte: SAFANETA, Marisa Abreu. *Caxemira*. [em linha]. Janus 2003 | Caxemira - [consultado em 03Dez07]. Disponível em: < [http://www.janusonline.pt/2003/2003\\_2\\_3\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_3_10.html) >.

A guerra sino-indiana tem origem na disputa das zonas de fronteira no Estado Arunachal Pradesh (Sul do Tibete) na região de Aksai Chin e na construção de uma auto-estrada em plena Aksai Chin, edificada pela República Popular da China (RPC). A luta pela região de Aksai Chin era a mais importante, embora por motivos diferentes. Para a Índia esta região<sup>21</sup> faz parte da Caxemira histórica; para a RPC é nesta região, que existe a única

<sup>21</sup> “Para Pequim, o problema nem sequer se põe. As zonas do Aksai Chin e as cedidas pelo Paquistão não faziam parte da Caxemira histórica. Este argumento escuda-se na não existência de mapas históricos que apresentem traçados precisos para esta região” (Safaneta, 2003: 4).

passagem que liga a Índia ao seu continente e que é fundamental para qualquer operação militar (Chatham House, 2007: 4).

Caxemira caracteriza-se por uma heterogeneidade linguística, cultural e étnica. Há uma dualidade na afirmação da identidade dos povos, verificando-se por um lado, aqueles que defendem a pertença ao Islão e por outro os que privilegiam uma identidade própria de Caxemira, fixada no passado multicultural. Tal facto, leva à conflitualidade inter-estatal, com reflexos no meio dos movimentos que lutam actualmente contra a presença indiana em Jammu-Cachemira. Alguns privilegiam um combate islâmico no intuito de se juntarem ao Paquistão, outros combatem pelo sonho de uma Caxemira multirreligiosa e independente.

Em 1983, a Índia colocou as suas tropas na cadeia montanhosa de Salto com a intenção de ocupá-lo provocando uma viva reacção por parte dos paquistaneses. Esta zona desértica transformou-se num campo de batalha<sup>22</sup>. As disputas, concretizadas ao longo de uma dezena de anos, causaram mais de um milhar de mortos e, sem dúvida, o triplo de feridos, vítimas dos combates (durante as fases de tensões sangrentas de 1985, 1987 e 1992) e das condições extremas (frio, altitude e avalanches), às quais as tropas eram submetidas (Baptista, et al, 2003-2005: AJ9).

No início de 1990, alguns grupos separatistas e guerrilheiros islamitas atravessaram para além da Linha de Controlo, invadiram o distrito de Kargil, uma zona montanhosa e de difícil acesso situado na Jammu Caxemira e conduziram algumas operações aí. Estes actos degeneraram na quarta guerra indo-paquistanesa.

O apoio paquistanês ao regime taliban no Afeganistão veio reforçar os receios indianos, face às movimentações destes grupos armados. Por isso, perante a possibilidade de um Paquistão interventivo em Caxemira, as autoridades indianas reforçaram o dispositivo de segurança na região de Caxemira. Em resposta a isto, aumentaram os atentados terroristas contra interesses indianos, dentro e fora de Caxemira, de que são exemplo o atentado de 1 de Outubro de 2001 contra o Parlamento de Jammu-Caxemira, em Srinagar, e o de 13 de Dezembro, desse mesmo ano, contra o Parlamento Federal Indiano em Nova Deli (Safaneta, 2003: 3).

Este território, após 50 anos, ainda hoje é disputado e palco de conflitos internos e de grandes tensões entre os Estados da Índia e do Paquistão. Actualmente não se sabe qual será o seu destino.

De seguida apresentamos dois quadros que nos mostram o tipo de conflitualidade interna existente no continente indiano, bem como, os grupos ou movimentos activos a actuar no país.

---

<sup>22</sup> Estas disputas ficaram conhecidas pela denominação de “guerra dos glaciares”.

Quadro 1 – Tipo de conflitualidade

Place	J&K	Assam	Punjab	Nagaland	Tripura	Mizoram	Naxalism -1	Naxalism - 2
Period	1980-on	1979-on	1978-96	1947- on	1980- on	1966- 1976	1967- 70s	1980- on
Style	guerrilla, terrorism	Maoist guerrilla, terrorism	guerrilla, terrorism	Maoist guerrilla	Maoist guerrilla, terrorism	Maoist guerrilla	Maoist guerrilla	Maoist guerrilla
Nature of Insurgency	Religious	√		√				
	Ethnic		√		√	√	√	√
	Ideology				√		√	√
	Linguistic		√					

Fonte: MITRA, Durga Madhab (John). (2007). *Understanding Indian Insurgencies: Implications for Counterinsurgency. Operations in the Third World*. [em linha]. Strategic Studies Institute of the US Army War College - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: < <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/>>.

Quadro 2 - Os principais grupos e/ou movimentos

Nº	Sigla	Nome	Descrição	Localização
1	al-Hahid		Nacionalista/Separatista: Fundado em 1994. As suas acções são contra turista Americanos e Ingleses e contra a administração indiana de caxemira.	Caxemira
2	al-Madina		Nacionalista/Religioso: Fundado em 2002 com o objectivo de integrar a região de Caxemira sob as ordens paquistanesas e com religião islâmica.	Caxemira
3	al-Mansoorain		Nacionalista/Separatista: Fundado em 2003 e conduz ataque no vale de Caxemira contra alvos turísticos e sobre edifícios governamentais afim de destabilizar a administração indiana.	Caxemira
4	al-Zulfikar		Nacionalista/Separatista: Fundado em 1977 com a finalidade de por em causa a estrutura política e social do estado	Índia
5		Ananda Marga	Religioso: Fundado em 1955 com a finalidade de se opor ao sistema de Castas. Os seus objectivos são os aeroportos e companhias aéreas indianas	Índia

6		Azad Hind Sena	Religioso: Fundado em 1982 com a finalidade de atingir os interesses Ingleses e Americanos na Índia.	Índia
7	ANVC	Achik National Volunteer Council	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1995 com a finalidade de criar um novo estado "Achid Land".	Nordeste Indiano
8	ACF	Adivasi Cobra Force	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1996 com a finalidade de proteger as tribos do Sul de Assam.	Nordeste Indiano
9	ATTF	All Tripura Tiger Force	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1990 com a finalidade de atingir a independência da província de Tripura.	Nordeste Indiano
10	BKI	Babbar Khalsa Internacional	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1978 com a finalidade de criar o estado Sikh chamado "Khalistan".	Nordeste Indiano
11	BCF	Birsa Commando Force	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1997 com a finalidade de por em causa a unidade do estado.	Nordeste Indiano
12	BLT	Bodo Liberation Tigers	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1996 com o objectivo de salvaguardar os interesses do povo Bodo.	Nordeste Indiano
13	BNCT	Borok National Council of Tripura	Nacionalista/Separatista/Religioso: Fundado em 2000 com o objectivo de alcançar a independência dos estado de Tripura	Nordeste Indiano
14	CPI-Maoist	Communist Party of India-Maoist	Comunista/Socialista - Naxalista: Fundado em 2004 com a finalidade de por em causa a estrutura política do estado indiano e fundar um estado maoísta	Andhra Pradesh, Oeste de Benguela
15	DeM	Dukhtaran-e-Millat	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1987, movimento feminista islâmico radical, com a finalidade de apoiar outros movimentos separatistas islâmicos e vigiar as atitudes das mulheres islâmicas na caxemira indiana.	Caxemira
16	HUA	Harkat ul-Ansar	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1993 com a finalidade de libertar caxemira do controlo indiano.	Caxemira
17		Islami Inqilabi Mahaz	Religioso: Fundado em 1997 com o objectivo de juntar as duas Caxemiras sob a alçada do Paquistão	Caxemira
18		Islamic Defense Force	Religioso: Fundado em 1997 com o objective de por em causa a unidade política da	Kerala e Tamil Nadu

			Índia.	
19	JKIF	Jammu and Kashmir Islamic Front	Nacionalista/Separatista/Religioso: Fundado em 1995 com o objectivo de conseguir um referendo sobre a administração de Caxemira. É pró-paquistanês.	Caxemira
20		Janasshakti	Comunista/Socialista: Fundado em 1992 com o objectivo de fundar um estado comunista.	Andhra Pradesh
21		Jihad committee	Nacionalista/Separatista/Religioso: Fundado em 1986 com o objective de por em causa a unidade política da Índia.	Tamil Nadu
22	KLO	Kamtapur liberation Organization	Nacionalista/separatista: Fundado em 1995 por estudantes com a finalidade de obter a independência do estado de Kamtapuri.	Mordeste Indiano
23	KYKL	Kanglei Yawol Kanna Lup	Nacionalista/Separatista/Étnico: Fundado em 1994 com a finalidade de terminar com as actividades “imorais” no estado de Manipur.	Mordeste Indiano
24	KCP	Kangleipak Communist Party	Nacionalista/Separatista/Étnico: Fundado em 1980 com o objectivo de preservar a cultura Meitei e atingir a independência do estado de Manipur.	Mordeste Indiano
25	KNPR	Karbi longri North Cachar Hills resistance Force	Nacionalista/Separatista: Fundado em 2004 com o objectivo de obter a independência da tribo Krabi no Noroeste de Assam.	Mordeste Indiano
26	KLA	Kuki liberation Army	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1990 com o objectivo de conseguir a independência do estado de Kuki.	Mordeste Indiano
27		Kuki Revolutionary Army	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1999. É uma organização tribal com a finalidade de melhorar as condições económicas do povo da província de Kuki.	Nordeste Indiano
28	LeJ	Lashkar-e-Jabbar	Religioso: Movimento feminino com a finalidade de preservar a cultura e tradições islâmicas. Apoia o DeM.	Caxemira
29	LeT	Lashkar-e-Taiba	Nacionalista/Separatista/Religioso: Fundado em 2000. É o braço armado de um movimento paquistanês que actua em Caxemira contra a administração indiana	Caxemira
30	MCC	Maoist Communist Center	Comunista/Socialista Fundado em 1969 com a finalidade de estabelecer um estado comunista na fronteira da Índia /Nepal.	Índia

31		Mujahideen al-Mansooran	Nacionalista/Separatista: Fundado em 2002 com o objectivo de conseguir um referendo a respeito da administração de Caxemira. Defende a autonomia de Caxemira.	Caxemira
32	NDFB	National Democratic Front of Bodoland	Nacionalista/Separatista Fundado em 1988 com o objective de criar um estado independente para o povo Bodo.	Nordeste Indiano
33	NLFT	National Liberation Front of Tripura	Nacionaalista/Separatista Fundado em 1989 com a finalidade de criar o estado independente de Tripura.	Nordeste Indiano
34	NSCN-IM	National Socialist Council of Nagaland-Isak-Muivah	Separatista/Comunista: Fundado em 1988 com o objectivo de fundar um estado independente para as tribos Naga.	Nordeste Indiano
35	NSCN-K	National Socialist Council of Nagaland-Khaplang	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1998 com a finalidade de alcançar a independência da província de Nagaland.	Nordeste Indiano
36	PWG	People's War Group	Comunista/Socialista: Fundado em 1980. Movimento terrorista maoísta que luta para criar um estado comunista nesta área da Índia.	Andhra Pradesh - Bihar
37		Save Kashmir Movement	Nacionalista/Separatista Fundado em 2002 com o objective de apoiar a independência de Caxemira, tanto do Paquistão como da Índia.	Caxemira
38	PLA	People's Liberation Army	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1978 com a finalidade de apoiar a independência do estado Seek.	Nordeste Indiano
39	PULF	People's United Liberation Front	Religioso: Fundado em 1995 com o objectivo de fundar um estado islâmico no Nordeste Indiano.	Nordeste Indiano
40		Unit Achik National Front	Nacionalista/Separatista Fundado em 2004 com o objectivo de fundar um estado independente para o povo Garo.	Nordeste Indiano
41	SIMI	Students Islamic Movement of India	Religioso: Fundado em 1977 e defende uma revolução islâmica na Índia.	Índia
42	UKLF	United kuki Liberation Front	Nacionalista/Separatista Fundado em 1990 com a finalidade de fundar o estado étnico de Kuki.	Nordeste Indiano
43	ULFA	United Liberation Front of Assam	Nacionalista/Comunista: Fundado em 1979 com dois objectivos para atingir: a independencia do estado de Assam e implementar um governo socialista neste novo estado.	Nordeste Indiano

44	UPDS	United People's democratic Solidarity	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1999 com o objectivo de criar um estado independente para o povo de Assam.	Nordeste Indiano
45	ZRA	Zomi Revolutionary Army	Nacionalista/Separatista: Fundado em 1997 com a finalidade proteger a etnia Paites e apoiar a reunificação de todas as etnias Zomi no Nordeste Indiano, Bangladesh e Myanmar.	Nordeste Indiano

Fonte: <http://www.tkb.org/MapModule.jsp>

## **Apêndice 2**

### **Factor físico**

## Apêndice 2 – O Factor Físico

O território da Índia abrange cerca de 3,3 milhões de quilómetros quadrados – incluindo a área indiana de Jammu e Caxemira<sup>1</sup> –, aproximadamente 2,5% da superfície mundial, uma área que é praticamente igual a um terço da área dos Estados Unidos. É o terceiro maior país da Ásia e o sétimo<sup>2</sup> país mais extenso do Mundo (CIA, 2007: 2).



**Fig. 1 - Tamanho relativo da Índia e dos Estados Unidos da América (estes sem o Alaska e o Hawaii)**

Fonte: Índia. *Country profile: Índia*. [em linha]. India.pdf, 2004 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <  
<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

Como acontece com quase todo o continente asiático, com a excepção da Indonésia, a Índia situa-se a Norte do Equador, aproximadamente entre os paralelos a 5° e a 25° de latitude Norte, sendo atravessado pelo Trópico de Câncer. De Oeste para Este a Índia estende-se aproximadamente entre os meridianos a 65° e a 90° de longitude Este (ver fig. 2).

<sup>1</sup> A área de Jammu e Caxemira indiana é de cerca de 220.000 quilómetros quadrados.

<sup>2</sup> À frente da Índia, termos de área, estão os seguintes países: a Rússia com 17.075.000 km<sup>2</sup>, o Canadá com 9.975.000 km<sup>2</sup>, a China com 9.600.000 km<sup>2</sup>, os EUA com 9.364.000 km<sup>2</sup>, o Brasil com 8.511.996 km<sup>2</sup> e a Austrália com 7.700.000 km<sup>2</sup>.



Fig. 2 – Posição geográfica da Índia

Fonte: <http://planetageo.sites.uol.com.br/fmapas.htm>

A Índia situa-se no subcontinente Indiano<sup>3</sup>, na Ásia do Sul. Com um território descontínuo formado por uma massa continental e dois conjuntos de ilhas, as Andaman e Nicobar, no Golfo de Bengala e as Laccadive no Mar Árábico (ver fig. 3).

O seu continente com uma forma aproximada de um triângulo, com o vértice inferior penetrando no Oceano Índico, dividindo-o no Mar Árábico, a Oeste, e no Golfo de Bengala, a Este. A forma linear da sua fronteira é quebrada no seu extremo Norte, na região de Caxemira, e a Este, pelo Bangladesh criando o “enclave” do Nordeste indiano, zonas que apresentam características particulares como consequência da divisão do subcontinente indiano. Tal facto, é relevante no que respeita à continuidade geográfica da Índia, porque a ligação entre o Nordeste indiano e o restante continente é garantida por um istmo de 32 km de largura.



Fig. 3 – Índia

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/general/>

<sup>3</sup> A Índia o Paquistão e o Bangladesh juntos formam o chamado subcontinente indiano.

A sua fronteira terrestre com cerca de 14.103 quilómetros. Com o Paquistão<sup>4</sup>, a Oeste, ao longo de 3.132 quilómetros e com o Bangladesh e Myanmar, a Este, com cerca de 4.053 e 1.463 quilómetros, respectivamente. A norte, numa extensão com a RPC (3.380 quilómetros), Nepal (1.690 quilómetros) e Butão (605 quilómetros) (CIA, 2007). Banhada a Sul e Sudeste, pelo Oceano Índico e a Sudoeste pelo Mar Árábico numa extensão de 7.516 quilómetros, dos quais, 5.422 quilómetros no continente indiano, 132 quilómetros na Ilha Lakshadweep e 1.962 quilómetros nas Ilhas Andaman e Nicobar (Índia, 2004: 5). A Índia apresenta fronteiras físicas ao longo da sua costa oceânica e fronteiras histórico-étnicas na fronteira continental. A Índia, na direcção Norte-Sul, estende-se ao longo de cerca de 3.700 km e na direcção Este-Oeste estende-se ao longo de 3.000 km.

A Índia apresenta do ponto de vista geomorfológico cinco áreas distintas: as Ilhas, a Himalaica, as planícies Indo-Gangéticas do Norte, o Decão e os Gates Oriental e Ocidental.

O sistema montanhoso dos Himalaias, na fronteira Norte e Este tem uma largura entre 160 a 320 km e estende-se ao longo 2.500 km, separando a Este a restante Ásia. Nesta região da

Índia, situa-se o Kanchenjunga<sup>5</sup> (8.598 m), Nanga Parbat (8.126 m), Nanda Devi (7.817m), Rakaposhi (7.788 m) e Kamet (7.756 m). Paralelamente aos Himalaias, na parte Sul, encontra-se a região das planícies Indo-Gangética, com cerca de 280 a 400 km de largura. Esta região é uma das maiores planícies aluviais do mundo, compreende a maior parte da área irrigada pelos rios Indo, Ganges e Bramaputra e esta zona é a mais fértil e povoada da Índia (Baptista et al, 2003-2005: 48).

O planalto triangular do Decão que ocupa a maior parte da península indiana tem uma morfologia diferenciada. Encravado entre os Gates Orientais<sup>6</sup> e Ocidentais<sup>7</sup> com cotas que variam entre os 300 e os 1200 m, encontra-se uma vasta região natural com pequenas cadeias



Fig. 4 – Regiões geográficas

Fonte: [Hhttp://www.mapsofindia.com/](http://www.mapsofindia.com/)

<sup>4</sup> Cerca de 1.085 quilómetros corresponde à fronteira em Jammu e Caxemira.

<sup>5</sup> Terceiro ponto mais alto do Mundo logo a seguir ao Monte Everest e K2, Nanga Parbat (8.126 m), Nanda Devi (7.817m), Rakaposhi (7.788 m) e Kamet (7.756 m).

<sup>6</sup> Com cotas de cerca de 500 m.

<sup>7</sup> Com cotas que variam entre os 300 e os 900 m.

montanhosas e vales profundos. Os montes Nilgiri, no Sul da península, são o ponto de encontro entre os dois Gates (ver fig. 5).

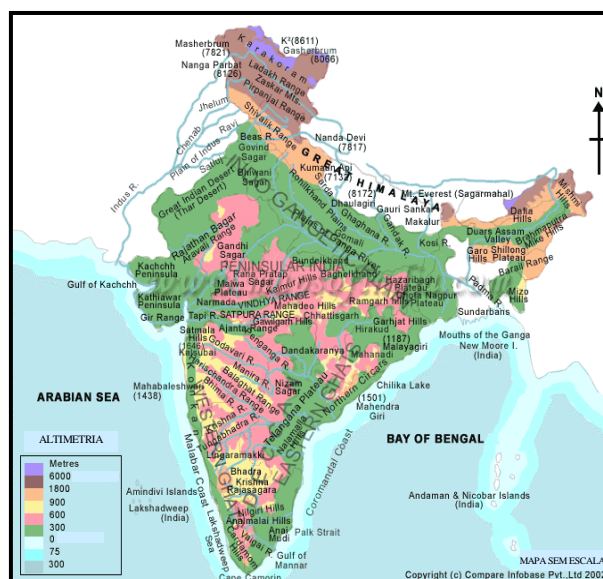


Fig. 5 – Relevo

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/general/>

O sistema hidrográfico indiano é composto por um conjunto de rios: o rio Indus (1.270 km), o Bramaputra (916 km), o Ganges (2.510 km), o Godavari (1.465 km), o Sutlej (1440 km), o Krishma (1.401 km), o Yamuna (1.370 km), o Narmada (1.312 km), o Ghagra (1080 km), o Chamba (960 km), o Nahanandi (851 km) e o Kaveri (800 km) (Índia, 2004: 5).

Os três principais rios – Indus, Bramaputra e Ganges – têm as suas nascentes na cordilheira dos Himalaias indianas. O Indus ao longo do seu curso passa no vale província indiana de Jammu e Caxemira e atravessa o Paquistão paralelamente à fronteira com a Índia, desaguando no Mar Árábico. Tem como afluentes de origem indiana os rios Jhelun, Chenab, Ravi e Sutlej que nascem nas províncias de Jammu e Caxemira e Himachal Pradesh. O Bramaputra desde da nascente até à foz no Golfo de Bengala, percorre a RPC, a Norte da cordilheira dos Himalaias, entrando no Nordeste indiano pela província de Arumachal Pradesh e passando no Bangladesh onde se junta ao rio Ganges.

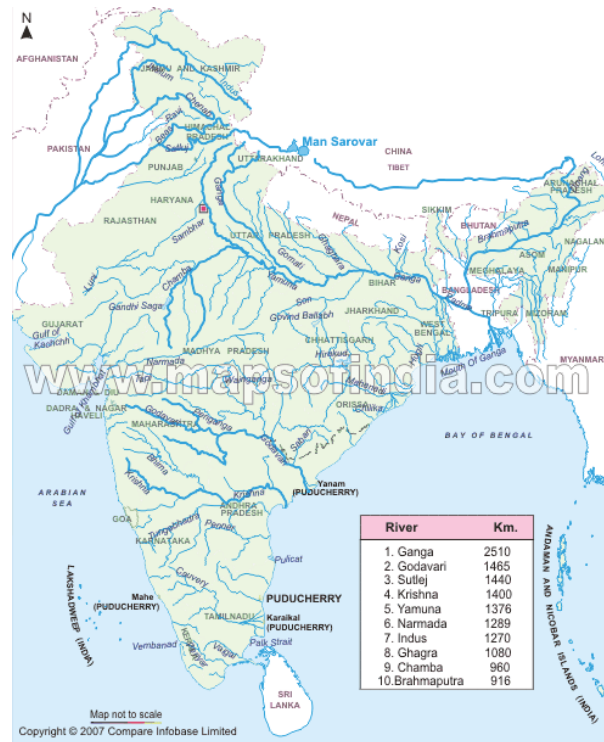


Fig. 6 – Hidrografia

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/geography/index.html>

O rio Ganges desde da sua nascente até ao Bangladesh percorre as planícies indianas, a Sul da cordilheira dos Himalaias. Os rios Krishna, Nahanandi e o Kaveri recortam o Gate Oriental perpendicularmente à linha de costa desaguando no Golfo de Bengala. O rio Narmada é o principal curso de água da costa ocidental, nasce no centro do planalto do Decão e encaminha-se para o Mar Arábico, na região da província de Gujarat. Associado a estes rios existente um levado número de pequenos rios e ribeiras em que o seu caudal depende da época da chuva (ver fig. 7).

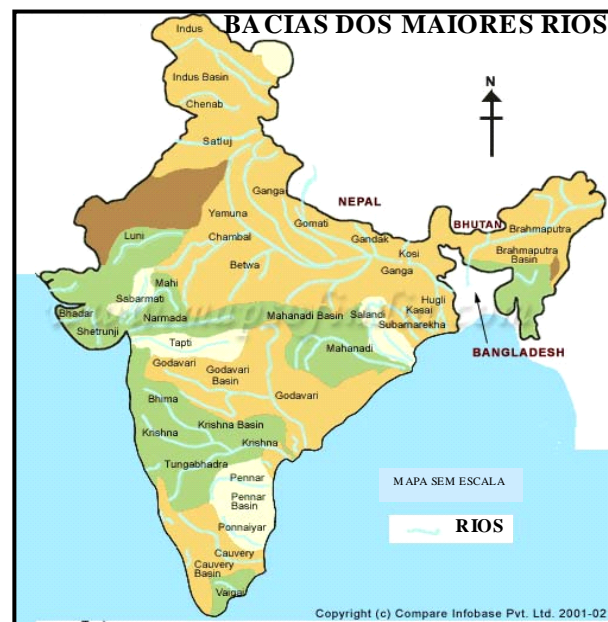


Fig. 7 – Bacias hidrográficas dos maiores rios

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/river-basins.htm>

A geologia da Índia é fundamentalmente de origem magmática, sedimentar e metamórfica. Na região dos Himalaias e Gates Oriental predominam os solos sedimentares e

metamórficos. Nas planícies do Norte, com solos férteis, predominam as formações sedimentares. Na região do Decão, onde a diversidade é maior predomina os solos de origem magmática e metamórfica. Existem ainda, no Norte, algumas zonas com solos predominantemente sedimentares. Nos Gates Ocidentais a origem dos solos vai desde a magmática, no Norte, às sedimentares e metamórficas no Centro e Sul (Baptista et al, 2003-2005: 49).

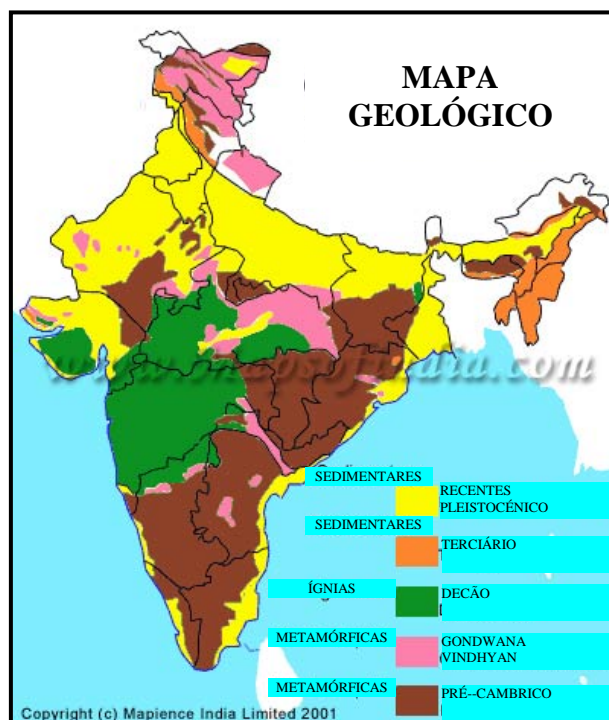


Fig. 8 – Mapa geológico

Fonte: <http://www.mapsofindia.com>

A área para cultivo ou cultivada em permanência, é cerca de 1.697.000 quilômetros quadrados, dos quais, 548.000 são irrigados. Os restantes 1.276.190 quilômetros são terras não cultiváveis ou pelo menos, não permite a permanente cultura desses solos (Índia, 2004: 6).

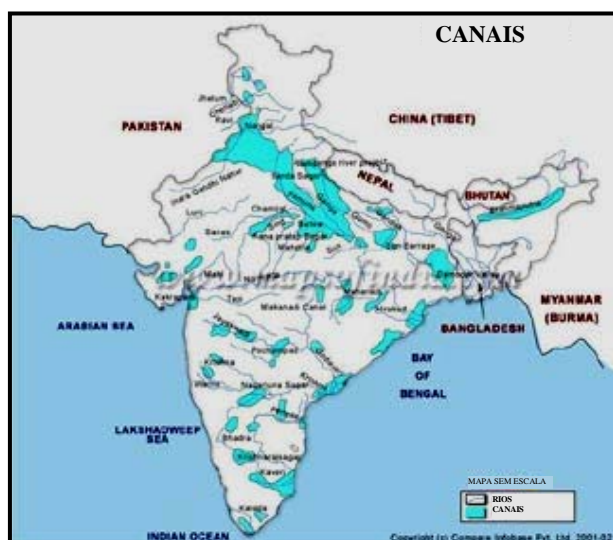


Fig. 9 – Canais de irrigação

Fonte: <http://www.mapsofindia.com>

A Índia fruto da natureza dos seus solos e da influência dos diferentes climas é matizada por um elevado número de espécies vegetais. Cerca de 23% da superfície do país é coberto por bosques (ver fig. 10).

Nas zonas áridas, junto ao Paquistão, a vegetação é escassa e em grande parte herbácea. Nas planícies do Ganges, zona mais húmida, encontra-se uma grande variedade de espécies. Nas planícies Sul-Orientais, a vegetação é tropical. Nas encostas mais altas dos Himalaias pode-se encontrar muita variedade de vegetação ártica, e nas encostas há numerosas espécies de plantas subtropicais. No Gates Ocidentais, áreas de forte precipitação e muito arborizadas, predominam as espécies arbóreas perenes, bambu e vários tipos de madeiras valiosas, entre elas a teca. Nas terras baixas pantanosas há grandes regiões de selva impenetrável. No Decão encontra-se manchas de bambu, palmeira e árvores caducifólias (Baptista et al, 2003-2005: 50).



Fig. 10 – Canis de irrigação

Fonte:

<http://www.mapsofindia.com/maps/india/vegetationtypes.htm>

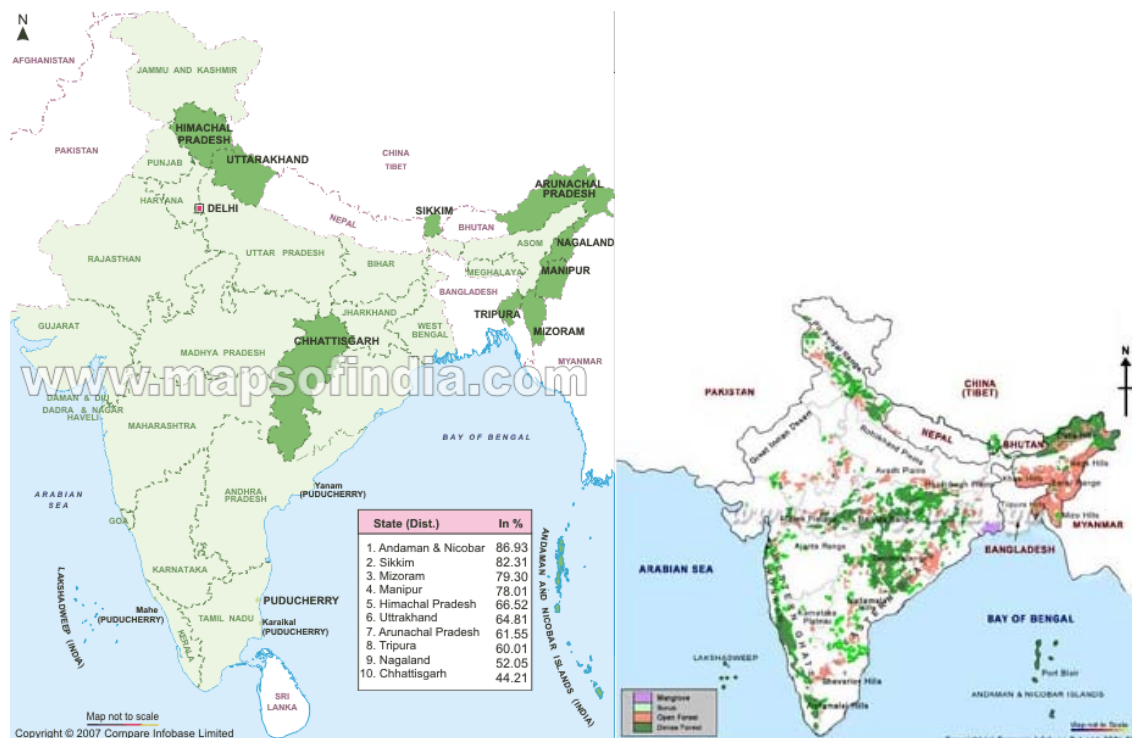


Fig. 11 – Florestas

Fonte: <http://www.mapsofindia.com>

A posição geográfica e a particular topografia indiana, influenciam as suas condições climáticas. No que diz respeito ao clima, a Índia apresenta-nos uma grande variedade. Na região dos Himalaias, zona de neves permanentes, um clima ártico. No deserto do Rajastão, a Oeste, um clima desértico. No restante continente o clima é de influência tropical (ver fig. 12).

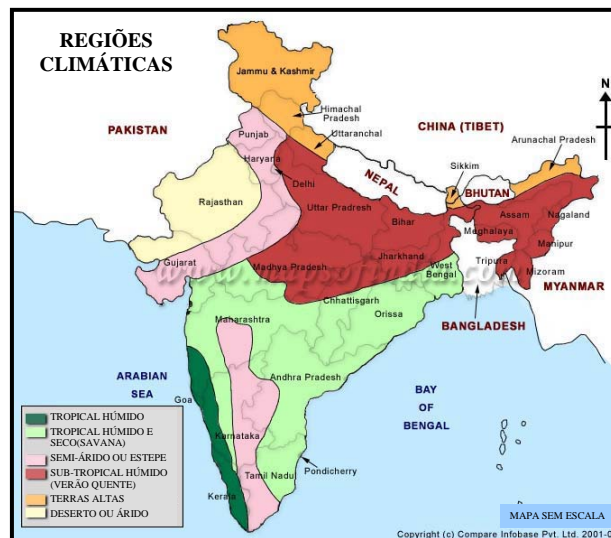


Fig. 12 – Regiões Climáticas

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/climaticregions.htm>

O continente tem quatro estações. Dezembro a Fevereiro é seco e frio, de Março a Maio é seco e quente, de Junho a Setembro é a época da Monção de Sudoeste e de Outubro a Novembro temos a Monção de Inverno.

Devido à influência das monções no clima indiano é usual, não se distinguir estas quatro estações e assim, dizer-se que a Índia é o país das monções. A monção do Sudoeste, desde de Junho a Novembro, com ventos carregado de humidade que sopram desde o Oceano Índico e o Mar Arábico. Tem início em Junho, na costa Ocidental da península e afecta gradualmente a quase todo o país. Embora, tenha benefícios para a agricultura, esta estação propícia a aparição de mosquitos da malária e de problemas respiratórios devido às grandes amplitudes térmicas (Índia, 2004: 5).

A monção de Inverno, desde de Dezembro a Março, é acompanhada de um clima muito seco e frio. A partir de Março começa a estação quente, em que, o mês de Maio costuma ser o mais quente.



Fig. 13 – Monção do Sudoeste



Fig. 14 – Monção de Inverno

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india>

As temperaturas médias anuais na região do Noroeste variam entre os 12,5° C e os 30° C, no Norte e Nordeste entre os 17,5° C e os 30° C, e no Sul entre 22,5° C e os 30°C. A precipitação média anual, na maior parte do continente, varia entre os 1.000 e os 1.500 milímetros, na costa Oeste e nas terras altas do Nordeste a precipitação é superior, na ordem dos 1.500 a 2.500 milímetros por metro quadrado. A região do deserto do Rajastão, no Nordeste do país, a precipitação é significativamente inferior, varia entre os 150 e os 300 milímetros por metro quadrado (Índia, 2004: 5).

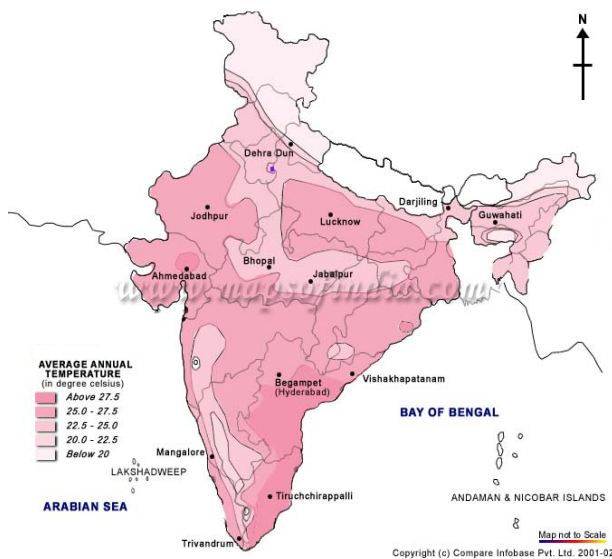


Fig. 15 – Temperaturas médias anuais

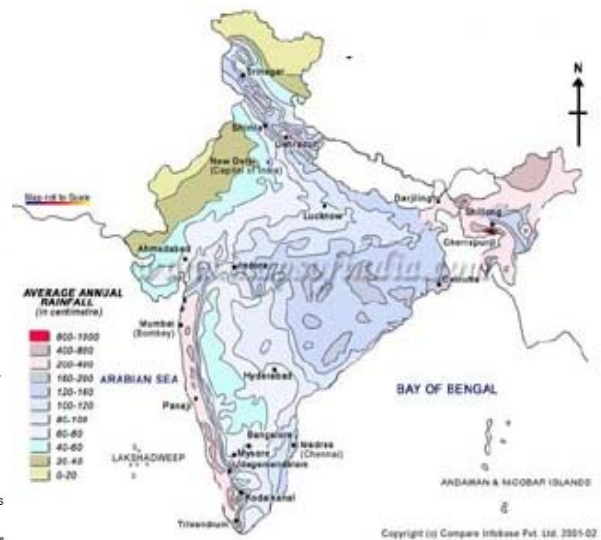


Fig. 16 – Precipitação média anual

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india>

Em relação aos Acidentes Culturais<sup>8</sup> indianos analisar-se-á as obras de arte e os espaços urbanos que contribuem para o ordenamento do território, e que são factor de desenvolvimento do país<sup>9</sup>. As principais obras arte que se consideram influenciadoras do desenvolvimento são as pontes, os viadutos e as barragens. Como as duas primeiras estão intimamente ligadas à rede de comunicações e irão ser objecto de análise noutra apêndice, far-se-á então, o estudo das barragens.

Devido ao clima de monções, particular geografia e os seus maiores rios serem transnacionais, a Índia tem executado, ao longo dos tempos, um plano hidrológico para maximizar a sua extensa rede hidrográfica. O desenvolvimento desse plano tem-se materializado na construção de um vasto conjunto de barragens, canais e lagos nos seus principais rios, aumentando a área irrigada para desenvolvimento da sua agricultura bem como garantindo reservas de água potável para a sua população (ver fig. 17).



Fig. 17 – Barragens

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india>

No que toca aos espaços urbanos, a Índia tem 35 cidades com mais de 1.000.000 de habitantes. As mais populosas são Bombaim, Nova Deli, Calcutá, Madras, Banglade, Hyderabad e Ahmadabad (Profile, 2007: 1).

À excepção de Deli, as outras grandes cidades da Índia situam-se em regiões costeiras, sendo que a costa oriental, banhada pelo Golfo de Bengala, se apresenta mais povoada (ver fig. 18).

<sup>8</sup> Também designado como alterações resultantes da acção do homem.

<sup>9</sup> As vias de comunicação vão ser analisadas no Factor Circulação.



Fig. 18 – Principais cidades

Fonte: <https://www.cia.gov>

A localização privilegiada da Índia no continente asiático, com cerca de 7.000 km de linha de costa, permite-lhe aceder e controlar o Oceano Índico.

As suas dimensões relativamente reduzidas, cerca de 75 milhões de quilómetros quadrados de superfície marítima<sup>10</sup>, em comparação com as do Oceano Pacífico ou do Oceano Atlântico. Constituem este oceano o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, o Golfo de Bengala e o Mar de Andaman. Com uma configuração de um triângulo, faz fronteira com o Irão, o Paquistão, a Índia e o Bangladesh a Norte, com a Antárctica a Sul, com a Península Malaia, as ilhas Sunda da Indonésia e com a Austrália a Este, com a África e a Península Arábica a Oeste. A sua profundidade média é de 3.897 m e a máxima de 7.455 m, na fossa de Java (Pascal, 2000: 168/169).

<sup>10</sup> O que corresponde à 14,5% de toda a superfície terrestre e 20,6% da superfície dos oceanos.



Fig. 19 – Oceano Índico

Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

O Oceano Índico é um espaço de passagem obrigatório de uma elevada quantidade de produtos manufacturados, matérias-primas e energia para a Europa, América do Norte, Austrália e Japão. Transitam por aqui cerca de 460 milhões de toneladas de petróleo, desde do Golfo Pérsico para o resto do mundo.

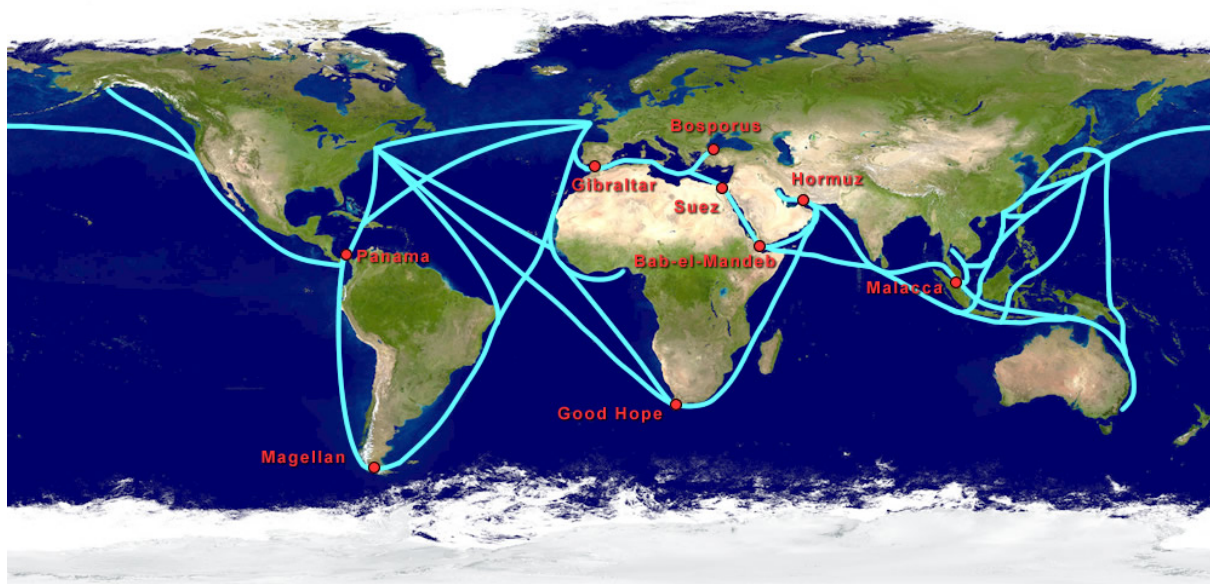


Fig. 20 – Principais rotas marítimas

Fonte: [http:// www.techalive.mtu.edu](http://www.techalive.mtu.edu)

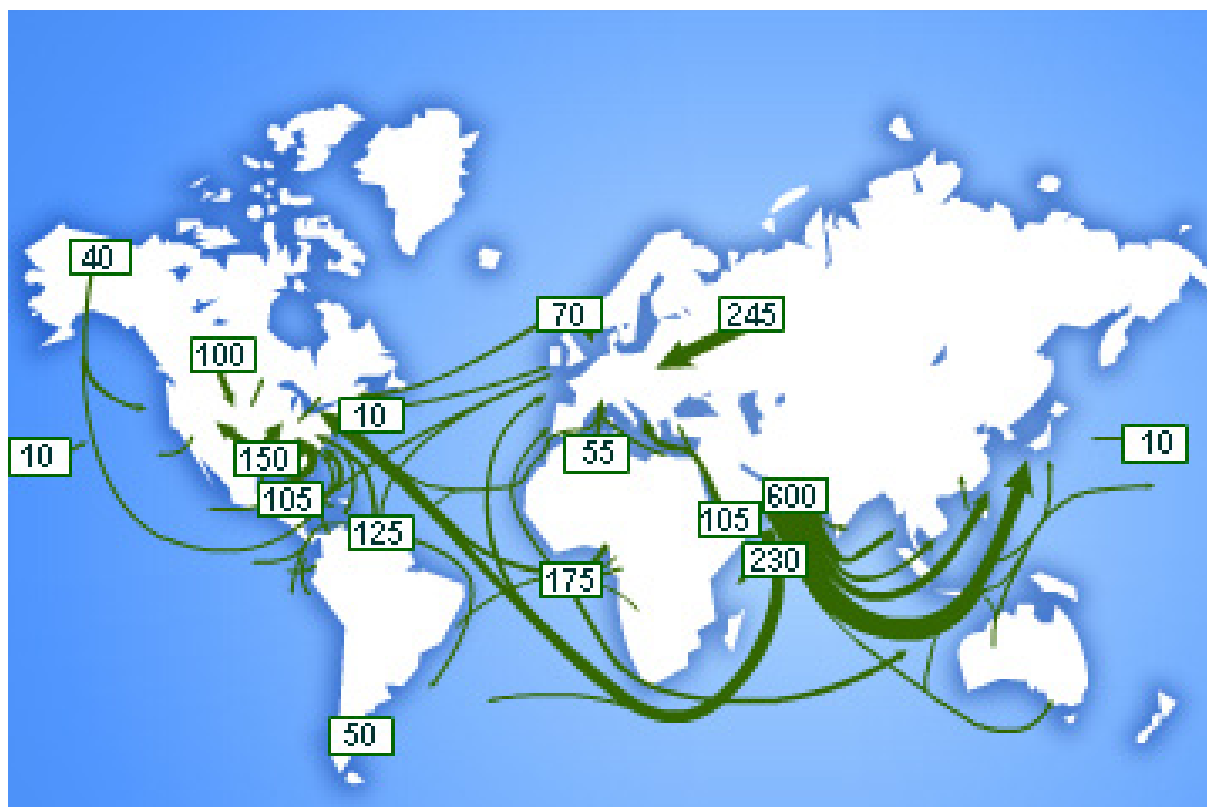


Fig. 21 – Transporte de petróleo (Mton – 2004)

Fonte: [http:// www.planete-energies.com](http://www.planete-energies.com)



Fig. 22 – Transporte de gás (Mton – 2004)

Fonte: [http:// www.planete-energies.com](http://www.planete-energies.com)



Fig. 23 – Transporte de carvão

Fonte: <http://www.intuser.net>

O acesso ao Índico é controlado a partir de determinados pontos: o Cabo da Boa Esperança, da Tasmânia, os estreitos de Babe el Mandeb, Ormuz, Malaca, Singapura, Sonda, Limbok, Timor e de Torres (Pascal, 2000: 168).



Fig. 24 – Pontos de Controle de Acesso ao Oceano Índico.

Fonte: PASCAL, Bonifácio. (2000). *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Edições Técnicas. Lisboa, p. 169

A dinâmica do Oceano Índico é influenciada pelas monções da Ásia, sendo caracterizada pela distribuição regularmente zonal dos ventos, das temperaturas (do ar e da água), da salinidade e das correntes superficiais. No inverno, os ventos alísios sopram do NE criando uma circulação superficial comparável à dos outros oceanos. No verão, os ventos quentes e húmidos, atraídos pelas baixas pressões asiáticas, provocam um reaquecimento e uma dessalinização parcial das águas, bem como uma aceleração das correntes que se dirigem predominantemente para leste (corrente da monção de sudoeste). A temperatura elevada das águas favorece o desenvolvimento de recifes e de plataformas de corais, semeadas de atóis (Maldivas, Chagos, Laquedivas, Andaman, Seychelles, Comores).

A Zona Económica Exclusiva<sup>11</sup> (ZEE) indiana é a 12ª maior do Planeta. Isto acontece, além possuir um território terrestre extenso, com cerca de 7.000 km de costa marítima, ainda tem sob a sua soberania as Ilhas Laqueivas e Andaman (ver Tabela 1 e fig. 25).

Tabela 1 – Lista das maiores ZEE

Países	ZEE mais Águas Territoriais
Estados Unidos da América	11,351,000 km <sup>2</sup>
França	11,035,000 km <sup>2</sup>
Austrália	8 148 250 km <sup>2</sup>
Rússia	7,566,673 km <sup>2</sup>
Canadá	5,599,077 km <sup>2</sup>
Japão	4,479,358 km <sup>2</sup>
Nova Zelândia	4,083,744 km <sup>2</sup>
Reino Unido	3,973,760 km <sup>2</sup>
Brasil	3,660,955 km <sup>2</sup>
Chile	2,017,717 km <sup>2</sup>
Portugal	1,727,408 km <sup>2</sup>
<b>Índia</b>	<b>1,641,514 km<sup>2</sup></b>
Madagáscar	1,225,259 km <sup>2</sup>
Argentina	1,159,063 km <sup>2</sup>
China	877,019 km <sup>2</sup>

Fonte: [http://www.en.wikipedia.org/wiki/Exclusive\\_Economic\\_Zone#EEZ\\_disputes](http://www.en.wikipedia.org/wiki/Exclusive_Economic_Zone#EEZ_disputes)

O Oceano Índico engloba as seguintes ZEE: Índia (Arábico/Índico/G. Bengala), Bangladesh (G. Bengala) e Myanmar (G. Bengala).

<sup>11</sup> As ZEE sendo consideradas entidades políticas, jurídicas e administrativas individualizadas, estão disseminadas por todo o globo e têm extensões, configurações e morfologias distintas.

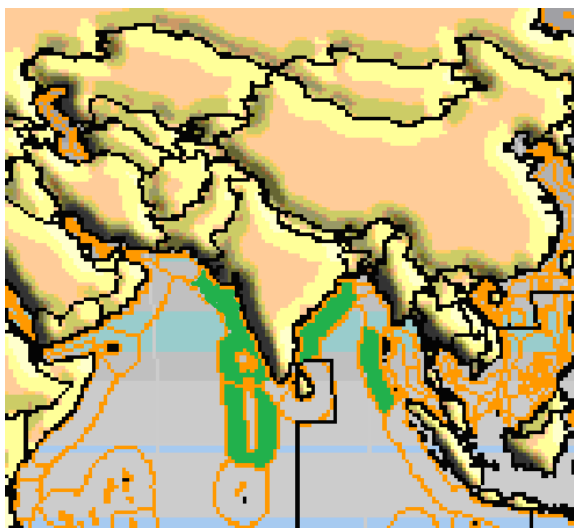


Fig. 25- Mapa ZEE indiana

Fonte: <http://www.seaaroundus.org/eez/eez.aspx>

Tabela 2 – ZEE do Oceano Índico

Estados	Linha de Costa (Km)	Plataforma Continental (Km <sup>2</sup> )	Mar Territorial (Km <sup>2</sup> )	ZEE (Km <sup>2</sup> )
<b>Índia</b>	7 000	372 424	193 834	2 103 415
<b>Myanmar</b>	3 420	216 379	154 778	358 495
<b>Bangladesh</b>	580	59 638	40 257	39 868

A Índia possui cerca de 14.500 km de vias navegáveis sendo cerca de 2.000 km com capacidade para navegação de grandes dimensões. A configuração dos principais rios indianos permite o acesso ao interior do território, o que é importante para o escoamento dos produtos agrícolas da Planície do Ganges e do Decão (Índia, 2004: 14).

Em suma, a Índia quer em termos de continente asiático, quer mundial demarca-se como um dos maiores países em extensão, apresentando fronteiras físicas, nomeadamente, toda a sua costa oceânica e fronteiras histórico-étnicas, a restante fronteira continental. Contudo, resultado do Bangladesh estar “encravado” entre os Estados do Nordeste e o resto do país, faz com que, a continuidade geografia do país seja garantida por uma pequena faixa de terreno.

A Índia é um elemento de charneira, em toda a Ásia, por causa da sua posição geoestratégica, pois este país está situado entre a China e o flanco Sudeste da antiga União Soviética e com franco domínio sobre as rotas energéticas, entre os Orientes Próximo e Afastado; a sua dimensão territorial e as características demográficas e recursos são aspectos fundamentais para tal designação. As ilhas de Andaman e Nicobar permitem controlar a passagem do estreito de Malaca, da sua posição resulta uma diversidade de zonas climáticas, solos

e vegetação.

A profundidade, a extensão e as características físicas do território indiano traduzem-se numa relativa compartimentação, que possibilita o estabelecimento de zonas de refúgio e de rotas de fuga numa estratégia de resistência, quer seja contra um inimigo externo, quer favorecendo a acção de forças centrífugas, que se oponham à autoridade do centro em Nova Déli. A sua configuração territorial condiciona as possíveis vias de penetração e, portanto, é possível deslocamento de forças terrestres. Desta maneira, e tal como sucedeu historicamente, as invasões da Índia avançaram de Este ou de Oeste, já que o Sul está limitado pelo Oceano Indico e o Norte pelos Himalaias.

Com os seus 14.500 quilómetros de linha de costa, a Índia tem acesso ao Oceano Indico, onde a sua ZEE e a segunda maior da região a seguir à Austrália, onde pode explorar todos os recursos aí existentes. O elevado número de barragens e de canais permitem desenvolver a agricultura nas zonas mais férteis e a configuração e traficabilidade dos seus principais rios possibilitam o escoamento dos produtos agrícolas

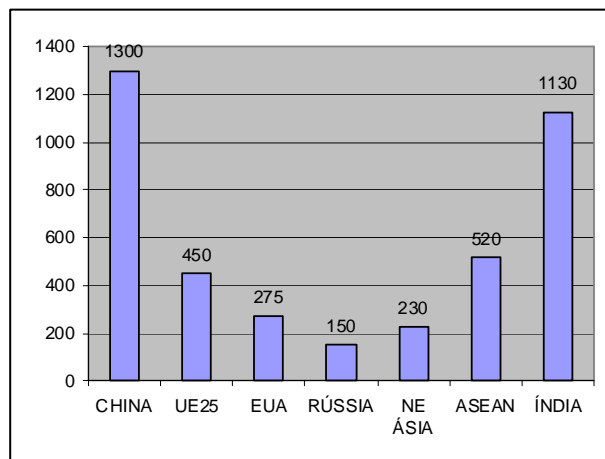
## **Apêndice 3**

### **Factor humano**

### Apêndice 3 – O Factor Humano

A Índia é o segundo país mais populoso do mundo. Tem cerca de 1.130 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente a 17% da população mundial.

**Tabela 1 - População da Índia e de outros grandes Actores e Regiões (em milhões de habitantes)**



Fonte: CHAMBERS, Michael R. *SOUTH ASIA IN 2020: FUTURE STRATEGIC BALANCES AND ALLIANCES*, p. 64

Da totalidade da população, 31,8% tem idades até aos 15 anos (188.208.196 homens; 171.356.024 mulheres), 63,1% idades entre os 15 e os 64 anos (366.977.821 homens; 346.034.565) e cerca de 5,1% tem mais de 65 anos (27.258.259 homens; 30.031.289 mulheres), rondando a esperança média de vida os 66,3 anos para os Homens e os 71,2 anos para as Mulheres. O rácio etário é de 1,1 homens /mulher até aos 15 anos, de 1,06 homens /mulher entre os 15 e os 65 anos e de 0,90 homens /mulher após os 65 anos, o rácio global é de 1,064 homens /mulher. A média de idades indiana é de 24,8 anos em que, a média de idades dos homens (24,5 anos) é ligeiramente inferior às das mulheres (25,2 anos) (CIA, 2007: 3).

Com um crescimento anual de 1,6%, cerca de 18 milhões de pessoas, mas com o aumento do nível económico, a diminuição do analfabetismo e as constantes campanhas governamentais a favor da utilização de métodos contraceptivos, este valor tem vindo a diminuir, a partir dos anos oitenta. Em média nascem cerca de 2,80 crianças por mulher, perspectiva-se que este valor atinja os 2,25 a partir de 2010 (ver fig. 1 e Tabela 2).

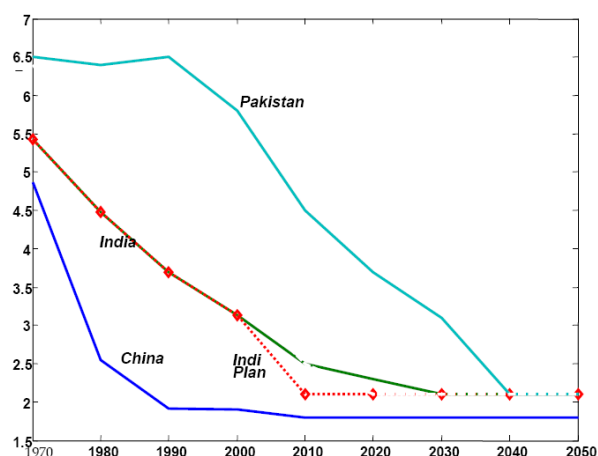


Fig. 1 – Média de nascimentos por mulher

Fonte: CHAMBERS, Michael R. *SOUTH ASIA IN 2020: FUTURE STRATEGIC BALANCES AND ALLIANCES*, p. 107

Tabela 2 - Projecção do crescimento da população indiana

	2000-05	2005-10	2010-15	2015-20
Bangladesh	1.8	1.7	1.4	1.2
India	1.4	1.2	1.1	1.0
Pakistan	2.4	2.3	2.0	1.7
Sri Lanka	1.1	1.1	1.0	0.9
South Asia	1.6	1.4	1.2	1.1
World	1.2	1.0	1.0	0.9

Fonte: CHAMBERS, Michael R. *SOUTH ASIA IN 2020: FUTURE STRATEGIC BALANCES AND ALLIANCES*, p. 66

Da análise das figuras seguintes, prevê-se que a Índia beneficiará desse crescimento demográfico pelos anos 20, deste século. Desta forma, a população activa indiana será superior, em algumas, dezenas de milhões de pessoas e mais jovem em relação às principais potências demográficas actuais. Estes factos levam a perspectivar um excesso de população activa na Índia e um défice de população, nas potências económicas de hoje (ver figs. 2, 3, 4).

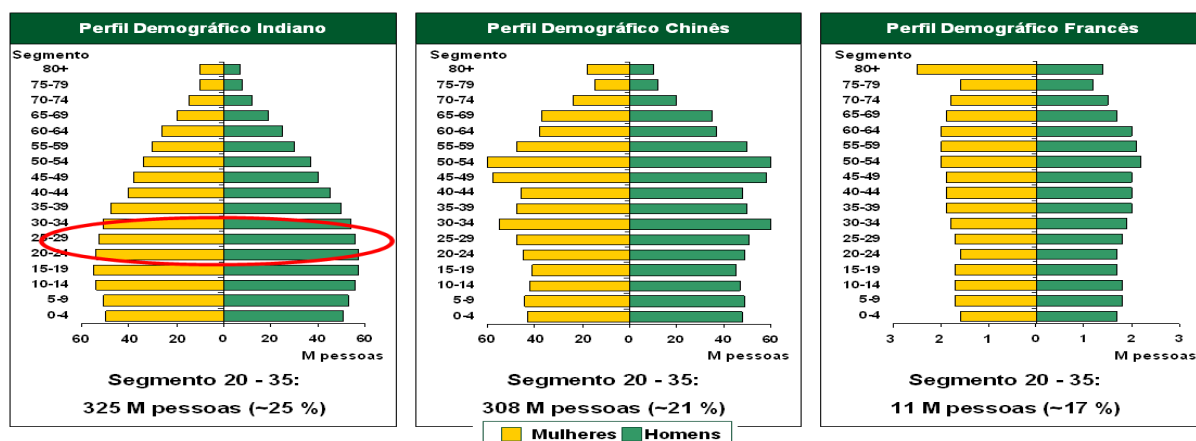


Fig. 2 – Dividendos demográficos para 2020

Fonte: The Boston Consulting Group. 2007, p. 11

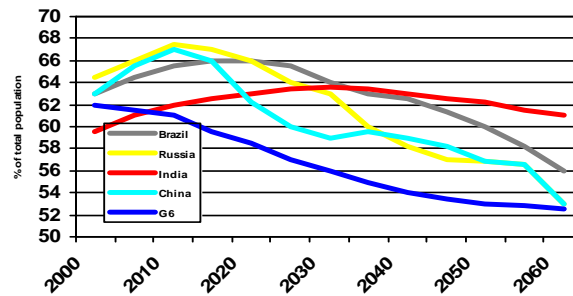


Fig. 3 – Idade da população activa

Fonte: [http://dipp.nic.in/p\\_gallery.htm](http://dipp.nic.in/p_gallery.htm)

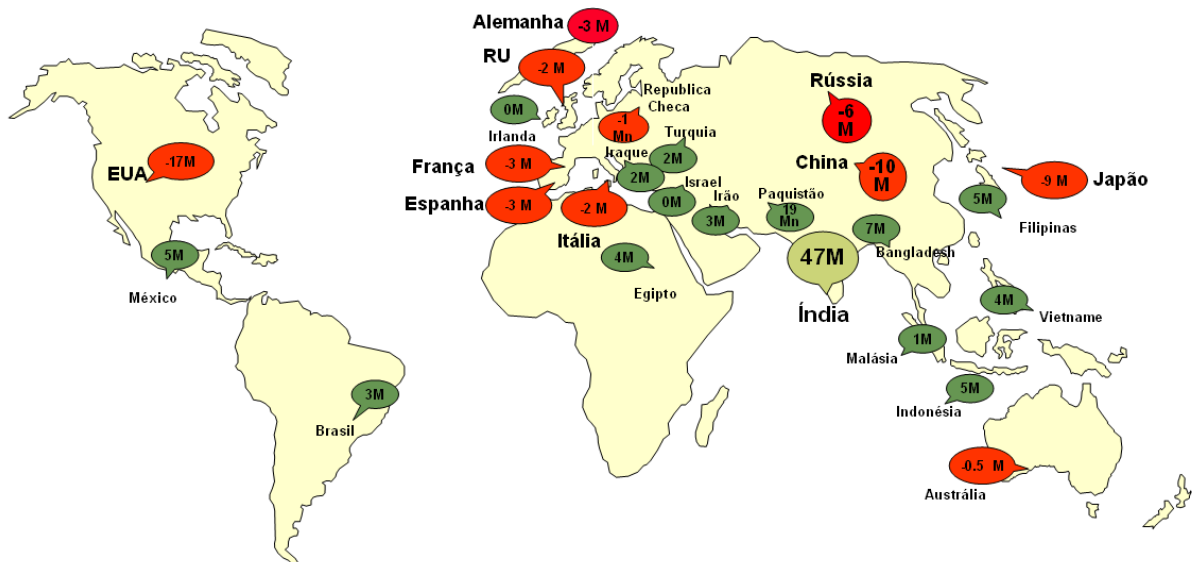
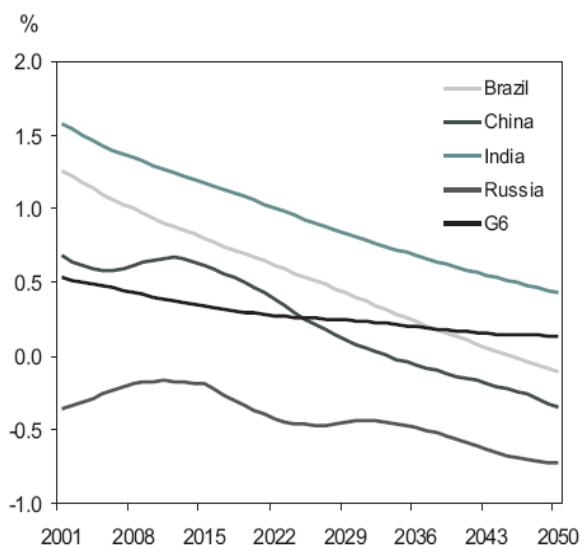


Fig. 4 – Potencial excesso<sup>1</sup> de população activa em 2020

Fonte: The Boston Consulting Group. 2007, p.22

<sup>1</sup> O potencial excesso de força de trabalho é calculado mantendo o rácio de população activa (idades entre os 15-59) em relação à população total constante sob o pressuposto de que o rácio necessita ser constante para suportar o crescimento económico. Desta forma a Índia terá 47 milhões de pessoas a mais no segmento de população activa até 2020.



**Fig. 5 – Projeção do crescimento médio da população do BRIC e G6**

Fonte: Goldmansachs. *Global Economics, Paper No:99 Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. p. 10

Com a diminuição da natalidade, para 22,7 por mil habitantes, estimado para 2007, da mortalidade infantil de 34,61 por mil nascimentos, e com um índice de mortalidade geral de 6,58 por mil habitantes, conjugado com o aumento da expectativa de vida, os demógrafos indianos mais otimistas consideram, que a população poderá estabilizar em 1.450 milhões de pessoas, por volta de 2040.

**Tabela 3 – Mortalidade infantil e expectativa de vida**

Year	China		India		Pakistan	
	Infant Death Rate	Life Expectancy	Infant Death Rate	Life Expectancy	Infant Death Rate	Life Expectancy
1990	43	68.4	80	57.2	106	56.7
1995	35	69.9	74	60.6	93	59.1
2000	29	71.4	65	62.5	82	61.1
2050	13	79.0	25	75.4	36	73.7

Fonte: CHAMBERS, Michael R. *SOUTH ASIA IN 2020: FUTURE STRATEGIC BALANCES AND ALLIANCES*, p. 109

O crescimento da população anual à média de 18 milhões de pessoas e a grande assimetria social, a maioria vive em cerca de 700.000 aldeias nas zonas rurais, provoca um êxodo destas zonas mais pobres para as grandes cidades. Estes aglomerados populacionais abrigam mais de 25% da totalidade da população, em grande parte em condições desumanas (multiplicação de bairros de lata).

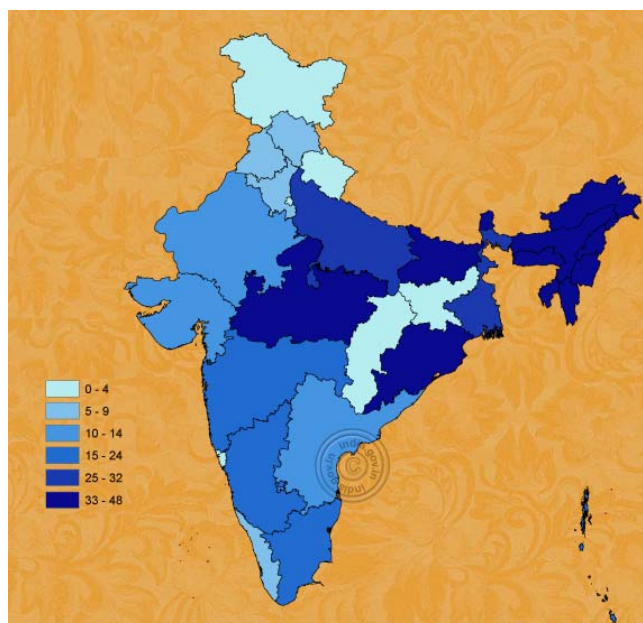


Fig. 6 – Percentagem de população rural abaixo da linha de pobreza

Fonte: [http://india.gov.in/maps/ruralpop\\_povertyline.php](http://india.gov.in/maps/ruralpop_povertyline.php)

A Índia tem 35 cidades com mais de 1.000.000 de habitantes. As mais populosas são Bombaim com cerca de 16.500.000 pessoas, Nova Deli (15.300.000), Calcutá (13.200.000), Madras (6.400.000), Banglore (5.700.000), Hyderabad (5.500.000) e Ahmadabad (4.500.000) (Índia, 2004). As cidades apresentam uma estrutura organizada, em torno de um núcleo antigo, ao qual se sobrepõem bairros de estilo ocidental, com funções administrativas e residenciais, originárias do período colonial (Profile, 2007: 1).

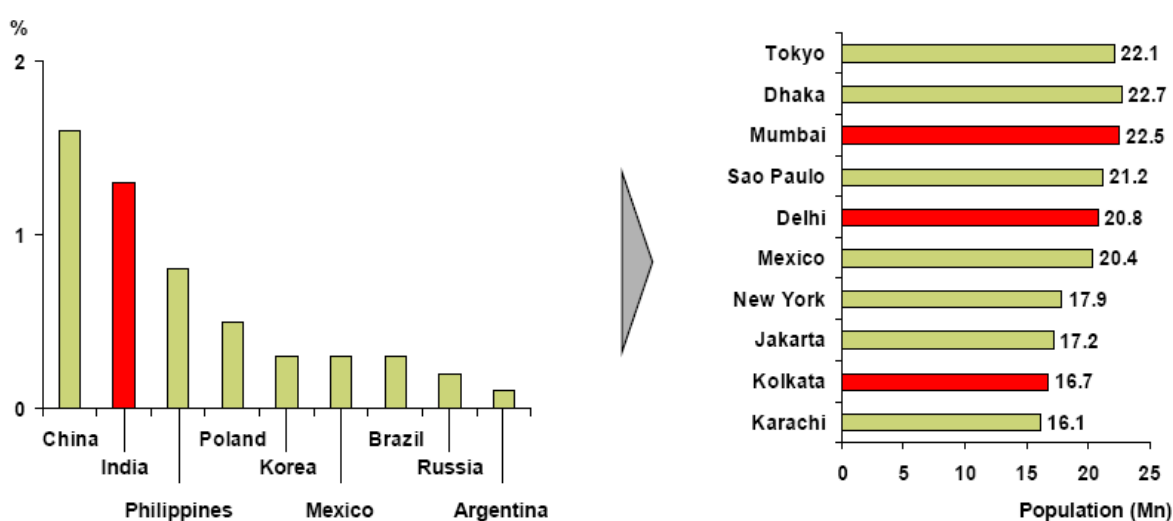


Fig. 7 – Rácio da urbanização entre 2000 e 2030

Fonte: The Boston Consulting Group, 2006, p.4

Quase metade da população concentra-se em cinco Estados: Uttar Pradesh (166 milhões de habitantes), Maharashtra (100 milhões), Bihar, West Bengal e Andhra Pradesh (80 milhões cada). Os menos populosos são os Territórios indianos, que variam entre os 60.000 nas Ilhas Lakshadweep e um milhão habitantes no Território de Chandigarh. Os Estados com menos de um milhão de habitantes são o Sikkim e o de Mizoram.

A densidade populacional é de 324 hab/km<sup>2</sup>. Ainda que este dado não seja significativo, pois a distribuição não é uniforme no território, estando condicionado a diversos factores, dos quais se destacam as características geográficas, a distribuição da água, da natureza dos solos e o desenvolvimento industrial. Enquanto que, os maiores Estados têm uma densidade populacional superior a 400 hab/km<sup>2</sup>, os Estados insulares, as regiões frias dos Himalaias, as regiões áridas do Oeste e parte do planalto do Deccão tem cerca de 150 hab/km<sup>2</sup> (Índia, 2004: 6).

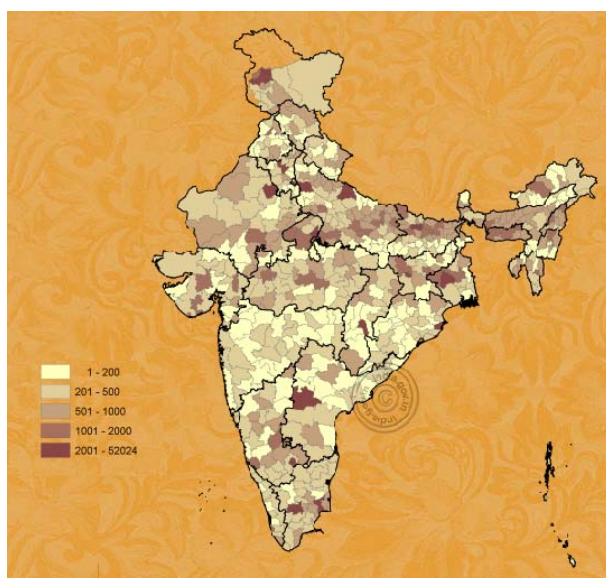


Fig. 8 – Densidade populacional por distrito

Fonte: <http://india.gov.in/maps/population.php>

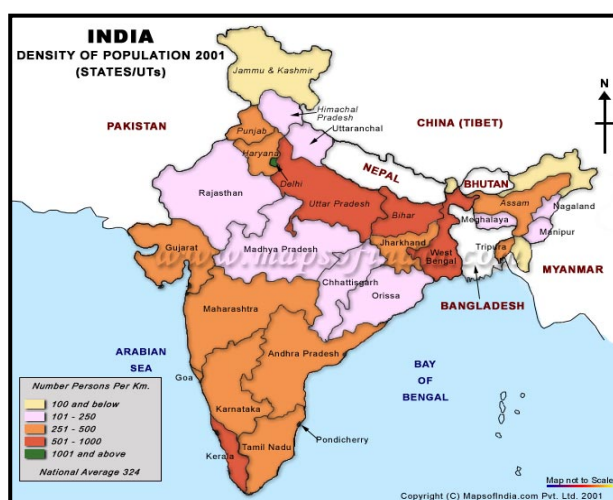


Fig. 9 – Densidade populacional por Estado

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india>

Os grandes desequilíbrios de povoamento na Índia têm obviamente repercussões económicas e sociais importantes, mas também, têm implicações geopolíticas e outras implicações estratégicas. Com efeito, não obstante, a dificuldade em determinar a origem exacta da maioria dos povos que habitam a Índia, resultado de uma grande variedade de raças e culturas que foram assimiladas ao longo do tempo, divide-se a população indiana em três principais grupos étnicos: com 72% os Indo-arianos; 25% aos Australóides e 3% aos Mongólicos. Cada grupo destes pode ser dividido em vários outros grupos, combinando a religião, a língua e até a casta. De facto, na Índia coexistem povos com características físicas e culturais distintas destes, dos quais podemos destacar os povos tribais, cerca de 7% do total da população, encontrando-se distribuídos por cerca de 300 tribos distintas, que vivem em regiões montanhosas ou isoladas, as suas culturas e costumes permaneceram inalteradas (Índia, 2004: 7).

Os indianos dividem-se, essencialmente, por quatro religiões: 80,5% são hindus, muçulmanos cerca de 13,4%, sendo o país com a segunda maior comunidade muçulmana, depois da Indonésia, 2,3% são cristãos, 1,9% sikh<sup>2</sup>, 0,8% budista, 0,4% professam o jainismo<sup>3</sup> e os restantes dividem-se em pequenos grupos religiosos ligados aos diferentes grupos tribais (ver figs. 10 e 11), (CIA, 2007).



**Fig. 10 – Distribuição dos grupos religiosos**

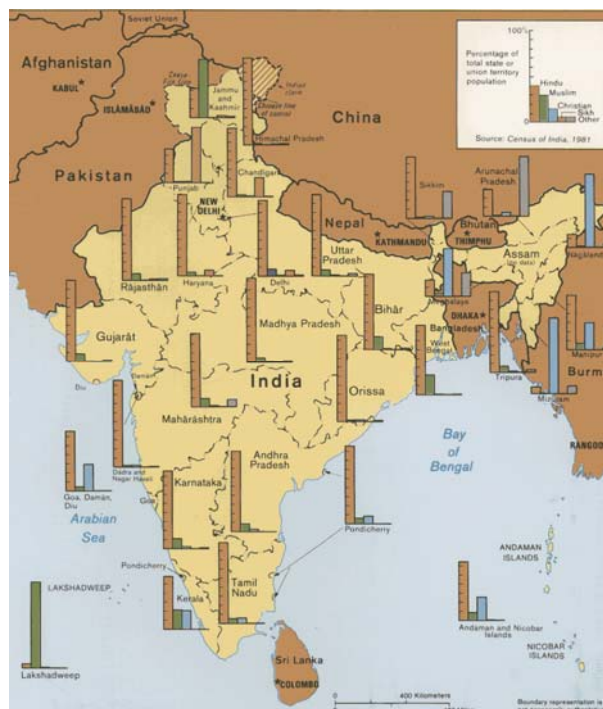
Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/religionsinindia.htm>

Apesar de se encontrarem elementos de todas as religiões em qualquer parte do país, existem determinadas zonas de maior predominância de determinados grupos. O Estado de

<sup>2</sup> O siquismo é uma doutrina religiosa fundada por Nanak (1469-1538), um misto de islamismo e de bramanismo, que se divulgou especialmente na vasta região da ásia meridional do Punjab.

<sup>3</sup> Religião fundada no século VI a. C., muito próxima do budismo, que preconiza o ascetismo rigoroso e o respeito pela vida e pela sabedoria, e que considera que o Universo é formado de duas espécies de substâncias: as inanimadas, que são passageiras, e as animadas, que são eternas.

Jammu e Caxemira é de maioria muçulmana, enquanto que o Estado de Punjab é sikh (ver fig. 11).



**Fig. 11 – Distribuição percentual das religiões**

Fonte: [http://www.geographic.org/maps/india\\_maps.html](http://www.geographic.org/maps/india_maps.html)

Apesar, da Índia ser o berço de algumas das grandes religiões do Oriente e de haver um espírito religioso acentuado no povo, o Estado indiano é secular, contrastando com os seus vizinhos. O fenómeno religioso na Índia tem uma dimensão muito mais profunda do que sugerem as meras estatísticas. A religião constitui o marco principal em que se desenvolvem as relações sociais e culturais, trazendo terríveis implicações políticas e económicas, podendo constituir-se como uma fonte permanente de conflitos, reflectindo-se principalmente entre os hindus e muçulmanos (Índia, 2004).

Por outro lado, o sistema de castas é o pilar fundamental do hinduísmo. Este sistema defende que cada pessoa nasce pertencendo a uma casta concreta, em função das acções supostamente realizadas em vidas anteriores. Existem quatro castas principais: a Brahmins que são os sacerdotes e os estudiosos; a Kshatriya, relativa aos guerreiros e governantes; os Vaishyas, dos artesãos e comerciantes e os Shudras, onde se encontram os criados e servidores das outras três castas. Esse sistema discriminatório, com raízes em textos sagrados hindus, é proibido pela Constituição, mas continua a existir na prática. Historicamente, ainda existe

outro grupo que não é considerado uma casta, os Dalits<sup>4</sup> sempre foram obrigados a fazer trabalhos rejeitados, como mexer com lixo, limpezas, mexer com cadáveres ou matar animais. Este sistema é um factor de conflitos entre os indianos (Nunes, 2006: 75).

Vários políticos indianos foram assassinados por causa de tensões religiosas ou étnicas. O Mahatma Gandhi foi assassinado por um radical hindu em 1948. A ex-primeira ministra Indira Gandhi foi assassinada em 1984 por um segurança sikh, grupo religioso e étnico que vive em boa parte no Punjab e que reivindicava na época a independência do estado indiano. Rajiv Gandhi, filho de Indira, não durou muito tempo: foi morto em 1991 por um grupo separatista que luta para criar um Estado com os Tamis do Sri Lanka e do Sul da Índia.

O sistema de castas já não é tão rígido nas cidades devido à educação superior, à coexistência de todas as comunidades nas metrópoles e ao menor conhecimento a respeito do sistema de castas por causa da distância das raízes rurais. Mas, este sistema ainda se encontra muito enraizado nas regiões rurais. Apesar de casamentos entre pessoas de castas diferentes serem bem comuns na Índia de hoje, muitos ainda levam em conta o critério casta para sua escolha na hora de casar. O preconceito é tão arraigado que está estampado diariamente nas páginas dos jornais, nos classificados de matrimónio, divididos pelas castas (Costa, 2007: 114/116).

No ano passado, a ONG Aman Biradari, realizou um estudo em 565 vilas de 11 estados e os resultados mostraram que crianças de castas baixas na Índia rural são obrigadas a comer separadas das demais em quase 40% das escolas. Também são proibidas de beber água da mesma fonte usada pelas outras crianças. É o conceito da “contaminação” enraizado na cultura milenar hinduísta. O mesmo estudo revelou que o preconceito também parte de profissionais da saúde: mais de 33% deles recusam-se a visitar casas dos Dalits. A proibição de entrada de Dalits em templos hindus chega a 64% naqueles locais.

Outro dos problemas indianos é a elevada diferença entre as condições de vida dos ricos e pobres. A pobreza permanece como um dos aspectos mais cruéis da Índia. Dos 1,13 bilhões de indianos, cerca de 700 milhões estão nessa categoria, mais de 70% dos quais vivem nas áreas rurais. Segundo dados oficiais, 300 milhões estão em condições mais precárias: vivem abaixo da linha da pobreza, dos quais, 29% sobrevivem com até US\$1 por dia e o restante com US\$ 2 por dia (Costa, 2007: 117).

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma classificação política que engloba indianos de várias castas e subcastas baixas e os chamados “ex-intocáveis”.

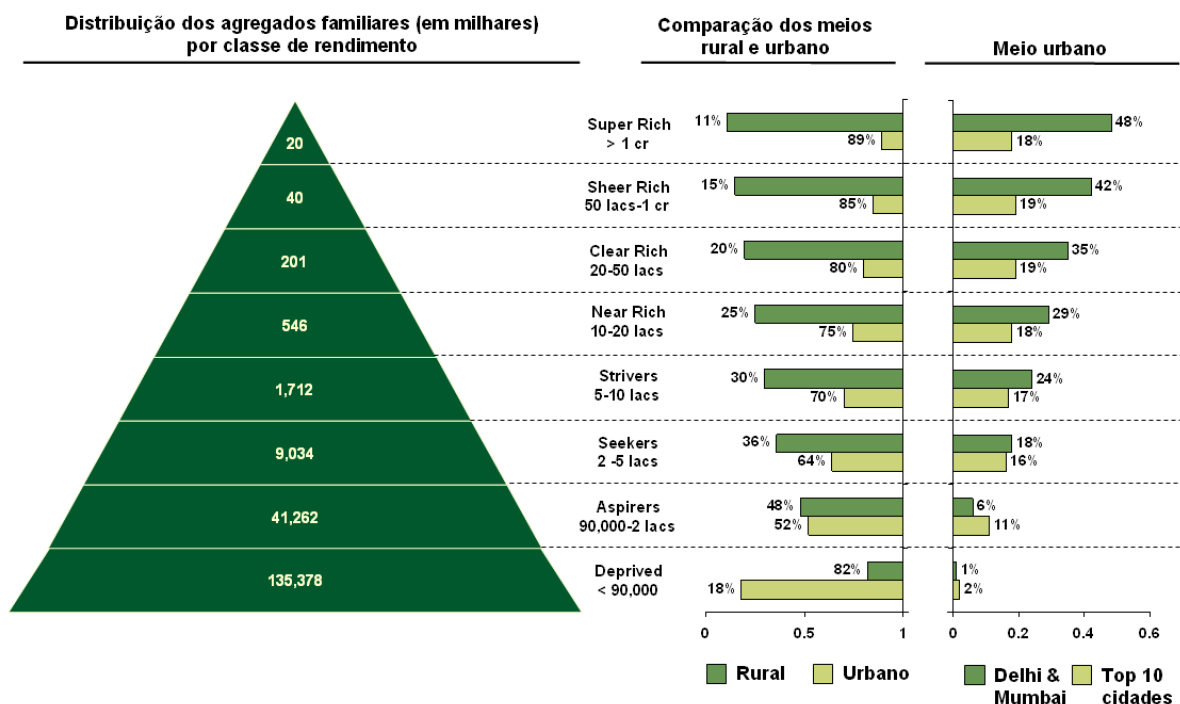


Fig. 12 – A pobreza continua significativa<sup>5</sup>

Fonte: The Boston Consulting Group. 2007, p.14

Na Índia falam-se mais de 1.600 dialectos e de 114 línguas das quais, 22 são faladas por mais de um milhão de pessoas, predominando as línguas indo-arianas.

A constituição estipula que o hindi é o idioma oficial do país, sendo que o inglês é o idioma associado aos assuntos políticos e aos negócios<sup>6</sup>. A Constituição reconhece 22 idiomas regionais oficiais, dos quais os mais utilizados são o Assamese, Bengali, Bodo, Dogri, Gujarati, Hindi, Kannada, Kashmiri, Konkani, Maithali, Malayalam, Manipuri, Marathi, Nepali, Oriya, Punjabi, Sanskrit, Santhali, Sindhi, Tamil, Telugu, and Urdu. Numerosos outros idiomas são reconhecidos individualmente pelos Estados mas não pelo governo central.

As línguas mais faladas na Índia são o Hindu (40,2% da população), Bengali (8,3%), Telugu (7,9%), Marathi (7,5%) e o Tamil (6,3%). A maioria dos habitantes das regiões orientais e setentrionais falam idiomas indoários como o assamês, penjabi, urdu, hindi, bengali, marata, rajastani, guzerati, sindi, orijáe o bihari que derivam do sânscrito. Em contraste, os idiomas dravídicos falados no Sul da Índia e no Norte do Sri Lanka, diferentes do sânscrito, como o kannada (Mysore), o telegu e o malayalam (Kerala), derivam todos do tâmil. A comunidade tibetano-birmanesa é representada por algumas línguas faladas nas regiões montanhosas do Norte e de Leste, entre as quais o nerwari, lepcha, kanauri, o bodo, o naga e o kachin. O burushaki,

<sup>5</sup> 1Lac = 100.000 Rs e um 1€= 58 Rs.

<sup>6</sup> O Hindi de acordo com o Artigo 343 (1) da Constituição e o Inglês de acordo com o Artigo 343(2) da Constituição.

falado nas regiões montanhosas do Noroeste, não apresenta relações com qualquer das famílias linguísticas da Índia, constituindo, provavelmente, uma família isolada (Índia, 2004: 7).

Apesar de o hindu ser a língua mais falada, a sua extensão como língua oficial unificadora e representativa do Estado, não é aceite por algumas comunidades que fundamentam precisamente a sua identidade cultural numa língua distinta, nomeadamente, o Estado de Tamil Nadu, no Sul.

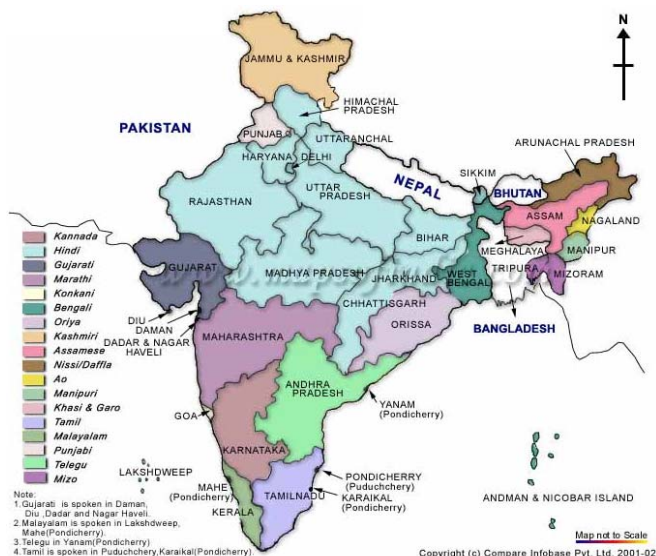


Fig. 13 – Distribuição linguística

Fonte:

Desde da independência, a Índia tem desenvolvido o seu sistema de ensino. Desta forma, o artigo 45º da Constituição Indiana refere que o Estado deve proporcionar educação gratuita e obrigatória até aos 14 anos. Contudo, alguns entraves têm surgido ao desenvolvimento do modelo de ensino, tais como: as opções políticas do governo central, direccionadas para o combate a pobreza, a escassez de alimentos e a superpopulação; a universalização da educação primária não foi um objectivo prioritário do Estado; o sistema educativo público, o único a que estes têm acesso, é geralmente deficiente e corrupto e o sistema de castas, a diversidade religiosa e linguística colocam problemas adicionais ao desenvolvimento do sistema educativo.

Estes problemas contribuem para a existência de cerca de 39% de analfabetos no ceio da população indiana. Existe uma maior percentagem de alfabetismo nos homens do que nas mulheres, cerca de 73,4% e 47,8%, respectivamente. Esta percentagem aumentou em cerca de 200% ao longo das últimas décadas, mas a Índia continua abaixo da média de literacia da maioria dos países asiáticos (Índia, 2004: 8).



Fig. 14 – Literacia

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india>

Tabela 3 – Evolução da taxa de literacia Indiana desde 1901 a 2001

Porcentagem de literacia da população indiana			
Ano do Censos	TOTAL	Homens	Mulheres
1901	5.53	9.83	0.69
1911	5.92	10.56	1.05
1921	7.16	12.21	1.81
1931	9.5	15.59	2.93
1951	18.33	27.16	8.86
1961	28.3	40.4	15.35
1971	34.45	45.96	21.98
1981	42.57	56.38	29.76
1991	52.21	64.13	39.29
2001	65.38	75.85	54.16

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/india-demographics.html>

O sistema educativo indiano divide-se em sete níveis: pré-primário, primário, intermédio, secundário, secundário superior, universitário e as pós-graduações. O pré-primário é para crianças entre os três e os cinco anos. O primário engloba o ensino do primeiro ao quinto anos para crianças entre os seis e os onze anos. O intermédio abrange do sexto ao oitavo anos. E o secundário o nono e décimo anos. O secundário superior cinge-se aos 11º e 12º anos. O ensino universitário tem duração variável, em conformidade com os cursos. Uma licenciatura normalmente tem a duração de três anos, excepto a licenciatura em medicina, que tem uma duração de quatro anos e meio. As pós-graduações são feitas pelos alunos, que pretendem aprofundar os seus conhecimentos em determinadas áreas (Education, 2007).

O sistema educativo indiano encontra-se descentralizado, sendo que cada um dos Estados controla o seu próprio sistema educativo, sem prejuízo das ajudas recebidas do ministério federal da Educação. O governo central dirige directamente a educação dos territórios da união administrados centralmente. A educação primária é gratuita, e teoricamente obrigatória para as idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos. Por outro lado, a taxa de alfabetização varia consideravelmente de um estado para outro, sendo um dos factores fundamentais para estudar a sua evolução, a consideração que se tem pela mulher em cada um deles.

Actualmente, as escolas primárias têm cerca de 108 milhões de alunos e as secundárias cerca de 69 milhões. A nível superior e universitário o número de pessoas era de 6,1 milhões. A Índia dispõe de cerca de 688.000 escolas primárias, muitas delas com apenas uma sala de aulas ou

mesmo em céu aberto, sendo os professores muito mal pagos. Têm cerca de 84.000 escolas secundárias, e em 1998/99 a Índia tinha 228 universidades reconhecidas e 5.000 escolas técnicas, tanto no campo das artes como das ciências. As universidades de Calcutá, Madras (Tamil Nadu), e Bombaim (Mumbai), fundadas em 1857, são as mais antigas na Índia (Baptista, 2003-2005: 61).

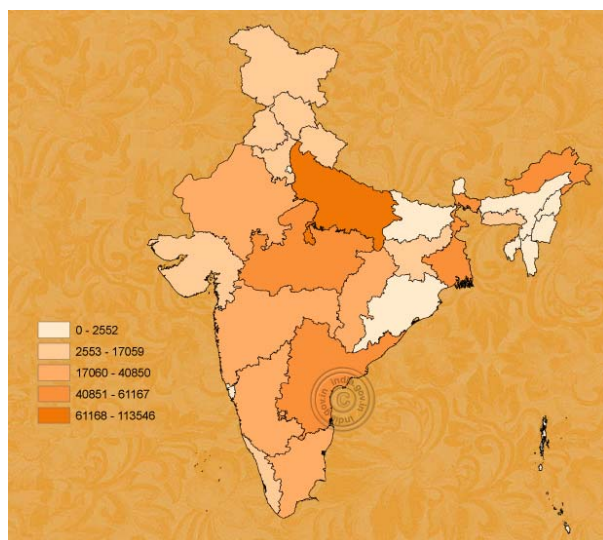


Fig. 15 – Número de Escolas primárias

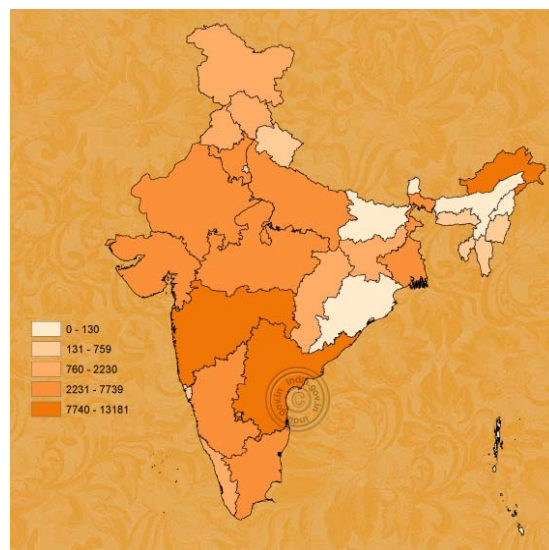


Fig.16 – Número de Escolas secundárias

Fonte: [http://india.gov.in/maps/primary\\_school.php](http://india.gov.in/maps/primary_school.php)

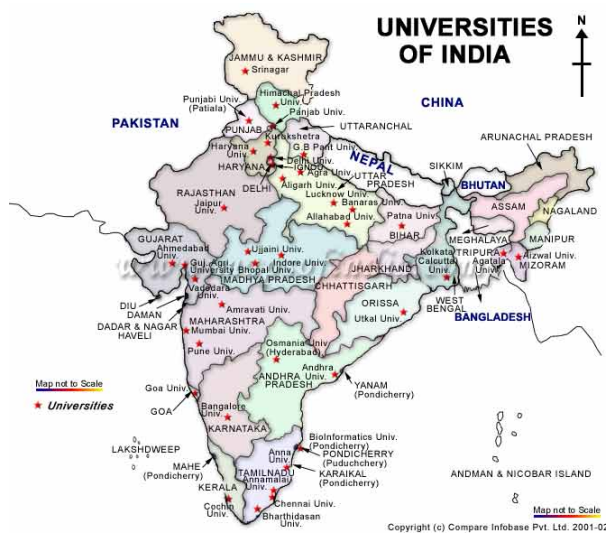


Fig. 17 – Universidades indianas

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/indianuniversities.htm>

A educação e a formação técnica constituem-se como uma componente crucial no desenvolvimento dos recursos humanos da Índia. Aspecto relevante prende-se com formação científica introduzida nas escolas em 1987, com resultados significativos ilustrados no facto da Índia possuir a segunda maior comunidade de cientistas e engenheiros (depois dos EUA) a nível mundial. As previsões apontam para um crescimento contínuo no domínio da educação

quer no número de estudantes, escolas e professores, quer nas qualificações obtidas (ver fig. 18).

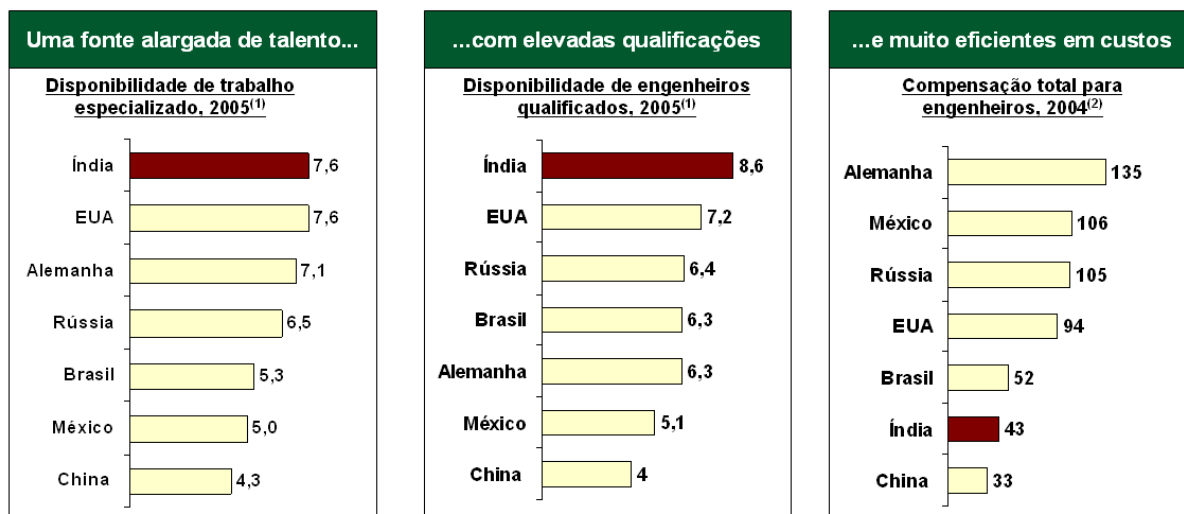


Fig. 18 – Comunidade de engenheiros

Fonte: The Boston Consulting Group, 2007, p.21

Outro dos factores importantes, para o desenvolvimento indiano tem sido o apoio económico da sua diáspora<sup>7</sup>. É composta pelos "NRIs" (cidadãos indianos não residentes na Índia) e "PIOs" (pessoas de origem indiana que tenham adquirido a cidadania de qualquer outro país). A diáspora abrange praticamente todas as partes do mundo, com cerca de 25 milhões de indianos residentes no exterior, espalhados por cerca de 110 países. Deste número existe cerca de 5 milhões são trabalhadores que contribuem para o desenvolvimento social e económico de suas famílias na Índia, enviando cerca de US\$ 20 bilhões por ano (Diáspora, 2006).

Um estudo feito por Merrill Lynch, em 2000 destaca a existência de mais de 200.000 milionários indianos nos EUA. Foi a chamada “a diáspora de Ouro” e classificada como o “triunfo da qualidade sobre a quantidade” (Sheshabalaya, 2006: 198/199).

A enorme diáspora indiana mantém em boa parte a cultura, tradição e inclusive o idioma de seu país de origem, além de seus laços familiares, religiosos e costumes alimentares. Muitos seguem também a tradição dos casamentos arranjados e vão à Índia anualmente para buscar o marido ou a esposa ideal, que faça parte de sua comunidade linguística e religiosa

Em resumo, a Índia é o segundo país mais populoso do mundo, representando cerca de 17% da população mundial. Todos os anos, a sua população cresce a um ritmo de 18 novos milhões de habitantes, podendo, caso este ritmo se mantenha, ultrapassar a China a partir de 2025. Estima-se que, com o aumento do nível económico, a diminuição do analfabetismo e o

<sup>7</sup> A diáspora é um termo genérico para descrever as pessoas que migraram de territórios que estão actualmente no interior das fronteiras da República da Índia. Além disso, remete para os seus descendentes.

sucesso das campanhas de contracepção, a sua população estabilize em 1,45 bilhões de habitantes em 2040. A vastíssima população indiana constitui uma fonte inesgotável, em recursos humanos. Prevê-se que, em 2020, o país terá um excesso de 47 milhões de pessoas disponíveis para trabalhar e que em 2035, cerca de 64% da sua população seja activa.

Os desafios que se colocam perante a liderança indianas são portanto, enormes: até 2020 a economia indiana deverá ter de criar cerca de um milhão de novos empregos por ano e tem de produzir mais riqueza, porque a China ainda é um país pobre em rendimento per capita. Por outro lado, a riqueza produzida tem de ser melhor distribuída internamente.

A própria diversidade linguística e religiosa do país pode-se transformar em fonte de conflitos, principalmente entre os hindus e muçulmanos. O sistema de castas, embora, não esteja consignado na Constituição do país, ainda é um factor de separação entre os hinduístas. Outra das suas vulnerabilidades socioculturais são as inúmeras disparidades urbanas e rurais, pois os pobres estão a ter uma vida melhor, mas a uma velocidade menor que os ricos, que se tornam cada vez mais ricos alargando assim o abismo entre ambos. Outro dos seus problemas está relacionado com a taxa de analfabetismo ainda existente, sendo maior nos homens do que nas mulheres.

Por outro lado, a formação técnica e universitária constitui-se como uma fonte de desenvolvimento dos recursos humanos, licenciando mais de 500.000 engenheiros por ano, constituindo-se na maior fonte de talentos do planeta.

A diáspora indiana é de cerca de 25 milhões residentes no exterior e abrange cerca de 110 países. Os indianos ultramarinos têm uma grande importância económica, contribuindo com cerca de 20 bilhões de dólares por ano de investimento na Índia.

## **Apêndice 4**

### **Factor recursos**

## Apêndice 4 – O Factor Recurso

### 1. Agricultura e Pescas

*"O crescimento da agricultura é baixo e muito volátil"*

Maneesh Kapur<sup>1</sup>

Em 1943, o povo indiano sofreu a maior catástrofe da sua história – a fome – que vitimou cerca de quatro milhões de pessoas. Após a independência, a prioridade do governo foi procurar atingir a auto-suficiência, em termos alimentares, concentrando-se na expansão das áreas agrícolas. No período de 1967 a 1978, com o projecto “Revolução Verde” concentrou-se novamente, no crescimento da área cultivada, no aumento do rendimento da produção agrícola, na duplicação das colheitas anuais e de culturas de alto rendimento (trigo e arroz).

A agricultura é fonte de subsistência de 600 milhões de pessoas, cerca de 60% da população. É o sector esquecido do *boom* económico da Índia, que tem seu motor nas empresas de tecnologia e de serviços. O sector cresce abaixo da média nacional e sua participação em relação ao PIB caiu de 40% para 20% desde os anos 80. Enquanto o PIB teve alta de 8,4% em 2005, a agricultura registou um crescimento de apenas 3,9%, bem abaixo dos 7,6% da indústria e dos 10,3% do sector de serviços. No ano anterior, a situação foi ainda pior, com aumento de 0,7%, comparado a 7,5% do PIB total (Sousa, 2006).

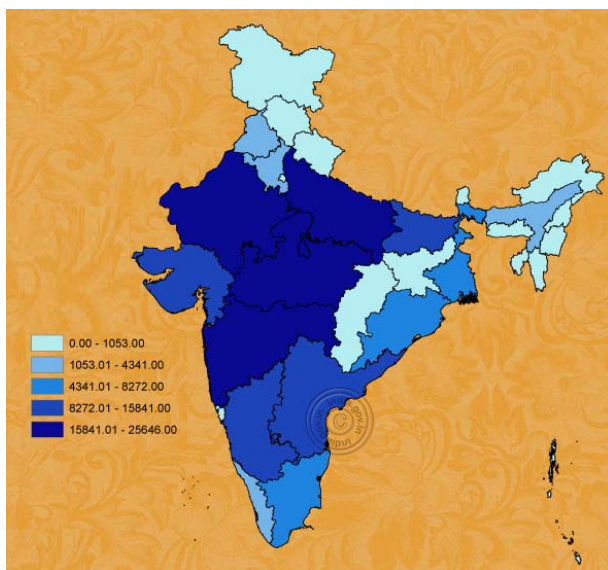
Actualmente, a Índia não manifesta graves problemas de auto-suficiência em termos alimentares, não obstante, dos problemas ambientais de que sofre, ainda dependente do caudal das monções<sup>2</sup>, não conseguir satisfazer a procura total e por isso, não conseguir erradicar alguns pólos de fome. Os terrenos aráveis, apenas 40% são irrigados, para uma população que representa um sexto da população mundial, consegui contudo, transformar uma nação faminta, num exportador de produtos alimentares. O desenvolvimento deste sector<sup>3</sup> deve-se às reformas, que conduziram ao aumento da área cultivada e das infra-estruturas de rega, à utilização de culturas de elevado rendimento e à aplicação de novas técnicas agrícolas, de gestão da água, de utilização dos adubos e fertilizantes (ver fig. 1 e 2).

---

<sup>1</sup> Elemento do departamento de análise económica do banco central indiano.

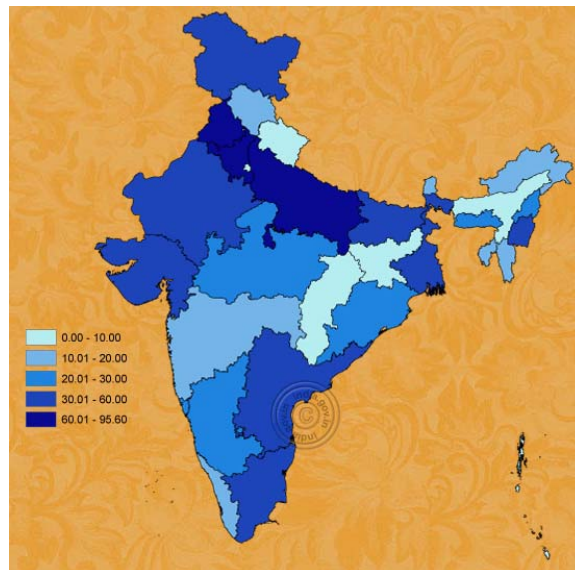
<sup>2</sup> Em 2003, as maiores monções da década geraram um crescimento de 10% da produção agrícola, o qual, contudo, caiu nos anos seguintes. Em 2006, registou-se uma nova monção abundante.

<sup>3</sup> Em 40 anos passou da auto-suficiência para a constituição de significativas reservas alimentares.



**Fig. 1 – Área cultivável em km<sup>2</sup>**

Fonte: [http://india.gov.in/maps/total\\_cultivable\\_area.php](http://india.gov.in/maps/total_cultivable_area.php)

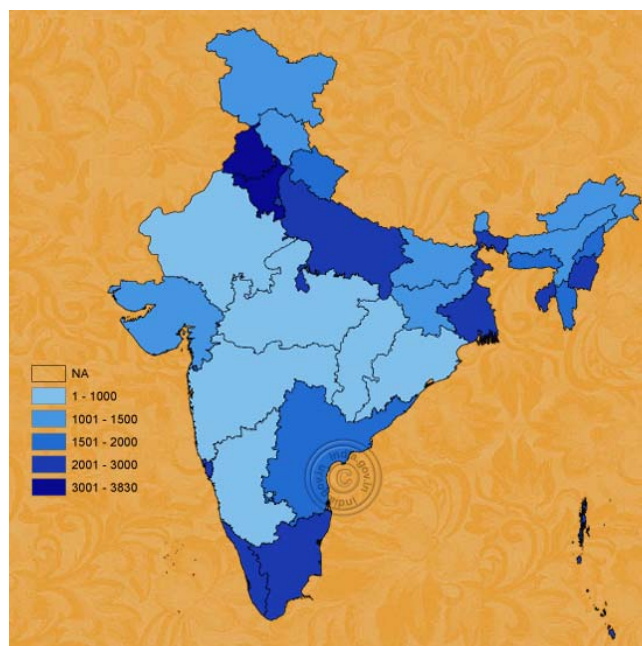


**Fig. 2 – Percentagem de área irrigada**

Fonte: [http://india.gov.in/maps/irrigated\\_area.php](http://india.gov.in/maps/irrigated_area.php)

A Índia tem um dos maiores e mais diversificados sectores agrícolas do mundo, e está entre os três maiores produtores agrícolas mundiais, tem dos maiores rebanhos de búfalos e de gado bovino e é o maior produtor de leite do mundo.

A produção cerealífera é a principal produção agrícola, tendo no ano de 2004/05 atingido cerca de 210 milhões de toneladas. São ainda, importantes as produções de outros produtos, tais como: a cana-de-açúcar, as oleaginosas, o algodão, o café, a borracha, a juta e a batata (ICEP, 2006: 6).



**Fig. 3 – Produção de cereais (Ton)**

Fonte: [http://india.gov.in/maps/prod\\_foodgrains.php](http://india.gov.in/maps/prod_foodgrains.php)

Tabela 1 – Produção agrícola

	2000-01 <sup>a</sup>	2001-02 <sup>a</sup>	2002-03 <sup>a</sup>	2003-04 <sup>a</sup>	2004-05 <sup>a</sup>
Milhões de toneladas					
<b>Cereais e leguminosas</b>	196.8	212.9	174.8	213.5	204.6
Arroz	85.0	93.3	71.8	88.3	85.3
Trigo	69.7	72.8	65.8	72.1	72.0
Rações	31.1	33.4	26.1	38.1	33.9
Leguminosas	11.1	13.4	11.1	14.9	13.4
<b>Oleaginosas<sup>b</sup></b>	18.4	20.7	14.8	25.3	26.1
<b>Bebidas</b>					
Chá <sup>c</sup>	848.4	847.4	846.0	850.5	830.7
Café <sup>d</sup>	3.0	3.0	2.8	2.7	2.8
<b>Fibras</b>					
Algodão <sup>d</sup>	9.5	10.0	8.7	13.8	17.0
Juta	10.5	11.7	11.4	11.2	10.5
<b>Outros produtos</b>					
Cana de açúcar	296.0	297.2	287.4	237.3	232.3
Borracha <sup>d</sup>	630	631	649	711	749
Batata	22.5	23.9	23.2	n/a	n/a

Fonte: <http://www.icep.pt>

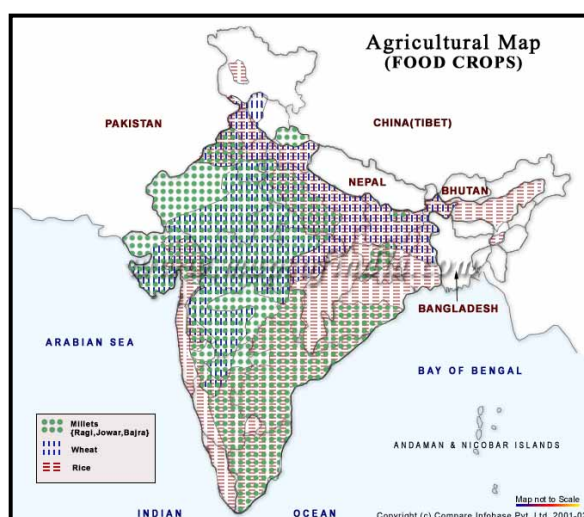


Fig. 4 – Distribuição da produção agrícola

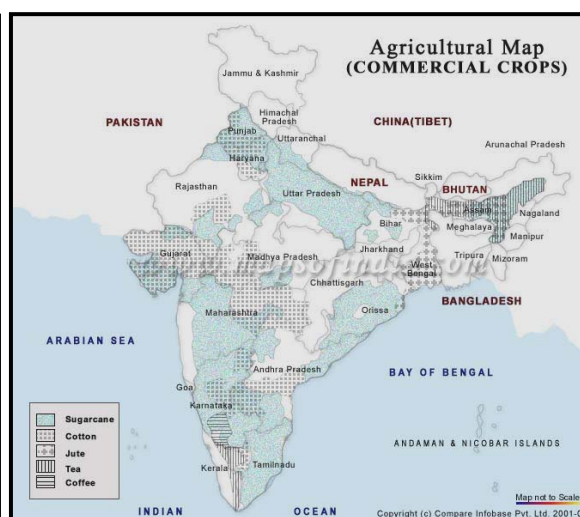


Fig. 5 – Distribuição dos principais produtos

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india>

O sector das pescas tem um elevado potencial de desenvolvimento devido aos 7.000 km de costa marítima e aos 28.000 km de rios com uma elevada variedade de pescado. Este sector atingiu o seu máximo produtivo, nos anos 1995/06, com uma produção total de 4,9 milhões de toneladas. Já no final da década de 90, foram implementados alguns programas de apoio ao desenvolvimento deste sector e incentivado a transformação de produtos da pesca (Icep, 2006: 6).

## 2. Minerais

A Índia no ranking mundial é o terceiro produtor de carvão e de lignite, o quarto em ferro, o sexto em bauxite e manganésio e o décimo em alumínio. Além de serem os principais produtores mundiais de carvão, ferro, bauxite e manganésio, também produzem quantidades significativas de mica<sup>4</sup>, cobre, petróleo, asbesto, crómio, grafite, zinco, ouro e prata. A abundância de pedras preciosas, no seu subsolo, faz com que estes produtos constituam uma parte significativa do total das suas exportações. A Índia possui ainda, reservas de urânio avaliadas em mais de 54.000 toneladas, situadas fundamentalmente no estado de Bihar, existindo, também, reservas substanciais no estado de Kerala.



Fig. 6 – Minerais não metálicos



Fig. 7 – Minas de diamantes



Fig. 8 – Minas de ouro

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/non-metallc.htm>

<http://www.mapsofindia.com/maps/minerals/diamond-mines-map.html>

<http://www.mapsofindia.com/maps/minerals/gold-mines-map.html>

Tabela 2 – Localização das minas de urânio indianas

Estado	Mina	Entidade exploradora	Activa
Jharkhand	Jaduguda	Jaduguda	1967
	Bhatin	Jaduguda	1967
	Narwapahar	Jaduguda	1995
	Turamdih	Turamdih	2002
	Banduhurang		2007
	Bagjata	Bagjata	2008
	Mohuldih		2010
Meghalaya	Mawthabah	Mawthabah	?
	Nongstin		?

<sup>4</sup> Mineral composto de lâminas finas, com brilho metálico.

Andhra Pradesh, Nalgonda	Lambapur-Peddagattu	Seripally	?
Andhra Pradesh, Kadapa	Tummalapalle	Tummalapalle	2010

Fonte: <http://www.uic.com.au/nip45.htm>

As reservas de ferro indianas estão calculadas em cerca de 19.2 bilhões de toneladas. As principais indústrias de extracção deste mineral encontram-se nos Estados de Karnataka, Andra Pradesh, Orissa, Chhattisgarh e Jharkhand e tem uma capacidade extractiva de 70 milhões de Tononeladas (Ton) por ano. Cerca de 60% da produção é para exportação. Em relação ao bauxite, principal elemento da liga de alumínio, as suas reservas estão estimadas em cerca de 2.7 milhões de toneladas, o equivalente a 8% das reservas mundiais, localizadas nos Estados de Bihar e Rajasthan. A capacidade de produção de alumínio é cerca de 500.000 Ton por ano, das quais 12% são exportados (Governo indiano, 2004).



Fig 9 – Minas de ferro



Fig 10 – Minas de bauxite

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/minerals/iron-ore-mines-map.html>

<http://www.mapsofindia.com/maps/minerals/bauxite-mines-map.html>

A uma capacidade de extracção de manganésio das empresas indianas é de cerca de 1.4 milhões de toneladas por ano. As reservas deste minério estão calculadas em cerca de 180 milhões de toneladas. Tem também, significativas reservas de cobre, cerca de 422 milhões de toneladas que se encontram nos estados de Bihar e Rajasthan. A extracção deste elemento

ronda as 50.000 toneladas ano. A produção dos minerais como a mica, cobre, asbesto, crómio, grafite, zinco, ouro e prata é em quantidades reduzidas.

Na tabela seguinte apresenta-se alguns dados sobre as reservas indianas de minerais não energéticos.

**Tabela 3 – Reservas de minerais não energéticos**

Minerais	Reservas estimadas em 2000 (milhões de toneladas)	Duração prevista (anos)
Cobre	5297,000	80
Chumbo	2381,000	45
Zinco	9707,000	45
Ouro	68	Não especificado
Crómio	97	46
Cal	75679	254
Fósforo	142	79
Pedra preciosa de cor grenás	52	90
Cianite	2817000	265
Dolomite	4387	438
Diamantes	982	19

Fonte: <http://mines.nic.in/imsene.html#INDIA'S%20CONTRIBUTION%20TO%20THE%20WORLD'S%20MINERAL%20PRODUCTION>

As indústrias de extracção dos minerais considerados estratégicos, as minas de pedras preciosas e de urânio estão sob controlo do governo central indiano (Governo indiano, 2004).



Fig. 11 – As principais indústrias de minerais metálicos

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/metalindustry.htm>

### 3. Energéticos

O Carvão contribui com 55% para a energia produzida na Índia. As reservas de carvão indianas estão avaliadas em 192 bilhões de toneladas e encontram-se nos Estados de Bihar, Madhya Pradesh, Orissa e West Bengal. A extracção anual deste mineral é de cerca de 320 milhões de toneladas.

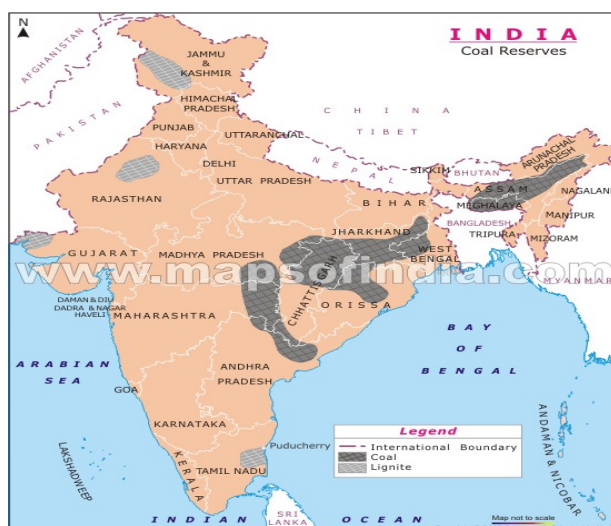


Fig.12 – Reservas de carvão



Fig.13 – Minas de carvão

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/coalreserves.htm>; <http://www.mapsofindia.com/maps/minerals/coal-mines-map.html>

As reservas petrolíferas indianas estão estimadas em 5.6 bilhões de barris e estão localizadas nos estados de Gujarat e de Assam. A extração diária, em 2007, foi de 785 milhões de barris de petróleo, os quais cobrem apenas 14% das necessidades internas, sendo a Índia obrigada a importar 2.098 milhões de barris dia, é o sexto maior importador do mundo, para suprir a restante necessidades que rondam os 2.45 milhões de barris dia. Não obstante das importações deste combustível, a Índia exportou cerca de 350.000 barris por dia, em 2005, encontrando-se na 28ª posição no ranking mundial (CIA, 2007).

Os fornecedores de petróleo à Índia são os países do Médio Oriente (67.4%), África (23.17%), EUA (6,71%) e Iémen (3,7%) (Noronha, 2007: 50).

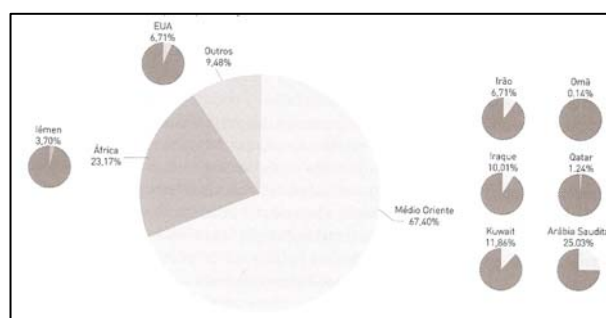


Fig. 14 – Fornecedores de petróleo à Índia

Fonte: NORONHA, Maria Lígis (2007). *A Índia e o Contexto energético internacional*. Relações Internacionais, 15, p.50

Tabela 4 – Principais produtores, importadores e consumidores de petróleo

Top	Produção (2)	Mbd	Importadores (3)	Mbd	Consumidores (3)	Mbd
1	Arábia Saudita (OPEC)	11.1	EUA	13.150	EUA	20.030
2	Rússia	9.5	Japão	5.449	China	6.391
3	EUA (1)	8.2	China	3.226	Japão	5.578
4	Irão (OPEC)	4.2	Holanda	2.284	Rússia	2.800
5	México (1)	3.8	França	2.281	Alemanha	2.677
6	China (1)	3.8	Coreia do Sul	2.263	<b>Índia</b>	<b>2.450</b>
7	Canadá (1)	3.1	Itália	2.158	Canadá	2.300
8	Noruega (1)	3.0	Alemanha	2.125	Coreia do Sul	2.061
9	Emirados AU (OPEC)	2.8	<b>Índia</b>	<b>2.090</b>	França	2.060
10	Venezuela (OPEC) (1)	2.8	Espanha	1.582	Itália	1.874
11	Koweit	2.7	Reino Unido	1.084	Arábia Saudita	1.775
12	Nigéria (OPEC)	2.6	Bélgica	1.042	México	1.752
13	Argélia	2.1	Canadá	0.963	Reino Unido	1.722
14	Brasil	2.0	Turquia	0.6165	Brasil	1.610

Fonte: [http://www.marinha.pt/extra/revista/ra\\_fev2007/pag\\_10.html](http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_fev2007/pag_10.html) - 2007

Tabela 5 – Reservas de petróleo indiano, em bilhões de barris

Ano	Petróleo - reservas provadas	Posição	Varição Percentual
2003	4.330.000.000	22	
2004	4.330.000.000	22	0,00%
2005	5.700.000.000	21	31,64%
2006	5.700.000.000	21	0,00%
2007	5.600.000.000	20	-1,75%

Fonte: [http://indexmundi.com/pt/india/petroleo\\_reservas\\_provadas.html](http://indexmundi.com/pt/india/petroleo_reservas_provadas.html)

Tabela 6 – Produção de petróleo na Índia (barris dia)

Ano	Petróleo - produção	Posição	Varição percentual
2003	732.400	25	
2004	732.400	25	0,00%
2005	780.000	23	6,50%
2006	785.000	22	0,64%
2007	785.000	22	0,00%

Fonte: [http://indexmundi.com/pt/india/petroleo\\_producao.html](http://indexmundi.com/pt/india/petroleo_producao.html)

Tabela 7 – Consumo de petróleo na Índia (barris dia)

Ano	Petróleo - consumo	Posição	Varição Percentual
2003	2.130.000	8	
2004	2.130.000	8	0,00%
2005	2.130.000	8	0,00%
2006	2.450.000	6	8,92%
2007	2.450.000	6	5,60%

Fonte: [http://indexmundi.com/pt/india/petroleo\\_consumo.html](http://indexmundi.com/pt/india/petroleo_consumo.html)

Da análise das tabelas, entre 2003 e 2007, constata-se que as reservas de petróleo aumentaram em cerca de 1.3 bilhões de barris, que representa um aumento de 30%. Contudo, em 2007, as reservas diminuíram em um milhão de barris.

Por um lado, a produção aumentou em 53.000 barris dia, cerca de 7%, mas por outro lado, o consumo diário de petróleo cresceu em cerca de 320.000 barris, significa um incremento de 15%. Isto significa que a Índia tem vindo a aumentar as importações de petróleo em cerca de 16%, nos últimos quatro anos, tendo como referencial o valor das exportações de 2005 (350.000 barris dia).

De acordo com o governo indiano, em 2007, a Índia tem 853.5 bilhões de metros cúbicos de reservas de gás natural e localizam-se nos Estados de Mumbai, Assam, Andhra Pradesh e Gujarat. A capacidade de produção anual é de 28.2 bilhões de metros cúbicos e importa cerca de 2.63 bilhões metros cúbicos, representa cerca de 9% das suas necessidades (CIA, 2007).

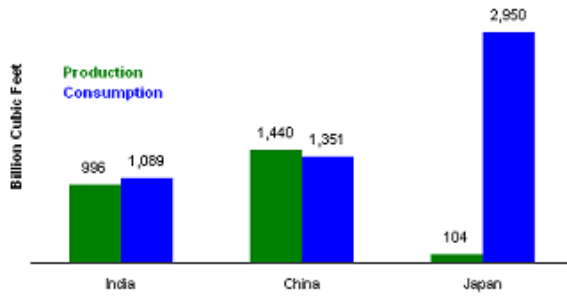


Fig. 15 – Comparação entre o consumo e a produção de gás

Fonte: <http://www.eia.doe.gov/cabs/India/NaturalGas.html>

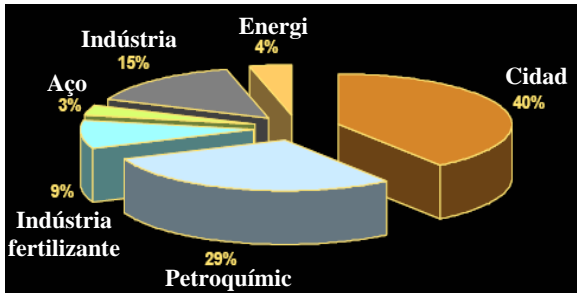


Fig. 16 – Consumo de gás natural

Fonte: [http://www.india\\_profile\\_Gas.pdf](http://www.india_profile_Gas.pdf)

Os países fornecedores de gás natural à Índia são o Irão, Turmenistão, Bangladesh e Myanmar.

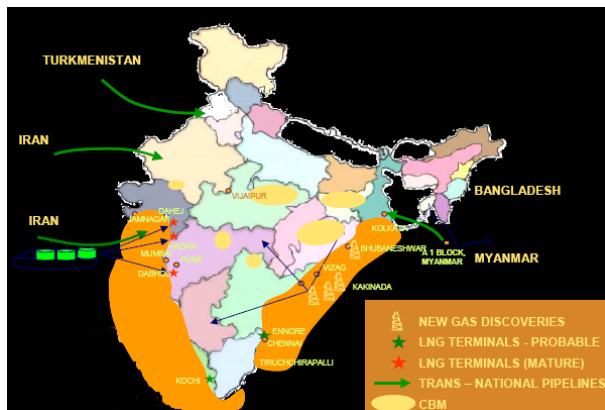


Fig. 17 – Fornecedores de gás natural à Índia

Fonte: [http://www.india\\_profile\\_Gas.pdf](http://www.india_profile_Gas.pdf)

As necessidades estimadas indianas, para o futuro, de gás são aquelas que se demonstram a seguir:

Fig. 18 – Necessidades futuras de gás (Milhões de metros cúbicos/dia)

Ano	Previsão
2001-2002	151
2006-2007	231
2011-2012	313
2024-2025	391

Fonte: [http://www.geni.org/globalenergy/library/national\\_energy\\_grid/india/energy\\_overview\\_of\\_india.shtml](http://www.geni.org/globalenergy/library/national_energy_grid/india/energy_overview_of_india.shtml)

A capacidade de produção de energia eléctrica indiana é de 630.6 biliões de kWh, de origem diferenciada, nomeadamente, 81.7% de combustíveis fósseis, 14.5% da água, 3.4% nuclear e 0.3% de outras fontes, assumindo o sexto lugar ao nível mundial (CIA, 2007).

Tabela 8 – Produção de energia eléctrica kWh (2007)

Ranking	País	Total
<b>1</b>	<b>Mundo</b>	<b>17,150,000,000,000</b>
2	EUA	3,979,000,000,000
3	União Europeia	2,980,000,000,000
4	China	2,500,000,000,000
5	Japão	974,400,000,000
6	Rússia	952,400,000,000
<b>7</b>	<b>Índia</b>	<b>630,600,000,000</b>
8	Canadá	573,000,000,000
9	Alemanha	566,900,000,000
10	França	540,600,000,000

Fonte: [http://www.photius.com/rankings/economy/electricity\\_production\\_2007\\_0.html](http://www.photius.com/rankings/economy/electricity_production_2007_0.html)

Da produção eléctrica, o seu consumo é de 587.9 biliões kWh, cerca de 93% do total da produção; exporta 60 milhões kWh, significa 9% e importa um total de 1.5 biliões kWh que perfaz 0.23% da sua produtividade.

Tabela 9 – Consumo de energia eléctrica kWh (2007)

Ranking	País	total
<b>1</b>	<b>Mundo</b>	<b>16,180,000,000,000</b>
2	EUA	3,717,000,000,000
3	União Europeia	2,770,000,000,000
4	China	2,494,000,000,000
5	Rússia	940,000,000,000
6	Japão	906,200,000,000
<b>7</b>	<b>Índia</b>	<b>587,900,000,000</b>
8	Alemanha	524,600,000,000
9	Canadá	522,400,000,000
10	França	440,600,000,000
11	Brasil	391,700,000,000

Fonte: [http://www.photius.com/rankings/economy/electricity\\_consumption\\_2007\\_0.html](http://www.photius.com/rankings/economy/electricity_consumption_2007_0.html)

Tabela 10 – Exportação de energia eléctrica kWh (2007)

Ranking	País	total
1	Mundo	562,200,000,000
2	União Europeia	278,700,000,000
3	França	68,600,000,000
4	Alemanha	50,800,000,000
5	Paraguai	45,010,000,000
6	Canadá	33,010,000,000
7	Suíça	27,800,000,000
8	República Checa	24,600,000,000
9	EUA	22,900,000,000
10	Rússia	22,300,000,000
<b>69</b>	<b>Índia</b>	<b>6,000,000</b>

Fonte: [http://www.photius.com/rankings/economy/electricity\\_exports\\_2007\\_0.html](http://www.photius.com/rankings/economy/electricity_exports_2007_0.html)

Tabela 11 – Importação de energia eléctrica kWh (2007)

Ranking	País	total
<b>1</b>	<b>World</b>	<b>568,500,000,000</b>
2	União Europeia	277,100,000,000
3	Alemanha	48,200,000,000
4	Itália	46,400,000,000
5	Brasil	39,000,000,000
6	EUA	34,210,000,000
7	Suíça	27,100,000,000
8	Canadá	22,480,000,000
9	Holanda	21,400,000,000
10	Áustria	16,600,000,000
<b>58</b>	<b>Índia</b>	<b>1,500,000,000</b>

Fonte: [http://www.photius.com/rankings/economy/electricity\\_imports\\_2007\\_0.html](http://www.photius.com/rankings/economy/electricity_imports_2007_0.html)

O consumo per capita indiano é de 360 kWh, cerca de 20 vezes mais baixo que nos EUA.

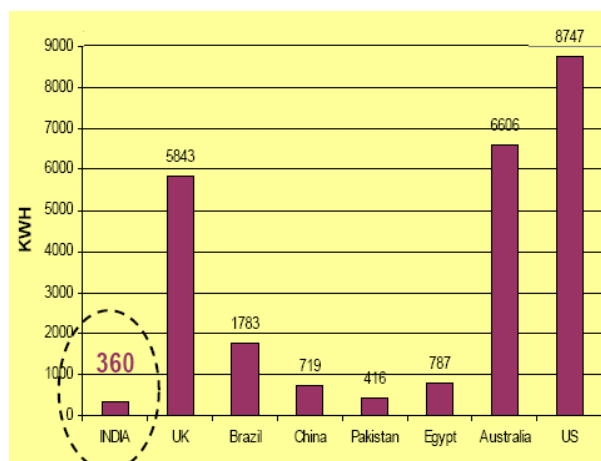


Fig. 19 – Consumo per capita indiano

Fonte: <http://siteresources.worldbank.org/INTENERGY/Resources/EnergyLectureSeriesAnilKrSardana.pdf>

Em 2002, o governo indiano anunciou a construção do maior projecto hidrológico do mundo, a ser edificado no Rio Brahmaputra pela companhia de electricidade indiana. O seu custo estava avaliado em 23 bilhões de dólares, com uma capacidade produtiva de 21.000 MW e devida estar pronto em 2012. Este projecto contempla dez novas infraestruturas (Energy, 2002).

Fig. 20 – Infraestruturas hidrológicas projectadas

Projecto	Estado	Produção Total (MWe)
Dehar	Rajasthan	990
Sharavathi	Karnataka	891
Koyna	Maharashtra	880
Kalinadi I	Karnataka	825
Nagarjun Sugar	Andhra Pradesh	815
Idduki	Kerala	780
Srisailam Right Bank	Andhra Pradesh	770
Bhakra-Nangal	Rajasthan	710
Salal	Jammu & Kashmir	690
Kundah	Tamil Nadu	555

Fonte: [http://www.geni.org/globalenergy/library/national\\_energy\\_grid/india/energy\\_overview\\_of\\_india.shtml](http://www.geni.org/globalenergy/library/national_energy_grid/india/energy_overview_of_india.shtml)

As principais linhas de transporte de energia eléctrica no continente indiano têm a capacidade de 440 kW e de 750 kW. Estas linhas estão concentradas em dois eixos, o eixo do

Afeganistão – Baía de Bengala passando pelo Norte, Noroeste, Costa oriental e Sul do país e o segundo eixo entre Bombay – Estados do Nordeste cruzando o planalto do Decão (Meisen, 2006: 8).

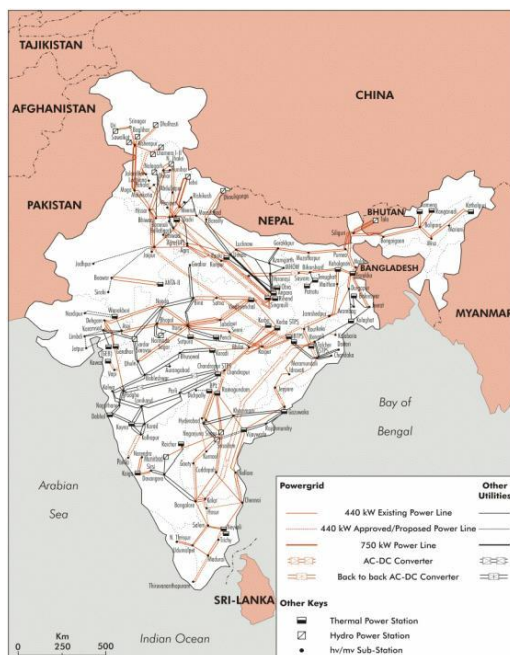


Fig. 21 – Principais linhas de transporte de energia eléctrica

Fonte: [http://www.geni.org/globalenergy/library/national\\_energy\\_grid/india/index.shtml](http://www.geni.org/globalenergy/library/national_energy_grid/india/index.shtml)

A energia nuclear produzida na Índia é de 22.07 biliões kWh (3.5%) ou 3.5 Gwe dos 110GWe do total da energia produzida. O objectivo indiano para 2050, em relação a este tipo de energia é atingir os 25% da produtividade energética.

Existem 15 reactores nucleares de pequena e média dimensão em plena produção e mais seis que se encontram em construção.

Tabela 12 – Reactores nucleares em produção

Reactor	Tipo	MWe net	Início da operação
Tarapur 1 & 2	BWR	150	1969
Kaiga 1 & 2	PHWR	202	1999-2000
Kaiga 3	PHWR	202	2007
Kakrapar 1 & 2	PHWR	202	1993-95
Kalpakkam 1 & 2 (MAPS)	PHWR	202	1984-86
Narora 1 & 2	PHWR	202	1991-92
Rawatbhata 1	PHWR	90	1973
Rawatbhata 2	PHWR	187	1981
Rawatbhata 3 & 4	PHWR	202	1999-2000
Tarapur 3 & 4	PHWR	490	2006, 05
<b>Total (17)</b>		<b>3779 MWe</b>	

Fonte: <http://www.uic.com.au/nip45.htm>

Tabela 13 – Reactores nucleares em construção

Reactor	Tipotype	MWe net	Controlo do projecto	Início da operação
Kaiga 4	PHWR	202 MWe	NPCIL	9/2007
Rawatbhata 5 & 6	PHWR	202 MWe	NPCIL	8/2007, 2/08
Kudankulam 1 & 2	PWR (VVER)	950 MWe	NPCIL	12/2007, 12/08
Kalpakkam PFBR	FBR	470 MWe	Bhavini	2010
<b>Total (6)</b>		<b>2976 MWe</b>		

Fonte: <http://www.uic.com.au/nip45.htm>

Tabela 14 – Reactor nucleares previsto construir até 2020

Reactores	TipoType	MWe net	Controlo do projecto	Início da operação
Kakrapar 3 & 4	PHWR	640	NPCIL	2012
Rawatbhata 7 & 8	PHWR	640	NPCIL	2012
Kudankulam 3 & 4	PWR - VVER	1000	NPCIL	
Jaitapur 1 & 2	PWR	1000	NPCIL	
?	PWR x 2	1000	NTPC	2014
?	PHWR x 4	640	NPCIL	
?	FBR x 4	470	Bhavini	2020
?	AHWR	300	?	2020

Fonte: <http://www.uic.com.au/nip45.htm>

Os principais reactores localizam-se nos Estados de Maharashtra, Karnataka, Tamil Nadu, Madhya Pradesh e no Uttar Pradesh.



Fig. 22 – Localização dos principais reactores nucleares

Fonte: <http://www.insc.anl.gov/pwrmaps/map/india.php>

As energias renováveis como a biomassa, a eólica e a solar estão em franca expansão na Índia. O governo indiano prevê para 2012, um aumento de 10% na capacidade energética do país, oriunda destas novas fontes energéticas. Neste momento, a capacidade de produção destas energias é de 3.700 MW (3.5% do total da capacidade instalada). Em 2012, prevê ser de 10.000 MW, cerca de três vezes mais que a actual. Complementar a este objectivo, o governo estima que mais 100.000 aldeias tenham acesso a energia eléctrica (Meisen, 2006: 3).

A capacidade de produção de energia solar é de 58 MW, recolhida através de 750.000 sistemas instalados. As temperaturas médias na Índia variam entre 25°C os 27°C, devido à sua localização entre o equador e o trópico de câncer e assim, ter cerca de 300 dias de sol por ano. As zonas mais soalheiras situam-se entre Calcutá e Madras, na costa sudeste (Meisen, 2006: 10).



**Fig. 23 – Potencial eléctrico médio anual recolhido e convertido diariamente (MW)**

Fonte: <http://www.geni.org/globalenergy/library/renewable-energy-resources/asia/Solar/india.jpg>

A energia eólica tem uma capacidade de produção de 4.430 MW, em 2006, contudo o seu potencial é de 46.092 MW. A fonte desta energia é abundante, nomeadamente entre Abril e Setembro quando o continente é atravessado por fortes ventos. No restante período do ano, os ventos são relativamente fracos, contudo, na costa do Estado de Tamil Nadu, os ventos são fortes nesta época. O governo indiano identificou nos Estados de Gujarat, Rajasthan, Andhra Pradesh, Tamil Nadu, Karnataka, Kerala, Madhya Pradesh, Orissa, West Bengal e Maharashtra, mais de 192 potenciais locais para instalar equipamentos eólicos (Energy, 2002).

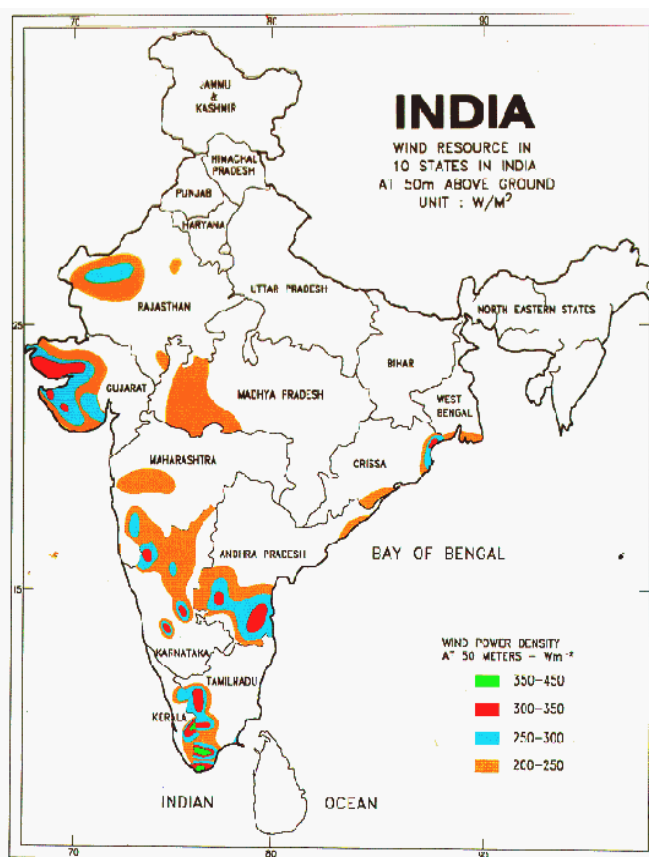


Fig. 24 – Densidade de Energia Eólica em 10 Estados (50 m acima do solo, em W/m<sup>2</sup>)

Fonte: <http://www.geni.org/globalenergy/library/renewable-energy-resources/asia/Wind/India-Wind%20resource.gif>

Tabela 15 – Estimativa do potencial da energia eólica

State	Gross Potential (MW)
Andhra Pradesh	9063
Gujarat	7362
Karnataka	7161
Kerala	1026
Madhya Pradesh	4978
Maharashtra	4519
Orissa	1520
Rajasthan	6672
Tamil Nadu	4159
West Bengal	32
<b>TOTAL</b>	<b>46,092</b>
Total No. of Stations in operation at the end of February 2006	59
Total No. of Stations closed down in March 2006	1
Total No. of Stations Commissioned in March 2006	1
Total No. of stations in operation as on 31st March 2006	59

Fonte: <http://www.geni.org/globalenergy/library/energytrends/currentusage/renewable/Renewable-Energy-Potential-for-India.pdf>

Actualmente, a capacidade de produção indiana de bio-energia é de 537 MW e o seu potencial é de 19.500 MW dos quais, 16.000 MW de origem em resíduos florestais e 3.500 MW de bagaço da cana-de-açúcar. Durante o ano de 2006, começou a construir infraestruturas para aumentar a sua produção para o dobro da actual.

Tabela 16 – Capacidade disponível e produtiva

Source	Potential	Installed
Biomass	16,000 MW	222 MW
Bagasse (Co-generation) in existing sugar mills	3,500 MW	332 MW

Fonte: <http://www.geni.org/globalenergy/library/energytrends/currentusage/renewable/Renewable-Energy-Potential-for-India.pdf>

Os Estados com maiores capacidades para a produção desta energia são os seguintes: Andhra Pradesh (200 MW), Bihar (200 MW), Gujarat (200 MW), Karnataka (300 MW), Maharashtra (1,000 MW), Punjab (150 MW), Tamil Nadu (350 MW) e o Uttar Pradesh (1,000 MW). O seu potencial de produção de energia renovável é de 152.000 MW (Meisen, 2006: 14/17).

Tabela 17 – Potencial de produção de energias renováveis

Source	Approx. Potential
Biomass energy	19,500
Solar energy	20,000
Wind energy	47,000
Small hydropower	15,000
Ocean energy	50,000

Fonte: <http://www.geni.org/globalenergy/library/energytrends/currentusage/renewable/Renewable-Energy-Potential-for-India.pdf>

Como se pode analisar através da figura abaixo apresentada, a Índia será um dos maiores produtores de bio-energia, no futuro. A sua produção será equivalente à da China e ao Continente europeu. Ao nível da produção de energia solar é o maior produtor, a par com a China e Indonésia.

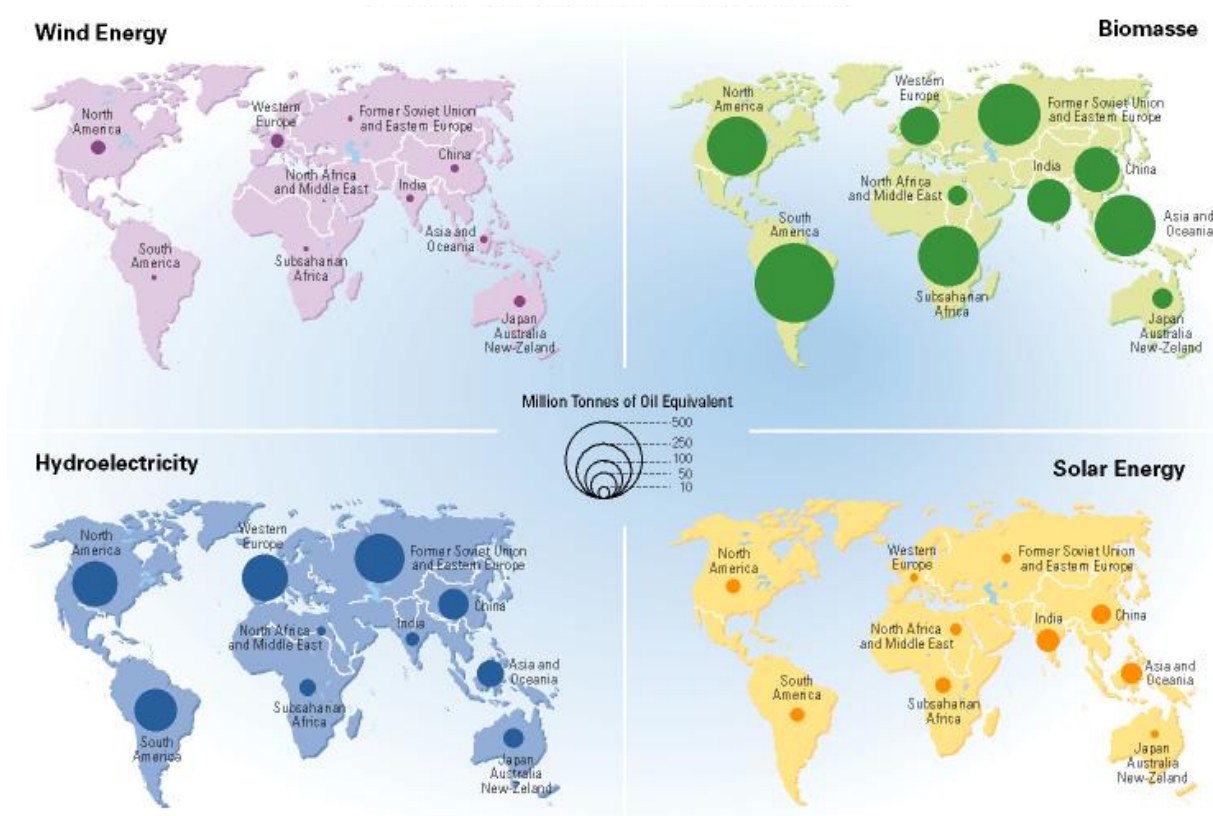


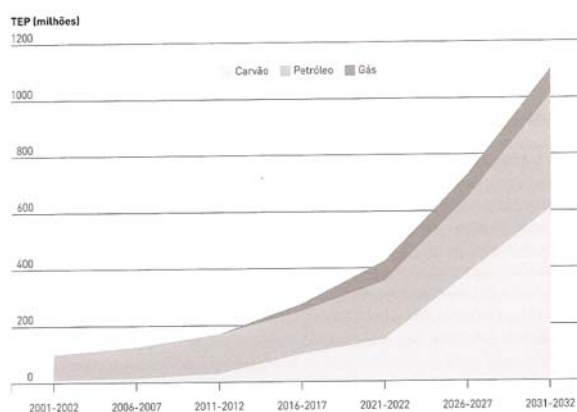
Fig. 25 - Posicionamento mundial da Índia em potencial de energias renováveis

Fonte: <http://www.geni.org/globalenergy/library/energytrends/currentusage/renewable/Renewable-Energy-Potential-for-India.pdf>

A Índia é o quinto maior consumidor de energia do mundo mas com um consumo per capita que é menos de um terço da média mundial. O carvão contribui com 55% para o total da produção energética, o petróleo com 31%, o gás natural com oito por cento, a água cerca de cinco por cento, as energias renováveis quatro e meio por cento e a energia nuclear um por cento mas com previsão de aumentar em virtude de ser considerada um energia limpa. Em virtude, do elevado desenvolvimento económico prevê-se para 2030, que as necessidades em energia aumentem em relação a 2002 da seguinte maneira: nuclear – 5.8 vezes (de 24 milhões de TEP<sup>5</sup>), gás – quatro vezes (de 29 milhões de TEP), hidráulica – 3.6 vezes (de 13 milhões de TEP), petróleo – 2,3 (de 148 milhões de TEP) e o carvão – Duas vezes (de 300 milhões de TEP). Assim, devido à limitação dos seus recursos, desenha-se a continuação da dependência das importações, e que estas subam de 35% em 2001 para 78% em 2031 (Noronha, 2007: 48-49).

<sup>5</sup> Toneladas equivalentes de petróleo.

Tabela 18 – Importações de energia



Fonte: NORONHA, Maria Lígis (2007). *A Índia e o Contexto energético internacional*. Relações Internacionais, 15, p.49

Em síntese, A Índia com o projecto “Revolução verde” implementado na década de 70, conseguiu alcançar a auto-suficiência alimentar, embora, não tenha erradicado alguns pólos de fome, pois apenas 40% da terra arável é irrigada. No sector agrícola e bovino encontra-se situado nos três maiores produtores do mundo, sendo o maior produtor de leite. O arroz e o trigo são os principais produtos agrícolas para exportação. Este sector contribui, em 2005, com cerca de 19% para o PIB. Com o Oceano Indico às portas e cerca de 28.000 km de rios, o sector das pescas está em franco desenvolvimento, após a implementação de alguns programas de apoio e incentivo à indústria de transformação de pescado.

Os indianos são dos principais produtores de recursos minerais, nomeadamente: carvão, lignite, ferro, bauxite e manganésio. As reservas destes recursos são muito significativas e prevê-se que durem muitas dezenas de anos, bem como, a abundância de pedra preciosas. No seu subsolo ainda se encontram reservas de urânio avaliadas em 54.000 toneladas.

O carvão é o principal combustível para a produção da energia eléctrica, contribuindo com cerca de 55% do total gasto, as suas reservas estão avaliadas em 192 biliões de toneladas. A produção de petróleo não é suficiente para satisfazer as necessidades indianas. As suas reservas estão avaliadas em 5.6 biliões de barris, mas o saldo entre as importações e exportações deste recurso é negativo em 1.748 barris dia. A Índia encontra-se em nono lugar do ranking dos importadores e no sexto dos consumidores deste recursos. Ao nível do gás natural as suas reservas estimam-se em cerca de 850 biliões de metros cúbicos. Actualmente, importa cerca de 9% das suas necessidades anuais (2.63 biliões de metros cúbicos), porque a sua produção anual é baixa (cerca de 28.2 biliões de metros cúbicos). Em 2025 prevê-se que a Índia tenha o consumo de 142,715 biliões de metros cúbicos por ano (391 milhões por dia).

Na capacidade de produção de energia eléctrica, a Índia encontra-se em sétimo lugar do ranking mundial, atrás de países como os EUA, China e Rússia. O seu consumo é inferior à sua capacidade produtiva e tem origens diferenciadas, nomeadamente, 81% de combustíveis fósseis, 14.5% na água, 3.4% nuclear e 0.3% de outras fontes. Ao nível da energia nuclear prevê-se que, em 2050 seja 25% do total da produção. Outras das fontes energéticas em grande expansão são as energias renováveis, estimando-se que em 2012, a capacidade de produção seja o triplo da actualidade (10.000 MW). Em 2030, prevê-se um aumento das necessidades de energia de três mais que hoje, devido ao desenvolvimento económico.

## **Apêndice 5**

### **Factor circulação**

## Apêndice 5 – O Factor Circulação

### 1. Rede Rodoviária

A Índia tem a maior rede rodoviária de todo o mundo. Desde 1947 que a Índia tem aumentado a extensão longitudinal das suas estradas. A rede viária é composta por diferentes tipos de estradas, tais como: as auto-estradas, itinerários principais nacionais e estatais, estradas distritais e municipais.

Em 2002, a rede rodoviária indiana tinha 3.383.344 km em que, os mais de 150 itinerários principais nacionais e estatais tinham 195.000 km, dos quais 65.000 km eram de itinerários nacionais, cerca de 1.95% da totalidade da rede, onde circula cerca de 40% do tráfego indiano. Até este data e da totalidade da rede, cerca de 48% era pavimentada (1.603.705 km) e outros 52% (1.779.639 km) tem um pavimento de terra ou cascalho. Em 2007, as auto-estradas indianas tinham 13.146 km que ligam as principais cidades entre o Norte e o Sul, o Oeste e Este do país (CIA, 2007).



Fig. 1 – Itinerários principais nacionais

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/national-highway.htm>

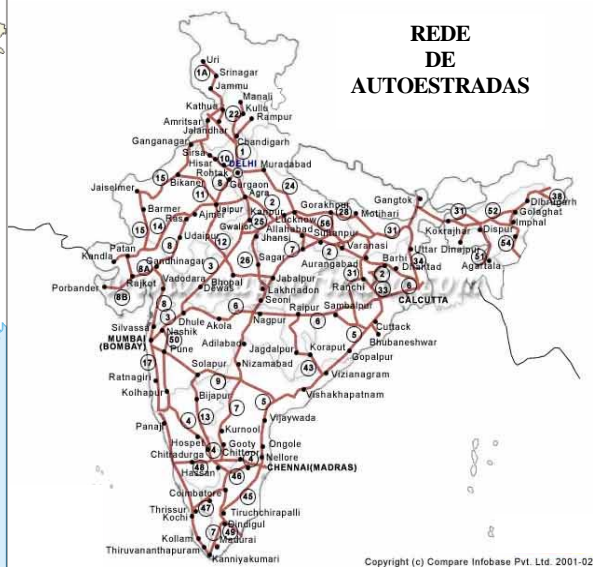


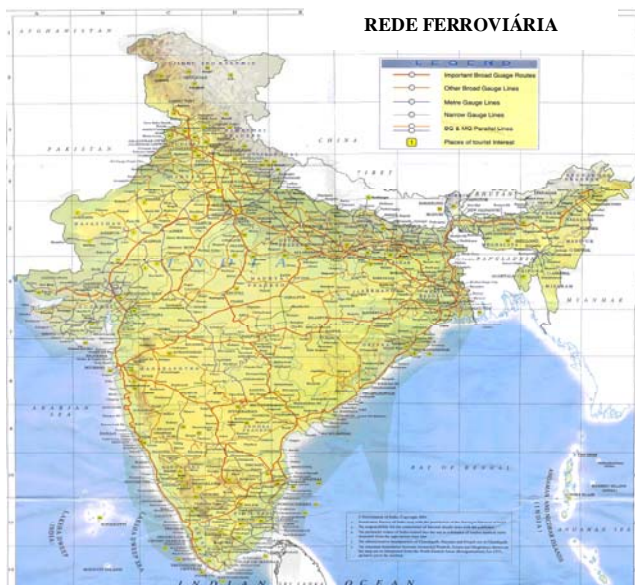
Fig. 2 – Auto-estradas indianas

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india.htm>

A rede urbana é uma mistura de estradas pavimentadas com estradas em terra, onde circulam motos, um elevado número de carros, autocarros, tractores e veículos de três rodas. Por vezes, encontram-se animais (elegantes, vacas, camelos e outros) a passear nas vias rodoviárias. Mas estas vias rodoviárias são insuficientes para um país com a extensão da Índia,

e a maioria sem condições técnicas para permitir o tráfego no período de chuvas, o que vem dificultar o desenvolvimento industrial (Índia, 2004).

Já em 1947, a Índia tinha uma rede ferroviária bem desenvolvida, a qual foi estabelecida durante o domínio Britânico. Em 2006, este sistema tinha um total de 63.221 km de extensão, dos quais 17.508 km estão eletrificados, cerca de 27.7% da rede. O sistema ferroviário tem três tipos diferentes de medidas entre carris, sendo: 46.807 km de via larga com 1.676 metros de largura (17.343 km eletrificados), de via média 13.290 km com a distância entre carris de um metro (165 km eletrificados) e de via reduzida 3.124 km com uma largura de 0.61 metro. A diferença de medida entre carris dos três tipos de vias implica uma incompatibilidade de utilização de equipamentos envolvendo a existência de infra-estruturas para execução de operações de transferência de carga e ou pessoal (CIA, 2007).



**Fig. 3 – Rede ferroviária**

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/indian-railways.html>

Esta extensa rede de linhas de caminho de ferro do país e pertencentes ao Estado continua a ser o meio principal de carga e transporte da maior parte do tráfego de mercadorias. O sistema ferroviário tem 7.566 locomotivas, 37.840 carruagens de transporte de pessoas, 222.147 carruagens de transporte de mercadorias, 6.853 estações e apeadeiros espalhados por todo o país. Em 2004, o transporte de mercadorias foi de 557 milhões de toneladas e o de pessoal foi de cinco bilhões (Índia, 2004).

Existe ainda, os sistemas de comboios urbanos e o metro para transporte de pessoas, nas cidades mais desenvolvidas. O sistema de transporte marítimo e aquático interior indiano é composto por num conjunto de vias navegáveis, infraestruturas de terra (portos) e em vários modelos de embarcações. Complementar às vias navegáveis a Índia possui 12 portos de grande dimensões e 185 de média e pequena dimensão ao longo dos 7.000 km da sua costa marítima.



Fig. 4 – Localização dos principais portos marítimos indianos

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/sea-ports.htm>

Tem ainda 28 estaleiros navais, dos quais, sete estão sob o controlo do governo central indiano, dois sob o controlo dos governos dos respectivos Estados e 19 são privados. Os portos de grandes dimensões têm a capacidade para 390 milhões de carga por ano.

De acordo com autoridades indianas existem cerca de 14.500 km de vias navegáveis interiores, o nono país ao nível mundial, dos quais 5.200 km nos grandes rios e 485 km em canais podem ser utilizados por embarcações de grande porte.



Fig. 5 – Rios do sistema aquático interior

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/inlandwaterway/s/importantinlandwaterways.htm>

Rank	Country	Canais (km)
1	<a href="#">China</a>	123,964
2	<a href="#">Rússia</a>	102,000
3	<a href="#">Brasil</a>	50,000
4	<a href="#">Estados Unidos</a>	41,009
5	<a href="#">Indonésia</a>	21,579
6	<a href="#">Colômbia</a>	18,000
7	<a href="#">Vietname</a>	17,702
8	<a href="#">Congo-Kinshasa</a>	15,000
9	<a href="#">Índia</a>	14,500

fig. 6 – Ranking do sistema aquático dos países

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?c=in&v=116&l=pt>

Este sistema foi desenvolvido apoiado três vias interiores. A primeira nos Rios Ganges, Bhagirathi e Hooghly entre Allahabad e Haldia com 1.620 km, o segundo no Rio Brahmaputra entre Sadiya e Dhubri com 891 km e o terceiro numa combinação de canais, junto à costa ocidental com 205 km (Índia, 2004).



Fig 7 – Primeiro sistema de navegação interior

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/inlandwaterways/nationalwaterway1.htm>



Fig. 8 – Segundo sistema de navegação interior

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/inlandwaterways/nationalwaterway2.htm>

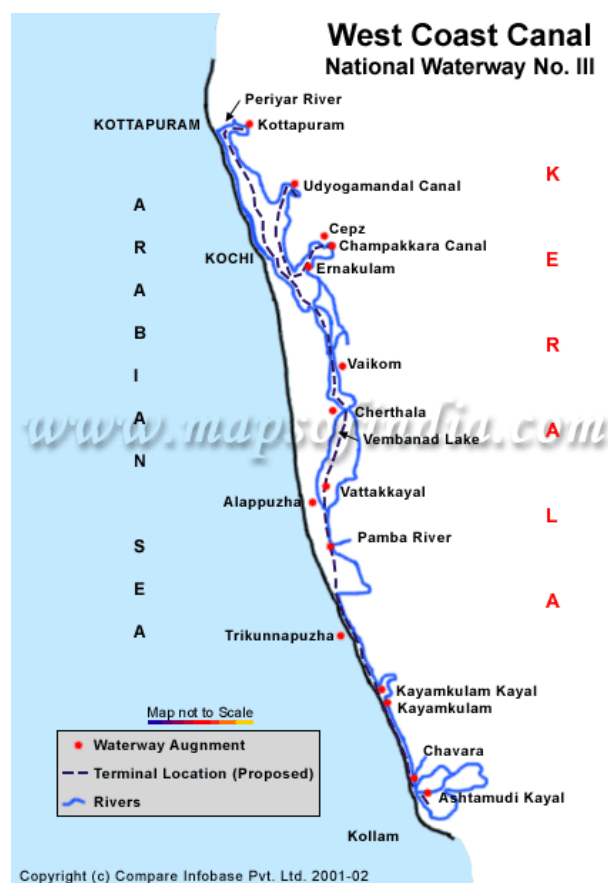


Fig. 9 – Terceiro sistema de navegação interior

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/inlandwaterways/nationalwaterway3.htm>

Em 2007, operaram na Índia 60 companhias, sendo uma indiana (Shipping Corporation of Índia), cinco estrangeiras mas registradas na Índia (uma chinesa, uma de Hong Kong, duas americanas e uma inglesa) e 54 registradas noutros países (uma nos Barbados, duas em Cômoro, uma no Chipre, duas em Dominica, uma na Coreia do Norte, duas na Libéria, três em Malta, duas na Maurítânia, 25 do Panamá, nove de Singapura, uma de St Kitts e Nevis, cinco de St Vicent and the Grenadines. No sistema aquático interior e no marítimo utilizaram-se 477 embarcações com capacidade superior a 1000 toneladas de volume/peso dos quais, 330 de transporte de carga, 96 de transporte de petróleo, 11 de transporte misto (passageiros e carga), 37 transporte de produtos químicos, e 3 de passageiros (CIA, 2007).

O transporte aéreo é importante como suporte ao desenvolvimento do país. Este sistema desenvolveu-se apoiado em 28 heliportos e 341 aeroportos dos quais, 243 tem as pistas pavimentadas e 98 em terra. Em relação aos primeiros, existem 17 com pistas de dimensão superior a 3047m, 51 com comprimento compreendido entre 2438m e 3047m, 73 entre 1524 e 2437m, 81 entre 914m e 1523m e 21 abaixo de 914m. Quanto aos segundos, 1 com pista de dimensão compreendida entre 2438m e 3047m, 7 entre 1524 e 2437m, 42 entre 914m e 1523m e 48 abaixo de 914m existem (CIA; 2007).



Fig. 10 – Ranking dos países com mais aeroportos

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?c=in&v=121&l=pt>

O estado indiano administra 127 aeroportos: 12 internacionais, 89 domésticos e 26 militares. Estas infraestruturas receberam cerca de 500.000 voos, 40 milhões de passageiros e 900.000 toneladas de carga. Os maiores aeroportos internacionais encontram-se em Amritsar, Nova Déli, Ahmedabad, Mumbai, Panaji, Bangladore, Kochi, Thiruvananthapuram, Madras, Hyderabad, Calcutá, Guwahati.



Fig. 11 – Aeroportos internacionais

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/air-india.html>



Fig. 12 – Aeroportos domésticos

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/indian-airlines.html>



Fig. 13 – Os maiores aeroportos indianos

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india/airportmaps.htm>

A rede de aviação civil foi nacionalizada em 1953, com a Air India a operar para rotas internacionais de longo curso, a Indian Airlines e para ligações domésticas e regionais e a Pawan Hans<sup>1</sup> com o serviço de táxi aéreo. Desde 1991 algumas rotas domésticas foram abertas ao sector privado. As redes e o volume de tráfego está em rápida expansão e as rotas aéreas ligam não apenas as maiores cidades, mas também as áreas mais remotas dos Himalaias e do nordeste da Índia. Em 2003, a Índia tinha 12 companhias aéreas privadas a operar no mercado doméstico com uma cota de 45% do tráfego interno.



Fig. 14 – Rotas aéreas internacionais

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india.html>

<sup>1</sup> É a empresa de helicópteros do estado indiano.

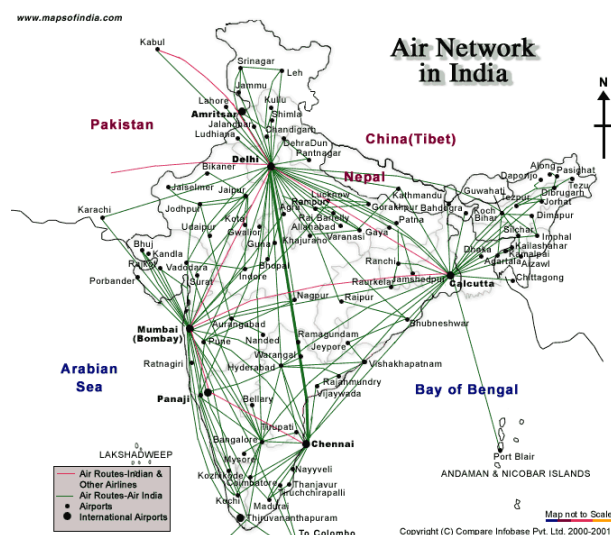


Fig. 15 – Rotas aéreas domésticas

Fonte: <http://www.mapsofindia.com/maps/india.html>

O transporte por conduta é feito ao longo de 19.629 km. Condutas para gás com 5.184 km, 1.993 km para derivados de petróleo, 6.500 km para crude, 6.152 km de gasodutos (CIA, 2007).

Parte destas condutas têm a sua origem em países como o Uzbequistão, o Turquemenistão ou o Cazaquistão. Apesar da abundância e diversidade de recursos naturais, a Índia ainda possui uma modesta produção de petróleo, tendo que recorrer à importação enquanto continuam as prospecções. Está em negociações com o Irão a construção de uma nova conduta<sup>2</sup> de gás. Este projecto custará cerca de nove biliões de dólares e transportará 90 milhões de metros cúbicos por dia. A passagem destas condutas pelos territórios do Afeganistão e do Paquistão tornam o seu abastecimento sujeito a uma dependência de terceiros (Noronha, 2007: 53).

<sup>2</sup> Terá uma extensão de 2775 km.

Existe cerca de 8.000 km de condutas de gás para distribuição interna no país.



Fig. 16 – Condutas de distribuição de gás

Fonte: [http://www.india\\_profile\\_Gas.pdf](http://www.india_profile_Gas.pdf)

Ao nível das comunicações, nos finais do ano de 2005, Índia possuía 49.75 milhões de linhas telefónicas e 166.1 milhões de telemóveis o que, face à sua população, dá uma relação de 1 linha/44 habitantes e 1 telemóvel/147 habitantes. Com a liberalização do mercado das telecomunicações houve um grande crescimento dos serviços telefónicos. Apesar de cobrir todas as regiões do país, os serviços estão concentrados nas áreas urbanas. O número de telefones distribuídos pela população mantêm-se muito baixo, a média nacional é de 10 telefones por 100 habitantes e um por 100 habitantes nas zonas rurais. Houve um grande crescimento de telemóveis mas para os telefones fixos o aumento foi baixo. Ao nível interno, há duas tecnologias móveis em utilização na Índia, a GSM e a CDMA, introduzidas em 1994 e garantidas por três operadoras privadas e uma estatal. Recentemente, para aumentar a capacidade destas operadoras foi lançado um satélite (INSAT<sup>3</sup>) para garantir mais 33.000 Very Small Aperture Terminals (VSAT). De facto, com a introdução das ligações digitais e desde 1985, com a utilização da fibra óptica e ligações via satélite já foram montadas 254 estações. No que diz respeito à rede de telemóveis, ela apenas está confinada a quatro regiões metropolitanas. A Índia utiliza nove estações de satélite, seis cabos de fibra óptica submarinos e outros meios de comunicação para se ligar ao mundo.

Quanto à rádio, em 1998, existiam 153 de AM, 91 de FM e 68 pequena frequência. Existem 116 milhões de rádios, significa que há um rádio por cada 10 habitantes. Com 562 estações de televisão e 63 milhões de aparelhos distribuídos pela população que constitui uma

<sup>3</sup> Indian National Satellite System.

TV por cada seis habitantes. O número de internautas é de cerca de 60 milhões, encontrando-se em quarto lugar ao nível mundial. A Índia tem uma baixa taxa de penetração comparativamente com 3,6% dos usuários da Internet, que representam 12,1% dos utilizadores da Ásia (CIA, 2007).

Existem mais de 27000 periódicos e publicações periódicas, com uma circulação total de 58 milhões de exemplares. Os 2500 periódicos de tiragem diária têm uma circulação combinada que excede os 17 milhões. A imprensa é livre e é muito crítica para com o governo e com os políticos em geral. Entre os diários mais influentes em inglês está o “*Times of Índia*” e o “*Índia Express*”. Também existem duas principais Agências de Notícias, a *Press Trust of Índia Ltd*, com sede em Bombaim, fundada em 1947 e a *United News of Índia* (UNI), fundada em 1961, com sede em Nova Deli (Jornais, 2008).

Em síntese, a rede rodoviária indiana ainda está pouco desenvolvida, pois cerca de 50% é de pavimento de terra ou cascalho. Este tipo de pavimento cria dificuldades ao tráfego durante o período das chuvas. O sistema ferroviário tem o grande inconveniente da largura, sendo composto por três tipos de vias, o que provoca incompatibilidade de equipamentos, envolvendo um elevado número de infraestruturas de apoio as operações de transferências de carga e pessoal implicando elevados gastos, em tempo e financeiros.

O meio aquático interior é boa via de comunicação entre o interior e os centros urbanos, facilitando o escoamento dos produtos agrícolas. Há também um elevado número de infraestruturas marítimas para apoio ao comércio internacional. As ligações aéreas internas são em grande número entre as cidades indianas. Também existe ligação aérea entre as principais cidades mundiais. O transporte por conduta está condicionado às boas relações da Índia com os seus vizinhos.

Ao nível das comunicações, a Índia possui uma rede telefónica medíocre (1 telefone para 100 pessoas), nas zonas rurais. Com a liberalização do mercado das comunicações e das novas tecnologias prevê-se um melhoramento significativo nesta área.

A imprensa escrita é muita, mas principalmente nos grandes centros económicos e culturais. A taxa de internautas ainda é muito baixa (3.6%), embora seja dos países na Ásia com maior percentagem de pessoas com acesso à internet.

## **Apêndice 6**

### **Factor tecnológico**

## Apêndice 6 – O Factor Tecnológico

*“IIT (Instituto de Tecnologia Indiano) produziu mais milionários (per capita) do que qualquer outra instituição universitária”*

Ashutosh Sheshabaya<sup>1</sup>

O alcançar o conhecimento é o grande desígnio da cultura indiana. A contribuição indiana para a evolução da ciência vem desde 3.000 anos AC com a “Yoga Ayurveda<sup>2</sup>” e o “Sânscrito Takshila<sup>3</sup>” em Nalanda, no Estado de Bihar, em 1.000 anos AC da invenção do sistema decimal, do conceito do “Zero”, da álgebra e do cálculo. Já no séc. XVIII, J. C. Bose surgiu com o fenómeno da comunicação por wireless – efeito Raman. A matemática deve à Índia todo o seu fundamento, pois todo o sistema de numeração é indo-arábico, ou seja, os árabes foram à Índia buscar esse sistema e difundiram os algarismos que usamos até hoje. A fórmula de Bhaskara que foi criada na Índia é usada para resolver todas as equações de segundo grau (Tecnologia, 2008).

Actualmente, a grande contribuição para o mundo são os avanços na tecnologia da informação, pois a Índia tem exportado um elevado número de engenheiros da área de Softwares, principalmente para a Europa e EUA.

Cada vez é mais fácil encontrar indianos em áreas mais elevadas da comunidade científica americana. Como refere Ashutosh Sheshalaya (2006: 197) a título de exemplo, *“Arun Netravali foi o director dos Laboratórios Bell, o laboratório de I&D de referencia nos EUA, (...). Raj Reddy, lenda da robótica, liderou o grupo da TI do muito secreto DARPA, a Agência de Projectos de Investigação Avançada na área da Defesa, (...), e, posteriormente, foi co-presidente do Comité de Aconselhamento do Presidente Clinton (...)”*.

Nos EUA, encontra-se “inteligência” indiana nos diversos sector da sociedade, desde da política (Bobby Jindal, Governador do Estado da Louisiana), a directores de empresas das diferentes áreas de negócios, a presença nas diversas escolas de gestão, na NASA onde cerca de 30% dos quadros superior são indianos, entre outros casos. Na Europa assiste-se à “indianização” dos principais cargos de destaque nas grandes multinacionais (Sheshalaya, 2006: 198-199).

---

<sup>1</sup> Ver (Sheshabaya, 2006: 198).

<sup>2</sup> Primeira escola de medicina do mundo.

<sup>3</sup> Primeira universidade do mundo.

Quadro 1 – Uma amostra do tecido tecnológico indiano

Empresa	Nome	Cargo
Adobe	Shantanu Narayen	Vice-presidente, Engenharia Corporativa
Alcatel Telecom	Krish Prabhu	COO
Air Touch	Arun Sarin	COO
Alcoa	Mohammad A. Zaidi	CTO
AT&TWireless	Mohan Gyani	CEO
Aviron	Raysam S. Prasad	Vice-presidente, Departamento dos Assuntos Técnicos
Bradley Pharmaceuticals	Dileep Bhagwat	Chief Scientific Officer (CSO)
Cable & Wireless	Gian Dilawari	Vice- presidente
Cabletron	Piyush Patel	CEO
Cisco	Jayashree Ullal	Vice-presidente
ComputerAssociates	Sanjay Kumar	Presidente
Cray Research	Ven B. Rao	Director, Laboratório de Investigação em Novas Tecnologias
Delphi Information	Robin Raina	Presidente
Deneb Robotics	Rakesh Mahajan	CEO
e.digital	Atul Anandpura	Vice-presidente em I&D
Ficon Technologies	Vivek Bansal	CEO
GovCon.com	Raj Khera	Presidente
Hanover Direct	Rakesh Kaul,	Presidente
HP	Pradeep Jotwani	Presidente e responsável pela área de consumo
Hughes Electronics	S. Radhakrishnan	CIO
International Microcircuits	Arvinder Chadha	Vice-presidente para a área de fabrico
Lawson Software	Pramod Mathur	Vice-presidente, Comércio Colaborativo
Lucent Technologies (Enterprise Physical Architecture)	Basant Chawla	Director
Matthews Studio Equipment	Anil Sharma	Presidente

Microsoft	Sanjay Parthasarathy	Vice-presidente (Grupo de Desenvolvimento Estratégico e Empresarial)
	Amar Nehru	Vice-presidente (Grupo de Desenvolvimento Corporativo)
	S. Somasegar	Vice-presidente (Grupo de Engenharia do Windows)
Motorola	Padmasree Warriar	CTO
Neoforma.com	Bhagwan Goel	Vice-presidente
Newbridge Networks	Satjiv Chahil	Vice-presidente, <i>Global Marketing</i>
Nhancement Software Technologies	Ram V. Mani	Presidente e CTO
Nortel	Krishna G. Kushwaha	Director, I&D ( <i>Access Networks</i> )
	Shri Dodani	Director, Sistemas de Transmissão
	Jnan Dash	Vice-presidente, Tecnologia Avançada
Oracle	Rahul Bardhan	Director sénior, para a Tecnologia Avançada
	Vinay Kumar	Director-geral
Planar Systems	Balaji Krishnamurti	CEO
Qualcomm	Anil Kripalani	Vice-presidente sénior
Ramp Networks	Raghu Bathina	Vice-presidente da Unidade de banda larga
Raychem (Advanced Technology)	Sanjay Kasturia	Director
Santa Cruz Operation	Alok Gupta	Presidente
SDRC	Rajneesh Chopra	Director
SoftPlus	Mohan Uttarwar	Presidente
SSE Telecom	S. Ram Chandran	Director do sector de Engenharia
STMicroelectronics	Ravi Sundaresan	Gestor sénior na área do Desenvolvimento de Tecnologia Avançada
Symettricom	Murli Thirumale	Vice-presidente
TheraTech	Dinesh Patel	Presidente
University Games	Naresh Kapahi	Co-presidente
US Interactive	Ajit Prabhu	CTO
Viacom	Jayaram Balachander	Vice-presidente, Engenharia do Software
Xechem	Ramesh Pandey	Presidente
Wafer Scale Integration	Manu Agarwal	Chefe da equipa de I&D

Fonte: SHESHABALAYA, Ashutosh. (2006). *Made in ÍNDIA*. Coleção Desafios. Lisboa. 1ª Edição. ISBN: 989-615-031-1, p.201/202.

O Brasil, o Departamento de Micro-electrónica da Universidade de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Espaciais e o Instituto de Pesquisas Nucleares contam com profissionais indianos em cargos importantes. No campo da pesquisa espacial, o telescópio Chandra, da NASA, tem o nome do físico indiano (Tecnologia, 2008).

Dentro da área das Tecnologias de Informação (TI), o conhecimento indiano destaca-se na biotecnologia, na energia nuclear, na indústria cinematográfica<sup>4</sup>, aeroespacial, militar, automóvel, informática, farmacêutica e médica.

Os grandes clusters tecnológicos indianos encontram-se: Bangalore, conhecido como o “Silicon Calley” indiano; Gurgaon (Cibercidade); Bollywood (em Bombay); Chenai (call-centre); Hyderabad (Cyderabad<sup>5</sup>); Ahmedabad e Cacusá (Sheshalaya, 2006: 37).

A Agence-France Presse, classifica a Índia como um “<<grande hub>> na indústria global aeroespacial”. Nesta área, a empresas de TI indianas tem parcerias com a Boeing para desenvolver as suites aviónicas do novo modelo 787 Dreamliner, pesquisa de tecnologias de fabrico de estruturas e materiais aeroespaciais. Para a Europa desenvolveu o backup de navegação do airbus A340 jetliner, em apenas em ano e meio. Nos últimos anos, recebeu dos dez maiores laboratórios de I&D das maiores multinacionais do mundo. Estes laboratórios desenvolvem tecnologias nas áreas de: alimentar, produtos de consumo, pesquisa de poliuretano, farmacêutica, ciência dos materiais, software em bioinformática e no “gene Terminator<sup>6</sup>”. Algumas destas empresas direccionaram para a Índia parte dos seus orçamentos para I&D, só a empresa francesa Alstom enviou 150 milhões de euros. O Estado indiano criou um fundo nacional para apoio à ciência e à engenharia no valor de 250 milhões de dólares (Sheshalaya, 2006: 80/84).

Ao nível das biotecnologias, a Índia foi o primeiro país a desenvolver uma vacina a partir de ADN recombinado. Espera-se que este sector atinja um valor de 5 mil milhões de dólares em 2010. Na área da saúde e no âmbito da medicina desenvolveram sirolimus<sup>7</sup> para tratamento da artéria coronária, enquanto que, no sector farmacêutico já são o maior exportador de antibióticos, um mercado que em 2005 superou 3 mil milhões de dólares e prevê-se que em 2010, seja de 25 mil milhões.

O desenvolvimento de novas TI para o ramo do outsourcing de serviços financeiros offshore<sup>8</sup>, previa para o ano de 2007, um aumento nas receitas de 11 vezes, até 13,8 mil milhões de dólares (Sheshalaya, 2006:113).

---

<sup>4</sup> "bollywood" é a maior indústria cinematográfica do mundo.

<sup>5</sup> O “Cy” vem de ciber em inglês.

<sup>6</sup> Provoca a esterilidade nas plantas geneticamente modificadas.

<sup>7</sup> É um tubo de metal contendo um imunossupressor misturado com polímeros sintéticos que se insere na artéria.

<sup>8</sup> Principalmente na área da informática e dos call centre.

A ligação das TI ao sector militar, já acontece desde dos anos 90. O professor Paul Kennedy, no seu livro Desafios para o século XXI diz que: “o poderoso e tecnologicamente sofisticado sistema militar-industrial indiano, composto por 17.000 centros de investigação potenciava os campos científicos e da engenharia” (Sheshalaya, 2006: 256).

Com o desenvolvimento das TI nestes centros, o potencial indiano para os ramos da supercomputação, militar e aeroespacial cresceu em elevados índices. O super computador<sup>9</sup>, Param Padma, foi o primeiro a ser qualificado ao nível da unidade de medida teraflop<sup>10</sup> fora dos EUA e do Japão. Ao nível militar foi construído o avião supersónico Tejas, em que integra mais de 45% de compósitos na sua estrutura e está equipado com sistema de voo digital por fly-by-wire. O desenvolvimento do algoritmo de controlo de vibrações do motor dos helicópteros Dhruv. O Samyuktha é um sistema de comunicações para tempo de guerra que tem a finalidade de identificar e perturbar o Sinal radar e das frequências de banda. O Computador portátil (Braaz<sup>11</sup>) com ligação GPS e WAN encriptada. Desenvolveu a tecnologia de dissimulação para navios de combate, o sistema de controlo para o míssil supersónico PJ-10 BrahNos<sup>12</sup>(Sheshalaya, 2006). Em Dezembro de 2007, iniciou os testes do sistema anti-balístico desenvolvido em parceria com Israel. Este sistema apoia-se em tecnologia indiana e num radar<sup>13</sup> israelita com 25 km de alcance e estará operacional em 2015 (KUMAR, 2007).

No sector aeroespacial, já tem 16 satélites no espaço - de comunicações, meteorológicos, prevenção de catástrofes naturais e de imagem de elevada precisão e pormenor - em que o último (INSAT-3) garante maior rapidez em situações de crise como ocorreu com o tsunami, em 2004. O EDUSAT, é o primeiro satélite no mundo dedicado ao ensino. O seu programa espacial, ainda inclui, uma ida à lua não tripulada e construir um complexo satélite radar e imagem com 500 cluters, para 2008. Construir um novo foguetão GSLV Mark-3 que tem o objectivo de colocar em órbita um satélite com quatro toneladas. O investimento nesta área, também contempla, o sistema de navegação por satélite europeu Galileo, onde a Índia vai investir cerca de 304 milhões de euros até 2010. O projecto de até inal de 2007, investir 80 milhões de dólares numa missão à lua com foguetões de construção indiana (Sheshalaya, 2006: 256/277).

No sector nuclear, a Índia está a desenvolver tecnologias para aumentar até 2010 a produção de energia eléctrica em cerca de 40.000 MW. Outro dos projectos que está em curso

<sup>9</sup> O supercomputador Param foi desenvolvido para fazer face às sanções americanas, eu impediam a Índia de importar os supercomputadores Cray.

<sup>10</sup> Um teraflop é igual a um bilião de operações por segundo.

<sup>11</sup> Semelhante a um PDA e é a vertente militar do computador Simputer. Significa “visão de pássaro sobre o campo de batalha”.

<sup>12</sup> É o único míssil no mundo supersónico de Mach 2.8+, que pode ser lançado do mar ou do ar.

<sup>13</sup> Green Pine Radar.

é a utilização do tório como um combustível nuclear alternativo, a Índia tem um terço das reservas mundiais, para os reactores rápidos de fissão nuclear (Sheshalaya, 2006: 228/229).

Uma das capacidades indianas com o desenvolvimento dos sector das TI é oferecer soluções a baixo custo para os “velhos” problemas dos países do Terceiro Mundo, tais como: o computador Simputer (de tecnologia de ponta, portátil, ligação à internet), que traduz a informação do inglês para qualquer dialéctico indiano, lê em voz alta a informação para os analfabetos e pode ser usado na gestão de alguns serviços administrativos; o corDECT é uma tecnologia sem fios que potencia a experiencia adquirida no e-government. Esta tecnologia é aplicada ao telefone e garante uma velocidade sustentada, embora, de menor do que a GSM; o sistema OPTIMA, que é uma rede digital integrada de serviços apoiada apoiado num sistema de fibra óptica local para RDIS e para serviços de banda larga; ATM rural e um Kit de diagnóstico médico de baixo custo que permite os médicos receberem dados remotos de um estetoscópio ou de um electrocardiograma, e o programa de computador de alfabetização dirigida a adultos que se apoia em frases feitas em vez de letras individuais e a sua apresentação é feita com base em figuras e imagens (Sheshalaya, 2006: 308/311).

As consequências da expansão das empresas de TI indianas são a deslocação de postos de trabalho dos EUA, Europa e de outros países da Ásia para a Índia, nos próximos cinco anos em cerca de 2.000.000. A Índia passa a ser conhecida como o “aspirador” dos empregos qualificados do ocidente (Sheshalaya, 2006: 82 e 146). O primeiro-ministro de Singapura afirmou que “*A China transformou-se na fábrica do mundo, enquanto que a Índia se tornou no seu sector de TI e no seu backoffice internacional*” (Sheshalaya, 2006: 91).

A sua emergência como exportador de tecnologia militar, terá implicações geoestratégicas e comerciais na região asiática e África.

Em resumo, A Índia destaca-se nas áreas das Tecnologias de Informação, desde logo pela sua capacidade de exportação de engenheiros de software para os países mais industrializados. Distingue-se nas áreas da biotecnologia e medicina com novos e mais sofisticados meios, da energia nuclear, para produzir energia eléctrica como para a indústria de defesa, cinematográfica, sendo esta última maior do que a americana. É aeroespacial e militar com o desenvolvimento de tecnologia altamente sofisticada para a aviação, marinha, satélites, meios de lançamento espacial, armamento, para a indústria automóvel; contém ainda desenvolvimento de dispositivos que permitem alertar para situações de catástrofe.

O desenvolvimento e aplicação das Tecnologias de Informação ao outsourcing e serviços financeiros levou a que as suas receitas neste sector aumentassem cerca de 11 vezes.

A tecnologia permite á Índia desenvolver soluções a baixo custo para ajudar a solucionar alguns problemas do Terceiro Mundo, criando uma dependência destes países.

Os grandes pólos de desenvolvimento tecnológicos indianos arrastaram grandes investimentos estrangeiros para as áreas de I&D, desenvolvendo parcerias nesta área com os países mais desenvolvidos e a deslocação de postos de trabalhos de outros países para a Índia. A sua emergência como país exportador de tecnologia militar terá implicações estratégicas e comerciais na região asiática e africana. Contudo, continua haver uma grande assimetria no desenvolvimento do país (meio urbano – rural).

## **Apêndice 7**

### **Factor estruturas**

## 2B1B0BApêndice 7 – O Factor Estruturas

A Índia é um país singular por diversos motivos. É a “maior democracia do mundo”, como gosta de autodefinir-se, está baseada numa civilização cinco vezes milenária. Como elementos gerais de identificação nacional pode assinalar-se, acima de tudo, a religião hindu que aglomera cerca de 80% da população e que é a base do nacionalismo face a outras minorias internas (shiks, muçulmanos, etc.) e ameaças externas (Paquistão, China). A tolerância que pretendeu ser um rasgo distintivo da Índia na sua fundação não pode ser mantida plenamente e este elemento é a chave para se entender a dinâmica nacional da actual Índia.

### 1. Estruturas político-administrativas

A Índia é uma República Federal, constitucional baseada na sua constituição de 1950 e pode ser considerada como um estado de Direito idêntico aos modelos ocidentais. Existe um governo central que administra todo o país e cada Estado tem o seu próprio governo e leis. A capital indiana é New Delhi.

O território indiano é formado por 28 estados e 7 territórios autónomos: Andhra Pradesh, Arunachal Pradesh, Assam, West Bengal, Bihar, Chhattisgarh, Goa, Gujarat, Haryana, Himachal Pradesh, Jammu e Kashmir, Jharkhand, Karnataka, Kerala, Madhya Pradesh, Maharashtra, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland, Orissa, Punjab, Rajasthan, Sikkim, Tamil Nadu, Tripura, Uttaranchal e Uttar Pradesh. Os territórios autónomos são as Ilhas Andaman e Nicobar, as Ilhas Lakshadweep, Chandigarh, Dadra and Nagar Haveli, Daman e Diu, Puducherry e Delhi (CIA, 2007).



Fig. 1 – Estados e Territórios indianos

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/India>

O seu sistema político indiano está fundado no sistema parlamentar inglês que distingue o poder executivo, legislativo e judicial.

**a. Poder executivo**

O poder executivo pertence ao Presidente indiano, sendo o actual Chefe do Estado o Presidente Smt. Pratibha Devisingh Patil que exerce o cargo desde 25 de Julho de 2007. A eleição do Presidente da República realiza-se através de um colégio eleitoral formado pelos membros das duas câmaras e pelas Câmaras legislativas dos Estados que compõem a Índia.

O Vice-presidente é Shri Mohammad Hamid Ansari que exerce o seu cargo desde 11 Agosto de 2007, acumula com a presidência da Câmara Alta (Rajya Sabha) e é eleito cada 5 anos em sessão conjunta das Câmaras do Parlamento (CIA, 2007).



Fig. 2 – Presidente

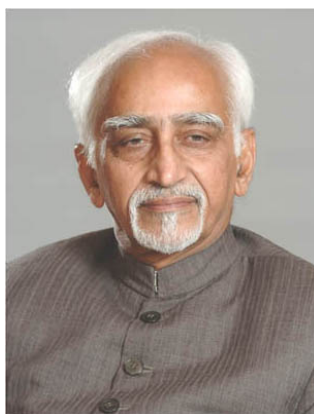


Fig. 3 – Vice-presidente



Fig. 4 – Primeiro-ministro

Fonte: <http://presidentofindia.nic.in/profile.html>; <http://vicepresidentofindia.nic.in/profile.asp>; <http://pmindia.nic.in/team.htm>

O Primeiro-ministro (Presidente do Governo) é o Dr. Manmohan Singh e exerce o seu cargo desde 22 de Maio de 2004 (CIA, 2007). Preside ao Governo, formado pelo Conselho de ministros, que se reúne por ordem do Presidente. O seu papel no jogo político da República é similar ao do Governo Britânico. O Primeiro-Ministro é eleito pela Lok Sabha (Câmara Baixa) entre os membros do Parlamento e deverá pertencer ao partido que tenha obtido a maioria após as eleições legislativas que se celebram cada 5 anos, e que posteriormente é nomeado pelo Presidente (Índia, 2004).

Tabela 1 - Primeiros-ministros Indianos

Dr. Manmohan Singh	Desde Maio 22, 2004 –
Shri Atal Bihari Vajpayee	Outubro 13, 1999 - Maio 22, 2004
Shri Atal Bihari Vajpayee	Março 19, 1998 - Outubro 13, 1999
Shri Inder Kumar Gujral	Abril 21, 1997 - Março 19, 1998
Shri H. D. Deve Gowda	Junho 1, 1996 - Abril 21, 1997
Shri Atal Bihari Vajpayee	Maio 16, 1996 - Junho 1, 1996
Shri P. V. Narasimha Rao	Junho 21, 1991- Maio 16, 1996
Shri Chandra Shekhar	Novembro 10, 1990 - Junho 21, 1991
Shri Vishwanath Pratap Singh	Dezembro 2, 1989 - Novembro 10, 1990
<b>Shri Rajiv Gandhi</b>	Outubro 31, 1984 - Dezembro 2, 1989
<b>Mrs. Indira Gandhi</b>	Janeiro 14, 1980 - Outubro 31, 1984
Shri Charan Singh	Julho 28, 1979 - Janeiro 14, 1980
Shri Morarji Desai	Março 24, 1977 - Julho 28, 1979
<b>Mrs. Indira Gandhi</b>	Janeiro 24, 1966 - Março 24, 1977
Shri Gulzari Lal Nanda	Janeiro 11, 1966 - Janeiro 24, 1966
Shri Lal Bahadur Shastri	Junho 9, 1964 - Janeiro 11, 1966
Shri Gulzari Lal Nanda	Maio 27, 1964 - Junho 9, 1964
<b>Shri Jawaharlal Nehru</b>	Agosto 15, 1947 - Maio 27, 1964

Fonte: <http://pmindia.nic.in/former.htm>Gabinete Primeiro-ministro da Índia

### b. Poder legislativo

A Constituição da Índia foi aprovada pela Assembleia Constituinte de 26 de Novembro de 1949. Entrou em vigor a 26 de Janeiro de 1950. No seu preâmbulo declara que o povo da Índia resolveu solenemente constituir uma República Soberana Democrática para garantir a todos os cidadãos a justiça, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Nela constam de 397 artigos e de 9 documentos anexos (Constitution of Índia, 2007).

O Parlamento, “*Sansad*”, é formado pelo Presidente e as duas Câmaras. A câmara baixa também chamada a casa do povo ou “Lok Sabha”, com 545 lugares dos quais, 543 deputados eleitos pelo povo e dois membros escolhidos pelo Presidente em representação da comunidade anglo-indiana. Os "sem casta" e as “comunidades tribais” têm reservado no Lok Sabha 79 e 41 lugares respectivamente dos 543 lugares elegíveis. Estes membros são eleitos para um mandato de cinco anos (Lok Sabha, 2008).



Fig. 5 – Parlamento indiano

Fonte: <http://parliamentofindia.nic.in/>



Fig. 6 – Parlamento Lok Sabha

Fonte: <http://parliamentofindia.nic.in/>



Fig. 7 – Parlamento Rayja Sabha

Fonte: <http://parliamentofindia.nic.in/>

A câmara alta também conhecida por “Rajya Sabha” ou conselhos dos Estados, com 245 parlamentares dos quais, 12 são escolhidos pelo Presidente e os restantes 233 são eleitos pelas assembleias dos Estados e dos territórios autónomos, um terço destes elementos são substituídos de dois em dois anos. Os membros desta câmara são eleitos por um período de seis anos. As duas câmaras tem o mesmo poder, mas a “Rajya Sabha” está subordinada á “Lok Sabha” no processo legislativo (Rajya Sabha, 2008).

Cada estado tem um governador, nomeado pelo Presidente da República por um período de cinco anos. Os estados de Bihar, Jammu e Cachemira, Kamataka, Maharashtra e Uttar Pradesh têm assembleias legislativas bi-camarárias, enquanto que o resto dos estados é uni- camarários. Existem quotas nos parlamentos dos Estados para os sem casta e para as comunidades tribais. As assembleias são dissolvidas todos os 5 anos, mas os Conselhos dos respectivos Estados não tem prazo para a sua dissolução.

A divisão de competências entre governo e estados são geridas estabelecendo três listas. A primeira, da exclusiva responsabilidade do governo central abrange as áreas como a defesa, diplomacia, comunicações, moeda, banca, impostos e serviço de fronteiras. A segunda lista é aquela em que o parlamento central tem competência legislativa, mas são os governos

dos estados que assumem a responsabilidade executiva. Esta lista compreende aspectos relacionados com a ordem pública, educação, saúde, agricultura e administração local. Finalmente, a terceira lista de assuntos comuns tanto para o governo central como para os estados incluiu temas como a planificação social e económica, emprego e controlo dos preços (Índia, 2004: 17/18).

A estrutura das administrações locais na Índia está directamente relacionada se se tratar de áreas urbanas ou de áreas rurais. As primeiras ocupam-se de competências tão variadas como das estradas, o fornecimento de água, resíduos urbanos, a saúde, os programas de vacinação e educação. Os seus membros são eleitos de forma directa e obtêm os seus recursos de impostos sobre a propriedade e sobre os veículos. Nas áreas rurais, existe um sistema de conselhos que funciona a nível das aldeias, dos bairros ou dos quarteirões. São eleitos pelos aldeões e os seus membros são responsáveis pela produção agrária, indústria rural, ajudas médicas, assuntos sociais, terras comunitárias, e armazenagem e distribuição da água.

A autoridade judicial na Índia é independente do Executivo e exerce-se através de um sistema de Tribunais Nacionais que administram as leis da República e dos estados. Todos os juizes são nomeados pelo governo. Para poderem ser destituídos é requerido um voto de dois terços da legislatura nacional. No topo do sistema judicial está o Supremo Tribunal, formado por um máximo de 26 membros, seguido na hierarquia judicial pelos altos tribunais e os diversos tribunais subordinados em cada Estado. Aplica-se um único código de leis civis e penais a todo o país (CIA, 2007).

### **c. A Política**

A Índia é um país que tem mantido uma política externa de carácter independente, embora, durante a Guerra-fria tenha estado mais próxima do bloco soviético que do ocidental. A sua proximidade diplomática com a antiga União Soviética foi consequência do apoio que o mundo ocidental, nomeadamente os Estados Unidos deu em outros tempos ao Paquistão, seu inimigo irreconciliável (Índia, 2004: 19).

Assim, a política externa indiana durante a Guerra-fria apoiou-se duas directrizes. Uma, decorrente das questões de segurança em seu entorno, levando ao estratégico relacionamento com a União Soviética, já que o Paquistão ampliava relações com a China e com os Estados Unidos. Outra, correspondente à protecção da sua economia de forma a desenvolver as capacidades industriais e tecnológicas necessárias a sustentar seus objectivos de defesa e de desenvolvimento com um mínimo de investimento externo e o máximo de auto-suficiência. E da mesma forma em função de seu neutralismo, mas principalmente em decorrência do ambiente estratégico regional hostil em que está inserida, a Índia apesar de democrata aliou-se (estratégica, económica e comercialmente) à União Soviética, sendo que

esta íntima aproximação correspondeu exactamente a uma aliança especial (Oliveira, 2007: 3/4).

Com a queda do muro de Berlim e a implosão do bloco soviético o ambiente estratégico foi substancialmente alterado, o crescimento económico da China e a ameaça terrorista influenciaram fortemente a mudanças drásticas na política externa da Índia. O processo de reformas económicas na Índia e de abertura ao mercado internacional, iniciado em 1991, teve como exemplo o sucesso económico da Ásia do Leste. Assim, a estratégia de “*Look East Policy*”, como ficou denominado o projecto indiano, propiciou a aproximação com o Leste Asiático e a reaproximação com os países da Península Indiana, como áreas prioritárias na sua política externa. Apesar das rivalidades entre os países da região, em 1985, deu-se início as actividades da *Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional* (South Asian Association for Regional Cooperation - Saarc), com o objectivo de procurar mecanismos que alargassem as relações económicas na região (Oliveira, 2007: 6).

Quanto às suas relações com o Paquistão, desde a guerra de 1971 não se produziram avanços significativos tendentes à sua normalização. Até 1976 não se restabeleceram as relações diplomáticas e comerciais. A guerra do Afeganistão, consequência da sua invasão pela antiga URSS, significou um novo aumento de tensão entre ambos os países, já que o Paquistão apoiava os rebeldes afegãos e a Índia apoiava implicitamente a União Soviética. Em 1997 seguiram-se contactos, no entanto, as disputas sobre o “status” da região de Caxemira continua sendo o principal obstáculo para uma normalização completa de relações, as quais pioraram em 1999, quando de novo ressurgiu a crise militar com o Paquistão (Índia, 2004: 19).

Os testes nucleares em 1998 e a transformação da Índia e, em seguida do Paquistão, em potências nucleares são atribuídos principalmente, de um lado, às rivalidades em torno do controle sobre Caxemira, mas também, de outro, à rivalidade sino-indiana. Estes testes podem ser entendidos como tendo o objectivo de ser utilizado como um instrumento de política externa, ao mesmo tempo em que também pode assegurar um ambiente estratégico regional mais estável. Não obstante os efeitos negativos em relação ao Tratado de Não-proliferação nuclear, teve como resultado a aproximação entre Estados Unidos e Índia. Como afirmou a secretária de Estado norte-americano Condoleezza Rice numa visita à Índia, em 2005, que a Índia e os EUA passariam a ser “*parceiros a nível global*” (Xavier, 2007: 7). Enquanto instrumento de política externa, os testes reflectiram as perspectivas de retomar no cenário internacional o reconhecimento e o lugar que a Índia merece ter entre as principais potências,” *A Índia está a emergir não só como um poder regional, mas também global*” afirmado pela secretária de Estado norte-americano Condoleezza Rice à chegada à Índia, em 2005 (Xavier, 2007: 7). Assim, os testes, mais a campanha para um assento no CS/ONU e as aberturas

estratégicas para os Estados Unidos e para Israel decorreram desta perspectiva, mas também do renascimento ideológico-cultural hindu, Hindutva, preconizado pelo Barathiya Janata Party (BJP) (Xavier, 2007: 8/15).

Na visita do Presidente dos EUA à Índia, em 2006, ficou marcada pelo acordo de cooperação civil nuclear entre Washington e Nova Delhi, na sequência da declaração de Bush que a Índia era um “estado responsável com avançada tecnologia nuclear”, pela visita de Manmohan Singh aos Estados Unidos, em Julho de 2005. Esta declaração possibilitou o fim do isolamento nuclear da Índia. Contudo, esta aproximação, não significa que Nova Dehli tenha abandonado sua autonomia em política externa. Pelo contrário, Singh recusou participação na invasão do Iraque e as relações da Índia com Rússia e China tornaram-se crescentemente mais cordiais.

A China retomou o seu interesse pela Índia depois das explosões nucleares. Em 2003, a visita do Primeiro Ministro Vajpayee a Beijing, teve a importância de assinalar a política de reaproximação entre as duas potências emergentes, com o objectivo de reduzir tensões fronteiriças e ampliar cooperação económica. O mais significativo para a Índia foi os acordos de cooperação económica, com relevância a possibilidade de aumentar as exportações para o mercado chinês (Oliveira, 2007: 8/10).

Nas relações de amor-ódio com os seus vizinhos menores, o instável Nepal, o medieval Butão, e com o Sri Lanka, têm-se mantido em os mesmos parâmetros levados a cabo desde a época de Rajiv Gandhi, podendo obter destes vizinhos, aliados valiosos para um futuro mais estável na região.

Com o Bangladesh mantém uma disputa menor sobre a soberania das ilhas New Moore e Talpatty do Sul no delta do Ganges. O facto de ser um país muçulmano, separado do Paquistão em 1971, não causa problemas à Índia que o pode considerar de “bom vizinho”, com um ponto de fricção, mas que de futuro, e derivado da escassez de água potável e associado a uma má gestão, pode eventualmente provocar uma degradação dessas mesmas relações. Além das relações privilegiadas que mantém com o Irão, recentemente estabeleceu um eixo de cooperação com o Brasil e África do Sul (Xavier, 2007: 13/17).

A União Europeia é um dos seus principais parceiros comerciais, embora, persista um conjunto de contenciosos decorrentes de protecção, barreiras não-tarifárias e impedimentos para transferência de tecnologia. A reacção à cooperação civil nuclear com os Estados Unidos por parte da Grã-Bretanha, da Alemanha e da França foi positiva. Noutras áreas mantém boas relações com a Europa nomeadamente, na imigração de indianos que ocupam lugares especializados em diversos sectores como os têxteis, aço, produtos agrícolas e marinhos, ambiente e sociedade da informação (Oliveira, 2007: 11).

Para Henrique Oliveira (2007) a política externa indiana tem as seguintes prioridades “detecta-se que a relação com Paquistão, China, Estados Unidos e Rússia constitui a principal prioridade da política externa indiana, seguida pelo relacionamento com seu entorno imediato no Sul da Ásia. Alemanha, França e Grã-Bretanha representam a terceira prioridade e o Sudeste Asiático a quarta. Por fim, em quinto lugar encontram-se os arranjos multilaterais direcionados à defesa dos interesses dos países não desenvolvidos nos processos negociadores internacionais, como o G20 ou o G3 (IBSA) e o relacionamento com a América Latina”.

Além da sua liderança do Movimento dos Países Não-Alinhados e da sua participação activa na ONU e na Commonwealth, a Índia pertence a muitas outras organizações internacionais. Entre elas destacam-se: African Development Bank, Asian Development Bank, Association of Southeast Asian Nations (dialogue partner), Bank for International Settlements, Colombo Plan, Commonwealth, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Group of Six, Group of 15, Group of 24, Group of 77, International Atomic Energy Agency, International Bank for Reconstruction and Development, International Chamber of Commerce, International Civil Aviation Organization, International Confederation of Free Trade Unions, International Development Association, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, International Finance Corporation, International Fund for Agricultural Development, International Hydrographic Organization, International Labour Organization, International Maritime Organization, International Monetary Fund, International Olympic Committee, International Organization for Migration (observer), International Organization for Standardization, International Red Cross and Red Crescent Movement, International Telecommunication Union, Interpol, Nonaligned Movement, Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons, Organization of American States (observer), Permanent Court of Arbitration, South Asian Association for Regional Cooperation, United Nations, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, United Nations High Commissioner for Refugees, United Nations Industrial Development Organization, United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission, Universal Postal Union, World Confederation of Labor, World Customs Organization, World Federation of Trade Unions, World Health Organization, World Intellectual Property Organization, World Meteorological Organization, World Tourism Organization, and World Trade Organization (Índia, 2004: 20).

## 2. Estruturas económicas

*“Entre Janeiro de 2004 e Janeiro deste ano, num curto espaço de 25 meses, mais de 30 chefes de Estado e líderes de executivos prestaram uma visita oficial a Nova Deli. Diversos estudos sobre os chamados “gigantes asiáticos” China e Índia estimam que, daqui a menos de três décadas, a Índia será uma das três maiores, mais atractivas e mais competitivas economias mundiais”*

Constantino Xavier 1

Actualmente, a Índia é o segundo país mais populoso do mundo, com mais de mil milhões de habitantes. Apresentou desde 1980, uma taxa de crescimento média anual da ordem dos 5,8%, uma das mais elevadas entre os países em vias de desenvolvimento de maior dimensão, no entanto é inferior ao da China, ou das economias em industrialização rápida da Ásia/Pacífico. Todavia, só na década de 90, se pode falar numa maior integração na economia mundial, quer a nível do comércio, quer do investimento internacional e ainda, no que diz respeito, ao intercâmbio tecnológico com as economias ocidentais mais desenvolvidas.

Com a legislação de 1956, “Industrial Policy Resolution”, agrupou o tecido empresarial em três sectores, de acordo com a seguinte classificação (Nunes, 2006: 81):

- ❖ Monopólio de Estado, sendo exclusivamente pública, a actividade nos subsectores defesa, energia atómica, caminhos-de-ferro e transporte aéreo e ficando ainda vedada a entrada de novas entidades, ou a exploração de novos projectos de iniciativa privada nos subsectores da geração e distribuição de electricidade, equipamento de telecomunicações, construção aeronáutica, construção naval, máquinas pesadas e máquinas de ferramentas, equipamento eléctrico pesado, ferro e aço, petróleo, carvão, extracção dos principais minerais e manufactura de metais não ferrosos (cobre, chumbo, zinco, estanho, molibdénio e tungsténio);
- ❖ Sector misto, compreendendo 12 subsectores, onde o Estado reforçaria a sua posição relativa ainda que se admitisse a abertura de novas unidades pela iniciativa privada;
- ❖ Empresa privada.

Nos anos 50 e 60, o enfoque do desenvolvimento económico foi na indústria, com a implementação de três grandes medidas desenvolvimento: o crescimento industrial orientado pelo investimento governamental em grandes empresas públicas: apoio às indústrias de infraestruturas, para atingirem a auto-suficiência e o investimento público em novos projectos, sendo este responsável por 53% da formação bruta de capitais.

Neste período, o crescimento do PIB foi de 3.5% ao ano; a partir de 1965 e até 1980 verificou-se um período de reduções das importações. Como tal, a economia conheceu uma

---

<sup>1</sup> Ver (Xavier, 2006: 1).

nova fase de desenvolvimento, com a aplicação de medidas para aumentar a ênfase na auto-suficiência e na redução das importações, tais como: restrições ao licenciamento em várias indústrias, nacionalização de bancos e outras indústrias, continuação do investimento público e o choque petrolífero e desvalorização da moeda. Os ganhos neste período foram de 4% no PIB ao ano. Entre os anos 80 e 90 foi o ciclo do “*De-licenciamento*”, ou crescente liberalização. Neste período, o governo indiano iniciou a abertura do país às importações de bens de capital e iniciou o “*de-licenciamento*” parcial da indústria, o que levou ao aumento das empresas privadas e ao aparecimento da primeira multinacional com capitais do governo (Maruti-Suzuki). Esta década contribuiu para o crescimento do PIB em cerca de 5% ao ano. Estes 25 anos (1965 a 1990), implementaram-se as reformas “*pro business*” (Nunes, 2006: 95) que privilegiaram o crescimento da rentabilidade dos estabelecimentos industriais e comerciais instalados e contribuíram para desenvolver as capacidades em processos, da indústria de equipamentos e optimização dos activos, para minimizar as importações (The Boston Consulting Group, 2007).

A sua estratégia de desenvolvimento, a partir da década de 50, até aos finais dos anos 80 baseou-se numa política proteccionista, com fortes regulamentações, passando a ser uma importante presença do sector público, na economia. Com a consequente degradação dos défices orçamentais, especialmente na década de 80, revelou-se como uma estratégia insustentável. Estes factores conduziram às graves crises da balança de pagamentos e fiscal, que a Índia atravessou em 1990/91 e que acabaram por forçar a adopção de um conjunto de reformas, que por sua vez contribuíram para estabilizar a economia e aumentar o seu grau de abertura, para reduzir o peso do sector público, e simultaneamente liberalizar e fortalecer o sector financeiro. Neste sentido, as políticas encetadas incentivaram um processo de recuperação económica, aumentando os níveis de produtividade e fortalecendo o papel do sector privado (Fernandes, 2000: 91).

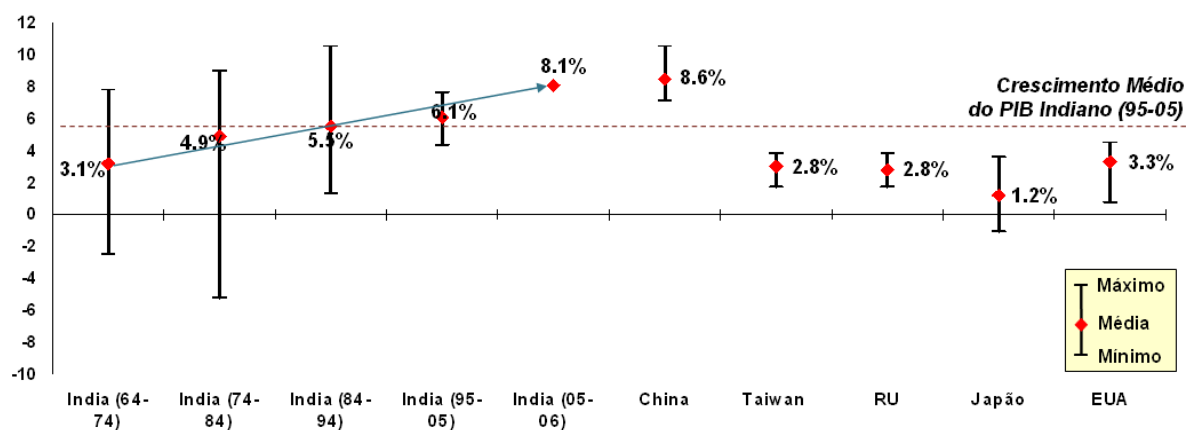
Ao longo dos anos 90, a Índia realizou uma rápida recuperação dessa crise através da implementação das medidas “*pro market*” (Nunes, 2006: 95), que apoiaram a liberalização da actividade económica, beneficiando a concorrência e os consumidores. Tais medidas foram as seguintes: abolição do licenciamento industrial e redução do âmbito dos monopólios, para um muito menor número de sectores; liberalização do investimento directo estrangeiro (“*FDI*”), e dos investimentos de carteira; gradual liberalização do comércio externo, com eliminação das licenças e a progressiva redução das barreiras não tarifárias; liberalização sector financeiro, incluindo abertura a operadores externos; liberalização ao investimento e às actividades referentes ao sector terciário (Nunes, 2006: 96). O investimento doméstico do sector privado, cresceu para uma média anual de 16,5% do PIB entre 1993-96, tendo sido em média 14,6%

nos cinco anos anteriores. Entre 1992 e 1996, detectou-se um rápido crescimento das exportações e um aumento na quota de mercado da Índia, apesar do lento crescimento e da intensa concorrência, no mercado mundial nos produtos de sua exportação. É ainda importante referir, que em 1995, a Índia aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) potenciando assim, as medidas anteriormente implementadas.

O crescimento médio anual desta década foi de 6% apoiado, nas medidas de redução de custos e na reestruturação da economia, para aumentar a competitividade.

A partir do início deste século, entramos na era da competitividade global, ou inovação e expansão global, que levou a um crescimento médio anual da economia, entre os 7 e 8%, com a aplicação de determinadas medidas, tais como: eliminação dos principais impedimentos às importações; ressurgimento de indústrias chave; o boom do outsourcing de processos e a globalização das empresas indianas através da aquisição de empresas multinacionais (The Boston Consulting Group, 2007). No ano 2005/06, a Índia foi a segunda economia mundial com um crescimento mais rápido do PIB (8.1%). A China foi a primeira economia com 8.6%, em terceiro lugar o EUA (3.3), seguido do Reino Unido (2.8%), Taiwan (2.8%) e finalmente, o Japão com 1.2% (ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB indiano



Fonte: [http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background\\_On\\_India\\_RP\\_PT.pps](http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background_On_India_RP_PT.pps)

O Produto Interno Bruto (PIB) da Índia, em 2007, era de 906.268 milhões de USD é a 12ª economia em termos absolutos e a terceira em Paridade do Poder de Compra<sup>2</sup>(PPC) (ver tabelas 2 e 3). Entre 2003 e 2007 a Índia cresceu a 8%, no último ano cresceu 8,4%. O rendimento per capita é de 3.800 USD (CIA, 2007: 7). A Índia tem o PIB mais baixo dos países BRIC mas é expectável que em 2025 seja a quarta economia mundial, atrás dos EUA,

<sup>2</sup> Medida em paridade do poder de compra, a economia chinesa passou a ser, em 2003, a segunda economia mundial, atrás apenas da dos Estados Unidos.

da China e do Japão, enquanto que, em 2050 a Índia deve ocupar a terceira posição ao nível mundial, sendo a primeira a China e a segunda economia os EUA (ver fig. 8).

**Tabela 2 – Ranking do Produto Interno Bruto**

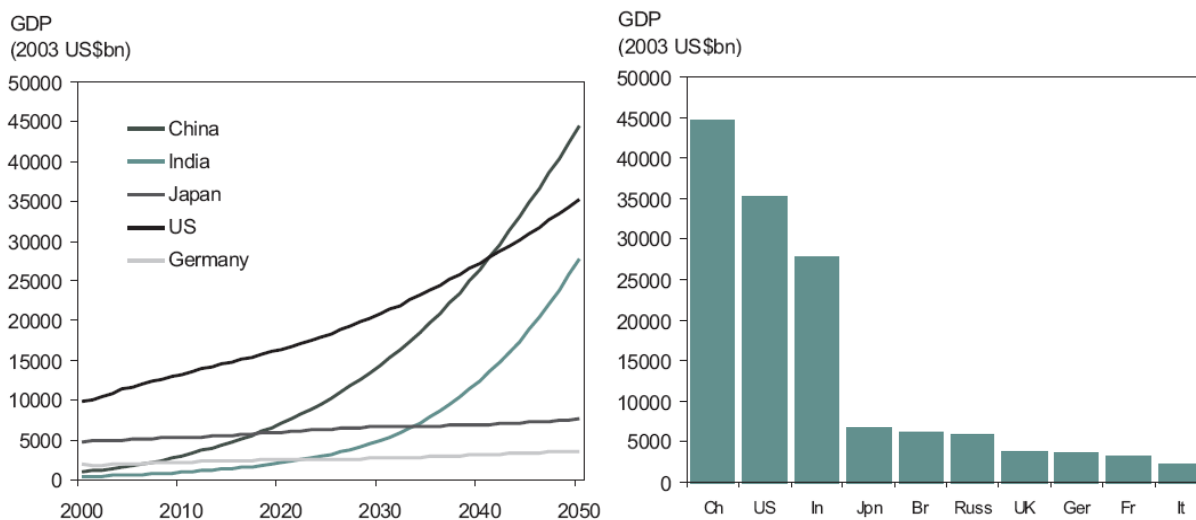
Ranking	Economy	(millions of US dollars)
1	United States	13,201,819
2	Japan	4,340,133
3	Germany	2,906,681
4	China	2,668,071
5	United Kingdom	2,345,015
6	France	2,230,721 a
7	Italy	1,844,749
8	Canada	1,251,463
9	Spain	1,223,988
10	Brazil	1,067,962
11	Russian Federation	986,940
12	India	906,268
13	Korea, Rep.	888,024

Fonte:  
<http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>

**Tabela 3 – Projecção do PIB dos BRIC e G6**

2003 \$,bn	Projected US\$GDP											
	BRICs				G6							
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US	BRICs	G6
2000	762	1076	469	381	1,311	1,875	1,078	4,176	1,437	9,825	2,700	16,702
2005	468	1724	604	534	1,489	2,011	1,236	4,427	1,688	11,687	3,330	22,548
2010	668	2868	929	847	1,622	2,212	1,337	4,601	1,876	13,271	5,441	24,919
2015	952	4754	1411	1232	1,767	2,385	1,447	4,868	2,089	14,786	8,349	27,332
2020	1333	7070	2104	1741	1,930	2,584	1,563	5,221	2,285	16,415	12,348	29,688
2025	1885	10213	3174	2264	2,095	2,804	1,625	5,567	2,495	18,340	17,345	32,687
2030	2189	14312	4895	2980	2,267	2,997	1,671	5,810	2,649	20,833	24,415	35,927
2035	2871	19605	7854	3754	2,445	3,203	1,708	5,992	2,901	23,628	34,084	39,688
2040	3740	26439	12367	4827	2,628	3,417	1,789	6,039	3,201	27,229	47,013	44,072
2045	4794	34739	18847	6155	2,828	3,631	1,912	6,237	3,465	30,956	63,536	48,940
2050	6074	44653	27803	8070	3,148	3,853	2,031	6,673	3,782	35,935	84,201	54,433

Fonte: GOLDMANSACHS. *Global Economics, Paper No:99 Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. [em linha]. Goldman Sachs: Índia. - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/india/index.html>>



**Fig. 8 – Projecção do ranking do PIB indiano para 2025 e 2050**

Fonte: GOLDMANSACHS. *Global Economics, Paper No:99 Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. [em linha]. Goldman Sachs: Índia. - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/india/index.html>>

Pela análise da anterior figura, o G8 terá uma composição diferente da actual. Em 2050, os países BRIC substituirão a Itália, a França, a Alemanha e o Reino Unido no ranking da economia mundial. Actualmente, pela tabela 4, as quatro economias mais fortes PPC, três

são do continente asiático (China, Índia e Japão) e os EUA. A primeira economia europeia do ranking PPC é a Alemanha e está em quinto lugar.

**Tabela 4 – Ranking em Paridade do Poder de Compra**

<i>Ranking</i>	<i>Economy</i>	<i>(millions of international dollars)</i>
1	United States	13,201,819
2	China	10,048,026
3	India	4,247,361
4	Japan	4,131,195
5	Germany	2,616,044
6	United Kingdom	2,111,581
7	France	2,039,171
8	Italy	1,795,437
9	Brazil	1,708,434
10	Russian Federation	1,704,756

Fonte: [http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP\\_PPP.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP_PPP.pdf)

**Tabela 5 – Projecção em percentagem do rendimento per capita BRIC e G6 (2000 até 2050)**

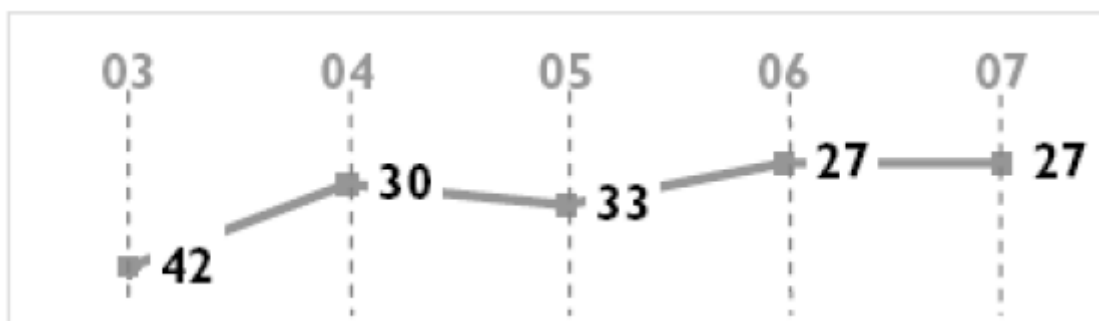
Projected US\$ GDP Per Capita Growth: 5-Year Averages										
Average %/oy	BRICs				G6					
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US
2000-2005	-9.8	9.2	3.7	7.0	2.2	1.4	2.7	1.1	3.0	2.6
2005-2010	6.3	11.2	7.5	10.3	1.5	2.0	1.6	0.9	1.9	1.7
2010-2015	6.4	9.2	7.4	8.1	1.5	1.6	1.7	1.2	1.9	1.3
2015-2020	6.2	7.8	7.2	7.5	1.6	1.3	1.7	1.8	1.6	1.3
2020-2025	4.6	7.3	7.4	6.1	1.6	0.9	1.2	1.8	1.2	1.4
2025-2030	4.7	6.9	8.2	6.2	1.6	0.9	0.9	1.5	1.3	1.7
2030-2035	5.2	6.5	8.9	5.2	1.6	1.7	0.8	1.0	1.7	1.9
2035-2040	5.3	6.3	8.9	4.3	1.9	2.0	1.3	1.2	2.0	2.0
2040-2045	5.0	5.9	8.3	3.6	1.9	1.9	1.8	1.6	1.8	1.9
2045-2050	4.9	5.4	7.6	3.4	2.0	1.8	2.1	2.0	1.7	1.9

Fonte: GOLDMANSACHS. *Global Economics, Paper No:99 Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. [em linha]. Goldman Sachs: Índia. - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <  
<http://www2.goldmansachs.com/india/index.html>>

O Relatório de Competitividade Mundial<sup>3</sup> (WCY) serve como um importante indicador das principais vantagens e desvantagens competitivas dos países. No ranking geral do WCY 2006 a Índia está na 27ª posição geral (ver Figura 9), tendo alguns avanços significativos no ano. O crescimento real do PIB e a qualidade do ambiente empresarial aparece com destaque além do crescimento das exportações de serviços e produtos com maior valor agregado. Em declínio aparecem os factores associados à eficiência do governo e infraestruturas, que se

<sup>3</sup> O WCY é uma ferramenta de análise da capacidade de um país em prover um ambiente no qual as empresas possam competir (eficientemente) e crescer. A pesquisa que dá origem aos relatórios cobre um total de 323 indicadores quantitativos (baseados em estatísticas nacionais e internacionais) e qualitativos (baseado na opinião de lideranças empresariais pesquisadas entre Janeiro e Março de cada ano).

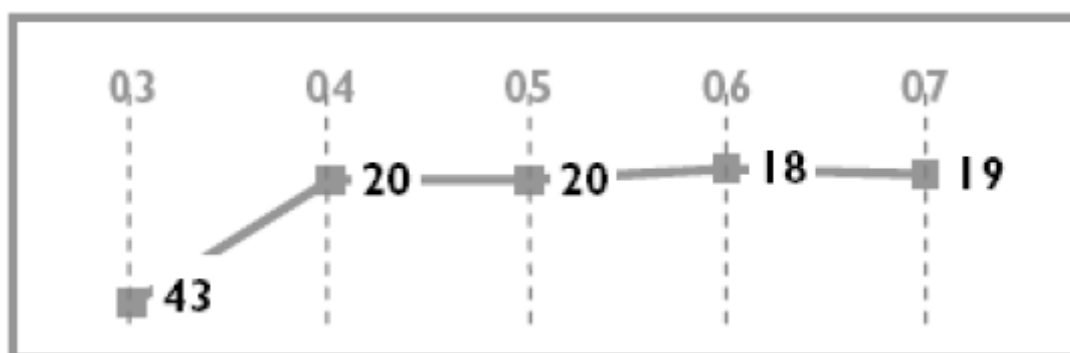
justificam pela burocracia e pela constante intervenção de agentes governamentais na actividade empresarial (Arruda, 2007: 1).



**Fig. 9 – Posição da Índia no ranking geral do Relatório de Competitividade Mundial**

Fonte: ARRUDA, Carlos; FERREIRA, Vanja; ARAÚJO, Marina. *O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade*. [em linha]. Índia: O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade, 2007. [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <  
[http://216.239.59.104/search?q=cache:ol\\_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/](http://216.239.59.104/search?q=cache:ol_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/)>

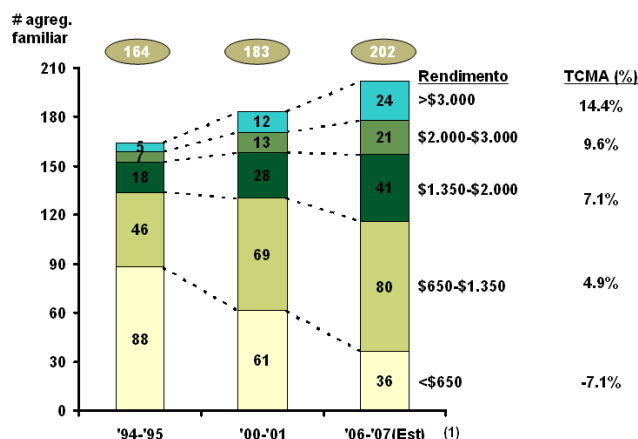
Para a OMC, o crescimento sustentado da economia indiana está directamente relacionado com o aumento percentual da classe média, isto é, 300 milhões de pessoas, cerca de 27%, mais do que a população dos EUA (Sheshabalaya, 2006: 374). A necessidade de consumo desta crescente classe e o papel do sector privado confere ao país um forte estímulo em relação ao crescimento de sua economia doméstica (ver gráfico 2), melhorando a eficiência dos negócios. A modernização do mercado de capitais, o desenvolvimento de empresas nacionais com forte presença internacional e a disponibilidade de elevado número de gestores talentosos, com experiência internacional são factores influenciadores no crescimento da “eficiência empresarial” (ver fig. 10).



**Fig. 10 – Posição da Índia no factor “Eficiência Empresarial”**

Fonte: ARRUDA, Carlos; FERREIRA, Vanja; ARAÚJO, Marina. *O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade*. [em linha]. Índia: O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade, 2007. [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <  
[http://216.239.59.104/search?q=cache:ol\\_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/](http://216.239.59.104/search?q=cache:ol_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/)>

Gráfico 2 – O crescimento indiano e o aumento do consumo doméstico



Fonte: THE BOSTON CONSULTING GROUP. *Uma introdução à Índia*. [em linha]. Background\_On\_India\_RP\_PT.pps, 2007 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <[http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background\\_On\\_India\\_RP\\_PT.pps](http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background_On_India_RP_PT.pps)>.

O Relatório de Competitividade Mundial confirma esta tendência, tendo-se situado a Índia no 7º lugar, entre os países com melhor economia doméstica, como base para a competitividade. O aumento da classe média dá-se ao mesmo tempo, em que se observa uma redução significativa da pobreza neste país. Segundo dados apresentados pelo governo indiano, a percentagem da população abaixo da linha de pobreza caiu de 50% em 1980 para 28% em 2004-05. Apesar da melhoria, ainda existem cerca de 300 milhões de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede a expectativa de vida, analfabetismo, educação e padrão de vida da população, por outras palavras, o índice de bem estar da sociedade. A Índia, desde 1980 até 2004, tem apresentado melhores índices de qualidade de vida, do que a China ou o Brasil (ver fig. 11 e Tabela 6) (Arruda, 2007: 2/4).

<b>Coefficiente Gini</b>			
<i>IDH – Índice de Desenvolvimento Humano</i>			
	Índia	China	Brasil
1980	0,32	0,32	0,58
1992	0,32	0,38	0,60
	0,297	0,612	0,739
2000	0,33	0,45	0,59
	0,563	0,706	0,747
2004	0,33	0,45	0,54
	0,611	0,768	0,792

Fig. 11 – Desigualdades sociais e desenvolvimento humano

Fonte: ARRUDA, Carlos; FERREIRA, Vanja; ARAÚJO, Marina. *O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade*. [em linha]. Índia: O “I” dos BRICs avança em sua rota de se tornar um tigre em competitividade, 2007. [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <[http://216.239.59.104/search?q=cache:ol\\_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/](http://216.239.59.104/search?q=cache:ol_WIGphRLMJ:ci.fdc.org.br/anexo/artigo/)>

HDI rank <sup>a</sup>	Human development index (HDI) value	Life expectancy at birth (years)	Adult literacy rate (% aged 15 and above)	Combined gross enrolment ratio for primary, secondary and tertiary education (%)	GDP per capita (PPP US\$)	Life expectancy index	Education index	GDP Index	GDP per capita (PPP US\$) rank minus HDI rank <sup>c</sup>	
<b>HIGH HUMAN DEVELOPMENT</b>										
1	Iceland	0.968	81.5	.. <sup>d</sup>	95.4 <sup>e</sup>	36,510	0.941	0.978	0.985	4
8	Japan	0.953	82.3	.. <sup>d</sup>	85.9	31,267	0.954	0.946	0.959	9
9	Netherlands	0.953	79.2	.. <sup>d</sup>	98.4	32,684	0.904	0.988	0.966	3
12	United States	0.951	77.9	.. <sup>d</sup>	93.3	41,890 <sup>f</sup>	0.881	0.971	1.000	-10
13	Spain	0.949	80.5	.. <sup>d</sup>	98.0	27,169	0.925	0.987	0.935	11
8	Japan	0.953	82.3	.. <sup>d</sup>	85.9	31,267	0.954	0.946	0.959	9
9	Netherlands	0.953	79.2	.. <sup>d</sup>	98.4	32,684	0.904	0.988	0.966	3
12	United States	0.951	77.9	.. <sup>d</sup>	93.3	41,890 <sup>f</sup>	0.881	0.971	1.000	-10
29	Portugal	0.897	77.7	93.8 <sup>l</sup>	89.8	20,410	0.879	0.925	0.888	6
67	Russian Federation	0.802	65.0	99.4 <sup>d</sup>	88.9 <sup>e</sup>	10,845	0.667	0.956	0.782	-9
70	Brazil	0.800	71.7	88.6	87.5 <sup>h</sup>	8,402	0.779	0.883	0.740	-3
<b>MEDIUM HUMAN DEVELOPMENT</b>										
81	China	0.777	72.5	90.9	69.1 <sup>e</sup>	6,757 <sup>u</sup>	0.792	0.837	0.703	5
128	India	0.619	63.7	61.0	63.8 <sup>e</sup>	3,452 <sup>a</sup>	0.645	0.620	0.591	-11

Tabela 6 – Índice de desenvolvimento humano (2005)

Fonte: 2007 UN Human Development Index Report (PDF). [em linha]. Índice de Desenvolvimento Humano – Wikipédia, 2007 - [consultado em 01Jan08]. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice\\_de\\_Developmento\\_Humano](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano)>

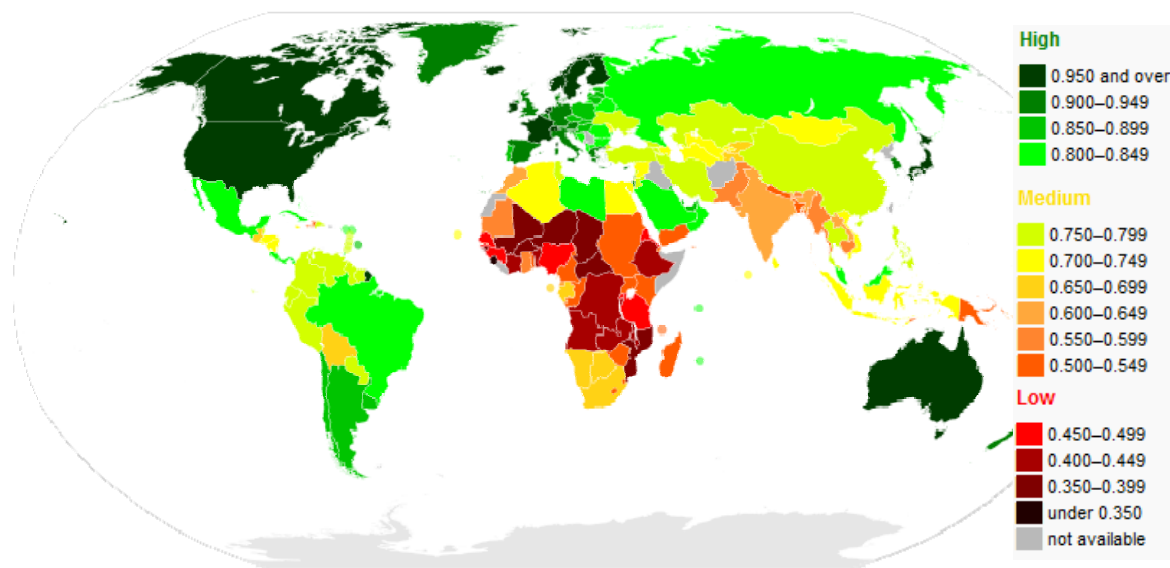


Fig. 12 - Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (2007)

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_%C3%8Dndice\\_de\\_Developmento\\_Humano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano)

O sector produtivo indiano está edificado na agricultura, indústria e nos serviços. O sector agrícola é o que tem sofrido menor desenvolvimento, nos últimos anos, devido à sua dependência em relação às chuvas e ao grau de iliteracia da população agrícola.

A indústria está a dar sinais fortes de mudança e os serviços tem desenvolvido exponencialmente devido à elevada formação técnica e científica, muito qualificada e competitiva. A contribuição para o PIB dos vários sectores de actividade é de 19% para a Agricultura, Floresta e Pescas, 27% para a Indústria e de 54% para os Serviços (Icep, 2006: 5).

Tabela 7 – Composição do PIB, por sector

	2000 <sup>a</sup> % do PIB	2005 <sup>a</sup> % do PIB
<b>Agricultura</b>	24,3	19,0
<b>Indústria</b>	27,7	27,4
<b>Indústria Transformadora</b>	17,6	15,9
<b>Serviços</b>	48,0	53,6

Fonte: ICEP, Portugal. (2006). *Índia. Dossier de mercado*. Embaixada de Portugal em Nova Delhi, p.5

Em 2007, a inflação foi de 5.7%, perspectivando-se ligeiras descidas para 2008. Contudo, há o risco da inflação ultrapassar as previsões, especialmente se o preço do petróleo não estabilizar. A Rupia tem vindo a depreciar-se contra o Dólar desde o início de 2006, sem que a quebra da bolsa, em Maio último, tenha alterado esta tendência (Economist, 2007). De seguida, apresentamos alguns indicadores económicos da Índia e dos restantes países BRIC e do G6.

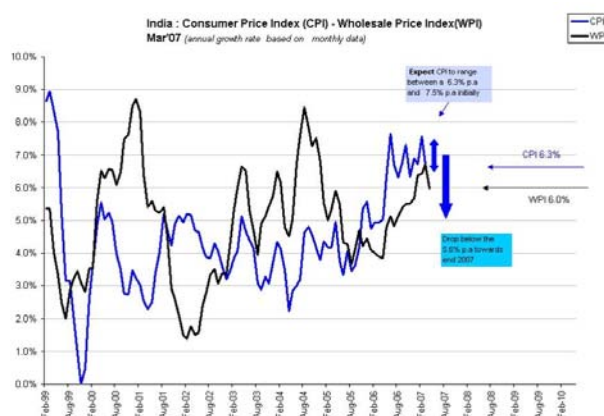
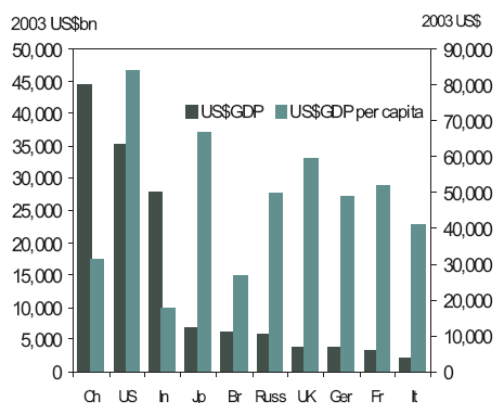


Fig. 13 – Inflação indiana (1999 a 2007)

Fonte:

<http://www.intelligentguess.com/blog/2007/05/15/india-marginal-droop-in-inflation-emi/>

Gráfico 3 – O PIB per capita dos BRIC e G6



Fonte: GOLDMANSACHS. *Global Economics, Paper No:99 Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. [em linha]. Goldman Sachs: Índia. - [consultado em 20Nov07]. Disponível em: <  
<http://www2.goldmansachs.com/india/index.html>>

Tabela 8 – Dados BRIC

	População 2005 Milhões	PIB per capita (preços correntes em USD) 2005	Taxa Crescimento PIB 2005 (%)	Saldo do Sector Público (% PIB) 2005	Taxa Inflação 2005 (%)	Saldo Balança Corrente 2005 (% PIB)
Índia	1.080	740	8,5	-4,1	4,2	-1,0
China	1.307,6	1.730	10,2	-1,2*	1,8	7,1
Brasil	184,2	4.320	2,3	-3,3	6,9	14,2
Rússia	142,8	5.350	6,4	7,5	12,7	10,9

Fonte: ICEP, Portugal. (2006). *Índia. Dossier de mercado*. Embaixada de Portugal em Nova Delhi, p.25

Tabela 9 – Principais indicadores macroeconómicos indianos (dados 2007)

<b>BASIC INDICATORS</b>					
Population (thousands, 2006)	1 109 811	<b>Rank in world trade, 2006</b>		<b>Exports</b>	<b>Imports</b>
GDP (million current US\$, 2006)	906 268	Merchandise		28	17
GDP (million current PPP US\$, 2006)	4 247 361	Commercial services		10	13
Current account balance (million US\$, 2003)	6 853	Merchandise excluding intra-EU trade		20	11
Trade per capita (US\$, 2004-2006)	307	Commercial serv. excl. intra-EU trade		5	7
Trade to GDP ratio (2004-2006)	41.8				
		<i>Annual percentage change</i>			
		2006	2000-2006	2005	2006
Real GDP (2000=100)	153	7	9	9	9
Exports of goods and services (volume, 2000=100) a	213	16	22	...	...
Imports of goods and services (volume, 2000=100) a	190	14	27	...	...
<b>TRADE POLICY</b>					
WTO accession date	1 January 1995	<b>Contribution to WTO budget (% 2007)</b>		0.830	
Trade Policy Review date	23, 25 May 2007	<b>Import duties collected (% 2002-2004):</b>			
		in total tax revenue		18.8	
		to total imports		10.5	
<b>Tariff binding coverage (%)</b>		73.8			
<b>MFN tariffs</b>	<b>Final bound</b>	<b>Applied 2005</b>	<b>Number of:</b>		
Simple average of <i>ad-valorem</i> duties			Goods RTAs - services EIAs notified to WTO		
All goods	49.2	19.2	GATS services sectors with commitments		
Agricultural goods (AOA)	114.2	37.6	Dispute rulings (complainant - defendant)		
Non-agricultural goods	34.9	16.4	Notifications outstanding (CRN)		
Non <i>ad-valorem</i> duties (% of total tariff lines)	5.3	5.3	<b>Number of contingency measures in force:</b>		
<b>MFN duty free imports (% 2004):</b>			Anti-dumping (30 June 2006)		
in agricultural goods (AOA)		0.4	Countervailing duties (30 June 2006)		
in non-agricultural goods		7.7	Safeguards (23 October 2006)		
			0		
<b>MERCHANDISE TRADE</b>					
		<i>Value</i>	<i>Annual percentage change</i>		
		2006	2000-2006	2005	2006
Merchandise exports, f.o.b. (million US\$)	120 254	19	30	21	21
Merchandise imports, c.i.f. (million US\$)	174 845	23	39	26	26
		2006 b	2006 b		
<b>Share in world total exports</b>	1.00	<b>Share in world total imports</b>			
<b>Breakdown in economy's total exports</b>		<b>Breakdown in economy's total imports</b>			
By main commodity group (ITS)		By main commodity group (ITS)			
Agricultural products	11.7	Agricultural products			
Fuels and mining products	19.5	Fuels and mining products			
Manufactures	68.0	Manufactures			
By main destination		By main origin			
1. European Union (25)	22.5	1. European Union (25)			
2. United States	16.9	2. China			
3. United Arab Emirates	8.3	3. United States			
4. China	6.6	4. Switzerland			
5. Singapore	5.3	5. Australia			
Unspecified destinations	0.2	Unspecified origins			
			29.7		
<b>COMMERCIAL SERVICES TRADE</b>					
		<i>Value</i>	<i>Annual percentage change</i>		
		2006	2000-2006	2005	2006
Commercial services exports (million US\$) c	73 839	...	...	...	36
Commercial services imports (million US\$) c	63 696	...	...	...	29
		2006	2006		
<b>Share in world total exports</b>	2.68	<b>Share in world total imports</b>			
<b>Breakdown in economy's total exports</b>		<b>Breakdown in economy's total imports</b>			
By principal services item		By principal services item			
Transportation	10.5	Transportation			
Travel	10.5	Travel			
Other commercial services	79.0	Other commercial services			
			49.2		
<b>INDUSTRIAL PROPERTY</b>					
	<b>Total</b>	<b>Residents</b>	<b>Non-residents</b>	<b>PCT residents</b>	<b>PCT non-residents</b>
Patents granted, national office, 2004	2 317	851	1 466	...	...
Patents granted, regional office	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>Residents</b>	<b>Non-residents</b>	<b>Non-residents direct</b>	<b>Non-residents Madrid</b>
Trademarks registered, 1999	8 010	6 747	1 263	1 263	...

Fonte: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=IN>

Pela análise dos quadros acima apresentados, em termos económicos vai ser feita uma comparação entre alguns indicadores indianos e os restantes países BRIC, dos quais a Índia faz parte e é considerada como o grande potencial futuro, e G6. A Índia é o segundo país mais populoso, com a China ocupar o primeiro lugar. Contudo, dos BRIC é o de menor PIB per capita. Por outro lado, a Índia tem ainda, a segunda maior taxa de crescimento do PIB. Segundo o *Global Economics Paper* nº 99, a Índia tem potencial para apresentar o maior crescimento mundial dos próximos 30 e 50 anos, acima dos 5%. O mesmo relatório prevê que, os restantes BRIC e os países do G6 abrandarão significativamente o seu crescimento nos próximos 50 anos (Goldmansachs).

A balança comercial da Índia é deficitária, mas as importações estão a crescer a uma taxa superior, comparando a taxa das exportações, sendo que o crescimento daquelas é devido, principalmente, à subida do preço do petróleo e ao aumento da procura interna. Como resultado, o agravamento do défice comercial de 54 mil milhões USD. A União Europeia é o principal cliente, seguido dos EUA, os Estados Árabes Unidos (EAU) a grande distância, 3º cliente, a China passou do 2º lugar para o 4º lugar em relação a 2005, mas revelando uma tendência para o aumento da sua quota. A União Europeia, também é o principal fornecedor, seguida da China, que ultrapassou os EUA em 2005, seguida da Suíça e da Austrália.

Tradicionalmente, os principais produtos exportados pela Índia eram os têxteis e as gemas; estas últimas eram reexportadas depois de lapidadas. Mas actualmente, a pauta das exportações indianas passou também a incluir produtos de engenharia, que são aliás, o principal grupo de produtos exportados em 2006, com 26.2% do total das exportações.

Segundo o ICEP (2006), depois de uma análise do banco central indiano, relativa ao comportamento das exportações nos últimos três anos, salienta-se que a sua estrutura sofreu alterações, tendo a exportação dos produtos de engenharia crescido a uma média anual de 33,2% e destes, o sector automóvel emergiu, como motor do crescimento de tais exportações. O crescimento destas, relativamente aos produtos agrícolas foi dinamizado, principalmente pelas exportações de arroz, café, algodão, caju, leguminosas e frutos e vegetais.

Pela análise da tabela 10, e em síntese, as exportações indianas têm vindo a aumentar. Em 2007, os produtos agrícolas representaram 11.2% do total exportado e os produtos manufacturados ocuparam o primeiro lugar, representando 68% e os produtos considerados tradicionais e o petróleo e seus derivados com 19.5%. Em relação às importações o primeiro item são os produtos manufacturados com 48.5%, seguidos dos produtos considerados tradicionais e o petróleo e seus derivados com 38.7% dos petróleo e os produtos agrícolas com 4.2%.

O investimento estrangeiro na Índia tem registado algumas variações, tendo sido os anos de 2002 a 2004 de menores performances. A partir de 2004 até 2007, o investimento no país foi aumentando, tendo atingido no ano fiscal de 2006-2007 os 184% em relação ano fiscal anterior (72%), sendo o segundo no ranking mundial (2.09%), logo atrás da China (2.21%) e seguida dos EUA (1.86%) (ver tabela 11). Os sectores que mais contribuíram para o aumento exponencial dos investimentos estrangeiros na Índia foram essencialmente, os sectores das Tecnologias de Informação, Construção e Metalurgia (ver tabela 12). Os maiores investidores são as Ilhas Maurícias com 44.25% do total do investimento, seguido do EUA com 9.43%, Reino Unido com 8,21%. O décimo país é o Chipre, com 1.29% do total de investimento feito na Índia, durante o período de 2000 a 2007 (ver tabela 13).

Tabela 10 – Investimento Estrangeiro na Índia (2000 a 2007)

S. No.	Financial Year (April – March)	Amount of FDI Inflows (Including advance)		Amount of FDI Inflows (excluding advance)		%age growth over previous year
		In rupees crores	In US\$ million	In rupees crores	In US\$ million	
(A)	1991-2000 (August 1991-March 2000)	60,605	16,698	59,698	16,484	-
1.	2000-2001	12,645	2,908	10,733	2,463	-
2.	2001-2002	19,361	4,222	18,654	4,065	(+) 65 %
3.	2002-2003	14,932	3,134	12,955	2,722	(-) 33 %
4.	2003-2004	12,117	2,634	10,237	2,225	(-) 18 %
5.	2004-2005	17,138	3,759	14,653	3,219	(+) 45 %
6.	2005-2006	24,613	5,546	24,613	5,546	(+) 72 %
7.	2006-2007 *	70,630	15,726	70,630	15,726	(+) 184 %
8.	2007-2008 (April – October 2007)	37,745	9,277	37,745	9,277	-
(B)	Sub. total (1 to 8 above) (from April 2000 – October 2007)	209,181	47,207	200,220	45,243	-
	Cumulative Total *(A) + (B) (from August 1991 to October 2007)	269,786	63,905	259,918	61,727	-

Fonte: [http://dipp.nic.in/fdi\\_statistics/india\\_fdi\\_Oct2007.pdf](http://dipp.nic.in/fdi_statistics/india_fdi_Oct2007.pdf)

Tabela 12 – Sectores indianos de investimento estrangeiro (2000 a 2007, em milhões)

S. No.	Sector	Amount of FDI Inflows		%age of total Inflows
		(In Rupees)	(In US\$)	
1	SERVICES SECTOR (FINANCIAL & NON FINANCIAL)	378,297.11	8,570.77	20.43
2	COMPUTER SOFTWARE & HARDWARE	281,620.73	6,263.24	15.21
3	TELECOMMUNICATIONS	155,455.13	3,539.02	8.40
4	CONSTRUCTION ACTIVITIES	94,474.02	2,170.64	5.10
5	AUTOMOBILE INDUSTRY	82,398.24	1,830.31	4.45
6	HOUSING & REAL ESTATE (INCLUDING CINEPLEX, MULTIPLEX, INTEGRATED TOWNSHIPS & COMMERCIAL COMPLEXES ETC.)	61,533.21	1,451.34	3.32
7	POWER	59,487.85	1,284.90	3.21
8	CHEMICALS (OTHER THAN FERTILIZERS)	59,477.09	1,336.41	3.21
9	METALLURGICAL INDUSTRIES	45,713.96	1,066.36	2.47
10	DRUGS & PHARMACEUTICALS	45,507.07	1,009.14	2.46

Fonte: [http://dipp.nic.in/fdi\\_statistics/india\\_fdi\\_Oct2007.pdf](http://dipp.nic.in/fdi_statistics/india_fdi_Oct2007.pdf)

Tabela 11 – Ranking dos países receptores de investimento estrangeiro (2007)

Country	Rating (1)	Ranking
China	2.21	1
India	2.09	2
United States	1.86	3
United Kingdom	1.81	4
Hong Kong SAR	1.78	5
Singapore	1.75	7
Germany	1.70	10
<b>Australia</b>	<b>1.68</b>	<b>11</b>
France	1.67	13
Canada	1.65	14
Japan	1.63	15
Malaysia	1.62	16
Indonesia	1.58	21
Korea	1.57	24

Fonte:

[http://www.business.nsw.gov.au/aboutnsw/Trade+and+Investment/B6\\_foreign\\_dir\\_inv\\_conf\\_index.htm](http://www.business.nsw.gov.au/aboutnsw/Trade+and+Investment/B6_foreign_dir_inv_conf_index.htm)

Tabela 13 – Os dez maiores investidores na Índia (milhões de Rupias – milhões de USD)

Ranks	Country	2004-05 (April- March)	2005-06 (April- March)	2006-07 (April- March)	2007-08 (April- Oct. 2007)	Cumulative Inflows (from April 2000 to Oct. 2007)	%age with total inflows (in terms of rupies)
1.	Mauritius	5,141 (1,129)	11,441 (2,570)	28,759 (6,363)	16,037 (3,942)	61,927 (18,481)	44.25
2.	U.S.A.	3,055 (669)	2,210 (502)	3,851 (856)	1,875 (458)	17,458 (3,902)	9.43
3.	U.K.	458 (101)	1,164 (268)	8,389 (1,878)	823 (203)	15,197 (3,399)	8.21
4.	Netherlands	1,217 (267)	340 (76)	2,905 (644)	874 (214)	10,016 (2,214)	5.41
5.	Singapore	822 (184)	1,218 (275)	2,662 (578)	3,718 (925)	9,524 (2,209)	4.14
6.	Japan	575 (126)	925 (208)	352 (85)	2,436 (588)	8,436 (1,899)	4.56
7.	Germany	663 (145)	1,345 (303)	540 (120)	1,096 (268)	5,700 (1,298)	3.11
8.	France	537 (117)	82 (18)	528 (117)	187 (46)	2,938 (661)	1.61
9.	Switzerland	353 (77)	426 (96)	257 (56)	845 (207)	2,776 (629)	1.50
10.	Cyprus	12 (3)	310 (70)	265 (58)	1,707 (411)	2,390 (562)	1.29
TOTAL FDI INFLOWS *		17,138 (3,754)	24,613 (5,546)	70,630 (15,726)	37,745 (9,277)	209,182 (47,209)	

Fonte: [http://dipp.nic.in/fdi\\_statistics/india\\_fdi\\_Oct2007.pdf](http://dipp.nic.in/fdi_statistics/india_fdi_Oct2007.pdf)

É de referir que, 125 das 500 maiores empresas do mundo tem centros de I&D na Índia. Contudo, estes investimentos estão limitados pelo governo indiano, o que provoca que a participação estrangeira esteja limitada nos seguintes sectores: 5% na Banca privada; 26% na Defesa e Seguros; 49% na Aviação Civil; 51% no Retalho unimarca e 74% nas Telecomunicações. Os impostos para as sucursais de multinacionais são de 41% e para empresas estrangeiras criadas de novo na Índia de 35.9% (Sheshabalaya, 2006, 376).

O investimento da Índia no exterior tem sido efectuado através das suas empresas nos sectores da metalurgia, novas tecnologias de informação, farmacêutico e no petrolífero. Os principais destinos dos investimentos são os USA, EU, África, China e as Ilhas Maurícias, por esta ordem (Times of Índia). Estes investimentos foram de 2.000 milhões USD em 2005, e as aquisições e fusões no estrangeiro apontam para 5.2 mil milhões USD só para o primeiro semestre de 2006. Prevê-se que, o investimento externo vá ultrapassar o investimento exterior na Índia, porque as empresas indianas estão adquirir grandes grupos económicos nos EUA e na Europa (Sheshabalaya, 2006, 377).

Em 2006, 115 empresas internacionais foram adquiridas pelas congéneres indianas, totalizando mais de 7.4 biliões USD. Cerca de 50% destas aquisições foram efectuadas na Europa e 24% nos EUA. Estes investimentos foram distribuídos pelos seguintes sectores de actividade: em maior número de aquisições foram as novas tecnologias de Informação, com 23% seguido pela indústria da farmácia, saúde e biotecnologia com 14%; em valor foram as Telecomunicações com 33.6%, sector da energia com 14%, Tecnologias de Informação com 8% e a siderurgia com 6.5%. É de salientar que, no sector da siderurgia, o maior produtor do mundo é Tata indiana, que em 2006, comprou a inglesa Corus (Arruda, 2007: 5).

O relatório da UNCTAD em 2006, identifica apenas uma empresa indiana a ONGC – Oil and Natural Gás Corporation - entre as cem maiores multinacionais. Em 2007, passaram a figurar no ranking das 500 maiores empresas do mundo, seis empresas indiana: Indian Oil na

135ª posição com a facturação de 45.216,6 milhões USD, Reliance Industries na 269ª posição com 25.158,9 milhões USD; Bharat Petroleum na 325ª posição com 21.862,2 milhões USD; Hindustan Petroleum na 336ª posição com 20.935,6 milhões USD; Oil & Natural Gas, 369ª posição com \$19.237,4 milhões USD e o State Bank of India a 495ª com 15.119,4 USD. O Tata Group com \$21,9 bilhões USD, em 2006, poderia também ter sido incluído neste grupo (Arruda, 2007: 6).

De seguida apresentam-se as maiores empresas indianas por sector de actividade.

**Tabela 14 – As maiores empresas indianas**

Setor	Empresas
Aglomerados	Essar, Godrej Ltd, Hinduja Group, Jaypee Group, Raheja Group, Tata Group
Alimentos	EID Parry, Food Corporation of India, Maharashtra Hybrid Co., Mahyco (Maharashtra Hybrid Seed Company), Parle Bislari, Rallis, United Breweries
Automotivo & transporte	Ashok Leyland, Bajaj Auto Ltd, Bharat Forge, Hero Group, Mahindra & Mahindra, Maruti Udyog, Punjab Tractors Ltd
Bancos	Bank of India, Centurion Bank of Punjab, Financial Technologies, ICICI Ltd., Kotak Mahindra Bank, State Bank of India
Bebidas	UB Group
Comunicação	Bennett, Coleman & Co, Essel group, HT Media Ltd, Times of India
Construção	AIDA, Grasim Industries, Gujarat Ambuja Cements Ltd, Larsen & Toubro
Cosméticos	Dabur India Ltd, Hindustan Lever
Eletrónicos	Hindustan Teleprinters, Videocon
Energia e Água	Bharat Petroleum, CESCO, Dabhol Power, Gas Authority of India Ltd. (GAIL), GMR Vasavi, Guj Petrol (Gujarat State Petroleum Corp), Gujarat Gas, Gujarat Torrent, GVK, Hindustan Petroleum Corp. Ltd., Indian Oil Corp. Ltd., Jindal Tractebel, Mahanagar Gas, National Thermal Power Corporation Ltd., Neyveli, Oil & Natural Gas Corp., OPG, Petronet, PPN, Rain Calcining, Reliance Industries Ltd., TIDCO
Equipamentos	Bharat Heavy, Capital Control India, Moser Baer, Suzlon Energy, HCL
Farmacêutico	ACG, Biocon Ltd, Dr. Reddy's Laboratories Ltd, Matrix, Ranbaxy Laboratories Ltd, Sun Pharmaceuticals, Wockhardt Ltd, Zydus Cadila Group
Holding	Birla
Hotelaria	Hotel Corporation of India, Oberoi PRS
Imobiliário	Unitech
Metais & mineração	Balco, Hindustan Zinc, Jindal Steel & Power, Kalyani group, OneSteel, Sesa Goa Ltd, Steel Authority of India, Sterlite Industries India Ltd, Vedanta Resources
Pneus	Apollo Tyres Ltd
Químico	Cipla, Hindustan Gum, Indian Petrochemicals Corp, Jain Ram, Modis, Shriram Foods and Fertilizers Ltd, Singhania
Saúde	Fortis Healthcare
Serviços de informática	CMC Ltd, I-Flex, Infosys Technologies Ltd, Satyam, Wipro
Serviços de transporte	Air India, Jet Airways
Serviços Financeiros	Bombay Stock Exchange, CARE, CRISIL, Geojit Financial Services Ltd, ICRA, National Stock Exchange of India, Unit Trust of India
Telecomunicações	Aircel, Bharat Sanchar Nigam Ltd., Bharti Cellular Limited, BPL, Hutchinson Essar, Idea Cellular, RPG Cellular Services Ltd, Videsh Sanchar Nigam Ltd.
Turismo	India Tourism Development Corp.

Fonte: <http://www.transnationale.org/countries/inds.php>

Em 2006, o crescimento média da indústria foi de 13.9%, contribuindo com 10.5% o sector extractivo, 79.3% coube ao sector transformador e o eléctrico com 10.2%.

O sector extractivo representa menos de 2% do PIB. A indústria transformadora com 15.9%, em que a produção de aço foi de 42 milhões de toneladas de aço bruto de excelente qualidade, o que a coloca a par com os EUA e a Coreia do Sul. A Índia nesta área está entre os dez maiores produtores do mundo.

Os têxteis representam cerca de 14% da produção industrial, 4% do PIB e 16% das exportações, é o segundo maior sector empregador, a seguir ao agrícola, com cerca de 35 milhões de pessoas

Tabela 15 – Os principais importadores de têxteis e vestuário

	Valor, 2003 (USD\$ 10 <sup>9</sup> )	TMCA (1995-2003)	Quota mercado (1995)	Quota mercado (2003)
<b>Têxteis</b>				
China	26.9	8.6	12.4	19.7
UE (15)	26.4	2.3	19.6	19.3
EUA	10.9	5.0	6.6	8.0
Rép. da Coreia	10.1	-2.4	11.0	7.4
Taiwan	9.3	-3.0	10.6	6.8
Índia	6.5	5.0	3.9	4.8
<b>Vestuário</b>				
China	52.1	10.2	19.3	28.1
UE (15)	19.0	3.1	12.0	10.3
Turquia	9.9	6.2	4.9	5.4
México	7.3	13.2	2.2	4.0
Índia	6.5	5.9	3.3	3.5
EUA	5.5	-2.4	5.3	3.0

Fonte: NUNES, Carlos. *Índia, passado recente e perspectivas de evolução*. Infor\_inter\_2006\_I2.pdf, 2006 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <  
[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_I2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_I2.pdf)<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

O sector automóvel contribui em 4% para o PIB e representa cerca de 5% da produção industrial. Entre Abril/Julho de 2006, o sector cresceu 19.35%, comparativamente ao período homólogo em 2005.

A biotecnologia facturou no mercado interno 692.51 milhões USD e as exportações foram de 734.4 mil milhões USD; o seu crescimento ficou próximo dos 40% ao ano, prevendo-se para 2010 uma capacidade de gerar um volume de negócios anual de 5 mil milhões USD e de criar cerca de 1 milhão de empregos.

Tabela 16 – As cinco “maiores” empresas da biotecnologia indiana

“Ranking”	Designação	Localização	Área de especialização	Vol. de negócios (USD\$10 <sup>6</sup> )
1	Biocon	Bangalore	Bio-farmacêutica	106.9
2	Serum Institute of India	Mumbai/Pune	Vacinas e imunologia	104.5
3	Panacea Biotech	New Delhi	Bio-farmacêutica	31.8
4	Nicholas Piramal India	Mumbai	Bio-farmacêutica/diagn.	27.7
5	Novo Nordisk India	Bangalore	Bio-farmacêutica	23.4

Fonte: NUNES, Carlos. *Índia, passado recente e perspectivas de evolução*. Infor\_inter\_2006\_I2.pdf, 2006 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <  
[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_I2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_I2.pdf)<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>>.

A indústria farmacêutica indiana é a 4<sup>a</sup> maior produtora mundial, representando 8% do total, em volume e 13% em valor. É ainda o 17<sup>o</sup> exportador de medicamentos, exportando 3.8 mil milhões USD para mais de 200 países, incluindo os EUA, a Europa, o Japão e a Austrália.

O mercado interno estima-se que venha a valer 12 mil milhões USD em 2010. O sector da Metalomecânica ligeira facturou cerca de 22 mil milhões USD. Esta indústria engloba desde a fundição, aos instrumentos médicos de diagnóstico. Emprega cerca de 4 milhões de trabalhadores. A indústria electrónica indiana está ainda numa fase de arranque, encontrando-se em 26º lugar em termos de vendas e em 29º em termos de produção, com uma dimensão de 11 mil milhões USD. Está dividido em 6 segmentos: bens de consumo electrónicos, electrónica industrial, electrónica aplicada ao desenvolvimento informático, equipamento electrónico, para os sectores da comunicação e da informação e componentes electrónicos.

A indústria alimentar tem um baixo contributo para a economia, não obstante a grande produção agrícola actual, mas o nível de transformação é de 2,2% para as frutas e legumes, 35% para o leite, 21% para a carne e 6% para os produtos avícolas, e ainda com uma produção de 400 milhões de toneladas/ano nos segmentos das massas, panificação, alimentos preparados, bebidas.

O mercado energético indiano é o quinto maior a nível mundial. A sua capacidade de produção é de 124.287 MW e desta capacidade, 55% provém do carvão, 10% do gás, 26% é hidroeléctrica, menos de 5% provém das energias renováveis, 2,6% do nuclear e finalmente 1% do diesel. Mesmo assim, ainda não satisfaz as necessidades do sector produtivo e de uma vasta gama de serviços, pois o custo da energia é levado, sendo 4 Rupias por unidade, contra 2 nos EUA e 2,5 na Coreia do Sul. Para suprimir este problema recorre à importação de crude, prevendo-se que, a sua dependência do petróleo importado possa crescer acima dos actuais 70% (vêr apêndice H, fig. 14, p.8).

O sector dos serviços contribui com cerca de 54% para o PIB e as áreas que mais crescimento tem tido são as telecomunicações e as tecnologias de informação. A exportação de serviços, em 2005 foi de 51,32 mil milhões USD contra 24,94 mil milhões USD 2004.

O comércio é o décimo sector maior do mundo. Existem mais de 5 milhões de estabelecimentos, dominados por empresas familiares. O seu valor está estimado em 200 mil milhões USD, pois o comércio organizado representa cerca de 3% deste valor e cresce a uma taxa de 20% ao ano. A Índia neste sector de actividade é a primeira, entre 30 mercados emergentes (Rússia em segundo lugar, China em quinto e o Brasil em 27º). Nas telecomunicações, com as reformas introduzidas houve um aumento de cerca de 40% de números de telefone atingindo-se o total de 7,6 mil milhões de ligações. Este sector é o segundo a atrair o investimento externo. Num período de dez anos atraiu 9 biliões de Rupias. Os principais investidores foram: a Tailândia, com 72,35% do total, Reino Unido (8,92%), EUA (4,93%) e Canadá (3,17%).

As Tecnologias da Informação e os Serviços atingiram um volume de negócios de 29,6 mil milhões USD, que corresponde a cerca de 3% do PIB. O forte deste sector é o software para a banca, finanças e companhias de seguros. As exportações de software cresceram 30% entre os anos fiscais de 1995 e 2006, tendo como principais clientes os EUA, que absorveram 70% das exportações, o Reino Unido e a restante União Europeia, cada um com 14%.

O sector do BPO (*Business Process Outsourcing*)/ ITES<sup>4</sup> (*IT Enabled Services*) devido à mão de obra altamente qualificada, com baixos níveis salariais e fluente em inglês, emergiu como um grande grau de atractividade nesta área. Estima-se que os custos de operação neste país, para este subsector, possam representar 20% dos praticados nos EUA, atingindo poupanças de 50% a 60%, com a subcontratação destas operações. Em 2010 a exportação destes serviços deve atingir 42 mil milhões USD. Esta actividade abrange os call centres, a área financeira, os recursos humanos, a gestão, a saúde e processos da indústria transformadora. O volume de negócios em 2003, foi em serviços de desenvolvimento<sup>5</sup> com 465 milhões USD e empregava cerca de 44.000 pessoas; gestão com 320 milhões USD e 25.000 empregados; pagamentos com 210 milhões USD e 11.000 empregados e os recursos humanos com 45 milhões USD e 2.100 empregados.

Tabela 17 – Os principais segmentos das Tecnologias de Informação

	2004	2005	2006*
<i>IT Services</i>	10.4	13.5	17.5
<i>ITES-BPO</i>	3.4	5.2	7.2
<i>Engineering Services, R&amp;D, SW products</i>	2.9	3.9	4.8
<b>TOTAL</b>	<b>16.7</b>	<b>22.6</b>	<b>29.5</b>
<i>Exports (%)</i>	77.2	78.3	79.3

Fonte: NUNES, Carlos. *Índia, passado recente e perspectivas de evolução*. Infor\_inter\_2006\_I2.pdf, 2006 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <  
[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_I2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_I2.pdf)<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>  
 f>.

A área da construção representa cerca de 5% do PIB e emprega 3,5 milhões de pessoas em *full-time* e mais cerca de 6,5 milhões temporários. Esta área apresentou o maior crescimento de todos os sectores da economia indiana, cerca de 12% e representa cerca de 40% do investimento público. Este sector é utilizado pelo governo indiano, para dinamizar a indústria do aço e do cimento.

<sup>4</sup> O conceito de ITES iniciou-se com a procura de ganhos de eficiência pelas empresas globais, ao promoverem uma maior concentração de recursos no seu core business, subcontratando externamente os restantes processos.

<sup>5</sup> Estes serviços incluem serviços na área da engenharia, do design de animação, consultoria de gestão e de redes, e investigação em biotecnologia.

O sector financeiro foi dominado pelo sector público. A banca comercial e de desenvolvimento e o Unit Trust of Índia - UTI (fundo de garantia mútua) são tradicionalmente as fontes de financiamento das empresas, quer locais, quer estrangeiras. São dominadas, por 27 bancos do sector público que controlam 75,4% dos activos do sector, com a banca privada a controlar 18,1%, ficando os restantes 6,5% a cargo da banca estrangeira. A componente estatal está mais direccionada para os empréstimos a curto prazo, enquanto que os bancos de desenvolvimento privados e o UTI estão especializados nos empréstimos a longo prazo e no mercado das acções e obrigações (Icep, 2006: 8/20).

**Tabela 18 – Caracterização da Banca indiana**

	<b>Nº entidades</b>	<b>Activos</b>	<b>Lucro Líquido</b>
<b>1990-91 (nº ou 10<sup>6</sup> rps)</b>	<b>76</b>	<b>3202</b>	<b>7.3</b>
Bancos Contr. Públ. (%)	37	92	68.5
Bancos Privados (%)	33	4	4.1
B. Cap. Estrangeiro (%)	30	4	27.4
<b>1996-97 (nº ou 10<sup>6</sup> rps)</b>	<b>103</b>	<b>6730</b>	<b>104.0</b>
Bancos Contr. Públ. (%)	26	83	68.3
Bancos Privados (%)	33	9	12.5
B. Cap. Estrangeiro (%)	41	8	19.2
<b>2003-04 (nº ou 10<sup>6</sup> rps)</b>	<b>90</b>	<b>19750</b>	<b>222.0</b>
Bancos Contr. Públ. (%)	30	75	74.3
Bancos Privados (%)	33	19	15.8
B. Cap. Estrangeiro (%)	37	6	9.9

Fonte: NUNES, Carlos. *Índia, passado recente e perspectivas de evolução*. Infor\_inter\_2006\_I2.pdf, 2006 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: [http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_I2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_I2.pdf) <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>

A Bomby Stock Exchange (BSE), mercado de acções indiano teve um grande aumento, em volume e liquidez nos últimos anos, consolidando a sua posição na região asiática. O índice “Sensex”, instrumento na captação do ambiente vigente no mercado indiano acusou, entre finais de 2002 e de 2005, um acréscimo de cotações superior a 40% ao ano. No entanto, no ano 2006, não evitou uma grande quebra deste mercado.

Tabela 19 - BSE/Sensex - Evolução de alguns indicadores fundamentais

	<b>Índice cotações</b> (no encerramento e no final do período)	<b>"PER"</b> (médias mensais)	<b>"Dividend yield"</b> (méd mensais, em %)	<b>Capital bolsista*</b> (em 10 <sup>9</sup> rupias)
Dezembro 2000	3972.12	20.84	1.49	4806.21
Dezembro 2001	3262.33	15.59	2.10	4126.44
Dezembro 2002	3377.28	14.37	2.18	5270.66
Dezembro 2003	5838.96	17.30	1.94	10762.66
Dezembro 2004	6602.69	18.15	1.84	14099.55
Dezembro 2005	9397.93	18.07	1.50	19801.37

Fonte: NUNES, Carlos. *Índia, passado recente e perspectivas de evolução*. Infor\_inter\_2006\_I2.pdf, 2006 - [consultado em 18Dez07]. Disponível em: <

[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2006\\_I2.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2006_I2.pdf)<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/India.pdf>

Segundo estimativas do Ministério de Turismo este sector tem tido uma grande ascensão na Índia. Os últimos dados da Organização Mundial do Turismo (WTO) indicam que no ano 2004, os turistas estrangeiros chegados à Índia eram de origem Europeia (36,4%), do Sul da Ásia (22,9%) e das Américas (20,0%). Numa análise comparativa em termos de dimensão desta actividade e segundo o EIU tem-se que no ano de 2003 e em percentagem do PIB, as receitas do turismo representaram 0,7% do PIB, enquanto que, as exportações de mercadorias representaram 7,0% e as exportações de serviços 17,6%.

Em 2005, as receitas foram no valor de 14 mil milhões USD, cerca de 2,1% do PIB. O impacto desta actividade na economia é profundo e beneficia de um efeito multiplicador, estimando-se que, em 2006, as receitas sejam de 53,5 mil milhões de Dólares, isto é, 5,3% do PIB e venha a ser responsável criados, em média e nos últimos quatro anos, 3,1 milhões de novos postos e trabalho de acordo com o relatório *2006 Travel & Tourism Economics Research* do WTTC espera-se que, o sector cresça 8,4% em 2006 e que registe uma taxa de crescimento de 8% ao ano, em termos reais, entre 2007 e 2016.

Ao nível mundial, a parte indiana no mercado do turismo é de 0.7%, mas o país tem grande potencial de crescimento, com importantes atracções naturais, como por exemplo: as maiores montanhas do mundo, a imensa costa de boas praias, floresta e vida selvagem, atracções culturais de grande impacto, uma localização estratégica em termos de transportes e o subsector do turismo médico (Icep, 2006: 29/30).

O Turismo médico<sup>6</sup> está em grande expansão na Índia. O sector da saúde é um bom exemplo dos pontos fortes dos avanços tecnológicos indianos. Na Índia pode-se encontrar os mais recentes equipamentos médicos e de tecnologia de ponta, a ser utilizada para tratar vários

<sup>6</sup> O conceito de turismo médico envolve a prática de viajar para o tratamento.

tipos de doenças. As unidades médicas apresentam instalações de saúde de classe mundial. O custo do tratamento é muito inferior, ao que se teria de pagar no país de origem. A Índia é um dos países que mais investe no sector. Em 2004 inclusive, com incentivo governamental, recebeu 240 mil turistas médicos. Uma pesquisa realizada, pela Confederação das Indústrias da Índia e pela consultoria McKinsey & Co., apresentou que a nação deve facturar cerca 2 bilhões USD com pacientes estrangeiros até 2012, já que o turismo médico cresce a uma média de 30% ao ano no país (Colavitti, 2007).

Hoje em dia, os hospitais indianos tratam cerca de 150.000 pessoas estrangeiras. O grupo Apollo estabeleceu acordos com grupo no sector da saúde em África, no Sudeste asiático e no Médio Oriente. A grande afluência de pessoas, para os hospitais indianos está associado aos baixos preços das cirurgias, entre 200 a 800%, mais barato do que nos EUA ou Europa. Este turismo permite aos estrangeiros evitar as listas de espera nos seus países e gastos avultados na saúde.

Exemplos disto é, uma operação ao coração pode custar 20.000 USD na Inglaterra e o dobro nos EUA e os hospitais indianos realizam estas cirurgias por menos de 5.000 USD, já com viagem e estadia incluída, ou seja um quarto do custo da Inglaterra (ver tabela 20). Outro facto, que está acontecer com o desenvolvimento deste sector é o regresso da diáspora à Índia, como refere o Ashutosh Sheshabalaya (2006: 101) no seu livro *Made in Índia* “*Essa reversão da outrora «fuga de cérebros» para o ocidente terá um forte aliado nos avanços do sector da alta-tecnologia, sobretudo na telemedicina (...)*”. Estes baixos custos das operações irão traduzir-se dentro de poucos anos em cerca de 400.000 processos, prevendo-se que gere 12 mil milhões USD por ano (Sheshabalaya, 2006: 98/102).

**Tabela 20 – Preçário de alguns actos médicos na Índia**

<b>Cirurgias</b>	<b>Índia</b>	<b>EUA</b>
Transplante de Medula	de 25.000 a 69.000	250.000
Transplante de fígado	69.000	300.000
Cirurgia Cardíaca	de 4.500 a 10.000	de 30.000 a 50.000
Cirurgia ortopédica	6.000	20.000
Cirurgia de catarata	1.250	2.000
Preços em dólar		
<b>Cirurgia plástica</b>	<b>Índia*</b>	<b>EUA</b>
Prótese de silicone no seio	3.500	de 4.000 a 6.000
Plástica no rosto	4.000	9.000
Plástica no nariz	3.500	6.000
Plástica na barriga	3.750	8.000
Lipoaspiração	5.000	de 5.000 a 10.000
*(preço inclui cirurgia, passagem aérea, acomodação e refeição - em dólares)		
<b>Tratamento dentário</b>	<b>Índia</b>	<b>EUA e Europa</b>
Obturação	20 a 40	300
Canal	100 a 200	de 600 a 3.000
Implante	de 200 a 800	de 1.000 a 3.500
Clareamento	de 100 a 110	de 350 a 800
Preços em dólar		

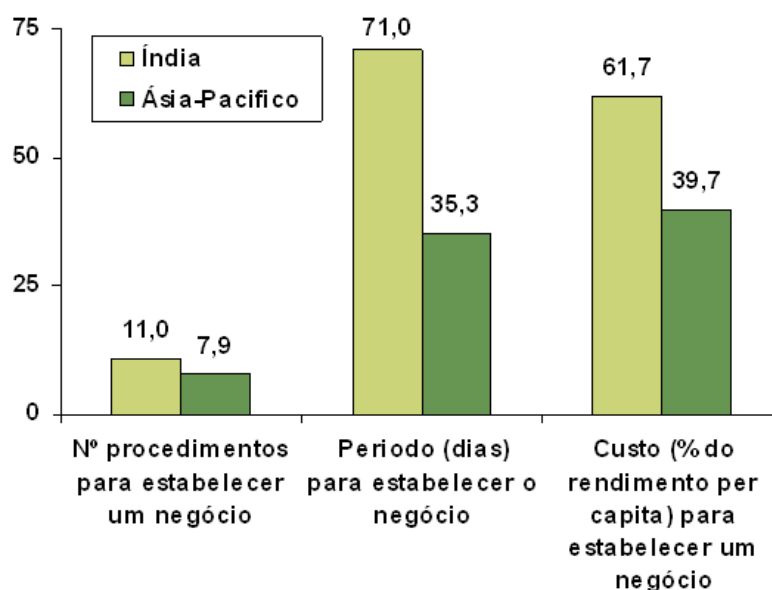
Fonte: <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,,ECT1023722-1719.00.html>

Nos últimos dez anos, o número de indianos, que passam férias no estrangeiro tem aumentado, registando-se um aumento em média de 10%. Prevê-se que em 2010, 20 milhões de indianos terão passado férias no estrangeiro. Para o governo indiano este sector é um dos motores da economia, tendo em atenção o seu impacto na criação de emprego e na erradicação da pobreza. O governo tem vindo a levar a cabo, as seguintes iniciativas: liberalização do sector da aviação civil, preços subsidiados para o combustível utilizado em aviões, racionalização das taxas praticadas pelos operadores do sector, simplificação na concessão de vistos turísticos, disponibilização de solos para a construção de hotéis (Icep, 2006: 52/53).

A economia indiana, apesar do seu grande potencial de desenvolvimento, apresenta alguns constrangimentos à eficiência económica. Embora o país continue a captar um alto interesse por parte dos investidores internacionais, de facto, um certo número de factores inibidores ao investimento continua a pesar nas decisões de investimento na Índia. A burocracia apresenta-se no topo da lista, a manutenção de um elevado nível de burocracia fragiliza a capacidade do país em concretizar e salvaguardar os interesses dos investidores. Outro dos factores é a falta de transparência na aplicação da lei, que regem os investimentos económicos. A complexidade os sistema económico indiano, que prejudica o investimento, nomeadamente, por parte das pequenas e médias empresas. Tal como na China, outro dos problemas é a protecção de Propriedade Intelectual (Icep, 2006: 53/55).

Assim, poder-se-á identificar alguns elementos da burocracia indiana para a criação de um negócio, tais como: o número de procedimentos para o estabelecer, período de dias necessários e o custo para estabelecer o negócio, em que de uma maneira geral são mais elevados na Índia, do que no restantes países asiáticos (ver gráfico 4).

Gráfico 4 – Comparação de alguns elementos burocráticos para o estabelecimento de um negócio na Índia



Fonte: [http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background\\_On\\_India\\_RP\\_PT.pps](http://www.presidencia.pt/archive/doc/Background_On_India_RP_PT.pps)

A Índia afirmou-se como um país emergente da Ásia, a partir dos anos 80, com taxas elevadas e sustentáveis de crescimento económico, do rendimento per capita e das exportações de bens e serviços. O modelo de desenvolvimento apoiava-se na substituição das importações, através de um regime de comércio proteccionista. Contudo, até finais da década de 70, o país era considerado uma das economias capitalistas mais fechadas do mundo, com um desempenho apenas razoável e com as exportações fortemente concentradas, de início em produtos primários, mão-de-obra intensiva e baseadas em recursos naturais. Nas décadas posteriores, o crescimento real do PIB continuou a aumentar, atingindo em 2006 os 8,1%.

Até 1990, o modelo de desenvolvimento assentava na substituição das importações, através de um regime de comércio proteccionista. Os sectores considerados prioritários foram os bens de capital, as químicas e as metalomecânicas pesadas, construção naval, infra-estruturas (carvão, energia eléctrica e nuclear e transportes) e a electrónica. Contudo, no início da década de 90, a crise era patente, mas a alteração política e a implementação de reformas estruturais, levaram à integração da economia indiana no mercado global e apontaram como prioritários os sectores intensivos em ciência e tecnologia, a educação, as infra-estruturas, e os “sectores geradores de emprego”, como a agricultura, construção, turismo e serviços na área das tecnologias da informação.

Em termos de sustentabilidade do crescimento económico da Índia a médio prazo, poderá ser posto em causa, pois os elevados défices fiscais podem vir a reduzir o dinamismo da economia. A manutenção deste dinamismo, a longo prazo dependerá do desempenho dos actuais motores do crescimento indiano - os serviços e a indústria - e da sua capacidade de se interligar e de interagir com a agricultura.

### 3. Estruturas militares

*“India has had a First World military, even as the nation has remained part of the Third World”*

Constantino Xavier<sup>7</sup>

Existem três factores que são fundamentais e marcam a tradição e experiência militar indiana e são os fundamentos da definição da sua identidade. O primeiro, está ligado com a suposta natureza pacifista da civilização indiana, ao longo dos últimos milénios, a história do subcontinente ficou marcada por uma sucessão de invasões, nomeadamente islâmicas. O segundo, prende-se com a identidade das Forças Armadas Indianas (FAI) e da sua natureza apolítica, sendo que nos últimos 60 anos nunca intervieram directamente na esfera política, e só esporadicamente o fizeram em questões de segurança interna. O terceiro, factor está

---

<sup>7</sup> Ver (Xavier, 2006: 1).

relacionado com os critérios de igualdade e mérito que prevalecem fortemente no seio das FAI, desde 1947. Tanto no recrutamento, como na ascensão na hierarquia, a heterogeneidade étnica, religiosa e social da Índia, raramente é tida em consideração, e assim, as FAI são apontadas como um exemplo de sucesso no país, testemunhando que é possível atingir a igualdade sem recorrer à discriminação positiva, nomeadamente por via de quotas, tal como acontece no seu sistema eleitoral ou educativo (Xavier, 2006: 2).

As Forças Armadas Indianas são uma parte fundamental do Estado Indiano e um símbolo da sua afirmação como poder regional. A capacidade militar, muito em especial a vertente nuclear, é considerada o factor fundamental que motivou a credibilidade com que é vista do exterior como potência emergente.

O Presidente da União Indiana é o Comandante Supremo das Forças Armadas, muito embora a nível executivo, o comando seja exercido pelo Primeiro-ministro (Profile, 2007: 4).

O Ministro da Defesa é o responsável perante o Parlamento por todos os aspectos relativos à Defesa, e controla administrativa e operacionalmente os três Ramos (Exército, Armada e Força Aérea) e as Forças Paramilitares<sup>8</sup>. A estrutura de comando não inclui um estado-maior conjunto, pelo que cada Chefe de cada Ramo depende directamente do Ministro da Defesa. O Comando de Forças Estratégicas, responsável pela gestão e emprego do arsenal nuclear indiano, está subordinado à Autoridade de Comando Nuclear através do Conselho de Chefes de Estado Maior. A Autoridade de Comando Nuclear inclui um Conselho Político, presidido pelo Primeiro-ministro, e um Conselho Executivo, presidido pelo Conselheiro de Segurança Nacional (globalsecurity, 2008).

As FAI são compostas por três ramos – o Exército, a Marinha e a Força Aérea – para além de um amplo conjunto de organizações paramilitares. O efectivo das FAI é de 1.263.000 de militares no activo, o que a coloca em terceiro lugar no ranking mundial. O Exército conta com 1.100.000 militares e 300.000 reservistas, a Marinha com 55.000 (5ª maior) e a Força Aérea com 170.000 (4ª maior). Contam igualmente com cerca de 1 089 000 efectivos de forças policiais ou paramilitares. A idade de recrutamento militar é de 16 anos, estimando-se que estejam aptos para o serviço militar, que é voluntário, 209.9 milhões de homens, e que 10.67 milhões de jovens atinjam anualmente a idade de recrutamento (ver as Tabelas 21, 22 e 23).

---

<sup>8</sup> As forças paramilitares são constituídas pelas Forças da Guarda Nacional, Guardas Fronteiriços, Polícia Indo-Tibetan, Special Frontier Force, Assam Rifles Central Reserve Police Force, Central Industrial Security Force, Railway Protection Force e Defense Security Corps (CIA, 2007: 11).

**Tabela 21 – As maiores Forças Armadas do Mundo**

País	Exército	Marinha	Força Aérea	MBT	VBL	NA	Subs	Frag	Helic	Aviões
China	1.750.000	250.000	420.000	8.000	5.300	-	69	43	37	2.900
Estados Unidos	480.000	370.000	352.000	7.900	21.910	12	72	33	2.100	3.200
Índia	1.100.000	53.000	110.000	3.400	1.690	1	16	15	94	774
Coreia do Norte	950.000	46.000	86.000	3.500	3.060	-	26	3	24	621
Coreia do Sul	560.000	60.000	63.000	2.330	2.320	-	19	9	153	555
Rússia	350.000	171.500	184.600	22.170	25.900	1	42	40	1.500	2.636

Fonte: [http://www.Military Power Review - Principais Forças Armadas do Mundo\\_20Out07.mht](http://www.Military Power Review - Principais Forças Armadas do Mundo_20Out07.mht)

**Tabela 22 – Mancebos disponíveis para prestar serviço militar**

Rank Country	Força militar - en condiciones de prestar servicio militar
1 <a href="#">China</a>	269,025,517
2 <a href="#">Índia</a>	209,917,553
3 <a href="#">Estados Unidos</a>	54,696,706
4 <a href="#">Indonésia</a>	50,252,911
5 <a href="#">Brasil</a>	38,079,722
6 <a href="#">Rússia</a>	29,056,021
7 <a href="#">Paquistão</a>	28,391,887
8 <a href="#">Bangladeche</a>	26,841,255
9 <a href="#">México</a>	21,966,796
10 <a href="#">Japão</a>	21,494,947

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?c=in&v=129&l=pt>

**Tabela 23 – Habitantes que alcançam a idade mínima para prestar serviço militar**

Rank Country	Força militar - habitantes que alcançam la idade mínima anualmente
1 <a href="#">China</a>	12,298,149
2 <a href="#">Índia</a>	10,665,877
3 <a href="#">Indonésia</a>	2,139,573
4 <a href="#">Estados Unidos</a>	2,036,201
5 <a href="#">Paquistão</a>	1,849,254
6 <a href="#">Brasil</a>	1,731,648
7 <a href="#">Nigéria</a>	1,329,267
8 <a href="#">Rússia</a>	1,244,264
9 <a href="#">México</a>	1,043,816
10 <a href="#">Filipinas</a>	878,712

Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?c=in&v=130&l=pt>

O orçamento de defesa indiano cresceu desde de 1990. Porém, nos últimos anos e como resultado do incremento das tensões existentes entre a Índia e o Paquistão, aliado ao desejo da Índia de manter a sua preponderância geoestratégica na área fez com que o

orçamento para a defesa em 2003 fosse de 16.6 bilhões de dólares, cerca de 2,3% do PIB. No ano de 2007, o PIB contribui com 2.5% para o orçamento (ver tabela 24).

Do Orçamento de defesa, o Exército garante a maior fatia (9,3 bilhões de dólares em 2006-2007), sendo que a Força Aérea (com 5,7 bilhões) e a Marinha (com 3,4 bilhões) recebem menos. A crescente importância das FAI é também demonstrada pela crescente despesa militar da Índia, que quase duplicou na última década, de 8 792 milhões de USD em 1994 para 15 059 milhões em 2004 (Xavier, 2006: 10).

**Tabela 24 – Percentagem do PIB para o orçamento das Forças Armadas Indianas**

Ano	Orçamento militar % do PIB	Posição	Mudança Percentual
2003	2,30 %	71	
2004	2,40 %	60	4,35%
2005	2,93 %	47	22,08%
2006	2,50 %	57	-14,68%
2007	2,50 %	65	0,00%

Fonte: [http://www.indexmundi.com/pt/india/orcamento\\_militar\\_porcentagem\\_do\\_pib.html](http://www.indexmundi.com/pt/india/orcamento_militar_porcentagem_do_pib.html)

O Exército é o ramo das FAI que mais homens e recursos monopolizam. Com mais de 1,1 milhões de efectivos e cerca de 300 000 reservas, é liderado pelo Chefe de Estado Maior a partir de Nova Deli. O ramo encontra-se dividido em sete comandos: seis são operacionais que se localizam maioritariamente no Norte e Nordeste do país e um é de treino (ARTRAC).

**Tabela 25 – Localização dos Comandos operacionais e de Treino**

Comando	Localização	Comandante
Southern Command	Pune	Lt. Gen. Aditya Singh
Eastern Command	Kolkata	Lt. Gen. K S Jamwal
Central Command	Lucknow	Lt. Gen. O P Nandrajog
Western Command	Chandimandir	Lt. Gen. Daljeet Singh
Northern Command	Udhampur	Lt. Gen. H S Panag
ARTRAC - <i>Army Training Command</i>	Shimla	Lt. Gen. J K Mohanty
South Western Command	Jaipur	Lt. Gen. P K Singh

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Army](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Army)

Cada comando é chefiado por um *General Officer Commanding*<sup>9</sup> (GOC) e composto por, pelo menos, dois corpos, estando actualmente activos 13 no total: três principais

<sup>9</sup> O posto é Major general.

denominadas de *strike* e mais 10 denominados de *holding*, tendo em conta a sua função ofensiva ou defensiva. Cada corpo é por sua vez composto por várias divisões: estas encontram-se agrupadas, seguindo um critério funcional, em três categorias – infantaria/montanha, blindada e artilharia – com predomínio para a primeira (cerca de 18 divisões). A brigada é a formação de combate mais pequena do Exército. (Xavier, 2006: 4)

Tabela 26 – Localização dos Comandos operacionais e de Treino

Corpo	Quartel General	Comando	Comandante	Divisões
1 Corps	Mathura, Uttar Pradesh	Central Command	Lt. Gen. P.C. Katoch	4 Inf Div (Allahabad), 6 Mtn Div (Bareilly), 31 Armd Div (Jhansi)
2 Corps	Ambala, Haryana	Western Command	Lt. Gen. Daulat Singh Shekhawat	1 Armd Div (Ambala), 14 RAPID (Dehradun), 22 Inf Div (Meerut)
3 Corps	Rangapahar (Dimapur), Nagaland	Eastern Command	Lt. Gen. M S Dadwal	23 Inf Div (Ranchi), 57 Mtn Div (Silchar)
4 Corps	Tezpur, Assam	Eastern Command	Lt. Gen. R K Chhabra	2 Mtn Div (Dibrugarh), 5 Mtn Div (Bombdila), 21 Mtn Div (Rangia)
9 Corps	Mamun (Pathankot), Punjab	Northern Command	Lt. Gen. P K Rampal	26 Inf Div (Jammu), 29 Inf Div (Pathankot), 2,3,16 Ind Armd Bdes
10 Corps	Bhatinda, Punjab	Western Command	Lt. Gen. Narinder Singh Brar	16 Inf Div (Gobindgarh), 18 RAPID (Kota), 24 RAPID (Bikaner), 6 Ind Armd Bde
11 Corps	Jalandhar, Punjab	Western Command	Lt. Gen. Nobel Thamburaj	7 Inf Div (Ferozepur), 9 Inf Div, 15 Inf Div (Amritsar), 23 Armd Bde, 55 Mech Bde
12 Corps	Jodhpur, Rajasthan	South Western Command		4 Armd Bde, 340 Mech Bde, 11 Inf Div (Ahemdabad), 12 Inf Division (Jodhpur)
14 Corps	Leh, Ladakh	Northern Command	Lt. Gen. Jayanta Kumar Mohanty	3 Inf Div (Leh), 8 Mtn Div (Dras), <sup>[9]</sup> artillery brigade
15 Corps	Srinagar, Jammu & Kashmir	Northern Command	Lt. Gen. Amarjeet Singh Sekhon	19 Inf Div (Baramulla), 28 Inf Div (Gurais), artillery brigade
16 Corps	Nagrota, Jammu & Kashmir	Northern Command		10 Inf Div (Akhnur), <sup>[10]</sup> 2 Inf Div (Rajouri), 39 Inf Div (Yol), artillery brigade, armoured brigade?
21 Corps(ex)	Bhopal, Madhya	Southern Command	Lt. Gen. Pradeep Khanna	33 Armd Div (Hissar), 36 RAPID (Sagor), 54 Inf Div

IPKF)	Pradesh			(Hissar), arty, AD, eng bdes
33 Corps	Siliguri, West Bengal	Eastern Command	Lt. Gen. C K S Sabu	17 Mtn Div, 20 Mtn Div (Binaguri), 27 Mtn Div, arty bde

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Army](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Army)

Além das unidades operacionais, tem também as unidades de Apoio de Combate e de Apoio de Serviços que são as seguintes:

#### **Unidades de Apoio de Combate:**

1. Regimento de Infantaria;
2. Corpo de Regimentos Blindados - The Armoured Corps School and Centre is at Ahmednagar;
3. Regimento de Artilharia - The School of Artillery is at Devlali near Nasik;
4. Corpo de Engenharia - Centers at Bangalore, Roorkee, Pune;
5. Regimento de Artilharia Anti-Aérea - Center at Gopalpur in Orissa State;
6. Regimento de Infantaria Mecanizado - Center at Ahmednagar;
7. Corpo de Transmissões;
8. Corpo da Aviação do Exército.

#### **Unidades de Serviços:**

1. Corpo de Dentistas do Exército;
2. Corpo de Educação do Exército - Center at Pachmarhi;
3. Corpo Médico do Exército - Center at Lucknow;
4. Corpo de Ordenanças do Exército - Centers at Jabalpur and Secunderabad;
5. Corpo de Serviço Postal do Exército;
6. Corpo de Serviços do exército - Center at Bangalore;
7. Corpo de Engenheiros Electromecânicos - Center at Secunderabad;
8. Corpo de Polícia Militar - Center at Bangalore;
9. Corpo de Intel - Center at Pune;
10. Departamento de Justiça- Institute of Military Law kemptee, Nagpur;
11. Serviço de Farmácias Militar;
12. Serviço de Enfermeiras Militar;
13. Corpo de Veterinários e Remonta

Em relação aos equipamentos operados pelo Exército, estes incluem mais de 3.400 Carros de Combate (na sua maioria T-90 e T-72 Vijayanta, em fase de modernização e Arjun), cerca de 12.800 peças de artilharia (na sua maioria rebocadas, de 75 mm a 155 mm, e morteiros, de 81 mm a 160 mm), para além de cerca de 10 Esquadrões de helicópteros, entre

outros ([wikipedia.org/wiki/Indian\\_Army](http://wikipedia.org/wiki/Indian_Army)).

A Marinha indiana tem cerca de 53 000 efectivos, incluindo 5000 no seu ramo aéreo e cerca de 2 000 comandos. É liderada pelo Chefe de Estado Maior da Armada e está dividida em três Comandos Regionais: Comando Naval de Este sediados em Visakhapatnam (estado de Andhra Pradesh, Comando Leste), Comando Naval do Oeste localizado em Bombaim (Maharashtra, Comando Oeste) e o Comando Naval do Sul em Cochim (Querala, Sul), e em duas frotas (ocidental e oriental). Tem ainda, o Comando Conjunto localizado nas Ilhas Andaman e Nicobar, desde 2001, com a finalidade de garantir a segurança do Estreito de Malaca. O Comando dos Marine (MARCOS) é constituído por forças especiais (SEAL) e por fuzileiros (Royal Marines), actualmente está operar na região de Jemmu e Caxemira para prevenir infiltrações através do Rio Jhlum e do Lago Wular ([wikipedia.org/wiki/Indian\\_Navy](http://wikipedia.org/wiki/Indian_Navy)).

Em termos de equipamento, conta com 19 submarinos (de origem russa e alemã) e 54 navios de combate: um porta-aviões (INS Vikramaditya), oito contratorpedeiros, 17 fragatas e 28 corvetas, para além de 41 navios de patrulha e combate costeiro, entre outros anti-minas, logísticos, anfíbios, etc. O braço aéreo conta com 34 aviões de combate (incluindo 15 Sea Harriers) e quase uma centena de helicópteros (Xavier, 2006: 5).

Actualmente, está a construir mais um porta-aviões de 32.000 toneladas. No início da próxima década prevê-se que a Índia possua três porta-aviões, mais do que a França ou a Inglaterra (Sheshabaya, 2006: 263).

A Força Aérea indiana conta com pouco mais de 100 000 efectivos. É liderada pelo Chefe de Estado-maior da Força Aérea, a partir de Nova Deli, e está dividida em sete comandos, dos quais cinco são Operacionais, um de Treino e um de Manutenção (Xavier, 2006: 4).

**Tabela 27 – Localização dos Comandos Operacionais, Treino e de Manutenção**

<b>Comando</b>	<b>Localização</b>	<b>Comandante</b>
Western Air Command	Subroto Park, New Delhi	Air Marshal Padamjit Singh Ahluwalia
Eastern Air Command	Shillong, Meghalaya	Air Marshal P K Barbora
Central Air Command	Allahabad, Uttar Pradesh	Air Marshal Pradeep Vasant Naik



Southern Air Command	Thiruvananthapuram, Kerala	Air Marshal Yeshwant Rao Rane
South Western Air Command	Gandhinagar, Gujarat	Air Marshal S S Dalal
Training Command	Bangalore, Karnataka	Air Marshal G S Chaudhary
Maintenance Command	Nagpur, Maharashtra	Air Marshal Nayyar

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Air\\_Force](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Air_Force)

As Forças Armadas Indianas têm um Comando aeroespacial (ISRO<sup>10</sup>), localizado em Bangalore. Trabalham neste comando cerca de 20.000 pessoas e tem a finalidade de desenvolver a tecnologia espacial (satélites e outras) para servirem as Forças Armadas bem como, entidades civis. Adicionalmente, fornecem o serviço de lançamento para o espaço de satélites através dos foguetões: Polar Satellite Launch Vehicle (PSLV) e Geostationary Satellite Launch Vehicle (GSLV) ([wikipedia.org/wiki/Indian\\_Air\\_Force](http://wikipedia.org/wiki/Indian_Air_Force)).








Em termos de equipamento, a Força Aérea indiana opera na sua maioria aviões russos, mas tem procurado diversificar-se nos últimos anos. Incluem-se os caças de combate Sukhoi-30, MiG-29, MiG-21, bem como os MiG-27, MiG-23B, Mirage 2000 e Jaguar S(I) e o Tejas<sup>11</sup>. É considerada a quarta maior Força Aérea do mundo, com mais de 1 400 aviões, dos quais mais de 800 de combate, para além de aviões de transporte, treino, reconhecimento, etc. Conta ainda com mais de 300 helicópteros e alguns UAV (veículos aéreos não-tripulados).

**Tabela 28 – Tipo de aviões usados pela Força Aérea Indiana**

Avião	Origem	Tipo	Versão	Serviço	Treino	Esquadras	Notas
Sukhoi Su-30 Flanker-C	 Russia	multirole air dominance	Su-30MKI Flanker-G	50 (20 aircraft taken out of squadron service for upgrade)	0	20, 24, 30	230 to be acquired in total (90 in knock-down kits and 140 built by HAL)
HAL Tejas	 Índia	multirole air-	HAL Tejas	1	0		40 on Order. 220 planned.



<sup>10</sup> Indian Space Research Organisation.







<sup>11</sup> Avião de fabrico indiano.

		superiority					
Dassault Mirage 2000	 France	multirole air- superiority	Mirage 2000H	41	10	1, 7, 9	to be upgraded.
Mikoyan- Gurevich MiG-29 Fulcrum	 Soviet Union	multirole air- superiority	MiG-29	56	8	28, 47, 223	to be upgraded.
Sepecat Jaguar	 United Kingdom	ground attack	Jaguar IS	78	30	5, 14, 16, 27	20 more ordered.
	 France	maritime strike	Jaguar IM	9	2	6	
Mikoyan- Gurevich MiG-27 Flogger	 Soviet Union	ground attack	MiG-27 ML	120	11	10, 18, 22, 29, 222, TACDE(0.5)	upgraded
Mikoyan- Gurevich MiG-23 Flogger	 Soviet Union	ground attack	MiG-23 BN	16	2	6	being phased out
Mikoyan- Gurevich MiG-21 Fishbed	 Soviet Union	Interceptor	MiG-21 Bison	104	13	3, 4, 21, 32, 51	to be upgraded
			MiG- 21Bis	48	8	15, 23, 26	
			MiG-21 M/MF	72	9	17, 35 'A', 37,101,108	

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Air\\_Force](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Air_Force)





**Tabela 29 – Tipo de Helicópteros usados pela Força Aérea Indiana**





Helicóptero	Origem	Tipo	Versão	Serviço	Treino	Esquadras
HAL Dhruv	 Índia	utility helicopter		30	117, 151	deliveries underway, with Shakti engines and glass cockpit
Aérospatiale SA 316 Alouette III	 France	utility helicopter	SA 316B Chetak	92	111, 116, 141SSS F, 142SSS F,	60 built by HAL

					HTS	
Aérospatiale SA 315 Lama	 France	utility helicopter	SA 315B Cheetah	24	114, 131F, 132F	built by HAL
Eurocopter SA 365 Dauphin	 France	utility helicopter	SA 365	6		
Mil Mi-17 Hip-H	 Russia	utility helicopter	Mi-17-1V	0	112 HU	80 ordered, deliveries underway
Mil Mi-8 Hip	 Soviet Union	transport helicopter	Mi-8	82	105, 107, 109, 110, 112, 118, 119, 121, 122F	
			Mi-17	52	127, 128, 129, 130, 152, 153	
Mil Mi-24 Hind	 Soviet Union	attack helicopter	Mi-35	32	104, 125	
Mil Mi-26 Halo	 Soviet Union	transport helicopter		8	126HF	

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Air\\_Force](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Air_Force)





**Tabela 30 – Tipo de aviões de transporte usados pela Força Aérea Indiana**

Avião	Origem	Tipo	Versão	Serviço	Treino	Esquadras
Antonov An-32 Cline	 Soviet Union	tactical transport		94	12, 25'B', 33, 43, 48, 49, PTS, TTW	
Avro 748	 United Kingdom	tactical transport	HS 748-100	64	11, 41 'A', 59, 106 'A', 6 Cmd Flts (2 A/c)	
Boeing 737	 United States	transport	737-200	3	Air HQ Flt	
Dornier Do 228	 Germany	tactical transport	Do 228-201	28	41, TTW, 6 Comm Flts (2 A/c)	built by HAL; 12 more ordered

Ilyushin Il-76 Candid	 Soviet Union	transport	Il-76	25	44, 25 'A'	ARP-3 refueling pods from Israel
		tanker	Il-78MKI	6	78	
Ilyushin Il-76 Candid Phalcon	 Russia	AWACS	Phalcon	0		3 to be inducted progressively from July 2008 onwards [21]
Embraer EMB 135	 Brazil	VIP transport	ECJ-135 Legacy	5	Air HQ Flt	
Gulfstream III	 United States	VIP transport		3		

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Air\\_Force](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Air_Force)

**Tabela 31 – Tipo de aviões de transporte usados pela Força Aérea Indiana**

Avião	Origem	Tipo	Versão	Serviço	Treino	Esquadras
BAE Hawk	 United Kingdom	trainer	Hawk 132	6		66 ordered, deliveries underway
HAL HJT-36 Sitara	 India	trainer	HJT-32 Sitara	0		12 to be delivered in 2007
HAL HJT-16 Kiran	 India	trainer		84		
HAL HPT-32 Deepek	 India	trainer		70		

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Air\\_Force](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Air_Force)

O Comando de Forças Estratégicas, responsável pela gestão e emprego do arsenal nuclear indiano, está subordinado à Autoridade de Comando Nuclear através do Conselho de Chefes de Estado Maior. A Autoridade de Comando Nuclear inclui um Conselho Político, presidido pelo Primeiro-ministro, e um Conselho Executivo, presidido pelo Conselheiro de Segurança Nacional ([wikipedia.org/wiki/Strategic\\_Nuclear\\_Command](http://wikipedia.org/wiki/Strategic_Nuclear_Command)).

A Índia efectuou o seu primeiro teste nuclear em 1974, estimando-se que actualmente possa dispor, para emprego imediato, entre 50 e 150 ogivas nucleares, sendo auto-suficiente em matérias-primas e no processo de fabricação de armas nucleares. O seu programa espacial civil foi aproveitado para o desenvolvimento de mísseis balísticos, possuindo actualmente vectores capazes de transportar ogivas nucleares entre os 150 km e os 2500 km, podendo como

tal atingir objectivos em qualquer ponto do Paquistão e grande parte da China. O programa de produção de mísseis balísticos encontra-se permanentemente em desenvolvimento ([wikipedia.org/wiki/Indian\\_Armed\\_Forces#Indian\\_Nuclear\\_Power](http://wikipedia.org/wiki/Indian_Armed_Forces#Indian_Nuclear_Power)). A Índia fez o seu último ensaio com sucesso do novo míssil Agni-III, nas Ilhas Wheeler no Golfo de Bengala (Diário de Notícias).

Para a Índia as armas nucleares são entendidas como o último recurso de defesa como afirmou o ex-primeiro-ministro indiano Shri Atal Bihari Vajpayee ao dizer que *“This obsession with neutralizing blackmail, threats, and compellance is ultimately rooted in India’s long historical memory of constant invasion and repeated subjugation by foreign powers, and New Delhi’s strategic weaknesses for most of its independent life has only reinforced it”* (Xavier, 2006: 6/7).

No âmbito das Operações de Apoio à Paz a Índia é um dos principais contribuintes com efectivos das missões de paz sob a égide das Nações Unidas, contribuindo com 9256 efectivos<sup>12</sup>, apenas suplantada pelo Bangladesh e Paquistão. Actualmente participa em missões no Congo, Burundi, Montes Golã, Chipre, Líbano, Serra Leoa, Etiópia, Eritreia, Kosovo, Sudão e na Costa do Marfim. Participou também nas missões de paz em Moçambique (ONUMOZ, 1992-1994) e Angola (UNAVEM, 1995-1997). O seu contributo financeiro<sup>13</sup> anual ronda os 7,184,779 US\$ (23º orçamento mais elevado em 113 países enquanto Portugal, por exemplo, contribui com 8,021,011, 20º orçamento mais elevado) (Seminário de Guerra e Paz, IESM, 20Dez07).

A Índia está a ponto de se tornar a 4ª nação, depois da Rússia, Estados Unidos e Alemanha, a estabelecer uma base militar na Ásia Central. Estima-se que até ao final do ano, a Índia projecte 12 MIG-29 e construa e opere a Base Aérea de Avni, no Tajiquistão (Sheshabalaya, 2006: 273). O Tajiquistão tem fronteiras com a China, o Afeganistão, o Uzbequistão e o Quirguistão. Uma estreita faixa de território afegão separa o Tajiquistão da Caxemira paquistanesa. O significado desta região para a segurança indiana é imenso, no âmbito da luta contra o terrorismo e do reconhecimento das actividades militares da China e do Paquistão. A base de Avni permite à Índia uma possível ambição de projecção de poder para a Ásia Central, região rica em reservas de gás.

A indústria de defesa indiana não é das mais avançadas do mundo. No entanto, certas áreas em que a afirmação das FAI se deve à capacidade da sua indústria de Defesa, principalmente em termos balísticos. A necessidade das FAI de se modernizarem e adaptarem à *Revolution in Military Affairs* acelerou a mudança, dando nova importância e relevo ao

<sup>12</sup> Dados de 30 de Novembro de 2006. Fonte: Department of Peacekeeping Operations/UN.

<sup>13</sup> Fonte: Global Policy Fórum.

sector. Os principais factores que levam à modernização da indústria de defesa são: o fim da Guerra-Fria e a necessidade de uma maior independência em relação à União Soviética, que era um aliado fundamental; as reformas económicas e a adaptação à economia de mercado que teve um profundo impacto na economia; a afirmação indiana no sector da ciência e tecnologia, em especial nas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitaram novas parcerias a nível civil e militar (Xavier, 2006: 7/8).

O tecido industrial de Defesa indiana é composto por 39 empresas, para além de oito empresas públicas especificamente orientadas para a Defesa. No seu conjunto, têm capacidade de produção de equipamentos militares avançados para os três ramos das FAI, para além de oferecerem serviços de manutenção. Ao nível da investigação e desenvolvimento de capacidades, as actividades estão centralizadas na *Defence Research and Development Organisation* (DRDO). Esta emprega mais de 25 mil pessoas, incluindo 6 mil cientistas e engenheiros e 10.000 técnicos especializados. Os principais projectos concebidos e produzidos na Índia são: o *Integrated Guided Missile Development Project* (IGMDP), os mísseis balísticos nucleares Agni I, II e III, o míssil balístico o Prithvi (150-300 km) que tem uma variante naval para alvos terrestres (Danush), o míssil de cruzeiro supersónico BrahMos, desenvolvido em conjunto com a Rússia, os mísseis anti-tanque Nag (alcance de 4-6 km), o ar-ar Astra (*Beyond visual range*), e os terra-ar Trishul (com variante naval, 9-12 km) e Akash (27-30 km).

No âmbito da aviação é o *Light Combat Aircraft* Tejas, desenvolvido pela *Aeronautical Development Agency*, que está na fase dos testes. O Tejas deverá ser o mais pequeno dos caças leves no mundo, com uma velocidade máxima de Mach 1,8. Outro projecto é o *Advanced Light Helicopter* (Dhruv, ALH) desenvolvido pela *Hindustan Aeronautics Ltd.*. Este já se encontra em utilização nos três ramos das FAI e será exportado em colaboração com Israel.

Para a Marinha, é a construção de um porta-aviões (*Air Defence Ship*), desenvolvido pela DRDO e deve entrar ao serviço da Marinha em 2012. Com duas pistas e hangar com capacidade para servir mais de 20 caças MiG-29K e até dez helicópteros. A construção de submarinos nucleares cujo o projecto (*Advanced Technology Vessel*), já está desenvolvimento, depende no entanto do sucesso da construção dos submarinos franceses Scorpene em território indiano, bem como de transferência de tecnologia (Xavier, 2006, 8).

Em resumo, Poder-se-á dizer que a Índia é uma República Federal com 28 estados e 7 Territórios Autónomos. Intitula-se como sendo “a maior democracia do mundo” assente nos princípios do laicismo, Estado de direito e sistema federal. O seu sistema político é um sistema parlamentar, que distingue o poder executivo, legislativo e judicial. O poder executivo é garantido pelo Presidente, Vice-presidente e Governo. O poder legislativo está assegurado pelo Parlamento “Sansad”, que é composto por duas câmaras: a baixa, ou casa do povo e a alta, ou

conselho de Estados. O poder judicial é independente e exercido através dos tribunais nacionais.

A sua política externa rege-se pela independência em relação às grandes potências mundiais, em virtude do seu neutralismo, embora, ao longo da sua história tenha feito alianças estratégicas. Durante o período da Guerra-fria esteve mais próxima da ex-URSS, apoiando a sua política em dois vectores: 1) decorrente da sua segurança, em consequência do Paquistão se aproximar da China e dos EUA, a 2) associada à protecção da sua economia adquirindo capacidades industriais e tecnológicas para sustentar os seus objectivos de defesa e desenvolvimento. No pós Muro de Berlim, aproximou-se dos países do Leste asiático e da península indiana, materializado com a criação da SAARC. No seguimento dos testes nucleares e do grande desenvolvimento económico, a Índia é reconhecida pelo EUA, como sendo uma potência nuclear. Actualmente, as prioridades da sua política externa são quatro: 1ª prioridade, EUA, Rússia, China e Paquistão; 2ª prioridade, os seus vizinhos da Sul asiático; 3ª prioridade, Grã-Bretanha, Alemanha e França e a última prioridade são os acordos multilaterais com os países não desenvolvidos. Para além, de ser membro fundador do Movimento dos Países Não-Alinhados, da sua participação activa na ONU e na Commonwealth, a Índia pertence a um elevado número de associações de carácter Regional e mundial.

Este país afirmou-se como um estado emergente da Ásia, a partir dos anos 80, com taxas elevadas e sustentáveis de crescimento económico, do rendimento per capita e das exportações de bens e serviços. O modelo de desenvolvimento apoiava-se na substituição das importações, através de um regime de comércio proteccionista. Contudo, até finais da década de 70, o país era considerado uma das economias capitalistas mais fechadas do mundo, com um desempenho apenas razoável e com as exportações fortemente concentradas. No início, efectuavam-se através de produtos primários, mão-de-obra intensiva e baseavam-se em recursos naturais. Nas décadas posteriores, o crescimento real do PIB continuou a aumentar, atingindo em 2006 os 8,1%.

Até 1990, o modelo de desenvolvimento assentava na substituição das importações, através de um regime de comércio proteccionista. Os sectores considerados prioritários foram os bens de capital, as químicas e as metalomecânicas pesadas, construção naval, infra-estruturas (carvão, energia eléctrica e nuclear e transportes) e a electrónica. Neste período implementaram-se as reformas “*pró business*” (Nunes, 2006: 95).

Contudo, no início da década de 90, a crise era patente, mas a alteração política e a implementação de reformas estruturais, as “*pró market*” (Nunes, 2006: 95), que apoiavam a liberalização da actividade económica beneficiando a concorrência e os consumidores, levaram

à integração da economia indiana no mercado global e apontam como prioritários os sectores intensivos em ciência e tecnologia, a educação, as infra-estruturas, e os “sectores geradores de emprego”, como a agricultura, construção, turismo e serviços na área das tecnologias da informação.

Já neste século, a economia indiana entrou na era da competitividade global, ou inovação, no qual, o PIB cresceu cerca de 8% ao ano. Em termos de sustentabilidade do crescimento económico da Índia a médio prazo, poderá temer-se que, os elevados défices fiscais venham a reduzir o dinamismo da economia. A manutenção deste dinamismo, a longo prazo, dependerá do desempenho dos actuais motores do crescimento indiano - os serviços e a indústria - e da sua capacidade de se interligar e de interagir com a agricultura.

Actualmente, a Índia é a 12<sup>a</sup> economia mundial, atrás dos restantes países BRIC, mas ocupa a terceira posição do ranking, em termos de Paridade do Poder de Compra, atrás dos EUA e da China. O crescimento do PIB em 2007 foi de 8.4%, ligeiramente inferior ao da China, que foi de 8.6%. É expectável que, em 2025 seja a quarta economia mundial, atrás dos EUA, China e do Japão. Em 2050, prevê-se que suba à terceira posição ultrapassando o Japão e atrás da China (1<sup>a</sup>) e dos EUA (2<sup>a</sup>).

A Índia mantém seu ritmo de crescimento, para se tornar uma das economias mais competitivas do mundo. Usando o crescimento da sua classe média e da sua economia doméstica como plataforma, este gigante asiático apresenta níveis de crescimento do PIB somente superado pela China e possui empresas, que ocupam lugares de destaque, em vários sectores, tanto industriais quanto de serviços. Através desta análise, tudo indica que, nos próximos oito anos, a Índia estará entre os maiores exportadores de bens manufacturados. Ainda a melhorar, assim como em todos os outros BRIC, está sua capacidade de investir sistematicamente em infra-estrutura e em educação básica, secundária e profissional. Apesar de tudo, a burocracia, a pouca transparência na aplicação das leis e o elevado número de dias para estabelecer um negócio são constrangimentos à eficiência da sua economia.

A Índia apresenta contrastes sociais marcantes, com cerca de 300 milhões de habitantes abaixo da linha de pobreza. Com bolsas de Pobreza e baixos níveis de IDH, o governo indiano necessita definitivamente de implantar mecanismos, para redução da burocracia fiscal e das barreiras de entradas para investimentos estrangeiros e para a abertura e fecho de empresas.

O Presidente Indiano é o Comandante Supremo das Forças Armadas, muito embora a nível executivo, o comando seja exercido pelo Primeiro-ministro. O Ministro da Defesa é o responsável perante o Parlamento em relação a todos os aspectos, que se relacionam com a Defesa. Ele controla, administra os três Ramos: Exército, Armada e Força Aérea. A estrutura de comando não inclui um estado-maior conjunto, pelo que cada Chefe de cada Ramo depende

directamente do Ministro da Defesa. O Comando de Forças Estratégicas, responsável pela gestão e emprego do arsenal nuclear indiano, está subordinado à Autoridade de Comando Nuclear através do Conselho de Chefes de Estado-maior. A Autoridade de Comando Nuclear inclui um Conselho Político, presidido pelo Primeiro-ministro, e um Conselho Executivo, presidido pelo Conselheiro de Segurança Nacional.

As Forças Armadas Indianas são uma parte fundamental do Estado Indiano e um símbolo da sua afirmação como poder regional. A capacidade militar, muito em especial a vertente nuclear, é considerada o factor fundamental que motivou a credibilidade com que é vista do exterior como potência emergente.

As Forças Armadas indianas são as terceiras com maior efectivo a nível mundial, contando com mais de 1.260.000 efectivos. Tem sob o seu comando o Comando Aeroespacial.

O Exército, com cerca de 1.100.000 efectivos está organizado em sete Comandos, dos quais, um de Treino e seis Operacionais, incluindo 13 Corpos de Exército, Unidades de Apoio de Combate e de Apoio de Serviços. O material que possui é sobretudo de origem russa, adaptado localmente, estimando-se a chegada do novo carro de combate indiano “Arjun” a partir deste ano.

A Marinha com 53.000 militares, está organizada em três Comandos Regionais, um Comando dos Marines, um Comando Conjunto e duas frotas. A Índia pretende dotar a sua Marinha com uma capacidade efectiva de controlo do Oceano Índico, para a qual espera contar com até quatro porta-aviões.

A Força Aérea com 100.000 efectivos, compreende sete comandos, dos quais, cinco Comandos Operacionais, o Comando de Treino e o de Manutenção. As aeronaves, com que está equipada são na sua maioria de origem russa, possuindo também, aviões e helicópteros de origem americana, alemã, inglesa e francesa. Estima-se que dentro de poucos anos, o avião TEJAS, de origem indiana, entre ao serviço deste ramo.

A Índia efectuou o seu primeiro teste nuclear em 1974, estimando-se que actualmente possa dispor, para emprego imediato, cerca de 50 a 150 ogivas nucleares, sendo auto-suficiente em matérias-primas e no processo de fabricação de armas nucleares. O seu programa espacial civil foi aproveitado para o desenvolvimento de mísseis balísticos, possuindo actualmente vectores capazes de transportar ogivas nucleares entre os 150 km e os 2500 km, podendo como tal atingir objectivos em qualquer ponto do Paquistão e grande parte da China. O programa de produção de mísseis balísticos encontra-se permanentemente em desenvolvimento.

A Índia é um dos principais contribuintes com efectivos das missões de paz, sob a égide das Nações Unidas apenas suplantada pelo Bangladesh e Paquistão. É o 23º a contribuir financeiramente para estas missões.

Será a 4ª Nação, depois da Rússia, EUA e Alemanha, a estabelecer uma base militar aérea na Ásia Central, na região de Ayni no Tajiquistão. A base de Avni permite à Índia uma possível ambição de projecção de poder para a Ásia Central, região rica em reservas de gás.